



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EVELYN ORRICO
WELLINGTON AMORIM
FERNANDO PORTO
(Organizadores)

ENSAIOS de PÓS-GRADUAÇÃO

Apoio:



EVELYN ORRICO
WELLINGTON AMORIM
FERNANDO PORTO
(Organizadores)

ENSAIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO



UNIRIO

Rio de Janeiro
2016

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: *Luiz Pedro San Gil Jutuca*

Vice-Reitor: *Ricardo Silva Cardoso*

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Pró-Reitora: *Evelyn Goyannes Dill Orrico*

Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Diretor: *Wellington Mendonça de Amorim*

J82

Jornada de Pós-Graduação da UNIRIO (2. : 2016 : Rio de Janeiro, RJ).
Ensaio de Pós-Graduação / II Jornada de Pós-Graduação da UNIRIO ;
Evelyn Orrico, Wellington Amorim, Fernando Porto (Organizadores), 19 e 20
de outubro de 2016. - Rio de Janeiro : UNIRIO/PROPG , 2016.
1 CD - ROM

I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2. Universidades e
Faculdades - Pós-graduação. I. Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa III. Título.

CDD – 378.098153

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-61066-59-8



Editoração:

NOVA MOINHOS COMUNICAÇÕES

novamoinhos.com

Projeto Gráfico e Capa

Vanderli Mendonça

PREFÁCIO

Este livro é resultado do trabalho que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro vem realizando no sentido de sedimentar e tornar ainda melhores os nossos Programas de Pós-Graduação. Por iniciativa de sua Diretoria de Pós-Graduação, estamos este ano na segunda edição da Jornada de Pós-Graduação, que agora publica este livro com os trabalhos apresentados oralmente na Jornada, evidenciando um leque de temáticas amplo e de impacto científico e social.

O livro congrega produção de quatorze de nossos cursos de pós-graduação e ainda do programa de pós-graduação em Biologia Marinha e Ambientes Costeiros, da Universidade Federal Fluminense, dedicado a estudo sobre qualidade da água em uma praia do Rio de Janeiro, reforçando nossa política de estabelecer trocas acadêmicas com outros polos de produção do conhecimento.

A organização da obra baseia-se na distribuição dos artigos por suas áreas de conhecimento específicas e apresentam-se na ordem alfabética dos nomes dos programas. Os artigos ilustram bem a ampla diversidade temática a que se dedicam nossos pesquisadores e seus orientandos, e aqui citaremos apenas alguns a título de exemplo.

Assim temos, no capítulo do Programa de Alimentos e Nutrição, artigos sobre o papel do licopeno; no capítulo do curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, trabalhos sobre estudo de usuário, organização do conhecimento, marcos regulatórios para bibliotecas públicas, dentre outros; O Curso de Mestrado em Biologia Molecular e Celular contribui com estudos relacionados à esclerose lateral amiotrófica e outro relacionado à quimioterapia do câncer de mama, dentre outros.

O curso de Mestrado em Direito traz estudos sobre resoluções consensuais de conflitos e um estudo comparativo entre a jurisprudência brasileira e a europeia.

O Programa em Educação, um dos de maior contribuição para este livro, apresenta artigos que versam, por exemplo, sobre a relação entre museu e educação; políticas públicas para educação infantil no Rio de Janeiro; educação ambiental; gestão escolar; perfil epistemológico da tecnologia em obras de ficção científica e muitos outros.

O Curso de Mestrado em Enfermagem apresenta igualmente uma gama variada de temas: paternidade, percepção de pessoa com deficiência sobre qualidade de vida; vivência de sexualidade na mulher gestante; políticas de saúde indígena, e outros.

O programa de Doutorado em Enfermagem e Biociências apresenta artigos igualmente abrangentes e impactantes: estudo comparativo entre os CAPs e as Clínicas da Família; outro sobre manuais da II Guerra Mundial; e ainda uma reflexão sobre a civilização do Rio de Janeiro à luz do olhar de Norbert Elias.

Os artigos do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivo abordam o Datasets do Ministério da Justiça; outro, os arquivos de artistas plásticos.

O capítulo do Programa em História apresenta trabalhos que, em seu conjunto, abarcam distintos temas, cobrindo larga escala temporal: desde o início do século XVII, enfocando a Pena de Morte e os rituais de Execução no Brasil, até a primeira metade do século XX, em artigo que vai estudar o processo de transformação do Cemitério Público em Campos dos Goytacazes.

Em seguida, temos o Programa de Memória Social com trabalhos que mostram uma dimensão ampliada dos estudos sobre esse tema: estudo sobre tema inovador, o pornoterrorismo; um outro sobre memória social e espaço público das favelas; e ainda, estudos sobre memória e escolas prisionais; enfim, um largo horizonte.

Temos em seguida um único artigo do Programa de Neurologia, que apresenta uma simulação de dinâmica molecular da variante V66M da BDNF.

E ainda, temos os trabalhos de dois cursos de mestrado profissional: Ensino de Física; Ensino de Matemática, este último trazendo uma contribuição para o ensino da probabilidade.

Por fim, mas não menos importante, temos o Curso de Mestrado Profissional em Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar que nos brinda com uma discussão sobre a transmissão de microorganismos multirresistentes por contato direto.

Boa leitura!

Prof. Dra Evelyn Goyannes Dill Orrico

APRESENTAÇÃO

Este Ensaio resulta da organização e seleção dos trabalhos de pesquisa em andamento nos programas de pós-graduação da UNIRIO, durante o ano de 2016, e que seus pesquisadores optaram por submetê-los à *IIª Jornada de Pós-Graduação* da UNIRIO, possibilitando aos pós-graduandos e egressos apresentarem seus resultados de pesquisa (parcial/conclusivo) ou reflexões teóricas, no atual estágio da investigação.

Este evento que compõe a Semana de Integração Acadêmica e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizar-se-á nos dias 19 e 20 outubro de 2016, possibilitando o intercâmbio da produção entres estudantes de graduação e pós-graduação aproximando áreas de conhecimento, especialidades, linhas de pesquisas e níveis de formação, o que por certo atende aos princípios da Integração Acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) proposta no âmbito desta Universidade.

Os estudantes de pós-graduação, por meio de seus *papers* submetidos e pôsteres apresentados foram avaliados por pesquisadores externos e internos a Instituição. Tal experiência permitiu que resultados parciais de investigação passassem por uma etapa de discussão com a comunidade acadêmica.

Nesta *IIª JPG* estaremos operacionalizando dois prêmios: o primeiro, na categoria de melhor trabalho da *2ª Jornada de Pós-Graduação*: Prêmio “*Jornada de Pós-Graduação da UNIRIO*”; e o segundo Prêmio “*Paulo Freire*” destinado ao melhor trabalho com enfoque no ensino fundamental e/ou médio.

Assim, convidamos a todos os leitores da *1ª edição* de “*Ensaio de Pós-Graduação*” para escutar com olhos as expressões escritas dos resultados que um grupo significativo dos pós-graduandos transportaram de suas bancadas experimentais, laboratórios, núcleos e grupos para estas telas/páginas.

Por fim, cabe uma agradecimento tanto a equipe da Diretoria de Pós-Graduação Lia Berlim, Juliana Silva e Luciene Nunes, como também à CAPES que por meio do PAEP (Programa de Apoio a Eventos no País), permitiu dentre outras iniciativas, a operacionalização deste Ensaio.

Prof. Dr. Wellington M. de Amorim

PRÊMIO PAULO FREIRE

No livro *Educação como prática da liberdade* (1967) o eminente pedagogo pernambucano Paulo Freire (1921-1997) expressou sua convicção de que a educação é para homens livres. A Educação deve ir contra a opressão e trabalhar a vida concreta das pessoas. Cerca de 50 anos depois estas afirmativas ainda precisam ser apregoadas na sociedade brasileira: A defesa da liberdade e a educação como ferramenta de transformação da vida das pessoas. Contraponto fundamental à ideia de capital humano, a formação de sujeitos produtivos para o mercado, é ainda hoje revolucionário propor uma educação que atenda às necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos – conscientes e construtores de sua história.

No sentido de valorizar os estudos na área da educação, a II Jornada de Pós-Graduação da UNIRIO instituiu o Prêmio Paulo Freire para reconhecer o esforço dos pesquisadores e estimular novas discussões sobre o tema.

Prof. Dr. Osnir Claudiano Silva Junior

Comissão científica e editorial

Prof. Dr^a Ana Elizabeth (UERJ)

Prof. Dr. Danilo Augusto Melo (UFF)

Prof. Dr. Francisco Ramos Farias (UNIRIO)

Prof. Dr. Gustavo Saldanha (IBICT)

Prof. Dr. Jaime Fernando Villas da Rocha (UNIRIO)

Prof. Dr^a Luiza Mara Correia (UERJ)

Prof. Dr^a Mercedes Neto (UERJ)

Prof. Dr. Sergio Spotsch (UFRJ)

Prof. Dr. Osnir Claudiano Silva Junior (UNIRIO)

CAPÍTULO 1 – Alimentos e Nutrição

1. EFEITO DO LICOPENO SOBRE A APOPTOSE DE CÉLULAS HEPÁTICAS DE RATAS ALIMENTADAS COM DIETA HIPERLIPÍDICA 13
2. EFEITO DO CONSUMO DE MOLHO DE TOMATE E LICOPENO NO CICLO CELULAR DE CÉLULAS CARDÍACAS 17

CAPÍTULO 2 – Biblioteconomia

1. O BIBLIOTECÁRIO E A PESQUISA: Um Estudo Sobre Biblioteconomia para a Pesquisa Hoje 22
2. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA DO INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA DA UFRJ 27
3. O COMPORTAMENTO LEITOR DOS ALUNOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIRIO 30
4. ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DE PROMOÇÃO À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA 35
5. AUTOPUBLICAÇÃO NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: Práticas de Pesquisadores Brasileiros de Diferentes Áreas do Conhecimento 40
6. MARCOS REGULATÓRIOS PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL 45
7. SERVIÇO DE DESCOBERTA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS: Estudo Exploratório 51
8. MEDIAÇÃO DA LEITURA E DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO DAS IFES 53
9. A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Um Lugar de Práticas de Ensino, Leitura e Atualização de Saberes 58

CAPÍTULO 3 – Biologia Marinha (UFF)

1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA E SEDIMENTO DE UMA PRAIA DO RIO DE JANEIRO, BRASIL 64

CAPÍTULO 4 – Biologia Molecular e Celular

1. MODELAGEM ESTRUTURAL E ANÁLISE IN SILICO DAS MUTAÇÕES DA PROTEÍNA SOD1 HUMANA RELACIONADAS À ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA 69
2. SEROTONINA INIBE MECANISMOS MICROBICIDAS DE NEUTRÓFILOS DE INDIVÍDUOS SAUDÁVEIS E SOB TRATAMENTO COM ANTIDEPRESSIVOS 74
3. O PAPEL DO FERRO NA LACTOFERRINA BOVINA: Implicações em sua Estabilidade Estrutural e Tráfego Intracelular 79
4. A SEROTONINA MODULA O COMPORTAMENTO FUNCIONAL DAS CÉLULAS T DE PACIENTES COM ESCLEROSE MÚLTIPLA 84

5. ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA VITAMINA D NO PERFIL FENOTÍPICO DE MONÓCITOS DE PACIENTES COM ESCLEROSE MÚLTIPLA REMITENTE-RECORRENTE (EM-RR)	88
6. DESENVOLVIMENTO DE BIORREMEIADORES USANDO BIOLOGIA COMPUTACIONAL EM PROTEÍNAS DE SACCHAROMYCES CEREVISIAE	92
7. INFLUÊNCIA DOS POLIMORFISMOS NO GENE ABCB1 SOBRE A RESPOSTA TERAPÊUTICA E TOXICIDADE HEMATOLÓGICOS À QUIMIOTERAPIA DO CÂNCER DE MAMA	96

CAPÍTULO 5 – Direito

1. UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-SISTÊMICA COMO INCENTIVO À RESOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS: A Satisfação do Jurisdicionado	100
2. DIÁLOGO PERTINENTE ENTRE A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA E EUROPEIA ENVOLVENDO O PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR	104

CAPÍTULO 6 – Educação

1. LEITURA DE IMAGENS NA LICENCIATURA: A Multiplicidade de Olhares dos Estudantes	109
2. MUSEU PARA QUEM? - SOBRE MUSEU, ESCOLA E EXCLUSÃO CULTURAL	115
3. PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA MEDIADAS PELO AUDIOVISUAL	121
4. REPROVAÇÃO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS: Falas e Práticas Docentes	127
5. CIÊNCIAS NATURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Um Pensar com as Crianças	131
6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA DESDE EL SUR: Reflexões a Partir do Pensamento Decolonial Latino Americano	134
7. PROCESSOS DE EXPANSÃO DA REDE EDUCACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA À EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	139
8. FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO: Projetos de Formação Inicial, Continuada e de Extensão em Museus e Casas de Ciências	144
9. ESPAÇOS DE CIÊNCIA E ESCOLAS: Para Além da Complementariedade	148
10. O TEMPO INTEGRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	151
11. ESTUDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA	158
12. O CURRÍCULO PEDAGÓGICO SOB UMA PERSPECTIVA DA DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: Algumas Anotações Sobre a Experiência De um Pré-Vestibular Comunitário na Maré - Rio de Janeiro ..	162
13. UMA ANÁLISE DO CARÁTER EMANCIPATÓRIO EM ARTIGOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO SNEF E EPEF	167
14. GESTÃO ESCOLAR E DESEMPENHO: O Caso de duas Escolas Municipais na Grande Tijuca	172
15. EMBAIXADORES 3.0 E EDUCOPÉDIA – Plataformas de Autoformação ou Apenas um Ensaio Tecnológico na SME-RJ?	178
16. ABORDAGEM AMBIENTAL EM MAURÍCIO DE SOUZA: uma perspectiva conservadora do Meio Ambiente	182

17. APRENDER A RESISTIR E RESISTIR PARA APREENDER: Pedagogia dos Afetados e as Lutas Socioambientais no Brasil	187
18. O PAPEL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFLEXIVO DE BIOLOGIA: Uma Discussão dos Estagiários a Partir dos Diários de Campo	192
19. FICÇÃO E TESTEMUNHO: Um Convite a Demorar na Literatura Que Testemunha a Verdade Sem Verdade. Resenha de Demorar: Maurice Blanchot de Jacques Derrida1	199
20. O PERFIL EPISTEMOLÓGICO DA TECNOLOGIA EM OBRAS DE FICÇÃO CIENTÍFICA	204

CAPÍTULO 7 – Enfermagem

1. A PATERNIDADE SOB A ÓTICA PATERNA	209
2. PREDITORES DE READMISSÃO NÃO PLANEJADA EM PACIENTES INTERNADOS EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	214
3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INDICADORES DE QUALIDADE DO PMAQ 2012 NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	217
4. PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE QUALIDADE DE VIDA E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, BRASIL	223
5. A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE PELA MULHER GESTANTE	228
6. SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA PROMOVIDA POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM ÂMBITO: Características da Produção Científica	233
7. PANORAMA DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE INDÍGENA	239

CAPÍTULO 8 – Enfermagem e Biociências

1. A UNIÃO FAZ A FORÇA: Relato da Experiencia do Grupo Terapeutico CAPS/Clinica da Familia	246
2. A UTILIZAÇÃO DE MANUAIS PARA O CUIDADO DE GUERRA DURANTE A II GUERRA MUNDIAL ..	247
3. CIVILIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO À LUZ DE NORBERT ELIAS	253
4. ELEMENTOS SIMBÓLICOS NOS RITUAIS DE FORMATURA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO (1943-1956)	258

CAPÍTULO 9 – Gestão de Documentos e Arquivo

1. DATASETS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: Dados Brutos ou Documentos Arquivísticos?	262
2. ARQUIVOS DE ARTISTAS PLÁSTICOS: O Processo de Criação Artística nos Documentos de Rubens Gerchman	266

CAPÍTULO 10 – História

1. CONSERVADORES E LIBERAIS: Permanências e Rupturas Entre a Guarda Real e o Corpo Permanentes (1809 – 1839)	272
2. A MORTE COMO INSTRUMENTO DA COROA: Pena de Morte e Rituais de Execução no Brasil (1603-1822)	277
3. FUGAS DE ESCRAVOS NO RIO GRANDE DO SUL – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (Fronteiras e Quilombos)	282

4. A COSMOVISÃO AFRICANA DA MORTE: As Diferentes Vivências Entre os Africanos no Rio de Janeiro (C. 1750 – C.1850)	287
5. LIMITES DA CONSTITUCIONALIDADE NOS PERIÓDICOS OITOCENTISTAS: A Polícia nos Primeiros Anos do Império do Brasil	293
6. DE CAMPO SANTO A NECRÓPOLE SECULARIZADA: O Processo de Transformação do Cemitério Público nos Campos dos Goytacazes (1855 – 1934)	298
7. AS REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA NO CINEMA ARGENTINO E CHILENO	302
8. PRÁTICAS DE SEPULTAMENTO PORTESTANTE NA VILA DE NOVA FRIBURGO MARCADA POR UMA COLONIZAÇÃO CATÓLICA (1819-1889)	306

CAPÍTULO 11 – Memória Social

1. DESCOLONIZAR CORPOS SEXUADOS: Terrorismo Poético e Pornoterrorismo em Ações Estético-políticas	312
2. MEMÓRIA SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO NAS FAVELAS: Uma ucronia chamada Manguinhos	317
3. AS ESCOLAS EM PRISÕES E SEUS DOCENTES: Por Quê Trabalhar Lá?	323
4. O EU E O OUTRO: Descolonizando Subjetividades em Adriana Varejão	328
5. O MUNDO DOS INVISÍVEIS: As Redes Sociais e Narrativas das Pessoas em Situação de Rua	332
6. RASTROS MEMORIAIS E DEFICIÊNCIA: O Caso Tommy Edison	337
7. RONDONIA DE ROQUETTE-PINTO NO MUSEU NACIONAL	343
8. MEMÓRIA E IDENTIDADE: Um Estudo de Caso do Movimento de Justiça e Direitos Humanos	346
11. PATRIMONIALIZANDO O IMATERIAL: Memoração, reconhecimento e identidade na Feira Hippie de Ipanema	352

CAPÍTULO 12 – Neurologia

1. SIMULAÇÃO DE DINÂMICA MOLECULAR DA VARIANTE V66M DA BDNF	358
---	-----

CAPÍTULO 13 – Ensino de Física

1. ELEMENTOS DA RELATIVIDADE GERAL APRESENTADOS ATRAVÉS DE PARADOXOS ENVOLVENDO A LUZ	363
---	-----

CAPÍTULO 14 – Ensino de Matemática

1. NOVAS TECNOLOGIAS E O ENSINO DE PROBABILIDADE	367
--	-----

CAPÍTULO 14 – Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar

1. TRANSMISSÃO DE MICRORGANISMOS MULTIRRESISTENTES POR CONTATO DIRETO: Uma Reflexão Teórica	373
---	-----



Capítulo

1

Alimentos e Nutrição

EFEITO DO LICOPENO SOBRE A APOPTOSE DE CÉLULAS HEPÁTICAS DE RATAS ALIMENTADAS COM DIETA HIPERLIPÍDICA

Monique de Barros Elias Campos

Doutorado – Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição

moniquebarros.nutri@gmail.com

Prof. Dr. Anderson Junger Teodoro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

atteodoro@gmail.com

Prof. Dr. Vilma Blondet De Azeredo

Universidade Federal Fluminense – UFF

vilma.blondet@gmail.com

OBJETIVO

Estudar os efeitos do licopeno sintético e de molho de tomate na avaliação de apoptose de células hepáticas de ratas alimentadas com dieta hiperlipídica.

METODOLOGIA

Foram utilizados 50 *Rattus norvegicus Wistar albino*, fêmeas, adultas (90 dias) provenientes do LabNE-UFF. Os animais foram mantidos em experimentação em gaiolas individuais de polipropileno, ambiente com temperatura controlada (22°C +/- 2°C) e iluminação adequada (ciclo claro e escuro de 12 em 12 horas). O experimento teve duração de 60 dias e ao final deste período, os animais foram sacrificados. As carcaças dos animais foram congeladas e recolhidas por empresa especializada em retirada de material hospitalar. Os animais foram distribuídos em grupos por sorteio aleatorizado, com seu peso corporal analisado em software estatístico, aplicando análise de variância (ANOVA) e pós-teste (Tukey) para

verificação da homogeneidade dos grupos (em relação à massa corporal inicial). Os grupos (n=5/grupo) formados foram divididos da seguinte forma: 1- Grupo Controle (GC) - recebeu água filtrada e ração à base de caseína balanceada, em livre demanda. A ração controle foi elaborada de acordo com as recomendações da *American Institute of Nutrition* - AIN 93M que visa à manutenção das necessidades nutricionais dos animais em idade adulta. 2- Grupo Hiperlipídico (GH) - recebeu água filtrada e ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda. 3- Grupo Molho de Tomate (GT) - recebeu o extrato de tomate - (1,5g/dia), água filtrada e ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda. Molho de Tomate Knorr®. 4- Grupo Licopeno - 2 mg (GL2) - recebeu Licopeno *all-trans* WS (water soluble) 10% fornecido pela Roche (Rio de Janeiro, RJ, Brasil) dissolvido em água a 50°C - (2,0 mg/dia), água filtrada ração

hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda. 5- Grupo Licopeno - 4 mg (GL4) - recebeu Licopeno *all-trans* WS (water soluble) 10% fornecido pela Roche (Rio de Janeiro, RJ, Brasil) dissolvido em água a 50°C - (4,0 mg/dia), água filtrada ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda. 6- Grupo Licopeno - 8 mg (GL8) - recebeu Licopeno *all-trans* WS (water soluble) 10% fornecido pela Roche (Rio de Janeiro, RJ, Brasil) dissolvido em água a 50°C - (8,0 mg/dia), água filtrada ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda. Ao final do experimento, os animais foram mantidos em jejum e sacrificados. Houve coleta de sangue por punção cardíaca para determinação de enzimas hepáticas e do tecido hepático para determinação de células apoptóticas por citometria de fluxo. O tratamento estatístico utilizado foi *Anova one-way* e *Tukey* como pós-teste, considerando $p < 0,05$.

RESULTADOS

Os grupos GL2 ($196,8g \pm 9,08$) e GL4 ($188,8g \pm 6,18$) induziram uma diminuição significativa do peso dos animais em comparação ao GC ($261g \pm 10,06$). Na avaliação de enzimas hepáticas (AST e ALT), observou-se que não houve diferença significativa entre os grupos tratados e não tratados.

Tabela 1: Parâmetros antropométricos e bioquímicos dos diferentes grupos do estudo

	GC	GH	GT	GL2	GL4	GL8
Peso Corporal (g)	261,00 ± 10,06 ^a	268,20 ± 17,68 ^a	277,70 ± 11,48 ^a	196,80 ± 9,08 ^b	188,80 ± 6,18 ^b	258g ± 9,84 ^b
Peso do Fígado	7,86g ± 1,12 ^a	7,1g ± 1,34 ^a	8,5g ± 1,85 ^a	5,78g ± 0,86 ^b	5,82g ± 0,95 ^b	7,98g ± 1,16 ^b
AST	195,6 ± 52,02 ^a	219,8 ± 33,38 ^a	198,2 ± 52,7 ^a	177,8 ± 49,8 ^a	176,4 ± 26,5 ^a	168,6 ± 28,8 ^a
ALT	32,6 ± 6,02 ^a	38,0 ± 5,38 ^a	29,0 ± 4,89 ^a	28,0 ± 5,43 ^a	33,2 ± 5,48 ^a	27,4 ± 6,06 ^a

Tabela 2: Monitoramento de morte celular por citometria de fluxo

Grupos	Células Viáveis (Anexina V- /PI-)	Apoptose inicial (Anexina V+ /PI)	Apoptose tardia (Anexina V+ /PI+)	Células em Necro (Annexin V- PI+)
CT	89,85 ± 3,96 ^a	2,18 ± 1,55 ^a	3,91 ± 1,90 ^a	2,69 ± 1,67 ^a
HP	66,58 ± 10,16 ^b	22,98 ± 7,78 ^b	6,59 ± 1,80 ^b	1,72 ± 0,43 ^a
HP + MT	76,84 ± 9,55 ^c	10,02 ± 3,11 ^c	7,95 ± 1,12 ^b	1,46 ± 0,31 ^a
HP + L2	79,70 ± 10,85 ^{c,d}	11,92 ± 8,74 ^c	5,58 ± 0,86 ^b	3,07 ± 2,49 ^a
HP + L4	82,00 ± 6,04 ^d	5,58 ± 1,43 ^c	6,41 ± 1,65 ^b	3,43 ± 0,25 ^a
HP + L8	83,40 ± 3,70 ^d	8,55 ± 3,06 ^c	6,63 ± 2,72 ^b	2,47 ± 1,92 ^a

Na avaliação da apoptose, foi constatado um aumento de células em apoptose no GH (22,98 ± 7,78) quando comparado ao GC (2,18 ± 1,55). Após o tratamento com licopeno isolado, tanto os grupos (GL2 - 11,92 ± 8,74, GL4 - 5,58 ± 1,43 e GL8 - 8,55 ± 3,06)

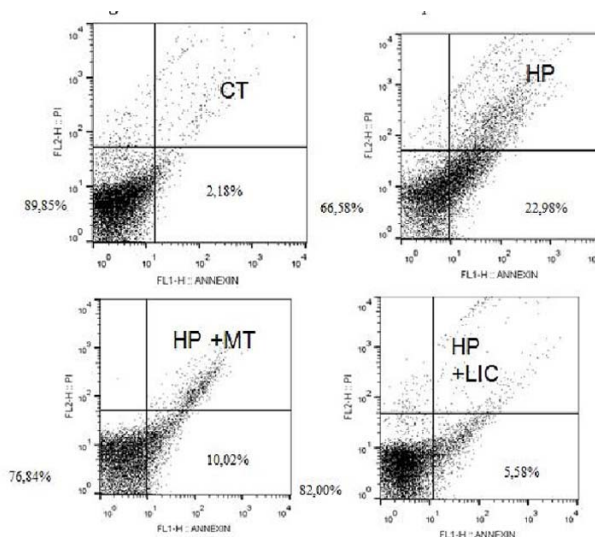


Figura 1. Monitoramento de morte celular por citometria de fluxo.

e o grupo com molho de tomate (GMT- $10,02 \pm 3,1$) ambos, apresentaram uma diminuição acentuada no percentual de células em apoptose em relação ao GH, não havendo diferença entre as doses de licopeno utilizadas e entre os grupos tratados com licopeno e molho de tomate.

CONCLUSÃO

Os grupos tratados com licopeno isolado e molho de tomate demonstraram um efeito protetor sobre a função e integridade do tecido hepático de ratas suplementadas com dieta hiperlipídica.

REFERÊNCIAS

Bucchieri, F., et al.. Asthmatic bronchial epithelium is more susceptible to oxidant-induced apoptosis. *Am. J. Resp. Cell Mol. Biol.*, v.27, n.2, p.179-85, 2002.

França, B. K., Alves, M. R. M., Souto, F. M. S., Tiziane, L., Boaventura, R. F., Guimarães, A., & Alves, A. Peroxidação lipídica e obesidade: Métodos para aferição do estresse oxidativo em obesos. *J Port Gastroenterol.* v. 20, n. 5, p. 199-206, 2013.

Jaeschke H. Reactive oxygen and mechanisms of inflammatory liver injury. *J Gastroenterol Hepatol*, v.15, n.7, p. 718-724, 2000.

.Kaklamani E, Trichopoulos A, Tzonou A, Zavitsanos X, Koumantaki Y, Hatzakis A, et al. Hepatitis B and C viruses and their interaction in the origin of hepatocellular carcinoma. *JAMA*; 265:1974-6, 1991.

Teodoro, A. J. et al. Effect of lycopene on cell viability and cell cycle progression in human cancer cell lines. *Cancer Cell Int*, v. 12, n. 1, p. 36. 2012.

Teodoro, A. J. et al. Lycopene isomerisation and storage in an in vitro model of murine hepatic stellate cells. *Eur J Nutr*, v. 48, n. 5, p. 261-8. 2009.

Upadhyaya Kr, Radha Ks, And Madhyastha Hk: Cell cycle regulation and induction of apoptosis by beta-carotene in U937 and HL-60 leukemia cells. *J Biochem Mol Biol* 40, 1009-1015, 2007.

Yu MC, Yuan JM, Govindarajan S, Ross RK. Epidemiology of hepatocellular carcinoma. *Can J Gastroenterol*; 14:703-9, 2000.

EFEITO DO CONSUMO DE MOLHO DE TOMATE E LICOPENO NO CICLO CELULAR DE CÉLUCAS CARDÍACAS

Vanessa Azevedo de Jesus

Doutorado - Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição

vanessa.adj@gmail.com

Prof. Dr. Anderson Junger Teodoro

Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição – UNIRIO

atteodoro@gmail.com

Prof. Dr. Vilma Blondet de Azeredo

Programa de Pós-graduação em Ciências Aplicadas à Produtos para a Saúde – UFF

vilma.blondet@gmail.com

OBJETIVO

Estudar o efeito do consumo de molho de tomate e diferentes concentrações de licopeno isolado sobre o ciclo celular de células cardíacas de ratas alimentadas com dieta hiperlipídica.

METODOLOGIA

Foram utilizados 50 *Rattus norvegicus Wistar* albino, fêmeas, adultas (90 dias) provenientes do LabNE-UFF. Os animais foram mantidos em experimentação em gaiolas individuais, ambiente com temperatura controlada (22°C +/- 2°C) e iluminação adequada (ciclo claro e escuro de 12 em 12 horas) durante 60 dias. Os animais foram divididos em 5 grupos (n=05):

1- Grupo Controle (GC) - recebeu água filtrada e ração à base de caseína balanceada, em livre demanda. A ração controle foi elaborada de acordo com

as recomendações da *American Institute of Nutrition* – AIN 93M que visa à manutenção das necessidades nutricionais dos animais em idade adulta.

2- Grupo Hiperlipídico (GH) – recebeu água filtrada e ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda.

3- Grupo Molho de Tomate (GT) – recebeu o extrato de tomate – (1,5g/dia), água filtrada e ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda. Molho de Tomate Knorr®.

4- Grupo Licopeno – 2 mg (GL2) – recebeu Licopeno *all-trans* WS (water soluble) 10% fornecido pela Roche (Rio de Janeiro, RJ, Brasil) dissolvido em água a 50°C – (2,0 mg/dia), água filtrada, ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda.

5- Grupo Licopeno – 4 mg (GL4) – recebeu Licopeno *all-trans* WS (water soluble) 10% fornecido pela Roche (Rio de Janeiro, RJ, Brasil) dissolvido em água a 50°C – (4,0 mg/dia), água filtrada, ração hiperlipídica (20,6%) à base de caseína, em livre demanda.

Ração e água foram ofertados ad libitum e as soluções com molho de tomate e diferentes concentrações de licopeno foram ofertadas diariamente. Após 60 dias, os animais foram mantidos em jejum e sacrificados. O tecido cardíaco dos animais foi extraído, imediatamente pesado e submetido à citometria de fluxo para análise do ciclo celular e o sangue foi obtido por punção cardíaca para posteriores análises bioquímicas. Para comparação das médias entre grupos foi utilizado Anova *one-way* e Tukey como pós-teste.

RESULTADO

De acordo com a Tabela 1, os grupos GT, GL2 e GL4 apresentaram glicemia menor em relação aos demais grupos. Os grupos que receberam a ração hiperlipídica apresentaram aumento do triglicerídeo quando comparado ao GC, com exceção do grupo que foi suplementado com 4mg de licopeno (GL4) que apresentou resultado semelhante ao GC. O GT apresentou valores superiores de colesterol total quando comparado aos demais grupos e não houve diferença estatística entre os valores de HDL entre os grupos.

Tabela 1: Parâmetros bioquímicos dos diferentes grupos do estudo.

	GC	GH	GT	GL2	GL4
Glicemia (mg/dL)	107,00±2,65 ^a	101,67±4,51 ^{a,c}	86,20±4,76 ^b	88,60±4,56 ^b	88,60±6,80 ^b
Colesterol total (mg/dL)	46,00±8,60 ^{a,b}	45,00±3,54 ^b	60,00±4,06 ^c	56,80±8,14 ^{a,b,c}	53,80±4,49 ^{a,b,c}
HDL (mg/dL)	21,60±3,51 ^a	22,40±1,34 ^a	25,00±2,55 ^a	24,20±1,30 ^a	23,40±1,34 ^a
Triglicerídeos (mg/dL)	31,60±8,17 ^a	47,00±7,94 ^b	41,20±7,66 ^b	40,00±6,20 ^b	33,25±7,68 ^a

Em relação ao ciclo celular, pode ser observado na Tabela 2 e na Figura 1 que o GH diminuiu G0-G1 e aumentou G2-M quando comparado aos demais. O GT teve comportamento similar ao GC, enquanto GL2 e GL4 aumentaram G0-G1.

Tabela 2: Percentual de células viáveis do ciclo celular dos diferentes grupos do estudo.

Grupos	G0/G1	S	G2/M
GC	56,20 ± 4,34	6,35 ± 0,47	7,39 ± 0,95
GH	47,98 ± 6,28	6,64 ± 0,97	11,80 ± 1,51
GT	56,55 ± 7,42	5,70 ± 0,48	7,83 ± 0,99
GL2	71,8 ± 7,48	6,42 ± 1,28	6,11 ± 1,53
GL4	69,1 ± 10,35	7,53 ± 1,12	8,02 ± 1,13

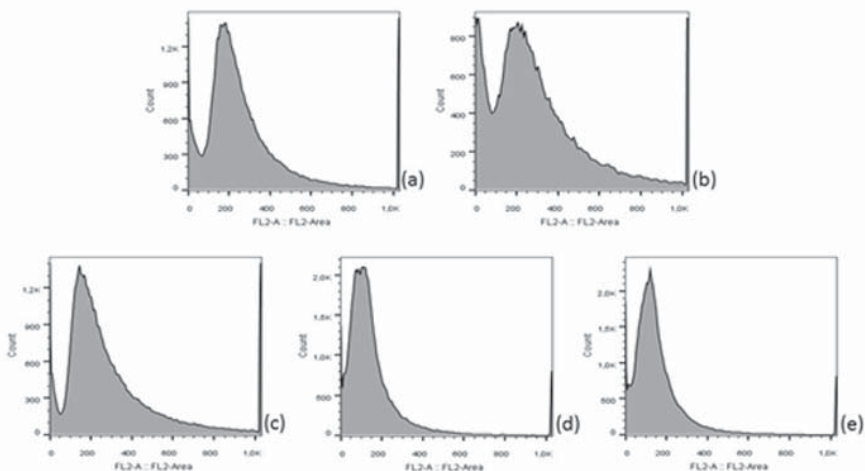


Figura 1: Efeito do molho de tomate e diferentes concentrações de licopeno na progressão do ciclo celular dos diferentes grupos do estudo. a- grupo controle; b- grupo hiperlipídico; c- grupo

CONCLUSÃO

O licopeno isolado e o molho de tomate exerceram efeito protetor sobre o metabolismo cardíaco de *Rattus Norvergicus* alimentados com dieta hiperlipídica.

REFERÊNCIAS

GERALDO, J.M. & ALFENAS, R.C.G. Papel da Dieta na Prevenção e no Controle da Inflamação Crônica – Evidências Atuais. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 52, n. 6, p. 951-967, 2008

LIBBY, P.; RIDKER, P.M.; MASERI, A. Inflammation and Atherosclerosis. **Circulation**, v.105, p.1135-1143, 2002.

ROCHA, V.Z.; LIBBY, P. Obesity, inflammation and atherosclerosis. **Natures Reviews Cardiology**, v.6, 6, p.399-409, 2009.

OLIVEIRA M.C.; SCHOFFEN, J.P.F.S. Oxidative Stress Action in Cellular Aging. **Brazilian Archives of Biology and Technology**. v.53, n. 6, p. 1333-1342, 2010

TEODORO, A.J. *et al.* Effect of lycopene on cell viability and cell cycle progression in human cancer cell lines. **Cancer Cell International**, v. 12, n. 1, p. 36, 2012.



Capítulo 2

Biblioteconomía

O BIBLIOTECÁRIO E A PESQUISA: Um Estudo Sobre Biblioteconomia para a Pesquisa Hoje

Adriana de Moura Gasparino

Mestranda do Programa de Pós Graduação
em Biblioteconomia- UNIRIO

adrianagasparino@yahoo.com.br

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes

Doutora em Ciência da Informação

geni@centroin.net.br

INFORMAÇÃO ENTRE OS MÚLTIPLOS ATORES NA PESQUISA

Desde há muito a Biblioteconomia tem se dedicado à identificação, ordenamento e disponibilização de informação bibliográfica em apoio à comunicação científica formal. Entretanto, é menos comum se encontrar produtos e serviços que tratem outros fluxos de informação também relevantes para as atividades de pesquisa.

Por outro lado, tem ganhado visibilidade crescente na literatura os trabalhos que tratam de transformações ocorridas no modo de produzir conhecimento, materializados em diversos modelos que têm em comum o entendimento de que no atual modo participam e interagem múltiplos atores, além dos próprios pesquisadores. As novas ou agora perceptíveis interações entre multiatores implica em diversos fluxos de informação, que colocam interrogação acerca da adequação, suficiência e alcance das já consagradas práticas, produtos e serviços biblioteconômicos que atendem à pesquisa.

O bibliotecário, por suas atribuições profissionais, está apto a gerenciar os fluxos de informações, buscando meios para sua facilitação, reduzindo assim o exame das oportunidades e economizando tempo ao pesquisador. Por este motivo, a proposta deste estudo trata de pensar meios para o gerenciamento de fluxo de informação em vista de contribuir ao desenvolvimento da pesquisa no Brasil, colocando seu olhar sobre a relação entre pesquisadores e instituições de fomento à pesquisa.

OBJETIVOS

Considerando os fluxos informacionais entre os múltiplos atores no atual modo de produzir conhecimento, os objetivos desta pesquisa incidem na correspondência desejável da biblioteconomia a este novo modo.

Geral

Criar um instrumento para filtragem de editais e bolsas de fomento à pesquisa.

Específicos

- Identificar, nos editais, os elementos chave de sua adequação à pesquisa/pesquisadores.
- Identificação da localização destes elementos na macroestrutura documental dos editais.
- Criar um modelo de organização dos elementos identificadores a partir de categorias e uso do método descritivo de entidades e relacionamentos.
- Criar diretrizes para análise documental dos editais;
- Sugerir normas de entrada destes indicadores nos campos de descrição do instrumento.

JUSTIFICATIVA

A produção científica brasileira tem se ampliado no decorrer dos últimos anos e, conforme Hernan Chaimovich Guralnik (2015), presidente do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o “[...] aumento explosivo da produção científica é paralelo ao aumento da pós-graduação [...]”. A Internet aparece como ferramenta importante nesta aceleração, proporcionando abundância de informação, e as possibilidades de troca e colaboração, seja entre pesquisadores, seja entre pesquisadores e outros atores intervenientes na produção de conhecimento. As possibilidades e importância destas multirrelações exigem dos pesquisadores dispêndio tempo para além de sua pesquisa propriamente dita. Dificilmente haverá pesquisa sem financiamento e demanda tempo buscar oportunidades, seja de financiadores privados, seja de agências públicas. A rapidez das inovações tecnológicas, no âmbito da informação e da comunicação, também implica em rápida obsolescência, impulsionando à busca de novas formas de minimizar as perdas e aumentar os ganhos, sejam eles de tempo ou monetários.

O bibliotecário vem redescobrando que um dos seus papéis dentro da comunidade científica. A ampliação de suas ações para dar conta de diversos fluxos de informação deve ter em conta suas dinâmicas, diversas formas e formatos, exigindo competências específicas para pesquisar, coletar, organizar, manter e disseminar a grande gama de dados e informações necessários à pesquisa e os gerados e documentados durante os processos de pesquisas.

METODOLOGIA

A metodologia está subdividida em marcos teóricos-conceituais e método. O marco teórico apresenta modelos sobre o entendimento atual do modo de produção de conhecimento, com destaque para Latour (2001). Apresentam-se os elementos e funções da análise documentária, utilizada para análise dos editais e ainda os princípios de modelação conceitual por categorias e descrição por entidade-relacionamento que servirá para organizar dos descritores selecionados.

Marcos Teóricos

Embora boa parte dos trabalhos que descrevem as mudanças no modo de produção de conhecimento científico desde o pós-segunda guerra date dos anos 1990, apenas, recentemente, o assunto ganhou mais atenção, desencadeado pela chamada crise do periódico e a reação a ela que resultou no movimento acesso aberto.

Gibbons et al (1997), diz que "[...] os novos modos de produzir conhecimento supõem a existência de diferentes mecanismos de gerar e comunicar com atores [...]", independente de localização e da história de cada um dos envolvidos.

A mudança tem sido abordada sob inúmeros aspectos, como relações entre as disciplinas acadêmicas, entre atores, meios de financiamento, *accountability*, critérios de validação, instrumentos e meios de comunicação de resultados, acesso e interoperabilidade de dados etc. Isto certamente implica em novas demandas por serviços e produtos de informação "para" e "sobre" ciência e tecnologia.

A desilusão com a ciência, decorrente em parte de males como a poluição, a responsabilização sobre seu uso (bomba atômica) e da mercadologização do conhecimento em detrimento de demandas sociais, agora daria lugar a novas percepções sobre a inovação. Aí se incluem novos atores, munidos de facilidades tecnológicas de informação e comunicação, ampliando-se a interlocução, demandando outros modos de governança da ciência e, porque não dizer, uma demanda por redistribuição nas responsabilidades de escolha (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011).

Apesar dos modelos propostos apresentarem diferenças, especialmente por tratarem da observação de aspectos mais específicos no modo de produção, todos passaram a incluir uma multiplicidade de atores concorrentes e a descrever seus papéis nos rumos das pesquisas.

Método

Foi realizada uma pesquisa nos sites da *SciELO – Scientific Electronic Library Online*, Portal de Periódicos Capes e na BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no período de julho a dezembro de 2015, em vista de buscar na literatura as elementos que permitissem fazer uma análise tipológica dos editais de forma a identificarmos os tipos de editais existentes e como filtrá-los.

Para identificar, nos editais, os elementos que servem como identificadores de adequação a pesquisa e ao pesquisador, utilizar-se-á análise documental, identificando a posição destes elementos na macroestrutura dos editais.

Identificados os descritores relevantes e sua posição na estrutura documental propõe-se a criação de modelo gráfico de organização a partir de categorias e uso do método descritivo de entidades e relacionamentos.

Depois, deve-se criar diretrizes para leitura documental de editais e sugerir normas de entrada dos descritores nos campos de descrição do instrumento.

Conclusões preliminares

Observou-se que os tipos documentais “editais” têm padrões por agência, mas apresentam diferenciações de estruturação de uma agência para outra. Isto implicará em diretrizes gerais e diretrizes específicas para cada agência na leitura documental.

REFERÊNCIAS

GIBBONS, Michael. The roles of science in technological innovation. *Research Policy*, v. 3, issue 3, p. 220-242, 1974. Disponível em: <http://www.aciic.org.au/assets/Publications/Res-Pol-74.pdf> >. Acesso em: 08 fev. 2016.

GIBBONS, Michael et al. *La nueva producción del conocimiento: la dinámica de la ciencia y la investigación em las sociedades contemporâneas*. Barcelona: Pomares, 1997. Disponível em: <http://users.dcc.uchile.cl/~cgutierr/cursos/cts/articulos/gibbons.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um

domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/131> >. Acesso em: 09 dez. de 2015

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A Documentação e o neodocumentalismo. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (Orgs.). **Ciência da informação e documentação**. Campinas-SP: Alínea, 2011.

GURALNIK, Hernan Chaimovich. Novo presidente do CNPq, Chaimovich fala sobre pesquisa e desenvolvimento. **Jornal da USP**, São Paulo, 06 mar. 2015. Entrevista concedida a Paulo Hebmüller pelo novo presidente do CNPq. Disponível em: <<http://www5.usp.br/87545/novo-presidente-do-cnpq-chaimovich-fala-sobre-pesquisa-e-desenvolvimento/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **Transinformação**, Campinas, v.22, n.1, p. 7-17, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/481> . Acesso em: 10 jul. 2016.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. Tradução de Hagar Espanha. Introdução aos Trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal. Paris, 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/#x> . Acesso em: 17 jun. 2016.

VELHO, Léa. **Modos de produção de conhecimento e inovação: estado da arte e implicações para a política científica, tecnológica e de inovação**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em:< <http://www.cgee.org.br/atividades/redirect/6361>>. Acesso em 07 jul. 2015.

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA DO INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA DA UFRJ

ANA PAULA ALVES TEIXEIRA

Mestranda em Biblioteconomia pelo PPGB/MPB da UNIRIO

Bibliotecária do IMPPG/UFRJ

E-mail: apteixeira@micro.ufrj.br

ICLÉIA THIESEN

Pós-doutora em Ciência da Informação pela
Université Paul Sabatier (Toulouse-França)

Doutora em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT

Professora Titular do PPGB/MPB da UNIRIO

E-mail: icleiathiesen@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de reconstruir a memória de um dos expoentes das Ciências da Saúde na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Instituto de Microbiologia Paulo de Góes comemora, em 2013, o centenário de seu patrono. A Culminância das comemorações acontece no espaço da Biblioteca do Instituto com a exposição "Um olhar memorialista sobre a Ciência" evento que propicia uma investigação dos primórdios do ensino da Microbiologia, passando por diferentes instalações até chegar a atual localização no prédio do Centro de Ciências em Saúde. A Universidade é o cenário do fortalecimento da teoria dos microrganismos, que ganha corpo ao passar de disciplina a área de conhecimento com unidade própria na UFRJ. Ao jogar um foco de luz sobre o crescimento da Microbiologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, percebe-se que pinturas e placas expostas nos espaços do Instituto, além de fotografias, certificados são fontes de informação relacionadas a importantes fatos da história política, social e cultural da formação científica em saúde pública no Brasil a partir do século XX até a contemporaneidade. A história que cerca os objetos documentais dá sentido à memória da comunidade da Microbiologia quando

armazena ideias, fatos e ações. Ao longo da exposição identifica-se também a Biblioteca do Instituto como lugar de memória, pois é espaço que cumpre o importante papel de preservar sua Memória Institucional, possibilitando a pesquisa referente à evolução histórica e científica de cada Instituição. O caminho percorrido na constituição do IMPPG é um importante registro da história educacional e de produção acadêmica do Rio de Janeiro, caracterizando-se como importante patrimônio documental a ser lembrado, preservado e divulgado. Para atender ao anseio da comunidade em reunir e caracterizar a memória do IMPPG é imprescindível contextualizar a trajetória do grupo da Microbiologia da UFRJ à história social e política da Sociedade de cada época, na qual está inserido. No cenário descrito, a biblioteca é o espaço pensado para analisar, tratar e organizar a materialidade que representa a memória da Unidade.

OBJETIVOS

A consolidação da identidade representativa no campo da Microbiologia da Universidade do Rio de Janeiro norteia esta pesquisa que tem por objetivo geral caracterizar o processo de organização do conhecimento da Microbiologia fundado por Paulo de Góes na biblioteca do Instituto que porta seu nome, assim como evidenciar as ações que empreendeu em prol da Microbiologia e da memória científica do campo. Analisar as estratégias construídas por Paulo de Góes, no sentido de institucionalizar o campo da Microbiologia na UFRJ constitui o objetivo específico.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão é considerada de caráter exploratório com abordagem qualitativa. O estudo exploratório converge para a compreensão de um determinado contexto. A pesquisa qualitativa obtém vantagem quando interage com uma realidade que não há como ser quantificada, conforme explica Minayo (2012, p.21):

[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Este conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

A pesquisa engloba as etapas de levantamento bibliográfico e revisão de literatura. O Fundo Paulo de Góes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), bem como os Anais do Instituto, criados por Paulo de Góes são fontes documentais que dão alicerce à coleta das informações sobre os primórdios do Instituto de Microbiologia. Outras informações vêm sendo coletadas com base em extenso levantamento documental, referenciado em fontes de conteúdo histórico e arquivo fonográfico nas seguintes instituições: acervo das bibliotecas da UFRJ, Museu da Imagem e do Som e no livro "O centenário do Professor Paulo de Góes *1913 +1982, lançado durante as comemorações".

RESULTADOS

A exposição "Um olhar memorialista sobre a Ciência" foi uma aposta na qual se buscou como objetivo promover maior interação dos usuários com a memória do Instituto nos seus diversos formatos documentais, confirmando um total alinhamento entre sua vocação de organização e disseminação e a necessidade de responder a demandas do grupo da Microbiologia da UFRJ. Após a exposição surge a inquietação de prosseguir nas investigações acerca da memória do grupo da UFRJ. Os estudos iniciados a partir da submissão do projeto busca trazer novos sentidos à materialidade constituída na Microbiologia.

No contexto das comemorações do centenário, a biblioteca passou a ser um centro de armazenamento dos diferentes acervos do Instituto. A exposição potencializou, sobretudo, o espaço da biblioteca como lugar de memória e ofereceu ao Instituto um local de difusão cultural, transfigurando-a em um formato mais criativo de atuação. Nestes termos, pretende-se evidenciar que a Biblioteca do Instituto de Microbiologia Professor Paulo de Góes se configura como um lugar que mantém íntima relação com os universos da memória e do patrimônio, e que, por esta razão, deve participar ativamente de todas as etapas que garantam a valorização dos processos de formação desse campo científico na UFRJ. Os Anais do Instituto e o Fundo Paulo de Góes revelam outros nomes que participaram do desenvolvimento do Instituto de Microbiologia. Paulo de Góes e algumas personalidades como: Joaquim Travassos, Amadeu Cury e Ítalo Suassuna formaram o grupo de profissionais dedicados à consolidação da Microbiologia na UFRJ, com posterior solidificação dessa Ciência pelo Brasil (ANAIS, 1953; FUNDAÇÃO, 1969). Personagens como Pedro Calmon, Carlos Chagas Filho e Deolindo Couto conviveram intimamente com Góes e o apoiaram no fortalecimento da Microbiologia (CENTENÁRIO, 2013).

No processo de formação do Instituto, percebe-se o ideal de Paulo de Góes quanto à valorização da biblioteca como ambiente de formação científica, cultural e de

sociabilização. Góes forma o acervo da biblioteca, a partir da concepção dos Anais que são ofertados às outras Instituições por meio de permuta (ANAIS, 1951). Entendemos que a Biblioteca da Microbiologia não se define apenas como um ambiente onde se organiza e se preserva os insumos físicos, mas como lugar que retrata a memória de um segmento social.

CONCLUSÃO

A exposição antes mencionada se propôs a atender ao imperativo da comunidade quanto à necessidade da preservação e divulgação de seus bens culturais às futuras gerações da Universidade. Partindo-se para as pesquisas pós-exposição, compreende-se que o Instituto de Microbiologia por si só constitui-se um espaço de memória, tendo assumido a sua materialidade no refeitório do pavilhão que pertencia ao prédio do Hospital de Alienados. Materialidade essa eternizada em imagens do grupo da Microbiologia, que usava as fachadas do pavilhão como cenário fotográfico. A Biblioteca do Instituto de Microbiologia já expressava o pensamento contemporâneo de Paulo de Góes, quando este a apresentava aos convidados que chegavam ao Instituto (COLEÇÃO, 2016). A pesquisa reflete a expectativa de tornar a Biblioteca uma instituição cultural capaz de provocar transformações no corpo institucional através da descoberta de ações que levaram ao nascimento do Instituto de Microbiologia e da força que o ensino dessa Ciência apresenta na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ANAIS do Instituto de Microbiologia, Rio de Janeiro, 1951.

ANAIS do Instituto de Microbiologia, Rio de Janeiro, 1953.

CENTENÁRIO do professor Paulo de Góes: 1913–2013. Organizado por Maria Isabel Madeira Liberto e Maulori Curié Cabral. Rio de Janeiro: Access, 2013.

COLEÇÃO Pedro Calmon: biografia. In: Biblioteca Pedro Calmon (Fórum de Ciência Cultura). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016 Disponível em: <<http://biblioteca.forum.ufrj.br/index.php/colecoes/colecao-pedro-calmon/biografia-p-c>> Acesso em: 03 jun 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Paulo de Góes: inventário preliminar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1969.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

O COMPORTAMENTO LEITOR DOS ALUNOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIRIO

CILENE ALVES DE OLIVEIRA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia

cileneoliveira@rioeduca.net

ELISA CAMPOS MACHADO

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação
em Biblioteconomia

emachado2005@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Souza (2009) era a elite culta, pertencente a classes abastadas e de alto nível cultural, que procurava o curso de Biblioteconomia para agregar ao gosto pela leitura literária a técnica que lhes faltava. Entretanto, desde 1915, quando surgiu o primeiro curso de Biblioteconomia até os dias atuais, o perfil leitor desse profissional da informação se modificou bastante.

Se considerarmos que é a leitura que garante competências e habilidades para o bibliotecário trabalhar com as práticas que envolvem a formação de novos leitores, cabe questionar: qual o perfil leitor dos alunos que frequentam os cursos de Bacharelado em Biblioteconomia na atualidade? Afinal são eles que serão os futuros promotores da leitura em bibliotecas públicas e escolares.

A presente pesquisa encontra-se dentro da linha de pesquisa Biblioteconomia, Cultura e Sociedade, no curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Integra o Projeto de Pesquisa "Políticas Culturais para Bibliotecas Públicas" dentro do Grupo de Pesquisa "Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexões e práticas" (GPBP).

A pesquisa parte da hipótese de que os bibliotecários, atualmente, não apresentam um perfil leitor adequado para atuar como mediadores de leitura, apesar da

convivência diária com os livros, e do estímulo à participação em eventos da área e das vivências e experiências desses profissionais nas diversas festas literárias e eventos sobre livro e leitura que ocorrem na região e no país.

Essa hipótese vai contra a história dos ingressantes dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, que em seus primórdios era formado por poetas e escritores, de classes abastadas e de alto nível cultural que procuravam o curso de Biblioteconomia justamente por sua condição de ávidos leitores, pelo menos até os anos de 1960, como apresentado nas pesquisas relativas ao ensino da Biblioteconomia ano Brasil de Souza (2009).

As preocupações com o perfil leitor dos estudantes de Biblioteconomia e dos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas e escolares vêm ao encontro da afirmação de Machado (2012, p.61): "é imprescindível que os que formulam e aplicam os projetos de estímulo à leitura estejam embebidos desse convívio íntimo e entusiasmado com textos literários".

OBJETIVOS

O objetivo geral dessa pesquisa é apresentar o perfil leitor dos alunos de Biblioteconomia da UNIRIO com vistas a fornecer subsídios para formulação e avaliação de programas curriculares que valorizem a leitura em cursos de Biblioteconomia.

Os objetivos específicos são:

- refletir sobre os conceitos e teorias acerca da leitura e do comportamento leitor dos bibliotecários;
- levantar dados sobre o comportamento leitor em futuros profissionais da área de Biblioteconomia;
- analisar os resultados com vistas a apresentar o perfil leitor dos alunos de Biblioteconomia da UNIRIO.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem quantitativa e qualitativa, com objetivos exploratórios. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, é uma pesquisa de levantamento.

Para responder ao primeiro objetivo específico, que se caracteriza na construção do referencial teórico, foi realizado um levantamento bibliográfico para subsidiar as discussões, reflexões e análise dos resultados.

As palavras chaves utilizadas durante o levantamento foram: leitura, leitura literária e indicadores de leitura. A partir dessa definição, foi feita uma busca bibliográfica na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), para recuperar artigos publicados nos últimos dez anos.

Além disso, levamos em consideração a produção de pesquisadores reconhecidos como referência no campo da leitura e literatura e a bibliografia indicada nas disciplinas realizadas durante o período de cumprimento dos créditos do curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, do PPGB da UNIRIO, nos anos de 2015 e 2016.

Definimos como universo desta pesquisa os alunos ingressantes e aqueles que se encontram em fase de conclusão dos cursos diurno e noturno de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO.

Tendo em vista que se trata de pesquisa direta com seres humanos, incluindo o manejo de informações, foi necessária uma autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pró-Reitoria de Pós Graduação (PROPG) da UNIRIO, por intermédio da Plataforma Brasil. A pesquisa foi autorizada, recebendo o número de protocolo 54120416.5.0000.5285.

Para identificar o perfil leitor dos estudantes lançaremos mão da metodologia proposta pelo Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (CERLALC, 2015) denominado "Metodologia comum para examinar e medir o comportamento leitor: o encontro com o digital", a qual propõe a utilização de um questionário que, neste caso, foi adaptado para atender de maneira mais adequada os objetivos dessa pesquisa.

O questionário, que será respondido de forma anônima pelos alunos, será aplicado em meio eletrônico, utilizando a ferramenta de formulário online do Google.

RESULTADOS PRELIMINARES

A partir dos resultados obtidos no levantamento bibliográfico e na consulta a autores considerados referência na área foi possível construir o referencial teórico que subsidiará as análises dos resultados obtidos no levantamento de dados acerca do perfil leitor dos alunos de Biblioteconomia.

O referencial teórico aborda a concepção de leitura na atualidade, a formação do leitor, o bibliotecário leitor e apresenta também os indicadores e pesquisas sobre leitura no Brasil. Nesse cenário, cabe destaque para alguns autores considerados

referência na área: Paulo Freire, Maria Helena Martins, Emília Ferreiro, Jussara Pereira Santos, Silvia Castrillon, Michele Petit, Roger Chartier, Teresa Colomer, Geneviève Patte, Ezequiel Theodoro da Silva, Nanci Gonçalves da Nóbrega.

Em relação à coleta de dados acerca do perfil leitor dos estudantes de Biblioteconomia, foi realizado um primeiro teste com um grupo de 30 bibliotecários da Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Municipal de Cultura (SMC) da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar se havia alguma inconsistência que necessitasse ser corrigida. Os resultados do teste estão em fase de análise e nos ajudarão a ajustar o instrumento de maneira a qualificar sua aplicação.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Não é muito comum encontrar o tema Leitura, tampouco Leitura Literária como tema dos trabalhos apresentados por bibliotecários ou dos profissionais ligados à Ciência da Informação. Percebe-se um interesse maior na área técnica da profissão. Na busca por artigos com as palavras-chave Leitura e Leitura Literária no Banco de Dados da BRAPCI, onde constam 17.826 (dezesete mil, oitocentos e vinte e seis) trabalhos em revistas científicas e de eventos, apenas 442 (quatrocentos e quarenta e dois) artigos sobre leitura apareceram na busca, ou seja, apenas 2,5% dos artigos. Sendo que na busca sobre Leitura Literária apenas 15 (quinze) artigos foram recuperados: 0,08% dos artigos!

Esperamos que a pesquisa não tenha um fim em si mesma, mas que seja um ponto de partida para revisar conceitos e adotar novas práticas para que se alcancem cada vez resultados melhores na prática bibliotecária, possibilitando reflexões e críticas pertinentes ao trabalho de incentivo à leitura no curso de graduação em Biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

CASTRILLÓN, Silvia. *O direito de ler e de escrever*. São Paulo: Pulo do gato, 2011.

CERLALC. *Metodologia comum para examinar e medir o comportamento leitor*. Disponível em: <<http://cerlalc.org/metodologia-comum-para-examinar-e-medir-o-comportamento-leitor-o-encontro-com-o-digital/>>. Acesso em 07 Ago 2015

SOUZA, Francisco das Chagas. *O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DE PROMOÇÃO À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA

Daniele da Fonseca Garamvolgyi e Silva

Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia

danielefon@gmail.com

Prof. Dr. Alberto Calil Junior

Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia

caliljr@unirio.br

OBJETIVOS

O estudo visa estimular a reflexão, sobre a relevância das atividades de promoção à competência em informação oferecidas em bibliotecas voltadas para os cursos de pós-graduação em engenharia, e também sobre a importância da sistematização, planejamento e avaliação destas ações e necessidade de se elaborar registros formais contendo todas essas informações. Diante desse contexto, a pesquisa apresenta como objetivos: identificar quais as atividades voltadas para a promoção da competência em informação são oferecidas nas bibliotecas que atendem a programas de pós-graduação em Engenharia no Brasil com conceitos seis e sete na avaliação da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES); averiguar se existem registros do planejamento, implementação e avaliação dessas ações em algum documento específico das unidades de informação analisadas e mapear os elementos que influenciam ou dificultam o desenvolvimento das ações voltadas para competência em informação nessas unidades.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos pretendidos foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) revisão sistemática da literatura: a revisão sistemática foi desenvolvida realizando buscas nas bases internacionais: Library and Information Science Abstracts (LISA), Education Resources Information Center (ERIC) e Web of

Science; utilizando as expressões 'information literacy' e 'university libraries' e empregando o operador booleano AND. Após a exportação das referências para o gerenciador Endnote, foi realizado mais uma vez o refinamento dos resultados, selecionando os trabalhos de potencial interesse. Além da revisão sistemática nas bases de dados internacionais, foram também consultadas outras fontes, como Anais de eventos da área e um *handsearching* nos sites de associações internacionais como a American Library Association (ALA); a Association of College & Research Libraries (ACRL), a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e Council of Australian University Librarians (CAUL), a fim de conhecer os documentos sobre o assunto e as diretrizes propostas por esses órgãos para a condução de programas de competência em informação em instituições de ensino superior.

b) definição do ambiente de pesquisa: o ambiente de pesquisa foi definido através de consultas ao site da CAPES, onde foram encontrados, em relatórios disponibilizados por essa instituição, os critérios aplicados durante a avaliação dos cursos de pós-graduação em engenharia. Dentre os quesitos e parâmetros considerados para a atribuição de notas seis e sete nas avaliações de pós-graduação em engenharia, mereceram destaque neste estudo os critérios de avaliação que estão relacionados com características de indivíduos competentes em informação. Assim, por acreditar que os 47 cursos de pós-graduação em engenharia avaliados pela CAPES com notas entre seis e sete estão alcançando resultados positivos ao estimularem de forma mais direcionada o desenvolvimento das habilidades informacionais de seu corpo discente, optou-se por compor o ambiente de pesquisa com as 22 bibliotecas que atendem a esses cursos, com intuito de averiguar como estas unidades estão colaborando para o desenvolvimento da Competência em Informação e quais as dificuldades que vêm enfrentado para a implantação de programas dessa natureza.

c) instrumento de coleta de dados: como técnica para a coleta dos dados, foi eleita a aplicação de um questionário, elaborado através da ferramenta Google Docs e disponibilizado às 19 bibliotecas do ambiente de pesquisa definido (foram excluídas três bibliotecas que haviam participado de um pré-teste). O questionário constituiu-se de 19 perguntas que visam esclarecer os seguintes pontos: identificar qual o tipo e de que forma as atividades voltadas para a competência em informação são desenvolvidas nas unidades estudadas; averiguar se é realizado algum tipo de planejamento prévio para a aplicação destas ações; constatar se existe uma parceria entre as bibliotecas e professores

da universidade e se estas são formalizadas; verificar se existem e como são realizadas as avaliações para verificar o êxito das ações de promoção à competência em informação e a satisfação dos usuários em relação à essas atividades; identificar se existe algum plano, registrando o planejamento, o desenvolvimento das ações e o resultado das atividades de promoção à competência em informação. A pesquisa obteve um retorno de 12 unidades de informação, o que corresponde à 63% do universo total escolhido para o estudo.

d) análise de conteúdo: Após a coleta e tabulação das informações, deu-se início a etapa de análise destes dados, através da técnica de análise de conteúdo, onde foram estabelecidas as categorias (registro das ações; planejamento estratégico; plano; controle) com o objetivo de agrupar os dados e dispô-los de acordo com características comuns.

RESULTADOS

Observou-se que, apesar das diferentes realidades na qual se encontram as unidades de informação analisadas, pode-se notar que as dificuldades enfrentadas na maioria das vezes são semelhantes, recorrentes e que, de certa forma, estão interligadas entre si. Ao refletirmos sobre a dificuldade apontada por algumas bibliotecas a respeito da resistência dos discentes em participar de capacitações voltadas para a competência em informação, podemos de certa forma, vincular essa questão à deficiência no apoio e limitada colaboração por parte dos docentes e da instituição. Percebeu-se que a ausência de uma parceria formalizada com os professores acaba prejudicando o acompanhamento do real desenvolvimento dos usuários em relação a suas habilidades informacionais, uma vez que, a maioria das avaliações sobre a assimilação e o aproveitamento do conteúdo ministrado nas capacitações ocorre em sala de aula, através desenvolvimento de pesquisas, trabalhos e artigos e o feedback aos bibliotecários acaba ocorrendo por meio de conversas informais com os docentes. Por outro lado, a falta de um plano contendo de forma explícita os objetivos pretendidos, a descrição transparente das ações, conteúdos e metodologias propostas e o registro do acompanhamento dos resultados alcançados ou não com as ações de promoção à competência em informação, talvez seja um fator que dificulte o estabelecimento de parcerias com professores e outros setores dentro da instituição, uma vez que um documento dessa natureza torna mais fácil a compreensão e entendimento da importância de se realizar, de forma sistemática, atividades voltadas para o desenvolvimento da competência em Informação de alunos de pós-graduação.

CONCLUSÃO

A atuação das bibliotecas universitárias na potencialização das habilidades informacionais de seus usuários vem se tornando cada vez mais imprescindível para a geração de conhecimento, principalmente, nos tempos atuais, onde a multiplicidade de fontes e tecnologias de disseminação da informação vem aumentando de forma progressiva. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível identificar que as bibliotecas integrantes do universo delineado para o estudo oferecem de forma regular aos alunos de pós-graduação em engenharia, ações voltadas para o desenvolvimento de suas habilidades informacionais. No entanto, percebe-se que essa prática não é institucionalizada. Assim, acreditamos que a elaboração de um plano, documentando todas as etapas de planejamento e execução das atividades de promoção à competência em informação oferecidas, os objetivos estabelecidos, os resultados alcançados e dificuldades encontradas, contribuiria para a formalização das ações propostas pelas bibliotecas, auxiliaria no estabelecimento de parcerias com professores e departamentos e na captação de apoio e recursos necessários para expandir as ações de promoção à competência em informação. Também acreditamos que a formação de uma rede de profissionais e instituições que promovam práticas voltadas para a competência em informação seria um importante canal para troca de experiências e auxiliaria na reflexão sobre questões que mesmo em realidades diferentes, podem indicar uma solução benéfica para outras bibliotecas. Dessa forma, seria interessante que as bibliotecas brasileiras investissem mais em produzir relatos sobre as ações, projetos e dificuldades encontradas no desenvolvimento de programas de competência em informação, uma vez que se notou, através do resultado obtido durante a revisão sistemática, um número reduzido de artigos em língua portuguesa abordando essa questão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós Graduação: PNPG 2011-2020**. Brasília, DF, 2010. v. 1 Disponível em:<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf>. Acesso em 05 ago. 2015.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LAU, Jesus. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Tradução Regina Célia Baptista Beluzzo. Boca del Rio: IFLA, 2007. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2014.

MATA, Marta Leandro. **A competência informacional de graduandos de biblioteconomia da região Sudeste: um enfoque nos processos de busca e uso ético da informação**. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <https://www.mariliaunesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mata_ml_me_mar.pdf>. Acesso: 15 out. 2013

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria. Cecília Souza de. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:< http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 27 jul. 2015.

O'CLAIR, Katherine; DAVIDSON, Jeanne R. **The busy librarians guide to information literacy in science and engineering**. Chicago: ACRL, 2012.

RAGAINS, Patrick; EMMONS Mark. Setting the stage for information literacy education. In: RAGAINS, Patrick. **Information Literacy instruction that works: a guide to teaching by discipline and student population**. New York: Neal-Schuman Publishers, 2013.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em:< <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12610&dd99=view&dd98=pb>> Acesso em: 30 jun. 2015.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2. p. 5-6, abr./jun. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000200001&script=sci_arttext> Acesso em: 27 jul. 2015.

ROUSI, Antti; PALMGREN, Virpi; HEINO, Kirsi. Engineering students' information literacy instruction and blended learning course design: a case study. In: PROCEEDINGS OF THE THE IFLA CPWDL 2012 SATELLITE CONFERENCE THE ROAD TO INFORMATION LITERACY - LIBRARIANS AS FACILITATORS OF LEARNING. 2012. Helsinki. Disponível em:< <https://aaltodoc.aalto.fi/bitstream/handle/123456789/15350/isbn9783110281002.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 set. 2015.

AUTOPUBLICAÇÃO NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: Práticas de Pesquisadores Brasileiros de Diferentes Áreas do Conhecimento

José Antonio Rodrigues Viana

Mestrando em Biblioteconomia do Programa de
Pós-Graduação em Biblioteconomia

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
jviana@id.uff.br

Nanci Elisabeth Oddone

Doutora em Ciência da Informação

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
neoddone@gmail.com

INTRODUÇÃO

A tecnologia nos possibilitou experimentar a leitura através de novas plataformas e suportes, como os *e-readers*, *tablets* e *smartphones*. Estes novos suportes vem provocando mudanças não só nos hábitos de leitura, mas também no próprio processo de produção editorial. Uma grande transformação é a autopublicação, que embora não seja uma prática nova, foi impulsionada e segue crescendo atrelada ao consumo e à produção dos Livros digitais e eletrônicos (LDE) e sua facilidade de distribuição.

Foram identificadas várias plataformas de autopublicação nacionais tais como Bookess, Perse, Agbook, Clube dos autores, Revolução e-book entre outras que serão analisadas ao longo do trabalho. A emergência dessas ferramentas e plataformas justifica o interesse em pesquisar o estado da arte da autopublicação na comunicação científica e investigar a produção científica brasileira em relação a livros autopublicados. Considerando as mudanças introduzidas nas práticas científicas

pela contemporaneidade, a autopublicação propõe a disseminação da ciência e uma grande mudança no paradigma da publicação científica.

OBJETIVOS

Identificar a ocorrência da autopublicação na produção científica brasileira e investigar as características da produção entre professores doutores das universidades brasileiras nesse tipo de obra. Como objetivos específicos apresentam-se os seguintes:

- a. Identificar as plataformas de autopublicação brasileiras
- b. Identificar os professores doutores que autopublicaram livros científicos nos últimos 5 anos
- c. Verificar características da autopublicação

AUTOPUBLICAÇÃO NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Alonso Arevalo, Garcia e Diaz (2014, p.1) definem autopublicação como "a publicação de qualquer livro ou recurso multimídia pelo autor da obra, sem a intervenção de um terceiro estabelecido como editor. O autor é responsável pelo controle de todo o processo, incluindo o design, formatos, preço, distribuição e marketing. O que pode ser feito pelo mesmo ou através de empresas que oferecem esses serviços". Para LaRue (2014) a autopublicação é o futuro da literatura motivada pela sua grande velocidade de chegada ao mercado, sua imediata comunicação com o leitor, o controle total do autor sobre a sua obra e sua alta lucratividade.

Thomlison e Belanger (2015) alertam que os livros autopublicados ainda são vistos por muitos como uma perda de prestígio entre seus pares e que o autor estaria arriscando seu capital simbólico como pesquisador ao lançar um livro nesse modelo.

Segundo Camacho (2013) os autores iniciantes deveriam escolher sempre a publicação tradicional, já que para eles os benefícios potenciais são muito maiores do que os dos livros autopublicados. Ele vê apenas duas vantagens nos autopublicados, a velocidade de publicação e a capacidade de se atingir um público muito específico.

Stehlik (2013) afirma que o respeito e a reputação da autopublicação entre os acadêmicos vem crescendo, baseado num pequeno mas crescente número de títulos que são equivalentes a qualquer publicação comercial em relação a qualidade,

edição e valor da produção. Penny (2008) alerta que as novas tecnologias de editoração estão levando a um movimento em que os usuários estão dispensando a intermediação de uma editora. E os acadêmicos em busca de um aumento na velocidade na disseminação de suas pesquisas estão recorrendo cada vez mais a autopublicação. E que muitos acadêmicos estão virando as costas para as editoras tradicionais e encorajando aos colegas a publicarem suas pesquisas diretamente na internet.

Odendaal (2007) conclui que se cada vez mais acadêmicos decidirem autopublicar, no futuro, as editoras comerciais terão que lidar com uma diminuição de novos autores e com uma expansão de mercado mais limitada. Ao longo dos anos foram feitas algumas tentativas de se autopublicar e se distribuir livros acadêmicos em variados modelos (*blogs*, impressão tradicional, repositórios) porém a distribuição sempre foi uma desvantagem na autopublicação. Mas com a evolução da TI se disseminaram as plataformas de autopublicação para facilitar essa aproximação autor-leitor.

METODOLOGIA

A pesquisa para identificar as principais plataformas de autopublicação nacionais e estrangeiras foi feita na *web*. A partir daí fez-se uma pesquisa nas plataformas de autopublicação brasileiras (Clube dos autores, Bookess, Revolução e-book, Perse e Agbook.) visando identificar professores doutores universitários que autopublicaram em sua área de atuação . Em seguida buscou-se na plataforma Lattes seus dados profissionais para identificar sua universidade, email, titulação e área de atuação.

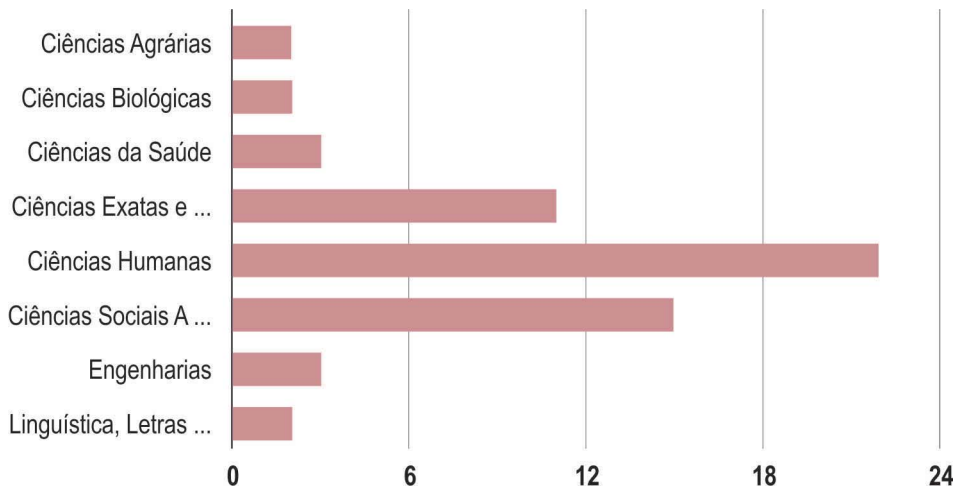
Todos os professores pesquisados partilham das mesmas características:

- a) são docentes de instituições de ensino superior de graduação e de pós-graduação do país
- b) têm pelo menos a formação de Doutorado

RESULTADOS

Até o momento a pesquisa localizou 60 professores doutores que autopublicaram seus livros em variadas plataformas. E os dados obtidos mostram que os autores da área de ciências humanas lideram a ocorrência da autopublicação (Figura 1).

Figura 1 – Autores por áreas de atuação (Grande área)



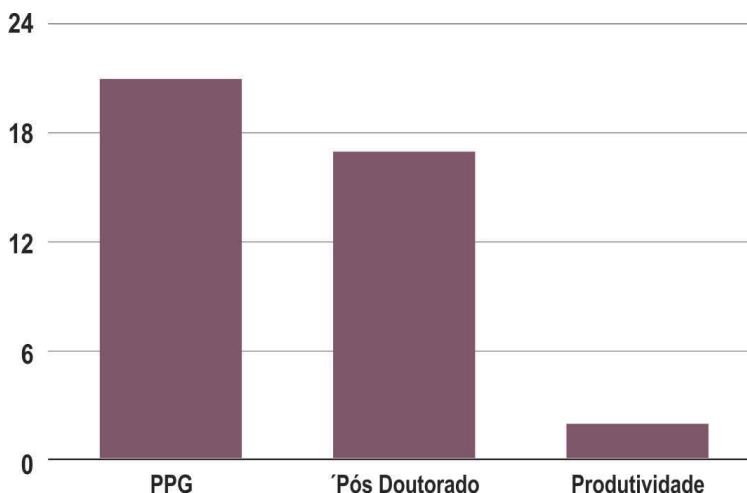
Na figura a seguir apresenta-se algumas características dos autores onde podemos notar que,

35 por cento pertencem a um programa de pós-graduação (PPG)

28 por cento tem pós-doutorado

03 por cento tem bolsa de produtividade em pesquisa (PQ)

Figura 2 – Características dos autores pesquisados



CONCLUSÕES

A literatura mostrou a explosão da autopublicação nos últimos 5 anos e que esta prática está lentamente avançando na área acadêmica.

Os resultados parciais já permitem dizer que existe autopublicação científica de livros acadêmicos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALONSO ARÉVALO, J. .; GARCÍA, J.-A. C.; DÍAZ, R. G. La autopublicación, un nuevo paradigma en la creación digital del libro. *Rev. cuba. inf. cienc. salud*, v. 25, n. 1, 2014.

CAMACHO, J. D. Is the E-Reader Mightier? Direct Publishing and Entry Barriers. *Journal of Scholarly Publishing*, v. 44, n. 4, p. 327–339, jul. 2013.

LARUE, J. The next wave of tech change. *Library Journal*, oct. 2014. Disponível em :<<http://lj.libraryjournal.com/2014/10/publishing/self-publishing-and-libraries/the-next-wave-of-tech-change-self-publishing-libraries/>>

ODENDAAL, E. R. *An exploration of the state of self-publishing in the academic publishing sector of South Africa*. Pretoria: University of Pretoria, 2007. 215p. Disponível em: <<http://www.repository.up.ac.za/handle/2263/29085>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

PENNY, D. Publishing Technologies: What Does the Future Hold? *Learned Publishing*, v. 21, n. 1, p. 39–47, 1 jan. 2008.

STEHLIK, T. P. Self-publishing: A creative solution to academic survival in the commercial world. *International Journal of the Book*, v. 10, n. 3, p. 53–60, 2013.

THOMLISON, A.; BÉLANGER, P. C. Authors' Views of E-Book Self-Publishing: The Role of Symbolic Capital Risk. *Publishing Research Quarterly*, v. 31, n. 4, p. 306–316, dez. 2015.

MARCOS REGULATÓRIOS PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

Marília Cossich Ramos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia

mariliacossich@yahoo.com.br

Elisa Campos Machado

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação
em Biblioteconomia

emachado2005@gmail.com

INTRODUÇÃO

A biblioteca pública é o equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros de acordo com a última Pesquisa de Informações Básicas de Municípios (MuniC) realizada em 2012, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e integra o processo de democratização do acesso à leitura e à informação no país. É reconhecida como espaço estratégico de inclusão dentro das políticas públicas de cultura de Estado no Brasil.

A elaboração e implementação das políticas voltadas para bibliotecas públicas, na esfera federal brasileira, é de responsabilidade do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), instituição que tem sua história iniciada dentro do Instituto Nacional do Livro (INL).

Apesar de o país contar com o SNBP e com sistemas estaduais e municipais de bibliotecas públicas, no que tange aos marcos legais, diferentemente de outros países da América Latina, o Brasil não possui uma lei específica para regular e garantir a existência e o bom funcionamento desse tipo de biblioteca nos 5.570 municípios que compõem a federação. Segundo dados do SNBP de 2015, atualmente o país conta com mais de 6.000 bibliotecas públicas, distribuídas nos 26 estados da federação e no Distrito Federal (DF).

Embora as políticas públicas não sejam necessariamente criadas e implementadas pelo Estado, acredita-se que é importante para o país uma legislação específica para garantir a existência e a manutenção de bibliotecas públicas que ofereçam espaços, serviços e acervos de qualidade para a população, visto que os governos locais, em sua maioria, não reconhecem a leitura, a literatura e a informação como bem prioritário para a população.

Levando-se em consideração os níveis alarmantes do chamado analfabetismo funcional entre jovens e adultos, a carência de bibliotecas públicas em números suficientes para atender a toda a população e as condições precárias da maioria das já existentes, podemos inferir que esta condição se configura como um problema público no país, tendo em vista a importância da democratização do acesso de tais instituições a população em geral.

Dentro desse cenário acreditamos que uma legislação clara, coerente e orientadora, daria mais condições ao Estado para regular a existência e a manutenção das bibliotecas públicas mantidas pelas esferas de governo municipal, estadual e federal, assim como a qualidade dos serviços oferecidos pelas mesmas. No entanto, a primeira etapa para a implantação de uma lei é a formulação da proposição que se configura num projeto de lei.

Atualmente estão tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal 2 Projetos de Lei (PLs) que tratam das bibliotecas públicas e que foram destaque no último ano nos debates entre os profissionais bibliotecários que atuam no país. Trata-se do Projeto de Lei nº 3727/2012, proposto pelo Deputado Federal José Stédile, que dispõe sobre a Universalização das bibliotecas públicas no país e o Projeto de Lei nº 28/2015, proposto pelo Senador Cristovam Buarque, que institui a Política Nacional de Bibliotecas. Ambos os projetos de lei foram analisados por integrantes do Grupo de Pesquisa "Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática" e as análises resultaram na emissão de pareceres técnicos que apontam inconsistências e dificuldades em sua implementação.

Nesse contexto algumas questões se evidenciam: - como surgem esses PLs? Quem são os responsáveis pela sua redação? Quais PLs propostos pelo legislativo tem a biblioteca pública como objeto? Ou ainda, quais PLs estão tramitando no Congresso Nacional que podem impactar nas bibliotecas públicas?

Acreditando que as questões levantadas acima não são claras para a sociedade em geral e precisam ser respondidas, acompanhadas e compartilhadas pelos profissionais

que atuam na área, elegemos como tema dessa pesquisa a análise dos marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem por objetivo geral mapear os marcos legais nacionais voltados para as bibliotecas públicas e fomentar a participação dos bibliotecários na formulação das proposições legislativas. Para tanto, definimos como objetivos específicos: - refletir sobre o processo de construção de marcos legais no Brasil, demonstrando como as leis e os projetos de lei são construídos; - apresentar a legislação existente, de âmbito federal, voltada para as bibliotecas públicas no Brasil; - identificar e analisar os projetos de lei da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em andamento, no que diz respeito às bibliotecas públicas; - propor formas de incidir sobre o cenário atual de maneira a ampliar a participação dos bibliotecários e o monitoramento da sociedade na construção da legislação voltada para bibliotecas públicas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se encontra dentro da Linha de Pesquisa "Biblioteconomia, Cultura e Sociedade", do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e integra o Projeto de Pesquisa "Políticas Culturais para Bibliotecas Públicas" e faz parte do Grupo de Pesquisa "Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexões e práticas" (GPBP).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva, pois visa explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos e observar, registrar e analisar fatos sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 2002).

O universo da pesquisa é a legislação brasileira acerca das bibliotecas públicas emanados pelo governo federal: leis, decretos e proposições legislativas em tramitação.

A pesquisa foi planejada de maneira a cumprir três etapas, sendo que: a 1ª refere-se ao levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico relativo ao tema, a 2ª refere-se ao levantamento e sistematização da legislação existente no âmbito das bibliotecas públicas e a 3ª refere-se à análise das proposições de governo para as bibliotecas públicas no âmbito federal, vistas como políticas públicas operacionais e elaboração de uma proposta para ampliar a participação dos bibliotecários.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre política pública ainda são recentes no Brasil e existem muitas divergências conceituais. Segundo Secchi (2014) qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos.

Nas últimas décadas os estudos sobre políticas públicas vêm crescendo devido às restrições financeiras impostas aos governos e a necessidade de estabelecer um uso mais eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Segundo Sabatier (1995) e Souza (2006) o estudo sobre políticas públicas surgiu nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 como uma subárea da disciplina de Ciência política, com ênfase nas ações dos governos, diferentemente da Europa, onde os estudos concentravam-se mais na análise do Estado e de suas instituições.

Para Rua (1998) a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos.

De acordo com Secchi (2014, p. 2) "uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...] a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante".

No âmbito internacional destacamos alguns autores que vem dedicando seus esforços nesse campo: Mead (1995) por exemplo, define as políticas públicas como o campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Já Lynn (1980) define políticas públicas como o conjunto específico de ações do governo que gera a produção de efeitos específicos. Para Peters (1986) política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. De acordo com Dye (1984) a definição de política pública é "o que o governo escolhe fazer ou não fazer".

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esta pesquisa foi aprovada pela banca de qualificação do PPGB/UNIRIO e tem previsão de término em março de 2017, dentro do prazo regular estabelecido pelo Programa. Está em sua 2ª. fase, ou seja, no levantamento e sistematização da legislação existente e das proposições em andamento no Congresso Nacional acerca das bibliotecas públicas no Brasil.

Até a presente data foram identificadas: 5 leis, 5 decretos e 43 proposições de leis. As proposições mencionadas encontram-se em situação atual de tramitação no Congresso Nacional, arquivadas ou em tramitação encerrada. Esse resultado evidencia que a temática bibliotecas públicas, apesar de estar presente na agenda de governo, não ocupa papel de destaque, ou seja, não é prioridade dentro das políticas de cultura do país.

Tendo em vista que ainda não iniciamos a análise dos resultados, não será possível apresentar aqui conclusões finais dessa pesquisa.

Acreditamos que a análise das políticas públicas culturais para as bibliotecas públicas nos fará compreender as lacunas, os processos e os atores envolvidos na implementação de uma política pública.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 3727/2012**. Dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no País. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=201975F8B845019971718B9BBE869D9D.proposicoesWeb1?codteor=984155&filename=PL+3727/2012>. Acesso em: 05 set. 2016.
- BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 28/2015**. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=160644&tp=1>>. Acesso em: 05 set. 2016.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.
- IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: perfil dos municípios brasileiros 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.
- MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits**. Policy Currents, 1995.
- PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.
- RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SABATIER, Paul A. Political Science and Public Policy. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Orgs). **Public Policy: The Essential Readings**. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage learning, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SERVIÇO DE DESCOBERTA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS: Estudo Exploratório

Neide Verçosa e Silva

Mestranda do Programa do Programa de Pós-
Graduação em Biblioteconomia

ipub-bt@ipub.ufrj.br

Orientadora Dr^a Prof^a Simone da Rocha weitzel

sweitzel@unirio.br

OBJETIVO

Verificar como as coleções das Bibliotecas Universitárias (BUs) federais brasileiras estão sendo integradas na web por meio dos diferentes recursos de informação tais como catálogos, diretórios, repositórios entre outros.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo exploratório, aplicando a pesquisa documental e técnicas da observação direta de sites das BUs federais brasileiras.

RESULTADOS

os resultados parciais indicam que as coleções que estão integradas fazem uso do chamado serviço de descobertas proprietários e que a maioria das Bibliotecas universitárias ainda estão em processo de implementação de recursos de informação que promovem a integração tais como catálogos com texto completo, repositórios, etc.

CONCLUSÃO

Espera-se obter um conjunto de dados e informações pertinentes as questões levantadas sobre a configuração atual das BUs relacionadas a integração das coleções de natureza diferente, seja impresso ou digital, em ambiente web.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Sueli Mara S.P.; SOUTO, Leonardo Fernandes. Dos sistemas de informação federados à federação de bibliotecas digitais. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 1, n. 2, 2007.

PAVÃO, Caterina Marta Groposo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Serviços de descoberta em rede: a experiência do modelo Google para os usuários de bibliotecas universitárias. **Em Questão**, v. 21, n. 3, p. 130-149, 2015.

VAUGHAN, Jason. Investigations into Library Web-Scale Discovery Services. **Information Technology and Libraries**, v. 31, n. 1, p. 32 -82, 2012. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ital/article/view/1916>. Acesso em: 01/10/2015.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/>>. Acesso em: 2016-05-19

MEDIAÇÃO DA LEITURA E DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO DAS IFES

Tatyanne Christina Gonçalves Ferreira Valdez

Mestre em Biblioteconomia UNIRIO

taty.valdez@ufrj.br

Alberto Calil Junior

Professor Adjunto III UNIRIO

caliljr@unirio.br

OBJETIVO

Este trabalho tem o propósito de divulgar os resultados encontrados durante uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da UNIRIO. Apresenta discussões relevantes sobre o desenvolvimento de ações de mediação da leitura e da informação nas bibliotecas escolares dos Colégios de Aplicação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essas instituições foram criadas por meio do Decreto-Lei n.º 9053, de 12 de março de 1946, que estabelece a obrigatoriedade de todas as Faculdades de Filosofia manterem escolas de aplicação, destinadas à prática docente dos alunos dos cursos de Didática.

Nesse sentido, os colégios de aplicação possuem como finalidade se constituírem um campo de estágio obrigatório para os alunos dos cursos de licenciatura e o de oportunizar a experimentação de novas práticas pedagógicas. Deste modo, as bibliotecas dos colégios de aplicação das IFES possuem um importante papel no espaço acadêmico, pois precisam produzir produtos e serviços que atendam ao currículo do ensino básico como também a formação dos alunos de diversos cursos de graduação com licenciatura, visando contribuir no processo educacional.

De acordo com um estudo sobre o estado da arte de pesquisas sobre biblioteca escolar observou-se que há entre os pesquisadores uma consciência a respeito da valorização da biblioteca na escola, principalmente em relação a sua contribuição para a aprendizagem (CAMPELLO, 2013). Neste sentido, esta pesquisa verifica quais

são as ações de mediação da leitura e da informação realizadas pelas bibliotecas dos colégios de aplicação das IFES. Também, identifica o entendimento dos bibliotecários dos colégios de aplicação no que se refere à mediação da leitura e da informação, e como essas ações contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos. Destaca a importância da criação de uma comunidade de prática *online* para os bibliotecários, desses colégios, trocarem informações sobre mediação da leitura e da informação, visando a aplicação de novas práticas profissionais e o aperfeiçoamento de atividades educativas e culturais. Assim sendo, busca saber qual é a melhor plataforma na internet para a configuração de uma comunidade de prática *online*.

METODOLOGIA

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (2012, p. 21) "responde a questões muito particulares [...] com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes".

Desta maneira, foi necessário fazer um levantamento documental sobre os conceitos de mediação da leitura, mediação da informação e a relação destes no contexto da biblioteca escolar. Além disso, para propor a criação de um espaço colaborativo na internet para compartilhamento de informações sobre mediação da leitura e da informação entre as bibliotecas dos colégios de aplicação das IFES foi relevante considerar nesta pesquisa o entendimento dos seguintes conceitos: *web 2.0*, mídias sociais e comunidades de prática.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 142) para o levantamento de dados é usada como procedimento a pesquisa bibliográfica que é um "apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema". Para tanto, a busca foi realizada em diversas bases de dados e anais de eventos que debatem a biblioteca escolar.

O universo da pesquisa de campo são as dezessete bibliotecas dos colégios de aplicação das IFES. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foi a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com bibliotecários. Neste caso, utiliza-se a análise de conteúdo como técnica para tratar os dados coletados neste trabalho. Russo (2012) e Sá (2013) empregaram também, nas entrevistas realizadas em suas pesquisas, o método proposto por Bardin (c1977), que é a técnica de análise de conteúdo temática ou categorial, ou seja, "as análises por categorias são apresentadas,

a seguir, com as respectivas unidades de registro e os trechos das entrevistas (unidade de contexto), considerados mais representativos que são indicados com fonte diferente do texto da pesquisa" (SÁ, 2013, p. 107).

RESULTADOS

A literatura aponta que ações de mediação da leitura e da informação na biblioteca escolar contribuem para a aprendizagem, sendo fundamental a realização das mesmas para as bibliotecas dos colégios de aplicação das IFES cumprirem o seu papel educativo, social e cultural.

Percebe-se que a contação de histórias, a hora do conto e a roda de leitura são atividades mais utilizadas para mediar à leitura nessas bibliotecas. Em relação à integração biblioteca e sala de aula, destacam-se atividades que podem ser realizadas após a mediação da leitura, tais como: debate sobre a história, desenho livre de acordo com o conto e a produção textual. Essas ações funcionam como exercício de fixação, aprendizagem coletiva e assimilação do conhecimento.

Segundo Almeida Junior e Bortolin (2009), o questionário tomou como base as doze atividades de mediação da informação propostas pelos autores. Desta maneira, as mais frequentes são as mostras temáticas, as gincanas culturais e informativas e brincadeiras com dicionários. Também foi perguntado, se os bibliotecários realizam outros tipos de ações de mediação da informação, sendo assim dentre as diversas atividades mencionadas, a pesquisa escolar é citada apenas uma vez. No entanto, Almeida Junior e Bortolin (2009) destacam que é indispensável a mediação da informação por meio da pesquisa escolar, pois contribui na formação dos alunos que irão para uma universidade. Constata-se também, a frequência mínima das ações que acompanham essa prática educativa na biblioteca e são de fundamental relevância para orientar os usuários no que tange a busca, avaliação e uso da informação de maneira autônoma e competente, são elas: aula de normalização documental, levantamento e uso de fontes de informação, orientação na localização de livros na estante, capacitação na utilização do sistema, dentre outros.

Para atender um dos objetivos dessa pesquisa, foi realizada uma pergunta aberta no questionário para conhecer o entendimento dos bibliotecários sobre a importância das atividades de mediação da leitura e da informação para o processo de aprendizagem dos alunos. Neste sentido, alguns bibliotecários ressaltaram a apropriação do conhecimento, o despertar do gosto da leitura, interpretação de informações, facilita a aprendizagem, formação do pensamento crítico e investigativo,

apoio nas pesquisas escolares, dentre outros. Em relação a isso, apesar de alguns bibliotecários terem uma compreensão teórica, na prática poderiam desenvolver mais atividades de mediação da informação.

No que concerne à criação de uma comunidade de prática *online* para os profissionais das bibliotecas dos colégios de aplicação trocarem informações concernentes a sua prática profissional, a entrevista possibilitou identificar que o *facebook* é a melhor plataforma para configurar uma comunidade de prática *online* para os profissionais que atuam nas bibliotecas dos colégios de aplicação das IFES. A criação de um grupo por e-mail também foi apontada pelas entrevistadas, nesse caso é outra possibilidade para efetivar a comunicação e a troca de informações entre esses profissionais.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender a importância do desenvolvimento de atividades voltadas para a mediação da leitura e da informação na biblioteca escolar. Foi possível constatar inúmeras possibilidades nesse espaço, a saber: oferecer acesso a informação em diversos suportes, oportunizar o diálogo e a troca de experiências, criar um campo de produções artísticas e culturais e fomentar a pesquisa acadêmica. Os profissionais que atuam nas bibliotecas dos colégios de aplicação precisam ter consciência sobre a sua função educativa, especialmente por estarem inseridos em um contexto investigativo e de geração de novos conhecimentos. Deste modo, devem tomar decisões para tornar as bibliotecas onde trabalham um espaço de aprendizagem, de produção artística e cultural e de formação acadêmica.

Assim sendo, a criação de uma comunidade de prática *online* para esses profissionais trocarem informações sobre as ações que contemplam a mediação da leitura e da informação na biblioteca escolar suprirá necessidades informacionais que existe no exercício da atividade profissional. Como foi visto, são inúmeros os benefícios de uma comunidade de prática *online* para um grupo de pessoas que possuem um perfil em comum e desenvolvem uma mesma prática no cotidiano profissional. Os métodos, as técnicas desenvolvidas, as experiências, os desafios vivenciados por cada um desses profissionais que atuam nas bibliotecas dos colégios de aplicação precisam ser compartilhados visando a inovação de ações, o aprimoramento profissional, o enriquecimento do saber, a produção do conhecimento coletivo e a valorização do grupo de bibliotecários que trabalham em colégios de aplicação. Neste caso, uma comunidade de prática *online* é um espaço que potencializa todos

esses benefícios de maneira eficaz por meio do uso dos recursos comunicacionais e tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, c1977.

CAMPELLO, Bernadete et al. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 123-156, mai./ago. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2013v18n37p123/25335>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 9-29.

RUSSO, Mariza. **Formação em Biblioteconomia a distância: a implantação do modelo no Brasil e as perspectivas para o mercado de trabalho do bibliotecário**. 2012. 219 f. Tese (doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, 2012. Disponível em: < http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/MarizaRusso.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SÁ, Nysia Oliveira de. **Repositórios de recursos educacionais livres: desafios para implantação em instituições públicas de ensino superior (IPES) a partir da perspectiva de professores conteudistas em EaD**. 2013. 175 f. Tese (doutorado)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2013. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_9776e056e0c1c63175a8fd0995ade5f7>. Acesso em: 10 mar. 2015.

A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Um Lugar de Práticas de Ensino, Leitura e Atualização de Saberes

Vera Regina Barbosa Dias Monteiro

Mestrando em Biblioteconomia pelo PPGB/MPB da UNIRIO

Bibliotecária do CMEB/ISERJ

verarbarbosa@yahoo.com.br

Icléia Thiesen

Pós-doutora em Ciência da Informação pela Université Paul Sabatier (Toulouse-França) Doutora em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT Professora do PPGB/MPB da UNIRIO E-mail:

icleiathiesen@gmail.com

INTRODUÇÃO

O acervo das bibliotecas é fundamental no processo de preservação da memória que, por sua vez, permite entender a dinâmica de construção de uma sociedade e as suas transformações ao longo do tempo. Neste contexto, analisar o acervo da Biblioteca do Instituto de Educação na Cidade do Rio de Janeiro é, de certa forma, revisitar a educação da década de 1930 e entender a importância do Instituto na formação dos professores no referido período. A dissertação em andamento no PPGB aborda a influência do acervo da Biblioteca na formação das normalistas na década de 1930, investigando até que ponto esse espaço de produção de saberes foi afetado pelos novos ideais da reforma da educação de 1926-1930.

Nesse sentido, a pesquisa parte de alguns questionamentos, vale dizer, se o livro de aquisição conservado na instituição retrata parte da memória da Biblioteca; se os registros nele representados exerceram sobre o seu público o poder estimulador e

disseminador de conhecimento; e, finalmente, se memória da Biblioteca pode ser configurada independentemente do conhecimento difundido por sua coleção ao longo de sua existência?

OBJETIVOS

Objetivo geral: Analisar o papel da Biblioteca do Instituto de Educação da cidade do Rio de Janeiro na formação das normalistas na década de 1930 procurando compreender esse espaço como lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de saberes.

Objetivos específicos: Identificar através dos registros das entradas e saídas de livros da Biblioteca do Instituto de Educação as obras mais acessadas e, na sequência, analisar os conteúdos do currículo, objeto da Reforma de 1928, promovida por Fernando de Azevedo. Comparar o acervo da Biblioteca do Instituto de Educação com os conteúdos trabalhados nas disciplinas de formação de professores dentro do recorte temporal proposto. Buscar na documentação arquivística dados que demonstrem como a aquisição desse material foi realizada e se de alguma maneira as normalistas também influenciaram na sugestão de alguns dos títulos existentes e/ou utilizados.

METODOLOGIA

Foram analisados os documentos primários referentes ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro desde o ano de sua criação que fazem parte do acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira – CMEB/ISERJ, dentre eles estão os Ofícios, Livros de saídas e entradas de Livros, legislações entre outros. Também foram consultados no CMEB/ISERJ, livros, periódicos e áudios que constam em seu acervo. Para fundamentar a importância da pesquisa foi utilizado como referencial teórico autores como Diana Vidal para abordar a "Biblioteca do Instituto de Educação", Sonia de Castro Lopes e Liette Oliveira Accácio para subsidiar a "história da educação".

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ENC):

Breve Histórico

Em 1880 a Escola Normal da Corte foi criada para atender uma necessidade das novas exigências da sociedade de formar professores de primeiras letras com o propósito de oferecer educação pública à população (ACCÁCIO, 2011), havendo um número expressivo de inscritos para a primeira turma da Escola Normal, planejada

para começar as suas atividades pedagógicas no Externato Imperial Colégio Pedro II. As aulas tiveram que ser adiadas e apenas se iniciaram a partir da sua primeira mudança para o Colégio Rivadávia Correia. Durante 50 anos a Escola Normal pode ser considerada uma Escola itinerante, já que apenas em 1930 ela recebe o seu majestoso prédio à Rua Mariz e Barros, 273 – Praça da Bandeira, Rio de Janeiro onde funciona até os dias atuais.

A Escola Normal não apenas passou por mudanças de espaço físico, como também, ao longo de seus 136 anos, recebeu diversas denominações para ajustar-se às fases históricas, como é possível acompanhar no quadro a seguir:

Quadro 1 – Os diversos nomes que recebeu a Escola Normal ao longo dos seus 136 anos

SIGLAS E NOMES	PERÍODOS
ENEC - Escola Normal da Corte	05 de abril de 1880 até 15 de novembro de 1889
ENCF - Escola Normal da Capital Federal	16 de novembro de 1889 até 19 de setembro de 1892
ENDF - Escola Normal do Distrito Federal	20 de setembro de 1892 até 18 de março de 1932
IE - Instituto de Educação	19 de março de 1932 até 20 de abril 1960
UDF - Universidade do Distrito Federal	04 de abril de 1935 até 20 de janeiro de 1939
IEGB - Instituto de Educação do Estado da Guanabara	21 de abril de 1960 até 14 de março de 1975
IERJ - Instituto de Educação do Rio de Janeiro	15 de março de 1975 até 02 de junho de 1998
ISERJ - Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro	03 de junho de 1998 até os dias atuais

Durante as diversas mudanças da Instituição, a Biblioteca se mostrou presente, o que se pode inferir, em alguns momentos, através de documentos primários e, em outros momentos, através dos carimbos.

Tão ou mais significativa do que a mudança espacial, pode ser avaliada a transformação ocorrida no acervo da Biblioteca em tempos da influência reformadora de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Manuel Bergström Lourenço Filho.

A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Em meio às mudanças impostas pela renovação educacional da década de 1930 a Biblioteca do Instituto de educação precisou se adequar as novas exigências.

A Biblioteca do Instituto de Educação foi idealizada pelo educador Fernando Azevedo como parte da reforma da educação de 1927 – 1930. Na planta original do prédio da rua Mariz e Barros a Biblioteca ocuparia um lugar bastante expressivo, no primeiro andar do prédio; porém por razões até então não alcançadas, na mudança para o novo endereço ela acaba ocupando uma sala acanhada no segundo andar do prédio. (BREVE histórico, 19—). Durante o seu período como diretor de instrução pública, a Biblioteca do Instituto recebeu uma organização mais racional. Importante destacar que, nesse momento, é criado o cargo de bibliotecário para garantir tratamento técnico ao acervo e facilitar o acesso das alunas ao material necessário para a sua formação. Também é instituída a estatística como forma de controle do acervo e do movimento do espaço. (VIDAL, 2001).

A década de 1930 representou para a Biblioteca um período de significativas mudanças, não apenas de cunho técnico, mas sobretudo de uma maior valorização do acervo. Através das bibliotecárias eram elaborados relatórios com pedidos de títulos para atender ao público alvo. Outras vezes esses pedidos eram emitidos através de ofícios do próprio diretor da Instituição Lourenço Filho, cobrando títulos que eram necessários a Escola de professores.

Outra fonte pela qual podemos conhecer os títulos adquiridos para a Instituição é através do Livro de Tombo. Analisando o Livro referente aos anos de 1928-1933 é possível inferir que nesse período foram adquiridos diversos títulos e em diversos idiomas.

Todas as inovações trazidas pelos reformadores acabaram por desenvolver um interesse maior pelo espaço da Biblioteca, aumentando a frequência das alunas que, além de consultarem os livros, examinavam outros materiais como jornais e revistas. Em 1933 a frequência foi tão surpreendente que o próprio diretor Lourenço Filho enviou um ofício a Bibliotecária assinalando o aumento na estatística. (VIDAL, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destaca a importância do acervo das bibliotecas na preservação da memória que permite entender a dinâmica de uma sociedade e as suas transformações ao longo do tempo.

Dentro desta perspectiva, o estudo do acervo da Biblioteca do Instituto de Educação nos permitirá o entendimento da importância da mesma no processo de formação de professores, principalmente no período em que foi criado o Instituto de Educação no início da década de 1930, além de identificar, através dos registros de consulta do acervo, as principais bibliografias utilizadas no período em análise.

Através da análise do Livro de Tombo foi possível identificar os títulos adquiridos durante o período de 1928-1933, destacando alguns livros em idiomas estrangeiros, demonstrando a influência da literatura em outros idiomas influenciando na formação da nova profissional que se pretendia formar.

REFERÊNCIAS

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

LOPES, Sonia de Castro. **Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. A Escola Normal, o Instituto de Educação e a Universidade: pensando a história da instituição escolar. In: **As instituições escolares e a formação docente: um destaque histórico do Rio de Janeiro, do Norte e Noroeste Fluminense**. Curitiba, PR: CRV, 2011, p. 15-32.



Capítulo 3

Biologia Marinha (UFF)

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA E SEDIMENTO DE UMA PRAIA DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Fernanda Silva dos Santos (UFF)

Programa de Pós-Graduação em Biologia Marinha e Ambientes Costeiros - UFF

fernandasildosan@hotmail.com

Dra. Mirian Crapez

Programa de Pós-Graduação em Biologia Marinha e Ambientes Costeiros - UFF

miriancrapez@id.uff.br

Dra. Natascha Krepsky

Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação - UNIRIO

natascha@unirio.br

OBJETIVO

O presente estudo teve como objetivo avaliar a qualidade do sedimento e da água da Praia de Dentro do Forte de São João, Urca, Rio de Janeiro, através da aferição de parâmetros físico-químicos e da quantificação de indicadores microbiológicos de contaminação fecal, relacionando os valores encontrados com a precipitação pluviométrica.

METODOLOGIA

Área de estudo

A Praia de Dentro do Forte de São João está localizada no Bairro da Urca no Município do Rio de Janeiro, RJ – Brasil. É uma praia arenosa, de pequena extensão e de baixo hidrodinamismo e, por estar localizada em área militar de acesso restrito, apresenta número reduzido de banhistas.

Procedimento de coleta e análise das amostras

A amostragem de água e sedimento foi realizada mensalmente no período de agosto a dezembro de 2014, sempre em maré vazante, em três pontos equidistantes e paralelos entre si abrangendo toda a extensão da praia.

A coleta e o transporte das amostras foram realizados de acordo com CETESB (2011). Os parâmetros físico-químicos pH, salinidade e temperatura foram mensurados com o auxílio da sonda HANNA Hi 98282.2. Os índices pluviométricos de 24h e 96h antecedentes as coletas foram obtidos a partir do banco de dados do Sistema Alerta Rio.

As amostras de areia foram preparadas para a análise microbiológica de acordo com Sbrano (2014). A quantificação de coliformes totais e termotolerantes foi realizada a partir da técnica da fermentação dos tubos múltiplos conforme CETESB (1993) e FUNASA (2006). Para se estimar o Número Mais Provável (NMP) de enterococos foi realizada igualmente a técnica dos tubos múltiplos de acordo com Monteiro (2013).

Análise estatística dos dados

Foi realizada análise descritiva dos dados contrapondo o número dos microrganismos indicadores fecais às datas de coleta e à precipitação pluviométrica, com o auxílio o *software* R.

RESULTADOS

Os parâmetros físico-químicos aferidos durante as coletas (temperatura, salinidade e pH) apresentaram resultados característicos de águas marinhas costeiras. A temperatura da água variou entre 20,83°C e 22,78 °C, exceto na coleta realizada no mês de agosto, na qual se observou uma temperatura de 24,09 °C. Nas coletas efetuadas em agosto e dezembro de 2014, a salinidade da água do mar foi aferida em 27,76 e 29,07 respectivamente, caracterizando águas salobras. Nas demais aferições a salinidade esteve entre 34,20 e 35,21, dentro da faixa de águas salinas. Os valores de pH, variaram entre 7,81 e 8,43.

Na coleta realizada em outubro, a água apresentou temperatura mais elevada (24,09 °C) e menor abundância de bactérias indicadoras fecais (médias: CT = 22,33; CTE = 33,67; ENT = 2) em relação aos valores encontrados nas demais coletas. Nas coletas de agosto e dezembro, quando os valores de salinidade aferidos foram equivalentes aos de água salobra, não se observou número elevado de bactérias indicadoras

fecais, excetuando-se enterococos na coleta de agosto (médias de agosto e dezembro, respectivamente: CT = 27,33; CT = 14,67; CTE = 43,33; CTE = 7,67; ENT = 22,67; ENT = 2).

Nas coletas realizadas em setembro e novembro de 2014 houve chuva nos dias anteriores, sendo verificados números mais elevados de bactérias indicadoras fecais. Foi observada maior abundância de coliformes totais (média em água e sedimento, respectivamente: 108 e 77,67) e termotolerantes (média em água e sedimento, respectivamente: 108 e 77,67) e de enterococos (média em água e sedimento, respectivamente: 13,33 e 23,67), tanto na água quanto no sedimento na coleta realizada em setembro. Nesta coleta foi observado o maior valor de coliformes totais e termotolerantes ($170 \text{ NMP.100mL}^{-1}$), e o segundo maior de enterococos ($22 \text{ NMP.100mL}^{-1}$) no sedimento no ponto de coleta onde se encontra um canal de saída de efluentes, possivelmente pelo maior volume de chuva nos dias anteriores a esta coleta. Nesta mesma coleta observou-se o menor valor de pH registrado, o que, da mesma forma, pode ter relação com a maior saída de efluentes. Na coleta realizada em novembro, houve pequeno volume de chuva nos dias anteriores (5,6 mm acumulados em 96h antes da coleta) e se observou maior abundância de coliformes totais (média = 143,33) e termotolerantes (média = 74,67) em água apenas.

Os números de coliformes totais e termotolerantes e de enterococos foram confrontados com o volume de chuva acumulado em 24h e 96h antecedentes a cada uma das coletas, sendo verificada uma relação positiva entre estes parâmetros.

CONCLUSÃO

O número de coliformes totais, termotolerantes e enterococos em todas as coletas, tanto na água quanto no sedimento, esteve compreendido dentro dos padrões sanitários preconizados pela Resolução 274/00 do CONAMA, os parâmetros físico-químicos aferidos durante as coletas apresentaram valores característicos de águas marinhas costeiras e foi verificada uma relação positiva entre a quantidade de bactérias indicadoras fecais e a ocorrência de chuva antes das coletas.

REFERÊNCIAS

- COMPANHIA AMBIENTAL DE ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB. **Coliformes totais e fecais – determinação pela técnica dos tubos múltiplos: método de ensaio.** Norma técnica L5.202. São Paulo, 1993. 39 p.
- COMPANHIA AMBIENTAL DE ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB. **Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos.** São Paulo: CETESB; Brasília: ANA, 2011. 326 p.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. **Manual prático de análise de água.** 2. ed. rev. Brasília: FUNASA, 2006. 146 p.
- MONTEIRO, D. T. L. **Comparação da qualidade bacteriológica da água marinha e da areia seca e molhada de duas praias do litoral leste do Ceará.** 2013. 71 p. Dissertação (Mestrado em Ciências marinhas tropicais) – Instituto de ciências do mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- SBANO, A.S. **Padronização de uma Metodologia para Caracterização Microbiológica de água e areia da Praia da Urca, RJ.** 2014. 58 p. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



Capítulo 4

Biologia Molecular e Celular

MODELAGEM ESTRUTURAL E ANÁLISE *IN SILICO* DAS MUTAÇÕES DA PROTEÍNA SOD1 HUMANA RELACIONADAS À ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA

Aloma Nogueira Rebello da Silva

Programa de pós-graduação em Biologia Molecular e Celular

aloma.nogueira@gmail.com

Dr^a Joelma Freire De Mesquita

Programa de pós-graduação em Biologia Molecular e Celular

Programa de pós-graduação em Neurologia

joelma.mesquita@unirio.br

INTRODUÇÃO

A Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) é uma doença neurodegenerativa de início adulto, que se caracteriza pela perda seletiva dos neurônios motores na medula espinhal, tronco cerebral e córtex cerebral durante o processo degenerativo (LASIENE et al., 2016) (HWANG et al., 2013). Aproximadamente 5% a 10% dos pacientes com ELA possui histórico familiar relacionado à doença, enquanto os demais 90% a 95% dos casos são esporádicos (KOPPERS et al., 2012).

Cerca de 20% dos casos de Esclerose Lateral Amiotrófica Familiar (do inglês FALS) estão associadas à mutações em Cu/Zn Superóxido dismutase (SOD1). A SOD1 é uma metaloenzima estável e solúvel que primeiro precisa estar localmente ou globalmente desnovelada para adquirir função patológica. As mutações associadas com a FALS causam um decréscimo na estabilidade da proteína SOD1.

Estima-se que cerca de 90% das variações genéticas humanas são variações de nucleotídeo único (SNV) (NG; HENIKOFF, 2006). A variação de nucleotídeo único não sinônima (nsSNV) produz uma proteína diferente e pode afetar a função da proteína (COOPER; BALL; KRAWCZAK, 1998). Como marcadores genéticos, as

variações de nucleotídeo único podem ser utilizadas para seguir os padrões de herança de regiões cromossômicas de geração em geração e são ferramentas poderosas no estudo de fatores genéticos associados a doenças humanas (JOHNSON; TODD, 2000; RISCH, 2000).

OBJETIVO

Realizar a análise computacional *in silico* das mutações da proteína SOD1 com a finalidade de determinar se estas mutações afetam a estrutura, atividade ou estabilidade da proteína.

METODOLOGIA

Seguindo a metodologia já estabelecida por nosso grupo (DE CARVALHO; DE MESQUITA, 2013; MOREIRA et al., 2013) pode-se determinar por modelagem computacional a estrutura tridimensional das proteínas com variações genéticas bem como prever os efeitos funcionais destas mutações.

Obtenção da sequência da SOD1 humana e compilação das mutações

A sequência da SOD1 humana foi obtida no banco de dados UNIPROT. A estrutura da proteína foi obtida no Protein Data Bank e a compilação das mutações foi realizada nos bancos de dados ALSOD e UNIPROT.

Predição funcional

Possíveis efeitos das mutações na função de uma proteína foram preditos por algoritmos como o PolyPhen-2 (ADZHUBEI et al., 2010), SNPeffect (DE BAETS et al., 2012), PhD-SNP (CAPRIOTTI; CALABRESE; CASADIO, 2006), SIFT (NG; HENIKOFF, 2001), PredictSNP (BENDL et al., 2014), SNPs&GO (CALABRESE et al., 2009), nsSNPAnalyzer (BAO; ZHOU; CUI, 2005) e PROVEAN.

Dinâmica molecular curta

As simulações de dinâmica molecular foram realizadas na plataforma MD-Web (HOSPITAL et al., 2012).

RESULTADOS

Foi compilado um total de 104 mutações em 103 aminoácidos diferentes. Foram selecionadas 27 mutações para a realização das predições e dinâmica molecular.

A análise de SNVs foi feita utilizando diversos algoritmos, para obter uma maior confiabilidade. Os resultados dos algoritmos SNP&tGO, nsSNPAnalyzer, SIFT, PhD-SNP, Predict, PROVEAN, PolyPhen-2, estão expostos na figura 1. O algoritmo WALTZ não apresentou efeito em nenhuma mutação, o TANGO apresentou um aumento na tendência a agregação nas mutações K4E, A5F, R116C E H121L, no LIMBO apenas a mutação P67R foi afetada com a diminuição na tendência a ligação de chaperonas e no FoldX vinte mutações apresentaram redução na estabilidade da proteína.

Na dinâmica molecular, o RMSD (do inglês "root-mean-square deviation") durante a trajetória é derivado do RMSD entre a posição inicial e cada uma das suas posições. Na figura 2, podemos observar uma flexibilidade aumentada nas mutações A5F, D12Y e C58R e reduzida nas mutações V32A, D110Y e E122G.

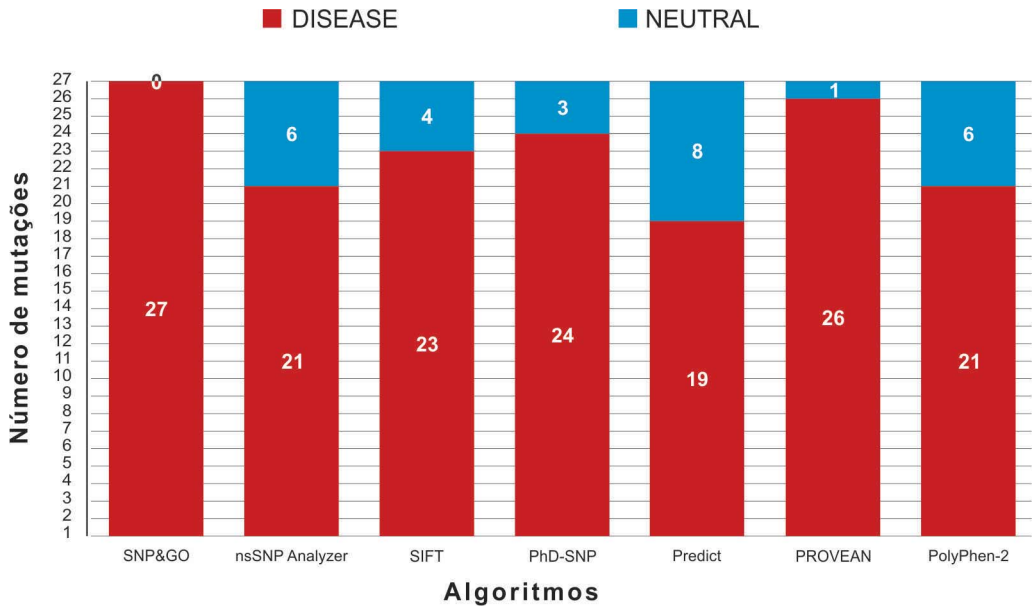


Figura 1. Resultado das predições dos algoritmos SNP&tGO, nsSNPAnalyzer, SIFT, PhD-SNP, Predict, PROVEAN e PolyPhen-2.

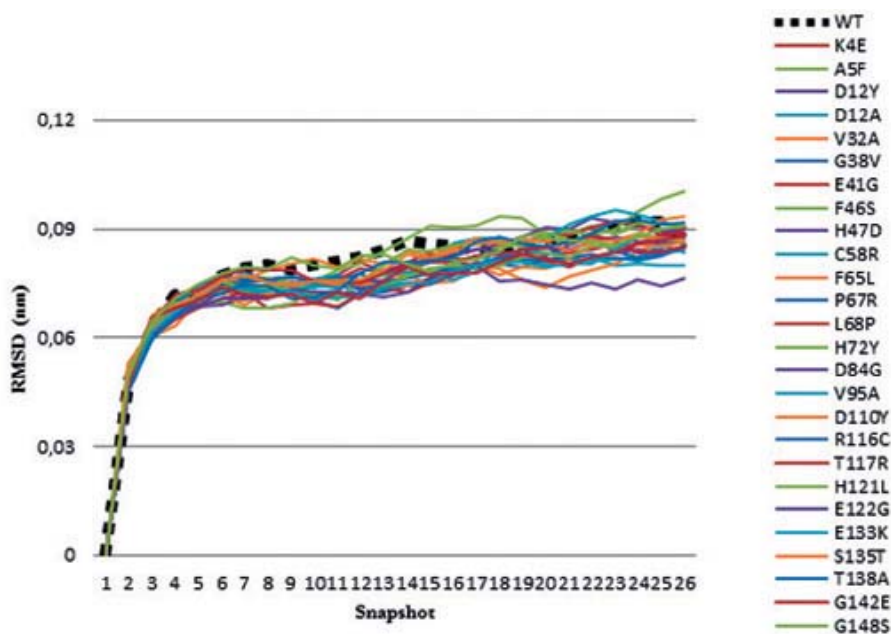


Figura 2. Resultado do RMSD. Em preto a proteína Wide type (WT).

CONCLUSÃO

Com os resultados obtidos pode-se concluir que as mutações estudadas neste projeto na proteína SOD1 humana são patogênicas e alteram a estabilidade da estrutura proteica.

REFERÊNCIAS

- ADZHUBEI, I. A. et al. A method and server for predicting damaging missense mutations. *Nat Methods*, v. 7, n. 4, p. 248-9, Apr 2010.
- BAO, L.; ZHOU, M.; CUI, Y. nsSNPAnalyzer: identifying disease-associated nonsynonymous single nucleotide polymorphisms. *Nucleic Acids Res*, v. 33, n. Web Server issue, p. W480-2, Jul 1 2005.
- BENDL, J., STOURAC, J., SALANDA, O., PAVELKA, A., WIEBEN, E.D., ZENDULKA, J., BREZOVSKY, J., DAMBORSKY, J., 2014: PredictSNP: robust and accurate consensus classifier for prediction of disease-related mutations. *PLOS Computational Biology* 10: e1003440.
- CALABRESE, R. et al. Functional annotations improve the predictive score of human disease-related mutations in proteins. *Hum Mutat*, v. 30, n. 8, p. 1237-44, Aug 2009.

- CAPRIOTTI, E.; CALABRESE, R.; CASADIO, R. Predicting the insurgence of human genetic diseases associated to single point protein mutations with support vector machines and evolutionary information. *Bioinformatics*, v. 22, n. 22, p. 2729-34, Nov 15 2006.
- COOPER, D. N.; BALL, E. V.; KRAWCZAK, M. The human gene mutation database. *Nucleic Acids Res*, v. 26, n. 1, p. 285-7, Jan 1 1998.
- DE BAETS, G. et al. SNPeffect 4.0: on-line prediction of molecular and structural effects of protein-coding variants. *Nucleic Acids Res*, v. 40, n. Database issue, p. D935-9, Jan 2012.
- DE CARVALHO, M. D.; DE MESQUITA, J. F. Structural modeling and in silico analysis of human superoxide dismutase 2. *PLoS One*, v. 8, n. 6, p. e65558, 2013.
- HWANG, C. S. et al. Elevated serum autoantibody against high mobility group box 1 as a potent surrogate biomarker for amyotrophic lateral sclerosis. *Neurobiol Dis*, v. 58C, p. 13-18, Apr 29 2013.
- JOHNSON, G. C.; TODD, J. A. Strategies in complex disease mapping. *Curr Opin Genet Dev*, v. 10, n. 3, p. 330-4, Jun 2000.
- KREBS, B. B., & DE MESQUITA, J. F. Amyotrophic Lateral Sclerosis Type 20 - In Silico Analysis and Molecular Dynamics Simulation of hnRNPA1. *PLoS One*, 11(7), e0158939. <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0158939>, 2016.
- KOPPERS, M. et al. VCP mutations in familial and sporadic amyotrophic lateral sclerosis. *Neurobiol Aging*, v. 33, n. 4, p. 837 e7-13, Apr 2012.
- LASIENE, J., KOMINE, O., FUJIMORI-TONOU, N., POWERS, B., ENDO, F., WATANABE, S., YAMANAKA, K. Neuregulin 1 confers neuroprotection in SOD1-linked amyotrophic lateral sclerosis mice via restoration of C-boutons of spinal motor neurons. *Acta Neuropathologica Communications*, 4(1), 15. 2016
- MOREIRA, L. G. et al. Structural and Functional Analysis of Human SOD1 in Amyotrophic Lateral Sclerosis. *PLoS One*, v. 8, n. 12, p. e81979, 2013.
- RISCH, N. J. Searching for genetic determinants in the new millennium. *Nature*, v. 405, n. 6788, p. 847-56, Jun 15 2000.
- UNIPROT. Activities at the Universal Protein Resource (UniProt). *Nucleic Acids Res*, v. 42, n. 1, p. D191-8, Jan 1 2014.
- ZHANG, Y.; SKOLNICK, J. TM-align: a protein structure alignment algorithm based on the TM-score. *Nucleic Acids Res*, v. 33, n. 7, p. 2302-9, 2005.

SEROTONINA INIBE MECANISMOS MICROBICIDAS DE NEUTRÓFILOS DE INDIVÍDUOS SAUDÁVEIS E SOB TRATAMENTO COM ANTIDEPRESSIVOS

Bruna Souza Teixeira – Biomédica

Programa de Pós-graduação em Biologia Molecular e Celular

bsouzateixeira@gmail.com

Vera Carolina Bordallo Bittencourt – Doutora em Ciências – Microbiologia

Programa de Pós-graduação em Biologia Molecular e Celular

vcarol.bordallo@gmail.com

OBJETIVOS

Avaliar a produção de espécies reativas de oxigênio (ROS) por neutrófilos de indivíduos saudáveis ou em uso de antidepressivos, na presença ou não de serotonina (5-HT), estimulados com *Candida albicans*.

Avaliar a formação de armadilhas extracelulares de DNA (NET) por neutrófilos de indivíduos saudáveis ou em uso de antidepressivos, na presença ou não de 5-HT, estimulados com *C. albicans*.

Avaliar a capacidade candidacida dos neutrófilos de indivíduos saudáveis ou em uso de antidepressivos, na presença ou não de 5-HT.

Investigar o receptor de 5-HT envolvido nos possíveis efeitos causados por esse neurotransmissor na resposta do neutrófilo à *C. albicans*

METODOLOGIA

Recrutamento de voluntários:

O uso de amostras humanas no presente projeto foi autorizado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CEP-UNIRIO –

0030/2010). Os voluntários foram entrevistados e convocados a participar do estudo. Durante a entrevista, foi explicado o projeto e os que concordaram em participar deram seu consentimento por escrito assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a assinatura do TCLE, os voluntários responderam ao Questionário de Morbidades Psiquiátricas do Adulto (QMPA) que é utilizado como triagem na identificação de distúrbios neuropsiquiátricos como Depressão Maior e Transtorno de Ansiedade Generalizada. Incluíram-se perguntas ao QMPA para avaliar o status imunológico geral do indivíduo e informações sobre o uso de qualquer medicamento.

Após a análise do QMPA, foram selecionados para coleta de amostra, como grupo controle, os indivíduos que não preenchiam os critérios que identificavam morbididades psiquiátricas. Como grupo de investigação foram selecionados os indivíduos com QMPA positivo para depressão e/ou ansiedade e que faziam tratamento há no mínimo três meses com antidepressivos inibidores da receptação de serotonina. Foram excluídos os indivíduos que faziam uso de qualquer fármaco com caráter imunomodulador, que apresentavam sinais e/ou sintomas de infecção e/ou inflamação na época da coleta e também os portadores de doença autoimune.

Coleta de amostra e isolamento de granulócitos:

Sangue periférico (20mL) foi coletado a vácuo por punção venosa em tubo estéril heparinizado (Vacutainer – BD). Os neutrófilos foram isolados por centrifugação com gradiente de densidade Ficoll Paque (GE – Healthcare Life Sciences) na proporção 2:1 (Sangue: Ficoll), seguido de lise osmótica das hemácias com cloreto de amônia (ACK). Os neutrófilos foram então ressuspensos em meio RPMI 1640 (Gibco – Life Technologies) suplementado com 10% de SFB e 2% de estreptomicina e penicilina (Gibco – Life Technologies) e as células foram contadas com azul de tripan em câmara de Neubauer. A viabilidade celular encontrada nas amostras foi de 98% e a concentração de células foi ajustada de acordo com a necessidade de cada experimento.

Quantificação da produção de espécies reativas de oxigênio (ROS):

Os neutrófilos foram incubados em placa de 96 poços por 30 minutos, na presença ou ausência de SB269970 (antagonista seletivo do receptor 5-HT₇) (10^{-5} M). Em seguida as células foram incubadas ou não com 5-HT (10^{-8} M) por 1h. Por fim, foi adicionada 1,2,3 Dihidrorodamina (DHR) (10μ M) às culturas e os neutrófilos foram estimulados ou não por 30 minutos com *C. albicans* na proporção de 3 leveduras

para cada neutrófilo. A intensidade média de fluorescência (MFI) emitida pela DHR oxidada foi então avaliada pela leitura das culturas em leitor de fluorescência de microplaca.

Avaliação da formação de armadilhas extracelulares de neutrófilo (NET):

Neutrófilos foram incubados em placa de 96 poços por 30 minutos, na presença ou ausência de SB269970 (10^{-5} M). Ao final desse tempo as células foram incubadas ou não com 5-HT (10^{-8} M) por 1h e foram então estimuladas ou não com *C. albicans* por 3h na proporção de 3 leveduras para cada neutrófilo. Nos 15 minutos finais de incubação, as culturas receberam Sytox green (5μ M), cuja MFI foi quantificada em leitor de fluorescência de microplaca.

Avaliação da atividade candidacida dos neutrófilos:

Neutrófilos isolados foram incubados em microtubos por 30 minutos, na presença ou ausência de SB269970 (10^{-5} M). Em seguida as células foram incubadas ou não com 5-HT (10^{-8} M) por 1h e foram então estimuladas ou não com *C. albicans* por 2,5h na proporção de 3 leveduras para cada neutrófilo. Ao fim da interação os neutrófilos foram lisados para liberar as *C. albicans* internalizadas no sobrenadante. Uma alíquota desse sobrenadante foi incubada com sal de tetrazólio para quantificação da atividade respiratória das leveduras remanescentes.

Análise estatística:

Os dados obtidos com os experimentos foram analisados com o programa GraphPad Prism 6.0 (GraphPad Software, inc.). Para comparação das médias entre as variáveis foi empregado o teste ANOVA one-way seguido do pós-teste de Tukey's.

RESULTADOS

Candida albicans estimula significativamente a produção de ROS e a formação de NET por neutrófilos de indivíduos saudáveis, mas não por neutrófilos de indivíduos em uso de antidepressivos. A pré-incubação com 5-HT inibe tanto a produção de ROS quanto a formação de NET, induzidas por *C. albicans*, pelos neutrófilos de ambos os grupos investigados. Quando bloqueado o receptor 5-HT₇, pela exposição prévia ao SB269970, a inibição exercida pelo neurotransmissor nos mecanismos microbicidas do neutrófilo é revertida nos dois grupos estudados.

A 5-HT inibe a atividade candidacida dos neutrófilos de indivíduos saudáveis e em uso de antidepressivos. Quando bloqueado o 5-HT₇, a atividade candidacida dos

neutrófilos de ambos os grupos avaliados retorna ao nível do controle não exposto previamente ao neurotransmissor.

CONCLUSÃO

Embora preliminares, os dados encontrados no presente estudo sugerem fortemente que neutrófilos de indivíduos em tratamento com inibidores de recaptção de 5-HT não respondem ao estímulo de *C. albicans* da mesma forma que os neutrófilos de indivíduos saudáveis, uma vez que a produção de ROS e a formação de NET foi maior nestes últimos. Os inibidores de recaptção de 5-HT são utilizados no tratamento de uma série de patologias como enxaqueca (DIENER *et al.*, 2015), transtorno de ansiedade generalizada (HALE; SHEKHAR; LOWRY, 2012) e transtorno depressivo maior (ALMEIDA-MONTES *et al.*, 2000; PARK; LEE; LEE, 2014). O mecanismo de ação dessas drogas consiste na inibição da captação da 5-HT do meio extracelular, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade de 5-HT para interação com seus receptores (DIENER *et al.*, 2015; MILANO *et al.*, 2013), inclusive alguns estudos demonstraram que o uso desses fármacos aumenta a concentração de 5-HT no plasma (ALMEIDA-MONTES *et al.*, 2000; FIDALGO; IVANOV; WOOD, 2013).

Quando os neutrófilos de ambos os grupos estudados foram pré-expostos à 5-HT, antes do estímulo por *C. albicans*, ocorreu inibição da produção de ROS e da formação de NET induzidas pela interação com o fungo. Sabe-se que a produção de ROS é um importante mecanismo microbida intracelular dos neutrófilos na eliminação das leveduras de *C. albicans* (BRANZK *et al.*, 2014), assim como a formação de NET tem papel fundamental na contenção da infecção por *C. albicans* no meio extracelular, principalmente no combate às hifas (URBAN *et al.*, 2006). A atividade candidada dos neutrófilos de indivíduos saudáveis e em uso de antidepressivos foi inibida pelo pré-tratamento com 5-HT, sendo essa uma possível consequência da inibição dos mecanismos microbidas pela 5-HT também encontrada nesse estudo.

O bloqueio do receptor 5-HT, nos neutrófilos dos dois grupos avaliados reestabelece a produção de ROS, a formação de NET e a atividade candidada ao nível do controle sem o pré-tratamento com o neurotransmissor, denotando que a 5-HT possivelmente exerce seus efeitos inibitórios dos mecanismos microbidas avaliados nos neutrófilos via esse receptor. Sabe-se que o receptor 5-HT, tem como via de sinalização citoplasmática o aumento da concentração de AMPc (MCCORVY; ROTH, 2015), já foi demonstrado que a elevação de AMPc inibe a formação de NET (SHISHIKURA *et*

al., 2015) e a atividade candidacida dos neutrófilos (BOURNE *et al.*, 1971), corroborando a hipótese de que a 5-HT inibe a ativação dos neutrófilos frente à *C. albicans* via receptor 5-HT₇, através do aumento dos níveis citoplasmáticos de AMPc.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-MONTES, L. G. et al. Relation of serum cholesterol, lipid, serotonin and tryptophan levels to severity of depression and to suicide attempts. **Journal of Psychiatry and Neuroscience**, v. 25, n. 4, p. 371–377, 2000.

BOURNE, H. R. et al. Human Leukocyte/ : Synthesis , Degradation , and Effects on Neutrophil Candidacidal Activity. **Journal of Clinical Investigation**, v. 50, n. December 1970, p. 920–929, 1971.

BRANZK, N. et al. Neutrophils sense microbe size and selectively release neutrophil extracellular traps in response to large pathogens. **Nature immunology**, v. 15, n. 11, p. 1017–25, 2014.

DIENER, H.-C. et al. New therapeutic approaches for the prevention and treatment of migraine. **The Lancet. Neurology**, v. 14, n. 10, p. 1010–22, 2015.

FIDALGO, S.; IVANOV, D. K.; WOOD, S. H. Serotonin: From top to bottom. **Biogerontology**, v. 14, n. October 2012, p. 21–45, 2013.

HALE, M. W.; SHEKHAR, A.; LOWRY, C. A. Stress-related Serotonergic Systems: Implications for Symptomatology of Anxiety and Affective Disorders. **Cellular and Molecular Neurobiology**, v. 32, n. 5, p. 695–708, 7 jul. 2012.

MCCORVY, J. D.; ROTH, B. L. Structure and function of serotonin G protein coupled receptors. **Pharmacology & therapeutics**, v. 150, p. 129–42, 2015.

MILANO, W. et al. The pharmacological options in the treatment of eating disorders. **ISRN pharmacology**, v. 2013, p. 352865, 2013.

PARK, Y.-M.; LEE, B.-H.; LEE, S.-H. The association between serum lipid levels, suicide ideation, and central serotonergic activity in patients with major depressive disorder. **Journal of affective disorders**, v. 159, p. 62–5, 2014.

SHISHIKURA, K. et al. Prostaglandin E₂ inhibits neutrophil extracellular trap formation through production of cyclic AMP. **British Journal of Pharmacology**, p. n/a–n/a, 2015.

URBAN, C. F. et al. Neutrophil extracellular traps capture and kill *Candida albicans* yeast and hyphal forms. **Cellular Microbiology**, v. 8, n. 4, p. 668–676, 2006.

O PAPEL DO FERRO NA LACTOFERRINA BOVINA: Implicações em sua Estabilidade Estrutural e Tráfego Intracelular

Caroline Augusto Barros

Programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular
e Celular

e-mail: carol.augustobarros@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Rafael Braga Gonçalves

Programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular
e Celular

e-mail: rbgbraga@gmail.com

OBJETIVOS

- Comparar a estabilidade estrutural da apo e holo-bLf e as consequências para sua interação com a célula.
- Analisar as mudanças estruturais induzidas por ureia e alta pressão na estrutura terciária da apo e holo-bLf monitoradas por espectroscopia de fluorescência, utilizando uma sonda intrínseca como triptofanos presentes em sua estrutura e uma sonda extrínseca, o bis-ANS;
- Monitorar as modificações na estrutura secundária da apo e holo-bLf induzidas por ureia e alta pressão por dicroísmo circular;
- Comparar a interação da apo e holo-bLf nativas com células Vero por microscopia de fluorescência confocal.

METODOLOGIA

Preparo de apo-lactoferrina e holo-lactoferrina: A apo-bLf foi obtida a partir de cápsulas comercializadas pela empresa Life Extension (EUA). A proteína foi solubilizada e a celulose presente na cápsula separada por sucessivas centrifugações. Em seguida a

amostra foi filtrada, dosada, aliquotada e congelada a -20°C . A holo-bLf foi preparada com base em um protocolo desenvolvido por Bokkhin (2013) e colaboradores.

Espectroscopia de Fluorescência: Os espectros de fluorescência foram registrados em um espectrofluorímetro modelo ISSK2 (ISS Inc., Champaign, IL, USA). O fenômeno de emissão de fluorescência do triptofano é amplamente utilizado como uma ferramenta para monitorar mudanças conformacionais em proteínas e oligômeros frente a perturbações induzidas por agentes químicos e/ou físicos e até mesmo ligantes. Isto ocorre, pois, este aminoácido é sensível a mudanças de polaridade em seu microambiente (Lakowicz, 1983). Os espectros foram obtidos com a bLf na concentração final de 200 $\mu\text{g/ml}$ diluída em tampão Tris 25 mM, NaCl 150 mM, pH 7,5.

Dicroísmo Circular no UV-distante: Os espectros de CD foram obtidos em um espectropolarímetro Jasco modelo J-715 1505 (JascoCorp.,Tokyo, JP). Foi utilizada uma cubeta de quartzo de 0.1 cm de caminho ótico e analisados na região de 190 a 260nm. Os espectros foram obtidos com a bLf na concentração final de 200 $\mu\text{g/ml}$ diluída em tampão Tris 25 mM, NaCl 150 mM e pH 7,5.

Cinética da internalização e do trânsito intracelular da lactoferrina: Para o desenvolvimento deste projeto, foi utilizada a microscopia confocal por escaneamento com laser e análise de fluorescência (LSCFM – Laser Scanning Confocal Fluorescence Microscopy). Foi realizada a marcação da lactoferrina com FITC (isotiocianato de fluoresceína) na razão molar de 1:10. Após essa preparação, células Vero (células renais de macaco verde africano) subconfluentes foram cultivadas em placas de 35 milímetros de fundo de vidro (MatTek, Ashland, MA, USA) e incubadas com uma solução de 1 mg/mL contendo o conjugado bLf- FITC durante 15 minutos a 4°C . Depois deste passo de sincronização, as moléculas de lactoferrina não ligadas foram retiradas por sucessivas lavagens com PBS e o conjugado incubado com as células em meio DMEM à 37°C para permitir a endocitose. A 0, 30 e 60 minutos pós-aquecimento, as células foram lavadas novamente com PBS e fixadas com formaldeído a 3,7% durante 15 minutos e em seguida levadas ao microscópio.

RESULTADOS

A ureia e a alta pressão hidrostática foram utilizadas como agentes desnaturantes, rompendo pontes de hidrogênio e interações hidrofóbicas na estrutura terciária da proteína. Com esse objetivo, submetemos a apo e a holo lactoferrina a concentrações crescentes de ureia (1 a 8M) e de pressão (3 a 42 kpsi). Pudemos observar que a apo lactoferrina teve um desvio do centro de massa de cerca de 1100 cm^{-1} (Fig. 1A), enquanto a holo teve um desvio de centro de massa de aproximadamente 500 cm^{-1} .

Foi observado também que o desvio de centro de massa para a apo-bLf foi maior do que para holo-bLf quando colocada sob alta pressão hidrostática (Fig. 1B). Esse desvio reflete uma mudança no microambiente dos triptofanos presentes na apo-bLf que quando expostos a ambientes polares emitem fluorescência em comprimentos de onda maiores, portanto menos energéticos. Ou seja, a estrutura da apo-bLf é menos estável do que a da holo-bLf.

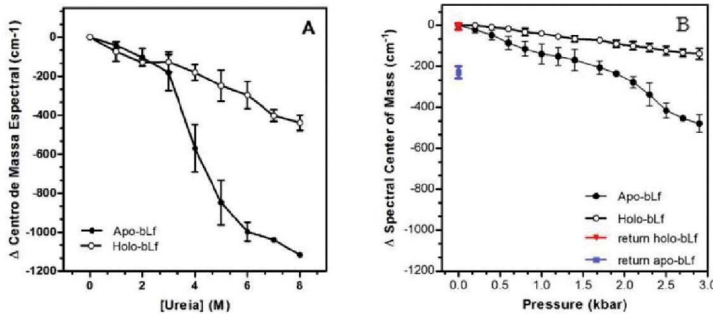


Figura 1: Variação de centro de massa para apo-bLf em diferentes concentrações de ureia (A) e em alta pressão hidrostática (B).

Foram feitos experimentos utilizando o bis-ANS como uma outra abordagem para verificar possíveis mudanças conformacionais da lactoferrina na forma apo e holo-bLf. Esta sonda extrínseca se liga a seguimentos hidrofóbicos da proteína, portanto, o desligamento do bis-ANS na proteína nos mostra uma possível desnaturação da lactoferrina.

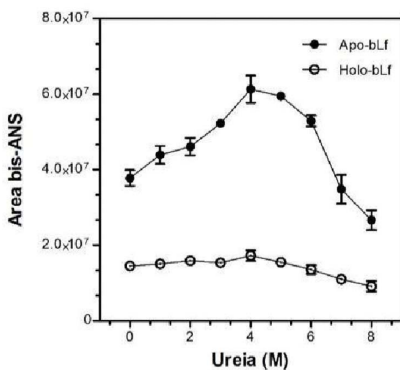


Figura 2: Gráfico de ligação de bis-ANS na apo e holo-bLf em concentrações crescentes de ureia.

Foi colocado concentrações crescentes de ureia e foi verificado mais uma vez que quando colocada a alta concentração de ureia, a apo-bLf sofre uma desnaturação, enquanto isso não é observado para a holo-bLf (Fig. 2). É importante destacar que a apo-bLf se liga mais a bis-ANS do que a holo. Uma possível explicação é que a apo, por possuir seus domínios mais abertos devido a ausência da ligação de ferro, permita que haja mais seguimentos hidrofóbicos para que o bis-ANS se ligue.

A técnica de dicroísmo circular foi utilizada para verificar mudanças na estrutura secundária da lactoferrina bovina. No CD, quanto mais negativos os valores da elipticidade da amostra, maior o seu conteúdo de estrutura secundária. Sendo assim, pode-se observar que a apo-bLf perdeu mais estrutura secundária do que a holo-bLf em 8M de ureia (Fig. 3).

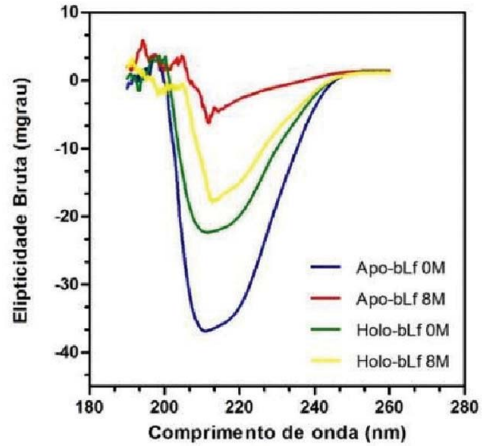


Figura 3: Dicroísmo circular com apo e holo-bLf

Foram realizados experimentos utilizando microscopia de fluorescência confocal para analisar as diferenças na cinética de internalização das formas apo e holo-bLf. Foram adquiridas imagens nos tempos 0, 30 e 60 minutos após a adsorção da apo ou holo lactoferrina, marcadas com FITC, à células Vero (Fig. 4). Pode-se notar claramente que neste tempo, de 30 e 60 minutos pós-ligação, a holo-bLf encontra-se mais internalizada quando comparada a apo-bLf.

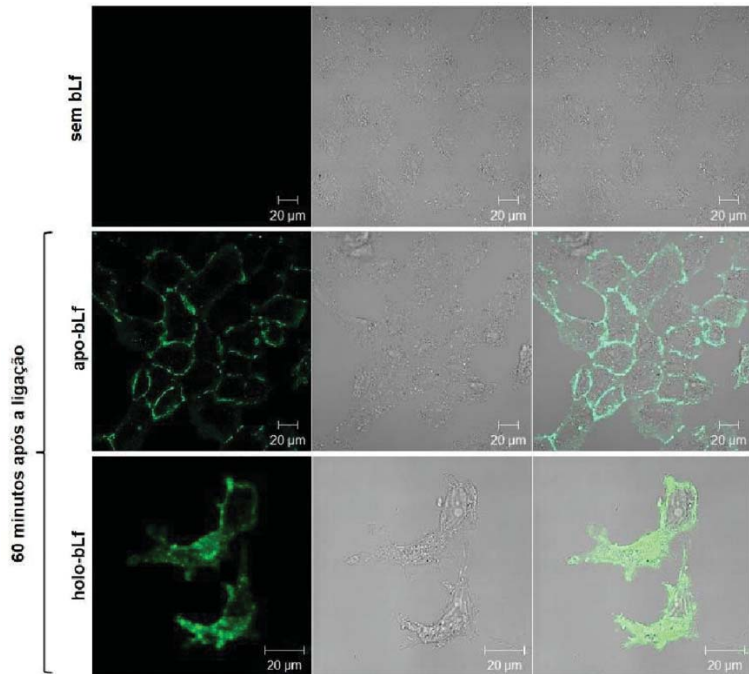


Figura 4 - Microscopia Confocal de Fluorescência por Escaneamento com Laser das células incubadas com apo e holo-bLf - FITC.

CONCLUSÃO

A estrutura terciária foi monitorada por espectroscopia de fluorescência. Verificou-se uma maior estabilidade da holo-bLf quando comparada com a forma apo, tanto observando-se a fluorescência do triptofano quanto a da sonda bis-ANS.

Para os experimentos utilizando o dicroísmo circular, os resultados parecem mostrar que a apo-bLf possui um conteúdo de estrutura secundária maior quando comparado a holo-bLf. Ao contrário da ureia, não foi observado efeito estabilizante do ferro após a pressurização da proteína.

A utilização de microscopia de fluorescência confocal foi essencial para avaliar a interação da holo-bLf e apo-bLf em células Vero. Os nossos resultados mostraram que a holo-bLf é internalizada mais rapidamente do que a apo-bLf, mostrando a importância da estabilização da lactoferrina provocada por este íon. Sendo assim, podemos concluir que a ligação de ferro leva ao aumento da estabilidade da proteína e a uma cinética de internalização mais rápida da bLf em células Vero.

REFERÊNCIAS

- BAKER, E. N.; ANDERSON, B. F.; BAKER, H. M.; DAY, C. L.; HARIDAS, M.; NORRIS, G. E.; RUMBALI, S. V.; SMITH, C. A.; THOMAS, D. H. Three-dimensional structure of lactoferrin in various functional states. *Advances in Experimental Medicine and Biology*. vol. 357, p.1-12, 1994a.
- BAKER, E.N., Baker, H.N. A structural framework for understanding the multifunctional character of lactoferrin. *Biochimie*. v. 91, p. 3-10, 2008.
- BOKKHIM, H., BANSAL, N., GRONDAHL, L., BHANDARI, B. Physico-chemical properties of different forms of bovine lactoferrin. *Food Chemistry*. vol.141, p. 3007-3013, 2013.
- GERSTEIN, M.; ANDERSON, B.F.; NORRIS, G.E.; BAKER E.N.; LESK, A. M.; CHOTHIA, C. Domain closure in lactoferrin: two hinges produce a see-saw motion between alternative close-packed interfaces. *Journal of Molecular Biology*. vol. 234, p. 357-372, 1993.

A SEROTONINA MODULA O COMPORTAMENTO FUNCIONAL DAS CÉLULAS T DE PACIENTES COM ESCLEROSE MÚLTIPLA

Priscila Mendonça do Sacramento

Programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular e Celular

priscila.m.sacramento@hotmail.com

Dr^a Cleonice Alves de Melo Bento

Programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular e Celular

cbento@globo.com

OBJETIVO

Esclerose Múltipla (EM) é uma doença desmielinizante autoimune inflamatória crônica do Sistema Nervoso Central (SNC) mediada pelas células T reativas contra moléculas da bainha de mielina que acomete em média 2,5 milhões de pessoas no mundo (MILO & KAHANA, 2010). Apesar de ter curso clínico heterogêneo, a maioria dos pacientes (85% - 90%) apresenta a forma recorrente-remittente (RR), identificada pela ocorrência de recaídas clínicas seguidas de remissões, que podem ser total ou parcial (DECK *et al.*, 2013). Assim como em outras doenças autoimunes, a EM é causada pela complexa interação entre fatores genéticos e ambientais, tal como o estresse (LILL, 2014). Transtornos de humor, principalmente a depressão, é muito comum em pacientes com EM. A depressão apresenta um impacto negativo severo nos pacientes com EM (WATSON *et al.*, 2014), e isso pode ser uma consequência de mudanças na produção de diferentes mediadores biológicos do estresse, alguns dos quais sabidamente são capazes de modular o comportamento das células T, tal como a serotonina (KIM, 2012). Classicamente a depressão é caracterizada pela redução na produção endógena de serotonina (5-HT – 5-hidroxitriptamina), e até o momento nenhum trabalho foi conduzido na tentativa de investigar os efeitos da 5-HT sobre o status funcional da célula mais implicada na EM, os linfócitos T CD4⁺

e T CD8⁺ produtores de elevados níveis de citocinas inflamatórias neurotóxicas IFN- γ (Th1/Tc-2) e IL-17 (Th17/Tc-17), nem tampouco na liberação de citocinas neuroprotetoras, a IL-10 produzida pelas células T reguladoras (Tregs). Esse tipo de estudo é importante pois pode fornecer informações que podem ajudar no manejo clínico multidisciplinar dos pacientes.

METODOLOGIA

20 pacientes com esclerose múltipla na forma remitente-recorrente (EM-RR) e 26 indivíduos saudáveis foram recrutados. Aproximadamente 20 mL de sangue periférico de cada indivíduo foram colhidos e encaminhados para o Laboratório de Imunofisiologia e Imunopatologia do Linfócitos T (LIILiT/UNIRIO). A partir do sangue total, foram obtidos os plasmas e as CMSP, através da centrifugação em gradiente de separação Ficoll-Hypaque. Em alguns experimentos, células TCD4⁺ e TCD8⁺ dos pacientes com EM-RR foram purificadas a partir da suspensão de CMSP totais utilizando colunas de separação e seleção negativa. As células foram contadas em azul de trypan e cultivadas recebendo diferentes estímulos: nada, ativadores policlonais [fitohemaglutinina A (PHA) ou IgG anti-CD3/anti-CD28] com ou serotonina (5-HT). Todas as culturas foram mantidas em atmosfera úmida a 37°C e a 5% de CO₂. A proliferação de células T foi determinada pelo método da incorporação do nucleotídeo de timidina tritiada, adicionado às culturas 8 horas antes do término da incubação de 3 dias. A leitura da placa foi realizada num contador de partículas radioativas. A dosagem de diferentes citocinas (IFN- α , IL-17, IL-21, IL-22, IL-6 e IL-10) nos sobrenadantes das culturas de células T ativadas, colhidos ao final do tempo de incubação, foi realizada usando a técnica ELISA. A determinação da frequência de diferentes subtipos de células T CD4⁺ foi realizada através da citometria de fluxo depois de uma reativação das células T com PMA e ionomicina na presença de brefeldina por 4 h antes do término da incubação de 3 dias. Brevemente, após a ativação, as células foram submetidas à marcação de superfície usando anticorpos IgG fluorescentes contra os marcados CD4-PECy7/PE-Cy5.5/APC, CD25-APC, CD39-APC. Após 20 min de incubação, as células foram permeabilizadas e marcadas com IgG contra marcadores intracelulares (CD152-APC, IL-17-PECy7, IL-10-AlexaFluor 488, IFN- α -APC e FoxP3-PE). A determinação da frequência de diferentes subtipos de células T foi determinada usando o citômetro Accuri C6 (Accuri™, Ann Arbor, MI, USA) e o software CFlow. Todas as análises estatísticas foram realizadas utilizando o programa de gráfico GraphPad Prism versão 5.0 para Windows (GraphPad). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa da UNIRIO (protocolo nº 1.044.203)

RESULTADOS

As células T dos pacientes apresentaram uma clara tendência em proliferar menos nos poços com estímulo do PHA quando comparado ao grupo controle ($p=0,0679$). A adição de 5-HT a essas culturas reduziu a proliferação das células T tanto no grupo controle ($p=0,0004$) quanto no grupo dos pacientes com EM-RR ($p=0,0008$). Com relação a dosagem de citocinas liberadas pelas células T policlionalmente ativadas, a 5-HT foi capaz de reduzir a produção do IFN- γ ($P<0.0001$), uma citocina típica do fenótipo Th1/Tc-1 que é implicada na imunopatogênese da EM (LOVETT-RACKE *et al.*, 2011), no grupo controle e no grupo de pacientes com EM. Adicionalmente, e mais interessante, foi a habilidade da serotonina em reduzir a liberação de IL-22 ($p=0.0413$) e IL-17 ($p=0,0227$), duas citocinas altamente neurotóxicas produzidas pelas células Th17/Tc-17, apenas nos grupos de pacientes com EM. Finalmente, a 5-HT elevou, de forma significativa, a liberação *in vitro* de IL-10 ($p=0.004$) pelas células T dos pacientes. Esses dados sobre a produção de citocinas, obtidos através da técnica ELISA, foram confirmados nas análises usando a citometria, uma técnica mais acurada para identificação fenotípica celular. Nesse sentido, a 5-HT reduziu a produção das citocinas inflamatórias IFN- γ ($p=0,0011$), IL-17 ($p=0,009$), IL-6 ($p<0,0001$) e IL-22 ($p=0,0107$) produzidas pelas células T CD4⁺ dos pacientes com EM. Já no compartimento de células T CD8⁺, a adição de 5-HT na cultura só não conseguiu reduzir a produção de IL-22, que foi a citocina produzida em menor quantidade quando comparada ao IFN- γ , a IL-17 e IL6. De forma interessante, a habilidade da 5-HT em aumentar a produção da IL-10 foi restrito às células T CD4⁺ reguladoras convencionais, identificada pela expressão de FoxP3 e CD25 e altamente funcionais, caracterizada pela elevada expressão de CD39 (YE *et al.*, 2015).

CONCLUSÃO

Os dados apresentados aqui, apesar de preliminares, sugerem um efeito neuroprotetor da 5-HT devido a sua capacidade em reduzir a produção de citocinas inflamatórias potencialmente patogênicas envolvidas nas lesões cerebrais dos pacientes com EM. Esse efeito protetor pode ser tanto direto quanto indireto, por favorecer a expansão de células T CD4 reguladoras, conhecidas em evitar doenças autoimunes. Esse tipo de estudo é fundamental pois fornece conhecimentos científicos sólidos quanto aos benefícios do tratamento adjuvantes da EM com antidepressivos que aumentam os níveis cerebrais de serotonina.

REFERÊNCIAS

- DECK, N.; LEE, W.; BERNEMAN, Z.N.; COOLS, N. Neuroendocrine Immunoregulation in Multiple Sclerosis. **Clinical and Developmental Immunology** Vol 2013: 1-23, 2013;
- KIM, S.; LEE, H.; LEE, G.; OH, S.; SHIN, M.; SHIM, I.; BAE, H. CD4+CD25+ Regulatory T Cell Depletion Modulates Anxiety and Depression-Like Behaviors in Mice. **PLoS ONE** 7(7): e42054, 2012;
- LILL, C.M. Recent advances and future challenges in the genetics of multiple sclerosis. **Frontiers in Neurology | Multiple Sclerosis and Neuroimmunology**, 5(130), 1-4, 2014;
- LOVETT-RACKE, A.E.; YANG, Y.; RACKE, M.K. Th1 versus Th17: Are T cell cytokines relevant in multiple sclerosis? **Bioch. Bioph. Acta.**, 1812: 246-251, 2011;
- MILO, R.; KAHANA, E. Multiple sclerosis: geoeidemiology, genetics and the environment. **Autoimmunity Reviews**, [S.l.], v. 9, p. A387-A394, 2010.
- WATSON, T.M.; FORD, E.; WORTHINGTON, E.; LINCOLN, N.B. Validation of Mood Measures for People with Multiple Sclerosis. **Int J MS Care.**, 16: 105-109, 2014;
- YE, L.; GOODALL, J.C.; ZHANG, L.; PUTINTSEVA, E.V.; LAM, B.; JIANG, L.; LIU, W.; YIN, J.; LIN, L.; LI, T.; WU, X.; YEO, G.; SHUGAY, M.; CHUDAKOV, D.M.; GASTON, H.; XU, H. TCR usage, gene expression and function of two distinct FOXP3+Treg subsets within CD4+CD25hi T cells identified by expression of CD39 and CD45RO. **Immunol Cell Biol.** 2015 Oct 15;

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA VITAMINA D NO PERFIL FENOTÍPICO DE MONÓCITOS DE PACIENTES COM ESCLEROSE MÚLTIPLA REMITENTE-RECORRENTE (EM-RR)

Rejane Lapagesse Beltrão Silva

Programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular e Celular

lapagesse.rbs@gmail.com

Dr^a Vera Carolina Bordallo Bittencourt Programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular e Celular/ Neurologia

vcarol.bordallo@gmail.com

OBJETIVO

Os objetivos do presente estudo são:

- Análise comparativa entre indivíduos saudáveis e pacientes com EM-RR da expressão ex vivo de TLR2 e TLR4 em monócitos,
- Análise comparativa entre indivíduos saudáveis e pacientes com EM-RR da expressão de CD14 e CD16, TLR2, TLR4 e CD116 (receptor de GM-CSF) na presença ou ausência de agonistas dos receptores TLR e de Vitamina D,
- Análise do efeito da vitamina D na produção de citocinas IL-6, TNF- α e IL-23 por monócitos pacientes com EM-RR estimulados com agonistas de TLR,
- Análise da expressão in vitro de TLR2, TLR4, CD116 e CD16 em monócitos de pacientes com EM-RR estimulados com HMGB1,
- Análise do efeito de HMGB-1 na produção de citocinas IL-6, TNF- α e IL-23 em cultura de monócitos de pacientes com EM-RR.

METODOLOGIA

A utilização de amostras biológicas proveniente de humanos foi autorizada pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

(1.044.203). Foram convocados a participar do estudo pacientes com Esclerose Múltipla na forma Remitente-Recorrente que não estivessem realizando tratamento com imunossupressores (interferons e corticoides) ou suplementação com vitamina D por pelo menos 3 meses antes da coleta da amostra de sangue. Para ambos os grupos foram apresentadas explicações sobre o projeto e um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que foi assinado por todos os voluntários que aceitaram participar do presente estudo.

O sangue periférico (40mL) dos voluntários foi coletado por meio de punção venosa em tubos à vácuo heparinizados (Vacutainer – BD) e, em seguida, células mononucleares foram obtidas por centrifugação com gradiente de densidade Ficoll Paque (GE – Healthcare Life Sciences) na proporção de 2:1 (sangue/Ficoll).

Os experimentos de citometria de fluxo foram realizados em citômetro de fluxo Accuri C6 com o programa de aquisição CFlow (BD – Biosciences). Para cada ensaio foram adquiridos 150.000 eventos de cada amostra e a análise dos dados foi realizada com o software de análise FlowJo V-10.0.8 (Tree Star). Para definição da população celular de interesse foi feito um gate na região de monócitos, que é caracterizada pelo seu tamanho (FSC- Forward Scatter Cell) e complexidade ou granulosidade (SSC- Side Scatter Cell) específicos. Dentre os eventos contidos nesse gate, foram selecionados aqueles positivos para CD14 (YANG et al., 2014). Os monócitos foram marcados com anticorpos monoclonais: anti-CD14-APC, anti-CD14-PE, anti-TLR2 –FITC, anti-TLR4 – FITC, anti-CD16-PE e anti-CD116-FITC. O nível de expressão de cada receptor na superfície do monócito foi determinado pela intensidade média de fluorescência (MFI) emitida pelo fluorocromo com o qual o monoclonal foi conjugado entre as células CD14+.

RESULTADOS

A expressão de TLR2 e TLR4 em monócitos dos 2 grupos (n=6) foi avaliada ex vivo e não houve diferença significativa na expressão desses receptores em monócitos de indivíduos com EM-RR ou controles saudáveis.

Além disso, essa expressão também foi avaliada nos monócitos em cultura e comparada entre os grupos em nível basal e após ativação das células com Palmitoyl (3)-Cys-Ser-Lys (4)-OH (Pam3Cys) e LPS, agonistas de TLR2 e TLR4, respectivamente. Após 24h na presença ou ausência dos estímulos, observou-se que monócitos de indivíduos saudáveis apresentaram menor expressão basal de TLR2 e TLR4 quando comparados aos monócitos de pacientes com EM-RR.

O efeito da vitamina D sobre a expressão basal de TLR2 e TLR4 foi avaliado após incubação dos monócitos com concentrações crescentes da vitamina por 48h. Segundo os dados obtidos, a vitamina D na concentração de $10^{-7}M$ foi capaz de reduzir o nível de expressão basal de TLR2 tanto no grupo de indivíduos saudáveis quanto entre pacientes com EM-RR, no entanto, não houve efeito de nenhuma das concentrações da vitamina D sobre a expressão de TLR4 em nenhum dos dois grupos analisados.

A modulação da expressão dos receptores TLR2 e TLR4 após ativação dos monócitos com os respectivos agonistas e o efeito da vitamina D sobre esta modulação foi avaliado e apenas monócitos de indivíduos saudáveis ainda foram capazes de elevar a expressão dos receptores TLR2 e TLR4 sob estímulo dos respectivos agonistas, embora diferenças estatisticamente significativas só tenham sido observadas na expressão de TLR2 entre células não estimuladas e células ativadas com Pam3Cys. Observou-se, também, que a pré-exposição à vitamina D inibiu a expressão de TLR2 e TLR4 das células ativadas pelos agonistas em ambos os grupos.

Resultados preliminares das análises do fenótipo inflamatório de monócitos ($CD14^{high}CD16^{+}$) (YANG et al., 2014) sugerem que não há diferença significativa na frequência do fenótipo $CD14^{high}$ entre os dois grupos estudados, assim como também não há influência da vitamina D na frequência destas células em nenhum dos 2 grupos. Da mesma forma, avaliando-se a frequência de células $CD14^{high} CD16^{+}$, também não houve diferença entre os 2 grupos, nem modulação pela vitamina D.

Entre os pacientes com EM-RR, dentro destas subpopulações de monócitos, foi avaliado o efeito da vitamina D sobre o nível de expressão do CD116, receptor para GM-CSF, citocina produzida pelos linfócitos T encefalitogênicos e responsável pela migração dos monócitos através da barreira hematoencefálica (VOGEL et al., 2015). Na subpopulação $CD14^{+}$ não foi observada influência da vitamina D na expressão de CD116, mas entre as células

$CD14^{high}$, foi observada a diminuição da expressão do CD116 na presença de vitamina D. Entre os monócitos inflamatórios ($CD14^{high}CD16^{+}$) sob efeito da vitamina D, verificou-se uma tendência a diminuição da expressão do receptor.

Embora não tenha sido observada diferença significativa sobre a influência exercida pela vitamina D sobre a frequência de monócitos $CD14^{high} CD16^{+}$ e sobre o nível de expressão de CD116 nestas células, os dados apresentados ainda são preliminares e haverá o recrutamento de mais pacientes para essas análises.

CONCLUSÃO

Níveis basais na expressão de TLR4 e TLR2 não parecem diferir entre pacientes e indivíduos saudáveis, no entanto, frente à vitamina D parece haver uma modulação desses receptores de forma dose-dependente, levando a redução da expressão de TLR2 e TLR4 mesmo na presença de agonistas, tanto para indivíduos saudáveis quanto para pacientes com EM-RR.

Até o momento, não há evidência do efeito modulador da vitamina D sobre as frequências das subpopulações de monócitos, já a expressão de CD116 entre as células CD14^{high}CD16⁺ parece ser reduzida pela exposição à vitamina D.

REFERÊNCIAS

VOGEL, D. Y. S. et al. GM-CSF promotes migration of human monocytes across the blood brain barrier. p. 1–32, 2015. *European Journal of Immunology*.

YANG, J. et al. Monocyte and macrophage differentiation: circulation inflammatory monocyte as biomarker for inflammatory diseases. *Biomarker research*, v. 2, n. 1, p. 1, 2014.

DESENVOLVIMENTO DE BIORREMEDIADORES USANDO BIOLOGIA COMPUTACIONAL EM PROTEÍNAS DE SACCHAROMYCES CEREVISIAE

Rodolfo Galhardo Antunes de Figueiredo

Programa de Pós-graduação em Biologia Molecular e Celular

rodolfofig@gmail.com

Dr^a Joelma Freire de Mesquita

Programa de Pós-graduação em Biologia Molecular e Celular

jomesquita@gmail.com

INTRODUÇÃO

O cádmio (Cd) é um metal pesado que provoca sérios riscos à saúde devido à sua entrada na cadeia alimentar através de vias antropogênicas (TÁLOS et al., 2012). A bioabsorção por meio de fungos oferece uma tecnologia economicamente viável, ambientalmente segura e eficaz para a remoção de metais e recuperação de soluções aquosas (DHANKHAR; HOODA, 2011). Os metais tóxicos entram nas células através da captação de metais essenciais e outros nutrientes (GOMES et al., 2002). Assim, a proteína ALR1 (ALR1p), que é responsável pela captação de Mg, pode também contribuir para a tolerância de Cd. Alr1p reside na membrana plasmática da levedura e pertence à família transportadora de magnésio Cora-Alr1p-Mrs2p (WYSOCKI; TAMÁS, 2010).

OBJETIVO

Desenvolver biorremediadores e biossensores usando biologia computacional com proteínas de *Saccharomyces cerevisiae*.

METODOLOGIA

Modelagens computacionais comparativa (RAMACHANDRAN; DOKHOLYAN, 2012) e ab initio (LEE et al., 2009) foram realizadas, seguida por um alinhamento estrutural

pelo TM-align (ZHANG; SKOLNICK, 2005). Em seguida, a estrutura secundária foi predita pelo PSIPRED (MCGUFFIN et al., 2000), Jufo (MEILER et al., 2002) e Jpred (DROZDETSKIY et al., 2015), e o grau de desordem estrutural da proteína foi obtido pelos bancos de dados MobiDB 2.0 (POTENZA et al., 2015) e D²P² (OATES et al., 2013). Por fim, os modelos foram validados pelos programas PROCHECK (LASKOWSKI et al., 1993) e ProSa (WIEDERSTEIN; SIPPL, 2007), e a estrutura quaternária do melhor modelo foi predita pelo programa GalaxyGemini (LEE et al., 2013). A análise filogenética foi realizada pelo ConSurf (ASHKENAZY et al., 2016).

RESULTADOS

De acordo com os resultados do TM-align, somente as estruturas modeladas pelos programas M4T e Swiss-Model mostraram valores de RMSD <2.0 e TM-score > 0,5, mas a proteína inteira não foi modelada. A proteína ALR1 é quase duas vezes maior do que os *templates* CorA existentes, e a região não-CorA não podia ser modelada, devido à falta de proteínas homólogas e um elevado grau de desordem. Como o modelo M4T contém 432 resíduos de aminoácidos (AAs) e o modelo Swiss-Model contém apenas 341 AAs, o modelo M4T foi escolhido como o modelo mais representativo da ALR1p para estudos posteriores. O modelo M4T foi validado pois apresenta uma porcentagem de 84,5% dos resíduos de aminoácidos em regiões favoráveis no gráfico de Ramachandran e um valor Z = -5,02 no programa ProSa (Figura 1). A proteína ALR1 foi predita como um homo-pentâmero semelhante à estrutura CorA conhecida (Figura 2), e a análise pelo ConSurf mostrou uma estrutura altamente conservada (Figura 3).

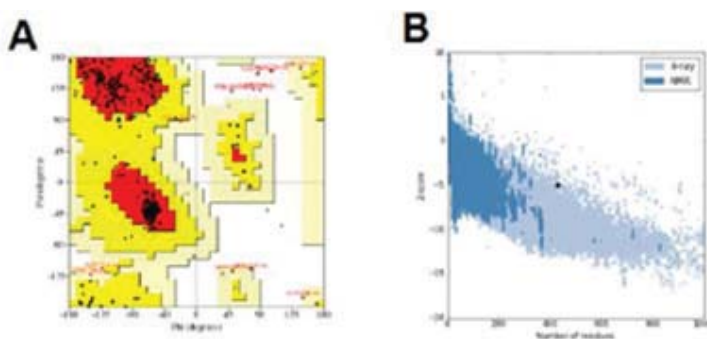


Figura 1: Validação do modelo M4T. (A) Procheck (84,5% dos resíduos de aminoácidos em regiões favoráveis). (B) ProSa (Z-score = -5,02).

Figura 2: Representação do modelo M4T (preto) e do *template* (vermelho) nas configurações de monômero e de homo-pentâmero. (A) TM-align (RMSD = 1,97, TM-score = 0,92). (B e C) Visão lateral e perioplasmática do *template* (PDB: 4i0u). (D e E) Visão lateral e perioplasmática do modelo M4T.

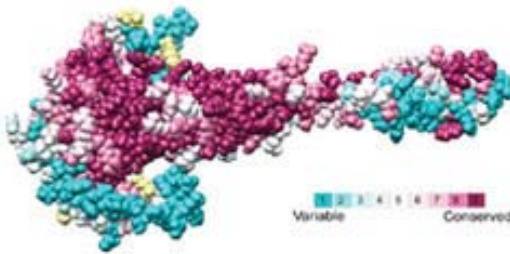
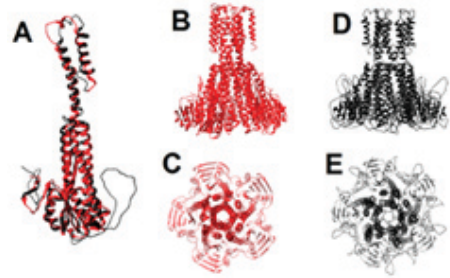


Figura 3: Grau de conservação filogenética dos resíduos de aminoácidos de acordo com o ConSurf.

CONCLUSÃO

Compreender as proteínas envolvidas com a resposta à metais pesados em *S. cerevisiae* permite uma maior compreensão e o desenvolvimento de estratégias para a recuperação ou a reparação dos ambientes contaminados por esses metais.

REFERÊNCIAS

- ASHKENAZY, Haim et al. ConSurf 2016: an improved methodology to estimate and visualize evolutionary conservation in macromolecules. *Nucleic acids research*, p. gkw408, 2016.
- DHANKHAR, Rajesh; HOODA, Anju. Fungal biosorption—an alternative to meet the challenges of heavy metal pollution in aqueous solutions. *Environmental technology*, v. 32, n. 5, p. 467-491, 2011.
- DROZDETSKIY, Alexey et al. JPred4: a protein secondary structure prediction server. *Nucleic acids research*, p. gkv332, 2015.
- GOMES, D. S. et al. Regulation of cadmium uptake by *Saccharomyces cerevisiae*. *Biochimica et Biophysica Acta - General Subjects*, v. 1573, p. 21-25, 2002.
- LASKOWSKI, Roman A. et al. PROCHECK: a program to check the stereochemical quality of protein structure s. *Journal of applied crystallography*, v. 26, n. 2, p. 283-291, 1993.

LEE, Hasup et al. GalaxyGemini: a web server for protein homo-oligomer structure prediction based on similarity. **Bioinformatics**, v. 29, n. 8, p. 1078-1080, 2013.

LEE, Jooyoung; WU, Sitao; ZHANG, Yang. Ab initio protein structure prediction. In: **From protein structure to function with bioinformatics**. Springer Netherlands, 2009. p. 3-25.

MCGUFFIN, Liam J.; BRYSON, Kevin; JONES, David T. The PSIPRED protein structure prediction server. **Bioinformatics**, v. 16, n. 4, p. 404-405, 2000.

MEILER, J. et al. JUFO: secondary structure prediction for proteins. www.jens-meiler.de, 2002.

OATES, Matt E. et al. D2P2: database of disordered protein predictions. **Nucleic acids research**, v. 41, n. D1, p. D508-D516, 2013.

POTENZA, Emilio et al. MobiDB 2.0: an improved database of intrinsically disordered and mobile proteins. **Nucleic acids research**, v. 43, n. D1, p. D315-D320, 2015.

RAMACHANDRAN, Srinivas; DOKHOLYAN, Nikolay V. Homology modeling: generating structural models to understand protein function and mechanism. In: **Computational Modeling of Biological Systems**. Springer US, 2012. p. 97-116.

TÁLOS, Katalin et al. Cadmium biosorption by baker's yeast in aqueous suspensions. **J. Serb. Chem. Soc.**, v. 77, n. 4, p. 549-561, 2012.

WIEDERSTEIN, Markus; SIPPL, Manfred J. ProSA-web: interactive web service for the recognition of errors in three-dimensional structures of proteins. **Nucleic acids research**, v. 35, n. suppl 2, p. W407-W410, 2007.

WYSOCKI, R.; TAMÁS, M. J. How *Saccharomyces cerevisiae* copes with toxic metals and metalloids. **FEMS microbiology reviews**, v. 34, p. 925-951, 2010.

ZHANG, Yang; SKOLNICK, Jeffrey. TM-align: a protein structure alignment algorithm based on the TM-score. **Nucleic acids research**, v. 33, n. 7, p. 2302-2309, 2005.

INFLUÊNCIA DOS POLIMORFISMOS NO GENE *ABCB1* SOBRE A RESPOSTA TERAPÊUTICA E TOXICIDADE HEMATOLÓGICOS À QUIMIOTERAPIA DO CÂNCER DE MAMA

Taiana Sousa Lopes da Silva

Programa de Pós-graduação em Biologia Molecular
e Celular

ttaianalopes@gmail.com

Kenia Balbi El-Jaick

Programa de Pós-graduação em biologia molecular
e celular

kenia.eljaick@unirio.br

Rosane Vianna-Jorge

Instituto de Ciências Biomédicas, UFRJ

rosanevj@gmail.com

INTRODUÇÃO

ABCB1 é um transportador de efluxo, com papel fisiológico na distribuição sistêmica de fármacos, que podem afetar a sensibilidade do tumor à quimioterapia. Polimorfismos no gene *ABCB1* reduzem a expressão e a atividade da proteína, mas o seu impacto na eficácia ou toxicidade dos antineoplásicos não foi estabelecida.

OBJETIVO

Investigar a influência dos polimorfismos (rs 1128503 e rs1045642) sobre a toxicidade hematológica e resposta terapêutica ao tratamento quimioterápico do câncer da mama.

METODOLOGIA

Mulheres com câncer de mama não metastático, e tratada com antraciclina e/ou taxanos foram incluídos (N = 698) (Comitê de Ética em Pesquisa do INCA em fevereiro de 2009, sob registro nº 129/08). Toxicidade hematológica foi baseada na contagem de glóbulos obtidos a partir de exames de rotina durante os ciclos de quimioterapia. A resposta terapêutica foi avaliada pela sobrevida livre de doença; e após quimioterapia neoadjuvante, também por exame patológico da mama e linfonodos extirpados. A associação entre polimorfismos e os resultados de toxicidade hematológica ou resposta patológica à quimioterapia neoadjuvante foi avaliada pelo teste do qui-quadrado, com cálculo do odds ratio (OR). Os polimorfismos também foram avaliadas por seu impacto sobre as curvas de sobrevida livre de doença, com o cálculo da taxa de risco (HR), com regressão COX para ajuste de co-variáveis significativas.

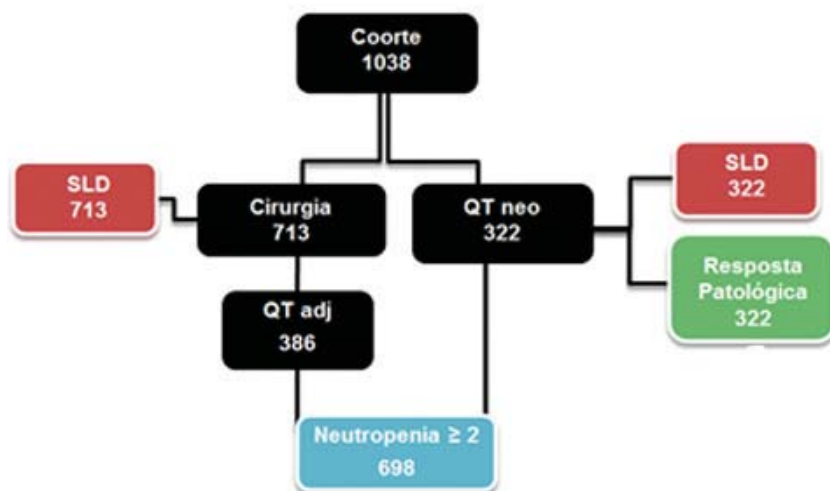


Figura 1: Fluxograma da coorte em estudo. SLD: Sobrevida Livre de Doença, QT adj: Quimioterapia adjuvante, QT neo: Quimioterapia neoadjuvante,

RESULTADOS

Os pacientes com genótipo rs1045642 TT apresentaram maior probabilidade de neutropenia moderada/grave (OR = 1,61, 95% CI = 1,03-2,5; p = 0,028), enquanto que rs1128503TT aumentou o risco de progressão do câncer de mama (HR = 2,1; 1,0-4,4 IC = ; P = 0,048), apesar do seu aparente benefício na resposta patológica completa (OR = 2,7, IC 95% = 0,97-7,6, p = 0,05).

CONCLUSÃO

Os polimorfismos estudados parecem ter diferentes efeitos sobre células sistêmicas ou tumorais: *ABCB1* c.3435C>T (rs1045642) parece aumentar a sensibilidade de células da medula óssea ou do sangue a antraciclinas e / ou taxanos, possivelmente devido a concentrações mais elevadas da droga no sangue; ao passo que *ABCB1* c.1236C>T (rs1128503) compromete a sobrevida livre de doença, possivelmente devido a maiores concentrações da droga no interior das células tumorais.

REFERÊNCIAS

CASCORBI I. P-glycoprotein: Tissue distribution, substrates, and functional consequences of genetic variations. **Drug transportres, Handbook of Experimental Pharmacology**, 201, p. 261-283, 2011.

MSC. AU. & et al., Clinical impact of *ABCC1* and *ABCC2* genotypes and haplotypes in mediating imatinib resistance among chronic myeloid leukaemia patient. **Journal of Clinical Pharmacy and Therapeutics**, v. 39, P.685-690, 2014.

KATO K, KUSUHARA H, KUMAGAI Y, *et al.*, Association of multidrug resistance-associated protein 2 single nucleotide polymorphism rs12762549 with the basal plasma levels of phase II metabolites of isoflvanoids in healthy japanese individuals. **Pharmacogenetics and Genomics**, p. 1-11, 2012.

A landscape illustration in a muted, earthy color palette. It features a bright sun or moon on the left, partially obscured by a mountain range. The sun's light reflects on a body of water in the foreground. The overall style is soft and atmospheric.

Capítulo 5

Direito

UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-SISTÊMICA COMO INCENTIVO À RESOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS: A Satisfação do Jurisdicionado

Juliana Lopes Ferreira

Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

julianalferreira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Com a vigência do novo Código de Processo Civil (CPC), a utilização de práticas interdisciplinares para a autocomposição de conflitos ganha importância e amparo legal, conforme seu artigo 3º, §3º: "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados [...]", movimento este já iniciado pela Resolução 125/2010 quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a política judiciária nacional para um tratamento adequado aos conflitos de interesse, hoje voltada para mecanismos de resoluções consensuais. A proposta é oferecer aos indivíduos acesso à ordem jurídica justa. Caso estejam com algum problema jurídico, obterão atenção especial do Poder Judiciário (WATANABE, 2011, p.3).

Dentro desse contexto e seguindo a disposição legal do artigo 694, do CPC, que prioriza a solução consensual de conflitos nas ações de família com auxílio "de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação", a abordagem fenomenológica-sistêmica da Constelação aparece no Poder Judiciário como forma de incentivo à autocomposição de litígios.

A abordagem, criada pelo filósofo alemão Bert Hellinger, desvela dinâmicas não vistas e existentes nos sistemas familiares ou organizacionais que se expressam através de comportamentos que replicam padrões, geralmente produtores de relações disfuncionais. A prática ganhou destaque em 2012 com o Projeto "Constelação na Justiça" do juiz da Bahia, Sami Storch, por ter alcançado altos índices de resoluções

autocompositivas e melhoria no convívio entre as partes (antes, litigantes). Desde então, a referida abordagem passou a ser implementada em outros Tribunais Estaduais, como o do Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso do Sul, por exemplo.

OBJETIVO

Avaliar o nível de satisfação dos jurisdicionados participantes da Constelação e sua opinião sobre essa abordagem fenomenológica-sistêmica que vem sendo utilizada durante o ano de 2016 como uma forma de incentivo à autocomposição nos processos judiciais em trâmite na 1ª Vara de Família da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro do Foro Regional da Leopoldina (TJRJ/Leopoldina).

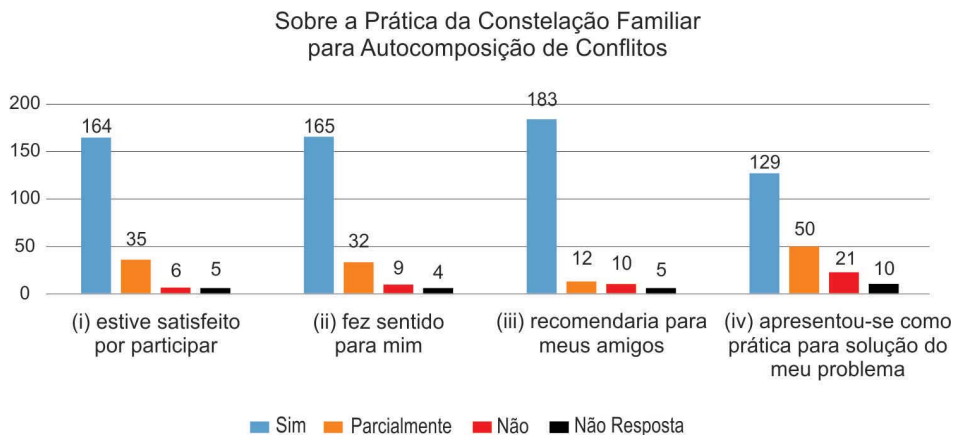
METODOLOGIA

Pesquisa com base em análise de documentos, uma amostra de 210 questionários sobre a prática da Constelação Familiar e preenchidos (de forma não identificada) pelos jurisdicionados participantes da referida abordagem no período de 20 de abril a 13 de julho de 2016, que possuíam/possuem ações judiciais envolvendo temas como divórcio, guarda, regulamentação de visitas e alimentos.

Foram tabuladas em planilha eletrônica as assertivas dos questionários e as respostas dos jurisdicionados em relação as assertivas com indicativo de concordância total (resposta positiva – sim), concordância parcial (resposta parcial – parcialmente) ou discordância (resposta negativa – não), conforme o seguinte conteúdo e ordem de assertivas: (i) eu me senti satisfeito ao participar da sessão de constelação familiar; (ii) a constelação familiar fez sentido para mim, (iii) eu recomendaria a constelação familiar para meus amigos e (iv) a constelação familiar apresentou-se como uma prática para a solução do meu problema.

RESULTADOS

Os resultados apresentados no presente trabalho representam uma avaliação parcial do projeto ainda em andamento. Sendo assim, dos dados produzidos e coletados até julho de 2016, são registrados os seguintes índices:



Dos 210 questionários preenchidos pelos jurisdicionados que participaram da prática, 164 (78%) sinalizam satisfação, 35 (aproximadamente 16%) satisfação parcial e 6 (em torno de 2%) insatisfação por terem participado da prática. 165 (79%) dizem fazer sentido o uso da prática, 32 (aproximadamente 15%) sentido parcial e 9 (em torno de 4%) não fazer sentido. 183 (87%) sinalizam que os jurisdicionados recomendariam a prática para amigos, 12 (aproximadamente 5%) talvez recomendariam e (em torno de 2%) não recomendariam.

Ainda de acordo com os questionários, 129 (61%) sinalizam que os jurisdicionados opinaram ser a prática uma forma de solução para seus problemas, 50 (aproximadamente 23%) sinalizam que os jurisdicionados concordam parcialmente em ser a prática uma forma de solução para seus problemas e 21 (10%) sinalizam que a prática não foi considerada uma forma de solução para seus problemas.

A taxa de não resposta, presente nas quatro categorias dos questionários, variam de 1% a 4%.

CONCLUSÃO

Os resultados verificados revelam que a maioria dos jurisdicionados envolvidos em conflitos familiares (78%) sentiu satisfação em participar da Constelação, tendo também a maioria (61%) avaliado que a prática se apresentou como uma forma de solução para seus problemas ou que auxiliou, em parte, essa solução (cerca de 23%), totalizando uma avaliação positiva de 84% sobre a abordagem.

Esses resultados comprovam que a abordagem fenomenológica sistêmica pode ser considerada um incentivo a resolução consensual entre as partes, na forma do art.

3º, §3º, do CPC, bem como considerada um próprio "mecanismo de solução de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais", conforme parágrafo único, do artigo 1º da Resolução 125/2010, do CNJ.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13105/2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em setembro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=156>>. Acesso em setembro de 2016.

WATANABE, Kazuo. **Política Pública do Poder Judiciário Nacional para Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses**. Revista de Processo (RePro). São Paulo: Ano 36, n. 195, maio/2011. p. 381-9.

DIÁLOGO PERTINENTE ENTRE A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA E EUROPEIA ENVOLVENDO O PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR

Laone Lago

Mestre em Direito

Programa de Pós-Graduação em Direito

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

laonelagoadv@gmail.com

Paulo de Bessa Antunes

Doutor em Direito

Programa de Pós-Graduação em Direito

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

paulo.bessa.antunes@gmail.com

OBJETIVO

Analisar o princípio do poluidor pagador sob a perspectiva jurisprudencial do Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE e do Superior Tribunal de Justiça brasileiro – STJ, decorridas mais de quatro décadas de sua previsão inicial pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o que permitirá traçar algumas reflexões acerca da sua compreensão e aplicação, bem como estabelecer possíveis correções de rumo e curso.

METODOLOGIA

A metodologia empregada é quantitativa e qualitativa. Quantitativa, pois todos os acórdãos (decisões colegiadas) proferidos tanto pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ (entre os dias 18.8.2005 e 6.8.2013, 8 (oito) anos) quanto pelo Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE (entre os dias 21.2.1995 e 21.11.2014, 20 (vinte) anos) foram quantificados tanto sob o ponto de vista numérico quanto acerca do conteúdo neles em discussão. Referido trabalho é também qualitativo, pois ao analisar

e observar todas as decisões, delimitou-se seu objeto de pesquisa, o qual consiste em analisar a compreensão e a aplicação do princípio do poluidor pagador na jurisprudência brasileira e europeia, permitindo que alterações de rumo e curso possam ser avaliadas, quiçá, implementadas.

RESULTADOS

Utilizando-se a expressão "princípio do poluidor pagador", verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça – STJ possui 21 (vinte e um) acórdãos, 651 (seiscentos e cinquenta e uma) decisões monocráticas e 1 (um) informativo de jurisprudência. Adentrando-se apenas nas decisões colegiadas (acórdãos) identificados, 3 (três) envolvem Agravos Regimentais no Agravo em Recurso Especial, 18 (dezoito) Recursos Especiais, sendo 1 (um) admitido e apreciado sob a via do Recurso Repetitivo.

Das referidas decisões, verifica-se uma direta e indissociável ligação com o dano efetivamente causado, operando-se um verdadeiro deslocamento do princípio do poluidor pagador do campo prévio e de proteção ao ambiente para um estágio de dano consolidado, que enseja reparação, o que passou a lhe conferir características semelhantes a do instituto da responsabilidade.

O Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE também possui inúmeros julgados envolvendo o princípio do poluidor pagador, isto é, 91 (noventa e uma) manifestações contendo a expressão "princípio do poluidor pagador", das quais apenas 43 (quarenta e três) envolvem acórdãos, os quais foram objeto de melhor e mais depurada avaliação.

Percebe-se que o princípio do poluidor pagador está inserido em uma diversidade de temas, mantendo-o como instrumento eficaz para que as atividades econômicas que causem algum impacto sobre o ambiente internalizem esses custos. Ao mesmo tempo em que o princípio é conectado à amortização dos custos em matéria hídrica, por exemplo, ele também respalda legislação que institui tributo sobre aeronaves e embarcações turísticas que algum impacto venha a causar a um ambiente protegido.

CONCLUSÃO

O princípio do poluidor pagador não é um assunto trivial. Pelo contrário, trata-se de tema complexo, além de fundamental tanto para o ambiente quanto para todos aqueles que com ele interajam direta ou indiretamente. Logo, é interesse de todos. Nesta linha, as suas bases, conforme estabelecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estão na Recomendação C(72)

128, isto é, "o poluidor deve suportar as despesas das medidas decididas pelas autoridades públicas para assegurarem um ambiente num estado aceitável". Em outras palavras, "os custos destas medidas devem-se refletir no custo dos bens e serviços que causam poluição seja na produção, seja no consumo".

Não é este o entendimento conferido ao princípio do poluidor pagador pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Verificou-se uma direta e indissociável ligação com o dano efetivamente causado e comprovado tanto em face do ambiente quanto contra terceiros, impondo ao causador o dever de reparação integral. Nesta ótica, operou-se um verdadeiro deslocamento do princípio do poluidor pagador do campo prévio e de proteção ao ambiente para um estágio de dano consolidado, que enseja reparação, o que passou a lhe conferir as mesmas características do instituto da responsabilidade.

Os julgados do Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE, por sua vez, permanecem mais atentos às origens do princípio do poluidor pagador, inserindo-o em uma diversidade de temas, porém mantendo-o como instrumento eficaz para que as atividades econômicas que causem algum impacto sobre o ambiente internalizem esses custos. Ao mesmo tempo em que o princípio do poluidor pagador é conectado ao princípio da amortização dos custos dos serviços em matéria hídrica, por exemplo, ele também respalda legislação que institui tributo sobre aeronaves e embarcações turísticas que algum impacto cause a um ambiente protegido.

Neste sentido, percebe-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ conecta umbilicalmente o princípio da responsabilidade e o instituto da responsabilidade ao tratar claramente de reparação e indenização de dano concretamente causado e comprovado. Já a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE valoriza o princípio do poluidor pagador como um instrumento que busca afastar o ônus do custo econômico dos ombros da coletividade, direcionando-o sobre o utilizador dos recursos ambientais.

O movimento de expansão (absorção) do princípio do poluidor pagador pelo instituto da responsabilidade se assemelha em muito ao que vem acontecendo entre os princípios da precaução e da prevenção, sendo este incorporado pelo primeiro. As origens são as mesmas, tempos extremos. Caminha-se na direção e no sentido do que é mais restritivo. Assim, identificar o princípio do poluidor pagador com o instituto da responsabilidade, de maneira indiscriminada, conduz a um verdadeiro desaproveitamento das potencialidades de ambos. Trata-se de uma grande perda.

É neste sentido que uma guinada às origens deve ser realizada. Os subsídios, inclusive recheados de exemplos, estão nas decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE, devendo serem elas resgatadas tanto em prol do princípio do poluidor pagador quanto em defesa do instituto da responsabilidade, sob pena de se jogar por terra dois institutos fundamentais que não podem ser confundidos, muitos menos aplicados de forma idêntica ou, o que é pior, um passar a servir de elemento de fundamentação para o outro. Conclui-se, com isso, pela máxima aplicação do princípio do poluidor pagador como mecanismo econômico capaz de impedir o desperdício de recursos ambientais e não como instrumento de reparação ou recuperação de um ambiente já danificado, situação que envolve o instituto da responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- ARAGÃO, Maria Alexandra de Souza. *O princípio do poluidor-pagador. Pedra angular da política comunitária do ambiente*. São Paulo: Coimbra, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Antonio Herman. O princípio do poluidor-pagador e a reparação do dano ambiental. In: BENJAMIN, Antonio Herman. (coordenador). *Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: RT, 1993.
- MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente*. 8ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Princípios do direito ambiental*. São Paulo, Saraiva, 2014.
- SILVA, Vasco Pereira da. *Verde cor de direito: lições de direito do ambiente*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 71.
- Superior Tribunal de Justiça – STJ. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/2720/1555>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

A stylized landscape illustration in shades of beige and light brown. It features a large, bright sun or moon on the left, partially obscured by a mountain range. The sun's light reflects on a body of water in the foreground. The overall style is soft and artistic.

Capítulo 6

Educação

LEITURA DE IMAGENS NA LICENCIATURA: A Multiplicidade de Olhares dos Estudantes

Adriana Maria de Assumpção

Programa de Pós-Graduação em Educação –
PPGEDU/UNIRIO

professoraadrianaassumpcao@gmail.com

Orientadora: Guaracira Gouvêa de Sousa

Programa de Pós-Graduação em Educação –
PPGEDU/ UNIRIO

guaracirag@uol.com.br

A construção de práticas educativas que estimulem o acesso a uma educação científica, tem como pressuposto o estímulo a uma formação diferente daquelas tradicionalmente encontradas nos espaços escolares, em todos os níveis educacionais. Para alcançarmos mudanças mais democráticas e significativas, alterando questões socioculturais é necessário criar estratégias de aproximação com as questões científicas e novas estratégias metodológicas.

Para esse fim, as concepções norteadoras dos processos educacionais devem estar referenciadas na produção de conhecimentos, alinhados com a compreensão dos processos envolvidos nessa construção.

A formação na licenciatura, em diferentes áreas do conhecimento, deve se inserir nessa discussão à medida que deve proporcionar uma participação maior dos educandos e educadores nas reflexões conduzidas na sala de aula, propiciando formação mais crítica e atuação nas questões relacionadas à ciência.

A licenciatura apresenta especificidades tais como práticas pensadas para sala de aula, e, dentre outros aspectos, o licenciando é, muitas vezes, aluno e professor ao mesmo tempo, exercendo a profissão de educador em escolas públicas e particulares. Nesse sentido, os estudantes das licenciaturas apresentam demandas, em grande número, voltadas para as práticas que, serão desenvolvidas em sala de aula, bem

como estratégias metodológicas que possam contribuir de maneira objetiva com essas práticas.

O nosso interesse por esse contexto se deve, em grande parte, pela aproximação com questões suscitadas em nossas aulas ministradas para estudantes de licenciatura e também pela participação em eventos de Ensino de Ciências, área em que nos dedicamos a trabalhar nos últimos anos. Nesse sentido, também nos aproximamos de reflexões sobre a formação na licenciatura e as percepções dos estudantes a respeito da ciência. Buscamos compreender as práticas de leitura de imagens em espaços de formação para estudantes que cursam licenciatura, bem como as condições de recepção das imagens e sua relação com o capital cultural dos estudantes.

OBJETIVOS

Interessa-nos especialmente, compreender as leituras realizadas por estudantes de licenciatura, especificamente no que diz respeito à leitura imagética. Dessa maneira, nossa proposta de pesquisa baseia-se nas seguintes questões:

- 1) Quais são práticas de leitura realizadas por estudantes de diferentes licenciaturas da Unirio?
- 2) Qual é o papel da imagem nessas leituras?
- 3) Qual é a concepção de ciência que está presente nas leituras dos estudantes?

Nesse sentido, temos como objetivos iniciais:

Objetivo Geral

Compreender os sentidos estabelecidos nas práticas de leituras de imagens sobre ciência, realizadas por estudantes das licenciaturas da UNIRIO.

Objetivos Específicos

Identificar os tipos de leitura de estudantes da licenciatura

Identificar o conteúdo da imagem e o que ela transmite nas leituras dos estudantes

Identificar os sentidos da ciência que permeiam essas leituras

METODOLOGIA

Tomamos como referência para nossa metodologia, os estudos teóricos relativos à pesquisa qualitativa, onde propomos um caminho para a construção dos dados empíricos, que se comporá da realização de oficinas, aplicação de questionários e entrevistas com os estudantes. As entrevistas serão realizadas após a análise dos questionários, quando então poderemos elencar grupos de estudantes onde percebemos maior domínio dos aspectos culturais relacionado com as leituras.

Compreendemos que as oficinas podem contribuir com a formação dos participantes, bem como facilitar a coleta de dados, pois são atividades de curta duração, pontuais, com temas restritos, específicos e abordados de forma objetiva (SOUZA, 2004, 2006).

Dessa maneira, a coleta de dados será organizada em três momentos:

1. Oficina – como os estudantes lidam com imagens no seu cotidiano
2. Questionários – qual a familiaridade dos alunos com as imagens
3. Entrevistas – qual a relação que os estudantes estabelecem entre imagem e cultura

A análise do material coletado também se fará à luz do referencial teórico do campo da Semiótica. Nossa escolha por esse caminho teórico reflete os estudos para a construção deste projeto de pesquisa, entendendo que a linguagem imagética, pode ser analisada no campo da semiótica, mas também no campo da cognição.

Entendemos que cada uma das etapas nos permitirá perceber as condições de produção das leituras, bem como sua relação com as histórias de vida dos alunos e com as instituições de ensino em que estudam.

RESULTADOS

Realizamos um levantamento bibliográfico, o que nos permitiu coonstruir um panorama inicial do campo da leitura de imagens, produzimos um capítulo de livro que foi encaminhado para publicação. Nos próximos meses iniciaremos a coleta de dados e faremos a primeira análise das oficinas realizadas para avaliar as estratégias metodológicas e, em seguida dar prosseguimento à pesquisa. Em relação aos próximos encaminhamentos, também providenciaremos o envio do projeto de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa.

CONCLUSÃO

Nesse momento, não temos conclusões a apresentar, pois o início da coleta de dados será nos próximos meses.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR JR, Orlando. A ação do professor em sala de aula: identificando desafios contemporâneos à prática docente. In: CUNHA, Ana Maria de O.[et al].. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BARTHES, Roland. A Câmara Clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- _____. O Óbvio e o Obtuso. Lisboa, Portugal: Edições 70 Lda. 2009.
- _____. Inéditos, vol.3: Imagem e Moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARROS, Manoel de. Manoel de Barros Poesia Completa. Casa da Palavra – Leya, 2 ed., 2003
- BRANDO, Fernanda da R.; CALDEIRA, Ana Maria de A. Investigação sobre a identidade profissional em alunos de Licenciatura em Ciências Biológicas. Revista Ciência e Educação, v.15, n.1, p.155-173, 2009.
- CARNEIRO, Maria Helena da Silva. As imagens no livro didático. Atas do I Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências. Água de Lindóia, 1997.
- CARVALHO, Anna Maria P. de; GIL PEREZ, Daniel. O saber e o fazer dos professores. In: In: CASTRO, Amelia D.; CARVALHO, Anna Maria P.de. Ensinar a Ensinar. São Paulo: Thomson Learning, 2001.
- _____. Formação de Professores de Ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2011.
- CASTRO, Amelia D.; CARVALHO, Anna Maria P.de. Ensinar a Ensinar. São Paulo: Thomson Learning, 2001.
- DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José A; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.
- FONTANARI, Rodrigo. Roland Barthes e a fotografia. Discursos Fotográficos. Londrina, v.6, n.9, p.53 – 76, jul./dez. 2010.
- FREIRE, Paulo. À sombra desta mangueira. São Paulo, Olho d'Água. 1995.
- GATTI, Bernadete A. Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Líber Livro, 2005. Série Pesquisa em Educação.

GOUVÊA, Guaracira de Souza. As Mídias Impressas nas Pesquisas em Educação e Comunicação 1991 a 2010. Revista Teias, v.13 n.30 págs 43 – 69. Set./ dez.2012.

_____; REGO, Sheila C.R.

LIBÂNIO, J. C. Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais da profissão docente. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNIO, J. C. Prefácio. In: GUIMARÃES, V.S. Formação de Professores: saberes, identidade e profissão. 5ª ed. Campinas/SP: Papyrus, 2010.

LOBO, Mônica; MARTINS, Isabel. Imagens em Guias Alimentares como recursos para a educação alimentar em aulas de ciências: reflexões a partir de uma análise visual. Caderno CEDES, v.34 n.92 Campinas jan./abr.2014.

MARTINS, Isabel; GOUVÊA, Guaracira; VILANOVA, Rita. O Livro Didático de Ciências: contextos de exigência, critérios de seleção, práticas de leitura e uso em sala de aula. Rio de Janeiro: 2012.

_____; GOUVÊA, Guaracira; PICCININI, Claudia. Aprendendo com Imagens. Revista Ciência e Cultura –out./dez 2005. ano 57 n.4.

_____. 2007

MARTINS, I.; Moebus, R.; Pinhão, F. L.; LIMA, A. A pesquisa em educação em ciências e o cotidiano docente: leituras e apropriações. Contexto & Educação, v. 22, p. 111-139, 2007.

MARTY, Éric. Roland Barthes, o ofício de escrever: ensaio. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

MONFORTE, Luiz Guimarães. Fotografia pensante. 1ª edição. São Paulo, Editora Senac, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação Docente: território contestado. In: MARANDINO, Martha, SELLES, Sandra Escovedo, FERREIRA, Marcia Serra, AMORIM, Antônio Carlos. (Orgs.) Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa. Niterói: Eduff, 2005.

NARDI, Roberto. A pós-graduação em educação, o ensino de ciências e as licenciaturas na área: encontros e desencontros. In: CUNHA, Ana Maria de O.[et al].. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NAVARRO, Talita Eloá Mansano; URSI, Suzana. Uso de imagens na disciplina de Ecologia do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza – USP. Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências- IX ENPEC. Águas de Lindóia, SP – 10 a 14 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Carmem Irene C.de; GOUVÊA, Guaracira. Apresentação do Caderno CEDES, v.34 n.92 Campinas jan./abr.2014.

PICCININI, Claudia Lino. Imagens no Ensino de Ciências: uma imagem vale mais do que mil palavras? In: MARTINS, Isabel; GOUVÊA, Guaracira; VILANOVA, Rita. O Livro Didático

de Ciências: contextos de exigência, critérios de seleção, práticas de leitura e uso em sala de aula. Rio de Janeiro: 2012.

REGO, Sheila, Cristina Ribeiro. Imagens fixas no Ensino de Física: suas relações com o texto verbal em materiais didáticos e padrões de leitura de licenciando. Rio de Janeiro: UFRJ/NUTES, 2011. Tese (doutorado)

_____. GOUVÊA, Guaracira. Imagens na Disciplina escolar Física: possibilidades de leitura. Revista Investigações em Ensino de Ciências. v.18 n.1 p.127 – 142. março 2013.

_____. Imagens em materiais didáticos impressos para o ensino de Física num curso de Licenciatura semipresencial. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, v.3, n.3, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. O que é Semiótica. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SOUZA, Lúcia Helena Pralon de.; REGO, Sheila Cristina Ribeiro; GOUVÊA, Guaracira. A imagem em artigos publicados no período 1998 –2007 na área de Educação em Ciências. Revista Ensaio. Belo Horizonte v.12 n.03 p.85-100 set./dez.2010.

_____.; As Imagens da Saúde em Livros Didáticos de Ciências. Rio de Janeiro: UFRJ/NUTES, 2011. Tese (doutorado).

_____.; Imagens científicas e ensino de Ciências: uma experiência docente de construção de representação simbólica a partir do referente real. Caderno CEDES, Campinas, v.34, n.92, p.127 -131, jan.abr. 2014.

TRIVELATO, Sílvia F.; SILVA, Rosana L. Ferreira. Ensino de Ciências. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MUSEU PARA QUEM? – SOBRE MUSEU, ESCOLA E EXCLUSÃO CULTURAL

Ms. Andréa Fernandes Costa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGedu/UNIRIO,

andrea@mn.ufrj.br

Dra. Guaracira Gouvêa

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGedu/UNIRIO,

guaracirag@uol.com.br

APRESENTAÇÃO

Em 2010 o Brasil possuía 3.095 museus presenciais (MUSEUS..., 2011). Segundo o IBGE, o crescimento da oferta de museus aumentou de 15% em 1999 para 25% em 2012 (IBGE, 2012, p. 86). O número de museus de ciência apresentou um crescimento expressivo a partir da década de 1990 no Brasil., atingindo a marca de 268 em 2015, o que representou um aumento de 44,4% nos últimos 10 anos (CENTROS...,2015).

Apesar do aumento considerável de instituições museológicas nas duas últimas décadas, estudos recentes apontam para o afastamento de importante parcela da população em relação a esses espaços. Por exemplo, apenas 12,3% da população brasileira declarou visitar museus de ciência e tecnologia e 17% informou ter visitado museus de arte (MINISTÉRIO..., 2015). Já um estudo que promoveu um diagnóstico dos hábitos culturais dos habitantes do município do Rio de Janeiro com mais de 12 anos revelou que apenas 34% dos cariocas tem o hábito de visitar museus. (HÁBITOS..., 2013, p.7).

Das 20 práticas culturais estudadas em 2013, a ida aos museus era a décima segunda mais realizada pelos moradores do Rio de Janeiro. A pesquisa foi repetida em 2015 e não apresentou resultados animadores. A frequência registrada a museus no referido

ano foi de 31%, pouco menor do que a registrada em 2013 (34%), superior somente à participação em espetáculos de dança ou balé (21%), circo (15%), saraus literários (12%) e concertos de música clássica (9%). Das 10 atividades pesquisadas, ir a museus aparece em quinto lugar (MIRANDA, 2016). Os dados são alarmantes, especialmente se considerarmos o fato de o Rio de Janeiro ser a segunda cidade do Brasil em número de Museus, com 8 a menos que São Paulo (MUSEUS..., 2011, p.55).

De acordo com o estudo realizado em 2013, dentre os 66% entrevistados que informaram não frequentar museus, 65% indicaram que a principal razão para não o fazer é a falta de interesse. Segundo Bourdieu (2007, p.59), a privação de cultura não é necessariamente percebida como tal e conforme aumenta a privação, enfraquece a consciência da mesma. O fato de não haver um museu perto de onde mora ou trabalha foi citado por 14% dos entrevistados como motivo para não frequentar essa instituição, enquanto apenas 9% dos entrevistados indicaram a questão econômica como aquela que os afasta dos museus. Quando comparada com a prática de ir ao cinema e ao teatro, a ida a museus é aquela que possui a maior rejeição. Vemos aqui a atualidade das discussões promovidas por Bourdieu (ibid.), quando afirma que nada é mais acessível que a cultura e que os obstáculos econômicos agem mais fortemente em outras áreas do que nessa. No caso específico dos museus, essa máxima parece continuar verdadeira. No Brasil, a maior parte deles (79,7%) não cobra ingresso (MUSEUS..., 2011) e mesmo assim não são frequentados pelas camadas populares e menos escolarizadas. São mais numerosos e menos caros do que o cinema ou o teatro, mas também menos acessados que esses. O sociólogo alerta, contudo, para o fato de esse dado vir a ser usado como fundamento para invocar a desigualdade natural das necessidades culturais e, é claro, discorda veementemente de tal ideia.

A visita a museus se torna cada vez mais frequente na medida em que eleva-se a escolaridade do indivíduo. Registrou-se que somente 19% daqueles que possuem nível fundamental visitam museus, percentual que eleva-se para 33% entre os que possuem nível médio e para 56% entre aqueles que concluíram o ensino superior (HÁBITOS, p.31). O perfil dos visitantes de museus de ciência do Rio de Janeiro aponta mais uma vez para os elevados níveis de escolaridade de seu público de visitação espontânea, ao passo que 24% dos respondentes informaram possuir ensino superior incompleto, 24% ensino superior completo e 19% informaram ser pós-graduados. (COSTA et.al, 2015)

A partir da constatação de forte ligação entre a instrução e a frequência a museus, Bourdieu (2007, p.59) conclui que somente a escola pode criar (ou desenvolver) a aspiração à cultura, mesmo à cultura menos escolar. Contudo, qual tem sido de fato o papel desempenhado pela escola na formação do gosto cultural dos cidadãos hoje?

Os moradores do Rio atribuem papel menos importante à escola no que diz respeito à formação do gosto cultural, ao passo essa, bem como os professores aparecem em quinto lugar, tendo sido citados por apenas 8% dos entrevistados, ficando à frente apenas de filhos (7%) e igreja (4%). Ao contrário, os pais foram aqueles que mais exerceram influência sobre o gosto cultural dos entrevistados (35%); seguido por amigos (27%); familiares e parentes (23%) e namorado/a ou cônjuge (14%) (HÁBITOS..., 2013).

Os dados apresentados reforçam a importância do núcleo familiar na trajetória educacional e cultural dos indivíduos. Em relação aos museus, Bourdieu (2007 a, p.60) afirma que as oportunidades oferecidas pela família são particularmente determinantes. A maioria dos visitantes de museus faz a sua primeira visita antes dos 15 anos e as visitas precoces são mais frequentes na medida que se eleva a hierarquia social. Nesse contexto, reitera Bourdieu (2007), os aprendizados que são adquiridos no âmbito familiar, invisíveis, desprendidos e precoces, garantem aos seus portadores maior facilidade e melhor desempenho na apreensão da cultura. Assim sendo, o gosto pelos museus, o amor pela arte, são produtos de um conjunto de condições não só materiais, mas também simbólicas, acumuladas por alguns indivíduos ao longo de suas trajetórias familiares e escolares.

Existiriam possibilidades de reversão do quadro excludente descrito anteriormente por meio da atuação própria dos museus? Por qual motivo algumas instituições museológicas despertam maior interesse e são mais frequentadas que outras, inclusive por pessoas com baixo capital cultural? Visando responder tais questões, propomos um estudo a ser realizado no Parque da Quinta da Boa Vista, onde estão localizadas duas instituições museológicas: o Museu Nacional e o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. Esse, mesmo com valor do ingresso duas vezes superior ao do Museu Nacional, já recebeu em um ano 4,6 vezes mais visitantes. Por meio da comparação entre as visões elaboradas pelos visitantes da Quinta da Boa Vista acerca de ambas as instituições museológicas, será possível compreender quais as particularidades do Museu Nacional identificadas pelos visitantes da Quinta da Boa Vista tornam a visita aquele espaço menos atraente.

OBJETIVO GERAL

O presente estudo buscará investigar os efeitos de algumas características associadas aos visitantes do Parque da Quinta da Boa Vista nas chances de acesso ao Museu Nacional, visando a produzir conhecimento capaz de contribuir para a formulação de ações e políticas, projetos e/ ou programas educacionais que possam contribuir para a democratização do museu.

METODOLOGIA

A presente investigação consistirá na realização de uma pesquisa de levantamento que se aproxima dos estudos de público em museus do tipo investigação, que visam a *"obter novos conhecimentos, contrastar hipótese e produzir conhecimento que possa ser generalizado, e caracterizam-se por estudos teóricos"* (STUDART, ALMEIDA, VALENTE, 2003).

Os sujeitos da pesquisa ou os interlocutores para os quais essa pesquisa se voltará são o "público potencial" e o "não público" do museu. De acordo com Köptcke (2012), no caso dos estudos que tem como alvo o "não público" do museu, os estudos em geral buscam conhecer as representações e atitudes dos indivíduos que não visitam museus, não demonstram interesse e nem mesmo valorizam essa prática. No caso de estudos realizados junto ao "público potencial", o foco da pesquisa costuma estar na identificação das necessidades e expectativas de cada grupo em particular, buscando adequar a oferta cultural e, assim, conquistar novos visitantes (KÖPTCKE, 2012, p.216-218).

Ao entrevistarmos os visitantes do Parque da Quinta da Boa Vista estaremos acessando indivíduos que compõe os dois grupos anteriormente citados, que por sua vez em maior ou menor grau diferentes daqueles que já visitam o Museu, o que é de fundamental importância para responder às questões que nos colocamos no contexto desta pesquisa e para alcançar os objetivos da presente proposta de estudo.

Para a produção de dados sobre os "não visitantes" e "potenciais visitantes" do Museu Nacional relevantes para o presente estudo, será elaborado um instrumento de pesquisa. Consideramos que o mais adequado para esta pesquisa seria um questionário composto por questões fechadas a ser preenchido por um entrevistador/ pesquisador. O mesmo será confeccionado visando a levantar informações acerca do perfil sociocultural do visitante (idade, renda domiciliar mensal, ocupação,

escolaridade, local de residência); dos hábitos de visita a museus e centros culturais (será dado destaque ao Museu Nacional e ao Jardim Zoológico e incluídos aspectos considerados empecilhos para a visita a museus); das circunstâncias da visita à Quinta da Boa Vista (frequência e na companhia de quem visita o Parque, principal motivo declarado para a visita...), dentre outros. Será realizado um pré-teste para validação dos instrumentos de pesquisa e, após realizadas as correções necessárias, daremos início à etapa de levantamento dos dados.

A amostra para o presente estudo será dimensionada de tal forma que o número de questionários válidos resultante possibilite estimativas de proporções da população de visitantes do Parque da Quinta da Boa Vista.

No que diz respeito ao público a ser interrogado, a presente pesquisa será dirigida aos visitantes da Quinta da Boa Vista com idade superior a 15 anos, preferencialmente nos fins de semana, dias em que predomina a visita da audiência espontânea aos museus, e período em que a visita ao Parque por diferentes públicos é ampliada (adolescente, idosos, famílias, casais...).

Os dados levantados por meio da aplicação do instrumento de pesquisa serão tabulados e transpostos para uma base de dados do programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), por meio do qual será possível obter estatísticas descritivas. A partir desses dados, será feita a discussão proposta pelo presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mesma enquete que revelou que somente 12,3% dos brasileiros visitam museus de ciências, apontou que 41% visitam jardim zoológico, parque ambiental ou jardim botânico (MINISTÉRIO...,2015, p.9). Quais seriam os motivos dessa importante diferença percentual? Acreditamos que os resultados obtidos por meio do presente estudo oferecerão subsídios para a elaboração de políticas e programas educacionais capazes de promover a visita de um público mais amplo e diversificado ao Museu Nacional, contribuindo, conseqüentemente, para a redução das assimetrias culturais e educacionais.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2007
- CENTROS e museus de ciência do Brasil 2015. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência: UFRJ. FCC. Casa da Ciência; Fiocruz. Museu da Vida, 2015.
- COSTA, Andréa, DAMICO, Sergio; GONÇALVES, Monica; CAZELLI, Sibebe; CRUZ, Wailã. Museus de ciência e seus visitantes: pesquisa perfil-opinião 2013. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz / Museu da Vida, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações básicas municipais. Perfil dos municípios brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil, *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v.1, n.1, jan/jul de 2012b, p. 209 -235.
- MINISTÉRIO da Ciência e Tecnologia. Percepção pública da ciência e tecnologia 2015 - Ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros. Sumário executivo. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.
- MIRANDA, André. Pesquisa mapeia hábitos culturais do carioca em 2015. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 jun.2016. Disponível em: <
<http://oglobo.globo.com/cultura/pesquisa-mapeia-habitos-culturais-do-carioca-em-2015-19411350#ixzz4JZwWKfG1> > Acesso em 31 ago.2016.
- STUDART, D.; ALMEIDA, A. M.; VALENTE, M. E. A. Pesquisa de público em museus: desenvolvimento e perspectivas. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (Org.). Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências. Rio de Janeiro: Access, 2003.

PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA MEDIADAS PELO AUDIOVISUAL

Prof^a. Ms. Andréa Vieira Thees

Programa de Pós-Graduação em Educação da Unirio – PPGEduc

andreathees@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Delgado Machado

Programa de Pós-Graduação em Educação da Unirio – PPGEduc

dora.dm@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Maria Cecilia de Castello Branco Fantinato

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF – PPGE

mcfantinato@gmail.com

OBJETIVOS

Os meios de comunicação audiovisuais se incorporam cada dia mais ao cotidiano das várias camadas sociais da população, indistintamente. Através deles, diversas ideias, opiniões, conceitos e conteúdos são consumidos e produzidos com tanta frequência que acabam por absorver tempo e se destacar nas relações, vivências e conversas diárias. A apropriação desta audiovisualização pela sociedade como prática social e cultural, que já faz parte do senso comum, também tem sido adotada nas relações de ensinoaprendizagem, levando em conta o caráter reprodutor que o espaço escolar revela ao incorporar as práticas sociais em suas práticas educativas.

Os profissionais da educação também sentem o impacto desta cultura, tanto quanto seus alunos. Enquanto parte dos professores prefere não se envolver com esta perspectiva de construção de conhecimento mediada pelo audiovisual, outros parecem estar se dedicando a utilizar linguagens alternativas, a buscar diferentes caminhos de

diálogo e novas opções pedagógicas na abordagem de conteúdos. Algumas instituições educacionais e sistemas de ensino acabam adotando propostas e indicando atividades que se apropriam do audiovisual, mas desconsideram que o conhecimento deve ser construído, refletido, questionado, apropriado e reconstruído sempre.

Destas colocações iniciais origina-se o seguinte questionamento: como os professores de matemática se relacionam com o audiovisual em suas práticas profissionais? Para responder a esta pergunta, e outras que certamente surgirão, tomaremos como objetivo geral desta pesquisa estudar as práticas profissionais de professores de matemática através da análise da produção e do consumo do audiovisual de professores de matemática que lecionam na Educação Básica e nas licenciaturas do Ensino Superior. Como objetivos específicos desta investigação, destacam-se algumas possibilidades de aprofundar o tema através dos seguintes desdobramentos:

- Examinar como ocorre o consumo do audiovisual por professores, os modos como acessam, relacionam-se, escolhem e compartilham filmes nos espaços sociais físicos e virtuais que frequentam;
- Perceber as relações dos professores com o audiovisual em seu cotidiano, em suas múltiplas telas e convergências narrativas, indo além das instituições, em contextos formais, não formais e informais;
- Ampliar a pesquisa na área, buscando coletar e analisar as narrativas audiovisuais produzidas pelos professores dos diferentes contextos pesquisados na constituição de uma relação formativa com o cinema;
- Perceber de que maneira a relação com o cinema e demais consumos culturais participa da formação dos sujeitos pesquisados, favorecendo sua consciência crítica e sua atuação na sociedade;
- Procurar entender de que forma a aproximação do audiovisual com a matemática pode favorecer a ressignificação da formação de professores dentro da área da Educação Matemática.

METODOLOGIA

O referencial teórico que embasa esta pesquisa encontra-se fundamentado nos estudos sobre as práticas profissionais de professores de matemática (PONTE, 2014; PONTE, QUARESMA e BRANCO, 2012; PONTE e SERRAZINA, 2004; FIORENTINI e NACARATO, 2005), em suas dimensões crítica (SKOVSMOSE, 2007, 2010, 2013), emancipadora e dialógica (FREIRE, 1996, 2005, 2011), e alinhada à perspectiva da

etnomatemática (D'AMBROSIO, 1986, 2009, 2010, 2011). A necessidade de aprofundar ou incorporar outros teóricos a esta fundamentação dependerá das discussões realizadas nos seguintes grupos de pesquisa: sob a coordenação da orientadora e professora Maria Auxiliadora Delgado Machado, pertinente à Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; sob a coordenação da coorientadora e professora Maria Cecília de Castello Branco Fantinato, pertinente à Linha de Pesquisa Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

Além dos referenciais teóricos citados acima, acrescentados das recomendações da própria orientadora, e para contemplar os objetivos da pesquisa, tendo em vista a natureza deste trabalho, opta-se por uma abordagem qualitativa de investigação, conforme propõem Lüdke e André (1986, p. 11-13), devido ao seu potencial no estudo de fatos e acontecimentos educacionais. A escolha desta metodologia de pesquisa partiu da necessidade de investigar um determinado fenômeno em toda sua complexidade. No campo da Educação, a investigação qualitativa assume muitas formas e pode ser conduzida em múltiplos contextos, privilegiando a compreensão dos comportamentos a partir das perspectivas dos sujeitos da investigação (ANDRÉ, 2011; BOGDAN e BIKLEN, 1994).

A opção de investigar qualitativamente completa-se pela consciência do interesse mais pelo processo, do que simplesmente pelo resultado, pela tendência a analisar os dados de forma indutiva, por considerar de importância fundamental as perspectivas dos participantes e pelo modo como os sujeitos interpretam os significados. Para isto, o investigador "introduz-se no mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-las, dar-se a conhecer e ganhar sua confiança" (ibidem, p. 16).

Por se tratar de uma pesquisa sobre as práticas profissionais de professores de matemática que envolve analisar as narrativas e as interações em comunidades virtuais, constatou-se a necessidade de utilização da etnografia virtual (HINE, 2004) focalizando as práticas de linguagem que se referem às tecnologias de informação e da comunicação (TIC) e na perspectiva da análise crítica do discurso (ACD) (BARRETO, 2009).

Inicialmente, durante a fase exploratória da pesquisa, foram escolhidos dois professores de matemática da educação básica que atendem aos critérios de seleção dos participantes da pesquisa. O primeiro é professor de um colégio de aplicação de uma instituição de ensino superior, na esfera federal. Além de apresentar o programa "Matemática em toda parte II", produzido pela TV Escola, as práticas letivas deste professor são, em sua maioria, mediadas pelo uso do audiovisual. O segundo professor selecionado ministrava aulas na rede pública até 2015, quando decidiu dedicar-se exclusivamente ao seu canal de vídeos no *Youtube*. Apesar de não lecionar mais em sala de aula, este professor produz vídeos com conteúdos matemáticos, interagindo e se comunicando com estudantes por meio da linguagem audiovisual, através de práticas letivas que se constituem para além dos muros da escola.

Na próxima etapa da pesquisa, pretende-se ampliar a coleta de dados, identificando outros sujeitos que atendam aos critérios de escolha, respeitando as características pré-determinadas, ou seja, professores de matemática cujas práticas profissionais são mediadas pelo audiovisual.

RESULTADOS

Os resultados por hora apresentados referem-se à revisão de literatura realizada em 2015 no Banco de Teses da CAPES, através de consulta às dissertações e teses defendidas a partir de 2010, contendo as palavras-chave 'audiovisual' e 'matemática', e suprimindo os programas de pós-graduação em Ensino de Ciências, Ciências e Saúde e Matemática Computacional, resultando em apenas um trabalho representativo da área de Educação Matemática. Constata-se, a partir desta revisão, certa escassez na disponibilidade de pesquisas sobre como se desenvolvem as práticas profissionais de professores de matemática que fazem uso do audiovisual como meios de comunicação em Educação Matemática. Destaca-se ainda, em relação às publicações, a existência de apenas dois livros que tratam da utilização de audiovisual – vídeos e filmes, dentro da temática das práticas pedagógicas (MACHADO, 2013; SOUTO, 2013), o que pode sinalizar uma carência de pesquisas que analisem este cenário onde se imbricam os campos da Educação Matemática e da Educação e Mídia. Sendo assim, estranhou-se o fato de existirem poucos pesquisadores explorando a temática o que, de certa forma, também corrobora para justificar a pesquisa de doutorado proposta.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa de doutorado, que se encontra em fase inicial, busca entender como os professores de matemática se relacionam com o audiovisual em suas práticas profissionais. No momento, enquanto os estudos exploratórios concluídos apontaram para a existência de professores de matemática cujas práticas profissionais são mediadas pelo audiovisual, a revisão de literatura realizada aponta para a escassez de investigações que analisem essas práticas sob o ponto de vista do consumo e da produção do audiovisual.

Neste sentido, a título de conclusão provisória, pode-se indicar que o caminho a ser traçado, o percurso a ser estabelecido e o trajeto a ser instituído para a elaboração da tese, dependerá das indagações, das repostas e das análises realizadas com alguns professores de matemática que lecionam na Educação Básica e nas licenciaturas do Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. *Etnografia da prática escolar*. 18 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. 128 p.
- BARRETO, R. G. *Discursos, tecnologias, educação*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2009. 188 p.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 1994. 335 p. (Coleção Ciências da Educação)
- D'AMBROSIO, U. *Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986. 115 p.
- _____. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 112 p.
- _____. *Educação matemática da teoria à prática*. 19 ed. São Paulo: Papyrus, 2010. 120 p.
- _____. *Educação para uma sociedade em transição*. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2011. 258 p.
- FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. Orgs. *Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática*. São Paulo: Musa Editora; Campinas, SP: GEPFPM-PRAPEM-FE/UNICAMP, 2005. 223 p.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 216 p.

_____. *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. 14 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 245 p.

HINE, C. *Etnografia virtual*. Barcelona: Editora UOC, 2004. 112 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MACHADO, B. F. *Vídeos didáticos de história da matemática: produção e uso na Educação Básica*. São Paulo: Editora da Física, 2013. 175 p.

PONTE, J. P. Org. *Práticas profissionais dos professores de Matemática*. Portugal: Editora do Instituto de Educação de Lisboa, 2014. 542 p. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15310/1/P3M.pdf>>. Acesso em: 18 set 2016.

_____; QUARESMA, M.; BRANCO, N. Práticas profissionais dos professores de Matemática. *Avances de Investigación en Educación Matemática*, nº 1, p. 67-88, 2012. Disponível em: <<http://www.ie.ulisboa.pt/pls/portal/docs/1/460596.PDF>>. Acesso em: 18 set 2016.

_____; SERRAZINA, L. Práticas profissionais dos professores de Matemática. *Quadrante*, v. 13, n. 2, p. 51-74. 2004.

SKOVSMOSE, O. *Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade*. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

_____. *Critical mathematics education: past, presente and future*. Rotterdam: Sense Publishers, 2010. 224 p.

_____. *Educação matemática crítica: a questão da democracia*. Campinas, SP: Papirus, 2013. 160 p.

SOUTO, R. M. A. *Cinema e história da matemática: entrelaços possíveis*. São Paulo: Editora da Física, 2013. 138 p.

REPROVAÇÃO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS: Falas e Práticas Docentes

Andressa Farias Vidal

PPGEDU UNIRIO - Mestra

andressa.vidal@gmail.com

Prof^a Doutora Andréa Rosana Fetzner

PPGEDU UNIRIO

akrugul@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado (VIDAL, 2015) e apresenta estudo focal sobre a reprovação escolar em uma escola organizada em ciclos. Tendo em vista que a organização escolar em ciclos visa respeitar as especificidades e tempos de aprendizagem dos alunos, evitando a reprovação, inclusive com situações avaliativas diferenciadas, buscou-se perceber como os docentes compreendem a reprovação escolar, bem como os motivos que levam estes a serem favoráveis, mesmo no contexto de uma rede municipal de educação da cidade de Niterói, cujo ensino está organizado em ciclos desde 1999.

OBJETIVO

Este trabalho teve como objetivo principal perceber as especificidades da organização escolar em ciclos no município de Niterói e identificar, no contexto da avaliação escolar, o sentido da reprovação escolar para os professores da escola pesquisada.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada numa escola pública da rede municipal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a qual contava com 62 funcionários para atender cerca de

quatrocentos alunos, em dois turnos, com oferta de ensino do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Objetivando responder as questões propostas para esta pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos: Revisão literária em três bancos de dados. A saber: ANPED, SciELO Brasil e Banco de Teses e Dissertações da CAPES; Pesquisa Participante, realizada semanalmente; e Análise Documental. Na revisão de trabalhos sobre os temas "Ciclos" e "Reprovação Escolar" foram localizadas 224 pesquisas, sendo 27 dessas selecionadas para compor o corpus deste trabalho.

Apesar da questão da organização escolar em ciclos já ter sido tema de diversas pesquisas (ALAVARSE, 2009; AZEVEDO, 2007; FERNANDES 2003; FETZNER, 2007; FREITAS, 2003, KRUG, 2001), ainda é algo que suscita reflexões, assim como a reprovação escolar, assunto recorrente de importantes pesquisas (ESTEBAN, 2001; MOYSÉS, 2001; PARO, 2011, 2012; PATTO, 2008).

O acompanhamento do cotidiano escolar foi realizado ao longo do ano de 2014, e envolveu 38 profissionais, entre professores, gestores e pedagogos de uma escola municipal de Niterói. Também foram analisados 24 documentos municipais que organizam o trabalho docente no município de Niterói. Brandão e Streck (2006) e Paulo Freire (1981) embasaram os métodos da usados para corroborar a pesquisa participante realizada. Flick (2009), Poupart (2010) e Minayo (2004 2008; 2013) orientaram a análise dos artigos, livros e documentos que compuseram o corpus deste trabalho.

RESULTADOS

Os resultados observados revelam importantes esforços, por parte da gestão municipal, em propor a revisitação periódica das propostas pedagógicas, de modo que estas se aproximem cada vez mais da realidade escolar apresentada. No entanto, aspectos como a conservação da matriz curricular seriada no município, mesmo após a implementação dos ciclos; a carência de professor de apoio para o aluno com Necessidades Educacionais Especiais - NEEs, de professor articulador para realizar reagrupamentos, de professor da sala de leitura e da sala de multimeios, todos previstos na época da implementação dos ciclos, contribuem para a não consolidação da organização e do funcionamento dos ciclos.

Além disso, a implementação das avaliações externas municipais a partir de 2013, mesmo não tendo, por parte da gestão municipal, caráter de propor o ranqueamento

entre escolas e alunos, nas práticas cotidianas, em muitos momentos, este fato pode ser observado como tal.

CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa foi possível observar que, embora a organização o sistema de ciclos tenha sido implementada na Rede Municipal por meio de portaria, há dezesseis anos, a maior parte dos professores pesquisados ainda questiona este modelo, seja por incompreensão do mesmo ou pelo fato de ter havido mudanças neste processo ao instituírem-se práticas e orientações pedagógicas não condizentes com a organização em ciclos.

Além disso, apesar das contradições nas falas e práticas dos docentes, observa-se um grande esforço do município em avançar em prol de alcançar processos de ensino e aprendizagem que sejam capazes de atender a diversidade.

Assim, espera-se que esta pesquisa ajude a contribuir para que novos ou velhos pensamentos, que visem o aprimoramento do sistema de ensino aconteçam, novas ou velhas práticas sejam realizadas em função do aluno, para que deste modo, enfim, se materializem em ações concretas que possam transformar vidas, já que o trabalho do docente é lidar com vidas humanas, as quais são únicas e especiais e que por isso também precisam ser cuidadas com todo o zelo dedicado.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O. M. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. *Revista Brasileira de Educação*, volume 14, nº. 40 jan./abr. 2009
- AZEVEDO, J. C. de. *Ciclos de Formação: uma nova escola é necessária e possível*. In: FETZNER, A. R. (Org). *A construção de uma outra escola é possível ? Ciclos em revista*, volume 1, 2007
- BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. (Orgs) *Pesquisa Participante - o saber da partilha*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006
- ESTEBAN, M. T. *A avaliação no cotidiano escolar*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- FERNANDES, C. de O. *A Escolaridade em ciclos: práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica - a transição para a escola do século XXI*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003
- FETZNER, A. R. *Educação Popular, organização do ensino e ciclos: alguns desafios escolares*. In: KRUG, A. R. F. *Ciclos em Revista*, volume 2, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Wak Ed,

- 2007 FREITAS, L. C. *Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas*. São Paulo: Moderna, 2003
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Coleção Métodos de pesquisa. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2009
- FREIRE, P. *Criando métodos de pesquisa alternativa*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KRUG, A. R. F. *Ciclos de Formação: uma proposta transformadora*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001
- MOYSÉS, M. A. A. *A institucionalização invisível – crianças que não aprendem na escola*. Mercado de letras. São Paulo, 2001
- MINAYO, M. C. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23a. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. DESLANDES, S. F. e R. GOMES, (Org). *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. 33a edição. São Paulo: Editora Vozes, 2013
- POUPART, J. *A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas*. In. POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; e outros. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad. Ana Cristina Nasser. Coleção Sociologia. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010
- PARO, V. *Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino*. Revista Brasileira de Educação. Volume 16 nº.58 set-dez, 2011 _____ . *Reprovação escolar: renúncia à educação*. Editora Xamã. 2ª Edição. São Paulo, 2003
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008
- SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. São Paulo. 4ª Edição. Editora Artmed, 2007
- VIDAL, A. F. *"Esse já tá reprovado!" UM ESTUDO SOBRE A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À REPROVAÇÃO ESCOLAR NUMA ESCOLA ORGANIZADA EM CICLOS*. Brasil. 2015. 153 fls. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2015.

Palavras-chave: Avaliação escolar; Ciclos escolares; Reprovação escolar.

CIÊNCIAS NATURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Um Pensar com as Crianças

Anelize Pires Reynozo da Silva

Programa de Pós-Graduação em Educação

anelizeunirio@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Delgado Machado

Programa de Pós-Graduação em Educação

dora.dm@gmail.com

As análises desenvolvidas nesta pesquisa têm como ponto de partida as duas grandes questões presentes em minha dissertação de Mestrado. Diante dos discursos dos sujeitos da investigação – professores de educação infantil – foi possível depreender que: a. nas práticas educativas desenvolvidas na pré-escola, as ciências naturais assumem um papel secundário frente aos demais saberes, como os que envolvem o processo de aquisição da leitura e escrita e o desenvolvimento dos conhecimentos lógico-matemáticos; b. quando as ciências naturais estão presentes nesse espaço, limitam-se à temas relativos à exploração do mundo da natureza, envolvendo conhecimentos sobre a classificação perceptíveis de animais, de plantas e práticas pontuais explorando, como cuidados com o meio ambiente. Temáticas trazendo a observação e exploração dos fenômenos do mundo físico e a construção de uma visão de mundo por parte da criança não são comuns nessas práticas.

Diante dessa realidade que nos é apresentada, cabe refletir se esse conhecimento deve ou não se limitar ao que é inicialmente perceptível pela criança e/ou sensorial. Avançar na exploração do mundo físico e natural nessa faixa etária envolve a exploração, elaboração de pensamentos e ideias, proporcionando, assim, o desenvolvimento de habilidades na criança, como questionamento, observação, negociação de ideias, dentre outras que possam ser desenvolvidas.

A compreensão de que a exploração do mundo físico é naturalmente possível no espaço da educação infantil, só se concretiza porque a visão de criança imatura e incapaz já está um tanto quanto ultrapassada. As DCNEIs (BRASIL, 2009) trazem a

criança como um sujeito ativo, participativo, histórico e de direitos, e, portanto, capaz de interagir com o mundo e seus pares, ressignificando-o e dele participando.

No entanto, viabilizar as ciências naturais nesse espaço não exige apenas o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direito, mas um pensar o professor como grande mediador no processo, já que algumas habilidades não ocorrerão de forma espontânea, pelo simples contato da criança com elementos que envolvem esse saber. Nessa perspectiva, o caminho pode ser buscar um processo de escuta, respeitando a visão de mundo que a criança traz, e a partir desse ponto, estimular e provocar novos desafios, rumo ao enriquecimento dessa visão.

OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como propósito investigar a relação entre as crianças da educação infantil e as ciências naturais em alguns discursos que podem contribuir na constituição do professor de educação infantil. Dentre esses discursos, destacamos como relevante nessa investigação os de âmbito legal, representado pelas DCNEIs (BRASIL, 2009); de âmbito formativo, aqui considerados os programas analíticos das disciplinas oferecidas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Pós-graduação *Latu Sensu* em Educação Infantil, em específico os que trazem reflexões a respeito das ciências naturais para esse espaço educacional; e por último de âmbito pedagógico, representado por cinco livros da Coleção *O Mundinho*, voltada para o público infantil.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é de abordagem qualitativa e utiliza-se de pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento e estudo aprofundado de referências que versam sobre a temática "*ciências naturais na educação infantil*". Pretendemos também, interpretar, nesse diferentes discursos que constituem o professor, a relação entre as ciências naturais e a criança da educação infantil. As interpretações suscitadas tem como base a análise dos discursos na perspectiva bakhtiniana.

O delineamento metodológico da pesquisa será composto por diferentes momentos, que não se darão de forma isolada, mas buscarão um diálogo constante na pesquisa. Descreveremos esses momentos da seguinte forma: revisão bibliográfica e estudo aprofundado da literatura em questão; coleta dos dados, e para essa pesquisa discursos, nos sites das universidades públicas federais em questão e sala (s) de leitura de escola (s) municipais do Rio de Janeiro; análise dos discursos presentes no material coletado.

RESULTADOS PARCIAIS

Diante da pesquisa bibliográfica realizada ao longo desses meses, foi possível identificar que o número de investigações que abordam as ciências naturais na educação infantil ainda é pouco expressivo, apontando, assim, para necessidade de avanços nessa direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais de pesquisa apontam para necessidade de investigações que busquem novos caminhos à exploração das ciências naturais no âmbito da educação infantil, reconhecendo a criança como um sujeito ativo e participativo no processo de ensino-aprendizagem, dotada de capacidade para compreender o mundo e ampliar a sua visão a respeito do mesmo, quando assim estimulada pelos seus pares.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 dez. 2009. Seção 1, p. 14.

_____. Os gêneros do discurso. BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.261-306.

CORSINO, Patrícia. "Educação Infantil: cotidiano e políticas." *São Paulo: Autores Associados* (2009).

MELLO, M. B. Lógicas infantis: é a criança um outro? In: MELLO, M. B. *O jeito que nós crianças pensamos sobre certas coisas: dialogando com lógicas infantis*. Rio de Janeiro: Rovelte, 2009.

MELLO, S. A. Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a educação infantil. In: *Revista Pro-Posições*, v. 10. n. 1, UNICAMP, 1999.

VIGOTSKI, Lev S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA DESDE EL SUR: Reflexões a Partir do Pensamento Decolonial Latino Americano

Anne Kassiadou

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação PPGEdu – UNIRIO

annekmenezes@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o campo da Educação Ambiental (EA) e da Decolonialidade, no sentido de construir uma reflexão que nos traga um aporte teórico que possa favorecer um processo para “decolonizar” as pesquisas, práticas e políticas de Educação Ambiental no contexto latino-americano, construindo pontes para alimentar este campo específico a partir das discussões da decolonialidade. Parte-se do pressuposto que esta aproximação entre a EA e o campo da decolonialidade auxiliam na práxis da EA, reforçando a perspectiva dos diálogos interculturais nas práticas educativas ambientais não formais, bem como, na construção de ações mais justas e igualitárias no que diz respeito a questão ambiental.

A opção por esta discussão se justifica pelo fato de se compreender que o pensamento decolonial latino-americano emerge das lutas e resistências de grupos sociais historicamente silenciados pela modernidade-colonialidade, sobretudo, os povos indígenas e as populações tradicionais. Cabe destacar que estes mesmos grupos são identificados por Pacheco e Faustino (2013, p.73) como os mais vulnerabilizados sob à ótica socioambiental, sofrendo historicamente com situações de injustiças ambientais. Pode-se considerar que estes mesmos grupos, a partir de suas estratégias de lutas e resistências, têm empreendido formas de lutas decoloniais.

Metodologicamente, busca-se estabelecer um diálogo entre autores do campo da EA, sendo mais especificamente autores da linha crítica da EA e autores do pensamento decolonial latino-americano, a partir de uma revisão bibliográfica.

Como forma de contextualizar o atual cenário socioambiental, com base em dados levantados por Leher (2015, p. 30), destacam-se as lutas dos povos indígenas e ribeirinhos que resistem a Belo Monte; dos camponeses que resistem em ceder a

bacia aquífera Guarani para as instituições privadas, as lutas dos atingidos pela Vale; as lutas pela mineração aberta na Patagônia; as resistências dos povos contra a rodovia financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que corta os territórios indígenas na Bolívia; da Marcha Nacional pela Água no Peru contra o projeto de expansão das mineradoras em Cajamarca; as lutas no Equador contra a megamineração; as lutas camponesas no Paraguai contra a expansão da soja; as lutas pela reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil; o crescente Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que atua em diversos territórios no país, entre tantos outros exemplos que nos permitem compreender o atual contexto socioambiental. Diante deste contexto, parte-se do pressuposto de que os grupos mais vulnerabilizados frente aos impactos ambientais produzem 'desobediências epistemológicas', categoria esta que Mignolo (2008) propõe, e que alicerçam uma outra educação, específica e diferenciada.

Diante deste cenário, cabe a seguinte reflexão: qual EA seria necessária para o enfrentamento dessas condições atuais que revelam a realidade da questão ambiental latino-americana?

Existe uma concordância com Layrargues (2012, p. 398) que releva que a EA brasileira está vivendo um período de crise de identidade, que se manifesta por meio de dois processos: primeiro, na contradição entre teoria e prática que se verifica em diversas expressões concretas da vivência pedagógica da EA e segundo, na dificuldade de se superar o pensamento e ação pragmática atualmente hegemônica na EA. Segundo o autor:

Essa crise de identidade teria origem, na perspectiva da contradição entre teoria e prática, na armadilha paradigmática da Educação Ambiental (Guimarães, 2006), muitas vezes associada à modernização conservadora que ideologicamente captura intencionalidades políticopedagógicas manifestadas como críticas, mas contraditória e ingenuamente exercitando sua práxis de modo pragmático ou conservacionista; já na perspectiva da hegemonia do pragmatismo na Educação Ambiental Informal, essa crise de identidade seria mesmo intencional, pois se trata da voz ideológica dominante valendo-se do artifício da propaganda cultural para reproduzir seus valores e práticas (LAYRARGUES, 2012, p. 398 – 399).

Outra característica que fragiliza a identidade da EA brasileira, é seu frágil diálogo para fora do círculo dos educadores ambientais, envolvendo outros atores sociais tais como os movimentos populares e sociais, além da tímida relação com outros

campos da ciência que poderiam contribuir para apontar caminhos de superação dessa crise ideológica na EA.

Aliado a essa discussão, a perspectiva da EA Crítica, com viés Desde El Sur, passa a ser vista como um caminho para construir processo de superação desta crise ideológica-política-pedagógica da EA, tal como é visto por Loureiro (2007) que propõe promover o questionamento às abordagens comportamentalistas, reducionistas e dualistas no entendimento da relação cultura-natureza.

Assim sendo, compreende-se que a EA crítica Desde El Sur, tem por compromisso dar visibilidade aos povos e populações tradicionais que historicamente sofrem com situações de injustiças ambientais, sendo mais especificamente os povos tradicionais e as populações indígenas e que os mesmos, são produtores de modos de vidas que privilegiam os diálogos interculturais e constroem saberes e conhecimentos transgressores à lógica moderna de ciência, e, portanto, constroem epistemologias outras. Desta forma, acredita-se na necessidade de a EA incorporar e ser condizente com as experiências que emergem destes povos subalternizados, valorizando suas formas de produção e compartilhamento de conhecimentos e trazendo luz às pedagogias e práxis que assumam a perspectiva da decolonialidade.

No entanto, para tal discussão, é necessário enfatizar que existe uma concordância com autores do pensamento deconial latino-americano onde apontam que mesmo com o fim do período de colonização na América Latina, ainda sobrevivem os mecanismos de poder e de controle sobre povos e seus territórios. Essa dominação é respaldada sobre as ideias de superioridade e inferioridade de determinadas culturas sobre as outras.

Sendo assim, parte-se da compreensão de que a colonialidade se desdobra nos seguintes eixos: Colonialidade do Poder, do Saber, do Ser (QUIJANO, 2005) e da Natureza (WALSH, 2009). Desta forma, a Colonialidade da Natureza, tal como Walsh expõe e a mesma a entende também como a colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza (ibidem, p. 15), se materializa sob o contexto de imposição dos modos de lidar e valorar a natureza imposta pelos grupos colonizadores. Essa relação, dentre outras questões, ocorre a partir da lógica binária de pensamento entre ser humano/natureza, natureza/cultura etc, caracterizando como não-modernas, "primitivas" e "pagãs" as relações espirituais e sagradas (ibidem), anulando assim, as diversas outras formas de valoração da natureza, e ressignificando-as para se tornar em valores utilitaristas pautadas na visão hegemônica do capital. Assim, os interesses do capitalismo determinam os modos de relacionamento com a natureza, silenciando

as cosmovisões dos povos nativos que compreendiam a relação ser humano/natureza em uma dimensão espiritual (WALSH, 2009).

Sem entrar em maiores detalhes a cerca deste extenso debate, compreende-se que a EA na perspectiva crítica tem o compromisso de trazer a dimensão da realidade local, a perspectiva pedagógica dos conflitos ambientais como estratégia de transformação da realidade local e a valorização dos saberes e fazeres das populações tradicionais que historicamente vivem condições de vulnerabilização, invisibilidade, silenciamento e por vezes, criminalização, reconhecendo assim, outras epistememes.

É possível crer que este compromisso da EA crítica dialoga com as discussões que envolvem o pensamento decolonial latino-americano. Esta percepção é reforçada quando analisamos alguns pensamentos de Catherine Walsh, que nos lembra da importância de colocar no cenário, pensando a partir e com as lutas destes grupos, uma perspectiva crítica da interculturalidade, que se encontra enlaçada com uma pedagogia e práxis orientadas ao questionamento, transformação, intervenção, ação e criação de condições radicalmente distintas de sociedade, humanidade, conhecimento e vida, assumindo a perspectiva da decolonialidade (WALSH, 2009, p. 13)

Neste contexto, a EA crítica considerando o aporte político-pedagógico da decolonialidade, pode assumir como preocupação central a ampliação e o envolvimento de diversos setores da sociedade que buscam alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico e que lutam pela transformação da realidade social, que é caracterizada pelas assimetrias de poder.

Diante dessas considerações, compreende-se que a EA na sua perspectiva crítica, uma vez que ela favorece uma crítica ao padrão de sociedade vigente e por não comportar separações entre cultura-natureza (Loureiro, 2007), ressaltando o seu sentido contra-hegemônico, sua orientação política que problematiza a situação estruturante colonial-capitalista e suas propostas de ação e intervenção na realidade, esta também aponta para um pensamento que tem como premissa a diversidade epistemológica. Assim, entende-se que a EA crítica pode vir a assumir em sua pedagogia e práxis a perspectiva decolonial, desafiando a colonialidade da natureza e do poder.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Com este trabalho buscou-se identificar as possíveis contribuições do pensamento de latino-americano para a EA Crítica, destacando a necessidade de contextualizar a EA com o campo teórico-político da decolonialidade. Desta forma, com a breve revisão bibliográfica realizada para este trabalho, conclui-se que as abordagens do

pensamento decolonial latino-americano são extremamente importantes e influentes para o campo da EA, e que tais abordagens apontam para caminhos que possibilitam dar visibilidade aos grupos e povos que historicamente são invisibilizados, subalternizados, injustiçados e por vezes criminalizados, frente ao processo histórico do colonialismo do qual estão submetidos, auxiliando assim, na práxis da EA crítica em busca de construir formas mais justas e igualitárias no que diz respeito à questão ambiental.

REFERÊNCIAS

- LAYRARGUES, P. P. **Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica.** Revista Contemporânea da Educação. Rio de Janeiro, vol. 7.n.14. 2012.
- LEHER, R. Apresentação. IN: **Educação Ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Quartet: CNPQ, 2015.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.
- PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. IN: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: LANDER, E. (ed.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Clacso. Buenos Aires. 2005.
- MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Traduzido por: Ângela Lopes Norte, no 34, p. 287-324, 2008.
- WALSH, C. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial.** 2009. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/walsh-catherine-interculturalidade-critica-e-pedagogia-decolonial.html>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PROCESSOS DE EXPANSÃO DA REDE EDUCACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Bruno Tovar Falciano,

Mestrando em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO

bruno@tovar.com.br

Maria Fernanda Rezende Nunes, Doutora em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO

nunes.mariafernandarezende@gmail.com

OBJETIVO

Este estudo se propõe a analisar os dados oficiais da cidade do Rio de Janeiro a fim de mapear o quadro atual de vagas para a educação infantil pontuando o que já foi feito e buscando identificar o que ainda precisa ser realizado. Estas questões estão inseridas dentro de um conjunto mais amplo de temáticas que analisam os processos de expansão da rede educacional, as relações entre acesso e qualidade de atendimento e a democratização da educação infantil. As informações que vem sendo obtidas são fruto da difícil tarefa de se construir informações a partir do enorme banco de microdados do Censo da Educação Básica do INEP.

METODOLOGIA

As políticas de acesso à educação infantil são fortemente influenciadas pela demanda por este serviço que pode ser estimada a partir da relação entre o número de matrículas disponíveis na rede e o número de crianças residentes em determinada região. Como este atendimento é extremamente sensível à proximidade da escola à

residência das crianças, precisávamos de informações suficientemente detalhadas geograficamente, como as regiões administrativas da cidade do Rio de Janeiro, para realizar esta análise.

As informações sobre matrículas foram obtidas a partir da análise dos microdados do Censo da Educação Básica do INEP e consistiu nas etapas de: 1) estudar o banco de dados relacional PostgreSQL de uso gratuito através do qual se importou os microdados do INEP; 2) tratar as variáveis e os dados obtidos através do software estatístico R para se construir informações sobre históricos; 3) obter e organizar endereços dos estabelecimentos a partir dos cadastros do MEC a fim de estudar a distribuição geográfica do atendimento.

Em relação ao número de crianças residentes em uma determinada região, foi necessário projetar a população em idade escolar a partir do modelo demográfico simplificado do IBGE de nascimento e mortalidade por bairro. Este trabalho foi realizado a partir dos dados censitários do IBGE de 2010, mas foi necessário ajustar esses valores com dados mais recentes como os de nascidos vivos e mortalidade divulgados pelo Datasus para a cidade do Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, este processo de projeção da população seguiu o princípio de que o número de crianças em um determinado ano, faixa etária e região administrativa, seria igual ao mesmo número de crianças que tinham um ano a menos no ano anterior, descontado apenas da sua taxa de mortalidade. Este modelo de projeção populacional é uma adequação simplificada e de curto prazo de modelos adotados por institutos e fundações tais como IBGE, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo (SEADE).

RESULTADOS

A análise da projeção da população propiciou verificar que, apesar da população infantil, isto é, as crianças de 0 a 5 anos, ter reduzido de 538 mil para 441 mil entre os anos de 2000 e 2010 segundo os censos do IBGE, os números de nascidos vivos divulgados pelo Datasus apresentaram uma certa estabilidade entre os anos de 2005 a 2009 seguidos de uma pequena tendência de aumento destes números a partir de 2010. A partir desta tendência de nascidos vivos, podemos esperar uma média de 83,5 mil novos cariocas a cada ano o que constituirá uma população infantil da ordem de 491 mil crianças até o final de 2020.

Quanto ao acesso, é notório o avanço obtido na educação infantil (CAMPOS, M. M. et al, 2011; IPP, 2013). Se por um lado há uma maior proporção de crianças na

escola, por outro sabemos que a redução da população infantil contribuiu sensivelmente para a melhoria deste indicador de atendimento. Por exemplo, na pré-escola, as matrículas caíram em torno de 13 mil no período entre 2000 a 2013, mas, apesar disso, como a população na faixa dos 4 e 5 anos reduziu ainda mais, em torno de 35 mil, o indicador de atendimento da pré-escola acabou melhorando de 79,9% para 90,6%. Já para as creches, no mesmo período, houve um aumento real do número de matrículas de aproximadamente 68 mil e uma redução em torno de 41 mil crianças na população de 0 a 3 anos. Podemos inferir, portanto, que o aumento verificado no atendimento, que passou de 11,5% em 2000 para 34,4% em 2013, foi em parte decorrente de um aumento efetivo do atendimento e parte, novamente, pela redução da população.

Com relação à fila de espera, comparamos os dados projetados para a população infantil em cada região administrativa da cidade com o número de matrículas existentes. Considerando como referência a Meta 1 do PNE, onde todas as crianças de 4 e 5 anos de idade deverão estar matriculadas em uma instituição educacional até 2016 e pelo menos metade das crianças de 0 a 3 anos também deverão estar matriculadas até 2024, para se estimar a fila de espera, foi possível verificar que havia 55 mil crianças de 0 a 3 anos esperando para entrar nas creches e 21 mil esperando para entrar na pré-escola no ano de 2013. Em outras palavras, provavelmente, 1 a cada 3 crianças estava fora das creches em 2013 e pelo menos 1 a cada 7 da pré-escola.

Ao analisar a proporção de estabelecimentos públicos e privados na cidade do Rio de Janeiro, verificaremos que há uma intensa participação da rede privada no atendimento às crianças em seus primeiros anos de vida. Segundo o Censo da Educação Básica do INEP, 52% das matrículas das creches são da rede privada enquanto que na pré-escola esta rede atende a 45% das matrículas. Quando detalhamos o atendimento em cada uma dessas redes, verificamos ainda que há grandes diferenças entre os atendimentos realizados em creches e em pré-escolas. Por exemplo, na rede de creches, houve um aumento progressivo no número de matrículas entre os anos de 2008 e 2013 (de 71 mil para 109 mil), a rede pública tem aumentado gradativamente a sua presença (de 43% para 48%). Porém, já na pré-escola, o número de matrículas reduziu no mesmo período (de 139 mil para 130 mil), e, ao contrário, é a presença da rede privada que vem aumentando (de 37% para 45%).

A partir dos dados dos estabelecimentos, foi verificada uma expansão real do número de estabelecimentos, porém, com diferentes tendências. No atendimento em creches, tanto o número de estabelecimentos privados como os públicos aumentaram (+369 e +187 respectivamente entre os anos de 2008 e 2013), enquanto que na pré-escola notou-se um movimento de expansão da rede privada e de retração da rede pública (+235 e -18 respectivamente e no mesmo período). Nos dois casos, porém, é marcante o fato dos estabelecimentos públicos atenderem em média 2,5 vezes mais crianças do que os estabelecimentos privados.

A respeito de alguns referencias de qualidade de atendimento, sabemos a partir de estudos recentes (CAMPOS, M. M. et al, 2011) que estabelecimentos exclusivos de educação infantil tendem a apresentar melhores indicadores de qualidade, porém, encontramos esta característica em apenas 1/3 dos estabelecimentos da cidade do Rio de Janeiro tem esta característica. Pudemos ainda verificar que 57% das matrículas de creche são atendidas em estabelecimentos que atende exclusivamente a etapa creche, enquanto que 84% das matrículas de pré-escolas são atendidas em estabelecimentos onde há outras etapas da educação básica como o fundamental.

CONCLUSÃO

A população do Rio de Janeiro continuará a crescer nos próximos anos e, provavelmente, devemos esperar também um contingente maior de crianças para a próxima década. Quais dessas crianças estarão fora da escola? Das que conseguirem uma vaga, qual será a sua sorte? Dividirão a turma, o espaço físico, a atenção com quantas outras crianças?

A proporção de crianças na escola aumentou na cidade, mas ainda é muito cedo para comemorarmos. Parte da melhoria deste indicador foi decorrente da redução da população infantil sem que houvesse uma expansão real da oferta de vagas. As diferenças regionais ainda são de tal ordem que, em alguns bairros, a creche ainda é uma realidade muito distante para várias famílias Na pré-escola, só não houve uma redução maior no número de matrículas, graças a expansão da rede privada nos últimos anos.

Fora isso, perpetua-se até hoje uma presença maciça da rede privada onde uma a cada duas crianças está matriculada nesta rede. Qual será então o papel que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desempenhará nos próximos anos? O de ator ou mero fiscalizador da rede de ensino?

Retomando a questão inicial, realmente não ainda temos vagas para todas as crianças na cidade do Rio de Janeiro e, mais do que isso, as vagas existentes não estão disponíveis de forma com que todos possam ter as mesmas condições de acesso.

Quando há mais crianças do que vagas, as famílias perdem a sua capacidade de escolha, deixam de ter a opção de buscar a instituição mais adequada aos seus anseios e correm o risco de se distanciar do processo de aprendizado dos seus filhos. Como podemos transformar este potencial quadro de desencontro entre as famílias e a educação infantil, onde as mais penalizadas são justamente as crianças?

Há muito o que se fazer e muitas melhorias a serem implementadas no nosso sistema educacional, mas não podemos esquecer que só as crianças que estiverem dentro do sistema é que poderão aproveitar todas estas mudanças.

Nosso trabalho de pesquisa não termina aqui. Estes dados preliminares vem fornecendo pistas para a condução de novas investigações e, assim, estamos nos dedicando no desenvolvimento de um banco de dados mais amplo que permita o aprofundamento das informações e a correlação de novas variáveis. Esperamos ainda que os atores da política pública da cidade do Rio de Janeiro possam se valer dos achados desta e de outras pesquisas a fim de que este processo contribua ao aprimoramento da gestão da rede educacional.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, M. M. et al. **A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais Brasileiras.** In: Cadernos de Pesquisa, volume 41, número 142 (jan/abr), 2011, pp. 20-54.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 2000 e 2010.**

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 1994 a 2013.**

IPP - Instituto Pereira Passos. **Armazém de dados. Cadernos do Rio: Educação.** Junho/ 2013.

Ministério da Saúde, Datasus. **Nascidos Vivos na Cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1994-2012.**

MEC - Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009.

ROSEMBERG, F. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999.

UNESCO. **Everyone has the right to education.** France: United Nations Educational, 2011

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO: Projetos de Formação Inicial, Continuada e de Extensão em Museus e Casas de Ciências

Carise Martins Angelo

Programa de Pós-Graduação em Educação

cma.fisica@gmail.com

Dr^a Maria Auxiliadora Delgado Machado

Programa de Pós-Graduação em Educação

doradm@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o início do desenvolvimento da dissertação de mestrado que tem como principal objetivo compreender quais as possíveis contribuições que museus, centros e casas de ciências exercem ou poderiam exercer na formação de professores de ciências. Nesta primeira etapa, os objetivos específicos foram: realizar o levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos que investigaram as relações existentes entre a formação de professores de ciências e os projetos realizados em museus e determinar o *locus* preliminar de pesquisa.

METODOLOGIA

Foi realizada a análise bibliográfica dividida em duas etapas:

- Para a seleção do *locus* da pesquisa foi realizado o levantamento em dois guias referenciais de Museus de Ciências indicados pela ABCMC (Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência) e do guia de museus do Estado do Rio de Janeiro.
- Para a revisão bibliográfica foram pesquisados e analisados teses e dissertações, utilizando como fonte os bancos de dados BDTD, o banco de teses do Capes e o portal Domínio Público, que tratavam da relação museu escola, buscando

especificamente as relações entre a formação de professores e os projetos realizados nos museus para a capacitação ou especialização dos mesmos.

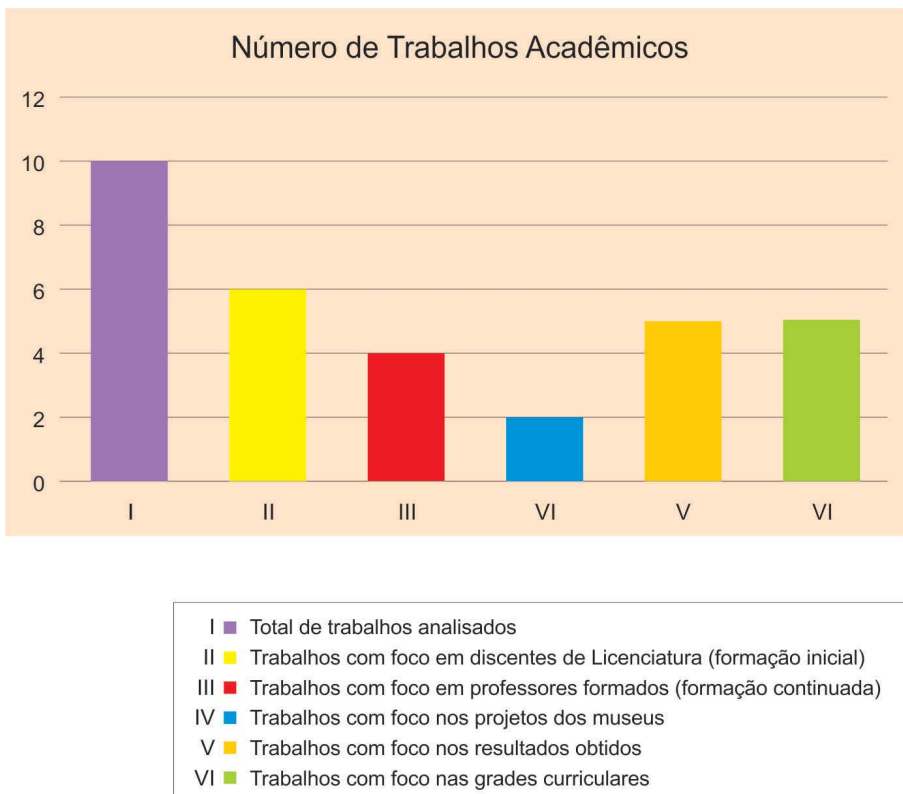
LOCUS DA PESQUISA SELECIONADO

Foi realizado o recorte inicial determinando quais seriam os museus, casas ou centros de ciências, reconhecidos pela ABCMC, situados na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde foram selecionados:

1. Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ
2. Casa da Descoberta
3. Museu do Amanhã
4. Centro Cultural da Ligth
5. Espaço Ciência Interativa
6. Espaço Ciência Viva
7. Espaço da Ciência de Paracambi
8. Espaço Uff de Ciência
9. Fundação Jardim Zoológico RIOZOO
10. Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro
11. Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro
12. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
13. Instituto Vital Brazil
14. Jardim Botânico da UFRRJ
15. Laboratório Didático do Instituto de Física – LADIF
16. Museu Aeroespacial
17. Museu da Ciência e Vida
18. Museu da Geodiversidade
19. Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos
20. Museu da Vida
21. Museu de Arqueologia de Itaipu
22. Museu de Astronomia e Ciências Afins
23. Museu de Ciências da Terra
24. Museu do Observatório da Valongo
25. Oi Futuro
26. Sesc Ciência

O ESTADO DA ARTE

Logo que se teve início o levantamento bibliográfico, um estado da arte foi encontrado sobre museu-educação até o ano de 2010. Trata-se da Tese de Daniel Fernando Bovolenta Ovigli intitulada *As Pesquisas sobre educação em museus e centros de ciências no Brasil: estudo descritivo e analítico das produções acadêmicas*. Ficando necessário realizar a investigação no período correspondido entre 2010 a 2016, filtrando os trabalhos pela busca da formação de professores-museus de ciências. Foram encontrados um total de 265 produções acadêmicas que tratam das relações museu-escola, entretanto apenas 10 (3 teses e 7 dissertações) foram selecionados para compor o arcabouço teórico inicial da dissertação. Dentre os aspectos principais dos trabalhos, enfatiza-se:



CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A pesquisa e a análise do material selecionado para fazer parte desta revisão de literatura trouxeram à tona a carência de produções que trabalhem com a importância

de se aprimorar a formação docente, tanto a inicial como a continuada, se utilizando meios não formais de educação, o que está relacionado, provavelmente, com a escassez de projetos voltados para a formação de professores em Museus e demais centros de ciência (em geral, o maior número de produções estão relacionadas as relações escolas-museu e museus-visitantes).

Cabe ressaltar que ocorrem de forma recorrente, nas conclusões destes trabalhos, a indicação dos autores que a formação de professores possui falhas que poderiam ser sanadas ou atenuadas se mais projetos de palestras, seminários, oficinas e cursos de curta duração, voltados à formação de professores, fossem feitas com maior frequência e de forma mais diversificada.

Partindo do pressuposto que os professores, principalmente os ligados a área científica, possuem um papel importantíssimo na divulgação científica e na difusão dos saberes de forma crítica, aplicáveis ao cotidiano e a realidade dos alunos, que os Museus podem ser espaços não somente usados em visitas, mas principalmente para o aprimoramento e na construção de saberes que muito contribuirão para a formação de professores criticamente ativos e mais preparados para as dificuldades cada vez maiores junto aos alunos e ao cotidiano escolar.

E é por este caminho que guiarei minhas indagações.

REFERÊNCIAS

Centros e Museus de Ciência do Brasil (2015) – organizado pela Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), a Casa da Ciência/ Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ e pelo Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Guía de Centros y Museus de Ciencia de América Latina y el Caribe – realizado pela *Red de Popularización de la Ciencia y la Tecnología en América Latina y el Caribe (RedPOP)*, pelo Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e pela Unesco/ *Oficina Regional de Ciencia para América Latina y el Caribe*.

Museus RJ: Um guia de memórias e afetividade (2013) – organizado a partir de pesquisas realizadas no programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a sua Secretaria de Estado de Cultura, a sua Superintendência de Museus e ao seu Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ).

OVIGLI, Daniel Fernando Bovolenta. **As Pesquisas sobre educação em museus e centros de ciências no Brasil: estudo descritivo e analítico das produções acadêmicas**. 2013. 406 p. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2013.

ESPAÇOS DE CIÊNCIA E ESCOLAS: Para Além da Complementariedade

Fátima Denise Peixoto Fernandes

UNIRIO – Programa de Pós-Graduação em
Educação – Doutorado em Educação

fatimadenise@mn.ufrj.br

Orientadora: Prof. Dra. Carmen Irene Correia de
Oliveira.

UNIRIO – Programa de Pós-Graduação em
Educação

irenecor2004@gmail.com

OBJETIVO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto de Doutorado "Espaços de Ciência e Escolas: Para além da complementariedade" que será desenvolvido no período de 2016 a 2020.

Tradicionalmente, são apresentadas três formas diferenciadas de educação: educação informal, educação formal e educação não formal. Para Gohn (2010, p. 16) a educação informal é "aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares"; a educação formal é "desenvolvida nas escolas"; a educação não formal pode ser "construída por escolhas e certas condicionalidades".

Para efeito desse trabalho, é particularmente importante o conceito de educação não formal – associada a espaços não certificadores de educação como museus, centros e espaços culturais, clubes, cursos livres, organizações não governamentais e outras formas de associações fora do espaço escolar. Gohn (2010; p. 22) apresenta como um dos maiores desafios da educação não formal "defini-la, caracterizando-a pelo que ela é. Usualmente ela é definida pela negatividade – pelo que ela não é". Também será importante observar suas interfaces com outras áreas de conhecimento como a divulgação científica, as ciências ambientais, artes, entre outras.

O projeto pretende observar espaços de educação não formal e sua relação com o público oriundo da escola – local da educação formal, abrindo inúmeras possibilidades de pesquisa. Longe de ter uma conclusão sobre o assunto, esse trabalho pretende desenvolver sólida conceituação sobre educação não formal e construir um estudo de caso que permita conhecer o funcionamento efetivo de alguns espaços de educação não formal e suas relações com a escola. O que Marandino (2009) chama de "relações necessárias" podem se estabelecer de formas muito variadas. Trilla (2008) apresenta, entre outras, a relação de complementariedade – onde existe "uma espécie de partilha de funções, de objetivos, de conteúdos entre os diversos agentes educativos". Acredito que as relações entre a educação formal e a educação não formal precisam ir além da complementariedade. A simplicidade da expressão "visita escolar" pode abarcar momentos de crescimentos para educadores e educandos.

METODOLOGIA

Em meio ao que Brandão (2005) chama de "crise dos paradigmas em educação", torna-se necessário refletir sobre as muitas atividades e funções da educação, para além da escolarização. A necessidade de fazer um recorte nos levou aos espaços de ciência, tradicionais instituições de educação não formal, que vêm crescendo de forma expressiva. A Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência – ABCMC – lançou em 2015 a terceira edição do Guia de Centros e Museus de Ciência do Brasil. Segundo a associação, de 2009 a 2015, foram incluídas 78 novas instituições no guia, o que corresponde a um crescimento de mais de 40%. Para Marandino (2009, p. 1), "torna-se cada vez mais importante uma reflexão acerca das concepções de ciência e de educação" que esses espaços podem apresentar.

Para Tardif (2000, p. 12) "A legitimidade da contribuição das ciências da educação para a compreensão do ensino não poderá ser garantida enquanto os pesquisadores construírem discursos longe dos atores e dos fenômenos de campo". Portanto, além do fundamental levantamento bibliográfico, será desenvolvido estudo de caso em espaços de educação não formal, ligados a ciência e que recebam visitas escolares. Dessa forma, será possível caracterizar redes que se estabelecem entre educação não formal e educação formal, buscando o reconhecimento das especificidades e relevância de cada uma delas e do seu encontro. Esse acompanhamento está previsto para acontecer em espaços de ciência no Rio de Janeiro e em Lisboa. Serão observados os parâmetros que orientam essa relação, as atividades específicas para esse público, a preocupação com educandos e educadores, métodos de avaliação utilizados e a importância desses encontros. Também deverão ser consultados os documentos institucionais como estatutos, projetos, formulários e os meios usados para

quantificação e avaliação do trabalho das instituições visitadas, assim como entrevistas pessoais com seus educadores e funcionários.

CONCLUSÃO

No momento atual, as clássicas definições de educação formal e educação não formal necessitam de novas leituras. Algumas barreiras parecem rompidas e a educação não formal vem ocupando espaço até mesmo dentro das escolas. Esse trabalho buscará trabalhar com um conceito amplo de educação.

Acredito que as práticas de educação não formal podem ser de grande importância para o currículo da escola, que para Moreira (2005, p. 12), significa "o conjunto de experiências a serem vividas pelo estudante sob a orientação da escola". É fundamental reconhecer que nem toda ação educativa deve ter orientação da escola ou formato escolarizado. É necessário investigar outros formatos. Novas possibilidades e conquistas podem estar surgindo nos encontros entre educação não formal e educação formal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTROS E MUSEUS DE CIÊNCIA; UFRJ FCC CASA DA CIÊNCIA; FIOCRUZ MUSEU DA VIDA. *Centros e Museus de ciência do Brasil 2015*. Rio de Janeiro, 2015.

BRANDÃO, Zaia (org). *A crise dos paradigmas em educação*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época)

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo : Cortez, 2010. (Coleção Questões da nossa época; v. 1)

MARANDINO, Martha. *Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias. Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 1-12, jul/dez. 2009. Disponível em <revistamuseologia.patrimonio.mast.br>. Acesso em: 15/9/2015.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: _____ (org.). *Currículo: Questões atuais*. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005. p. 9-28.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 13, jan/mar, p. 5-24, 2000.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). *Educação formal e não formal*. São Paulo : Summus Editorial, 2008

O TEMPO INTEGRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Flávia Martins

Programa de Pós-Graduação em Educação -
PPGEdu/UNIRIO

flavsmartins@gmail.com

Profa. Dra. Lígia Martha da Costa Coimbra Coelho

Programa de Pós-Graduação em Educação -
PPGEdu/UNIRIO

ligiamartha25@outlook.com

OBJETIVO

A ampliação do tempo escolar não é uma proposta inédita no Brasil. Um dos precursores na execução desta proposta foi o educador Anísio Teixeira, na década de 60. No Rio de Janeiro, a experiência mais emblemática foi o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Tal experiência se efetivou durante a década de 80 do mesmo século e se concebeu como afirma Cavaliere (2002): "uma ideia forte, uma experiência frágil".

O tempo integral toma forma legal somente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1996 (Lei n. 9394/96) em que se prevê a ampliação da jornada escolar nos municípios brasileiros em seu artigo de n. 34 e n. 87, no Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/01) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – Decreto nº 6.094/07). Desde a abertura política, o tempo integral escolar tornou-se pauta recorrente nas políticas públicas educacionais, sendo a mais abrangente delas, nos últimos dez anos, o Programa Mais Educação (Portaria Interministerial 17/2007 e Decreto 7.083/10), uma política indutora que tem por finalidade a melhoria da aprendizagem por meio de atividades diversificadas no contraturno escolar. Em 2014, o tempo integral se constitui como uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que o prevê em pelo menos

50% das escolas públicas brasileiras, atendendo a 25% dos alunos da educação básica (Lei n. 13.005/14).

Neste caminho, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, o governo tem se empenhado em cumprir a meta seis do PNE implantando, a contar de 2010 com a promulgação da Lei 5.225, a política do turno único, ou seja, a ampliação da jornada escolar para 7h diárias em suas unidades escolares.

Esse estudo apresenta como objetivo maior a análise da política pública de ampliação da jornada escolar no município do Rio de Janeiro por meio da legislação que a norteia. Para alcançar este objetivo, a pesquisa se pauta nas categorias tempo e tempo integral para, nos termos da lei: i) investigar a finalidade da política do turno único na rede pública municipal carioca; ii) investigar a reorganização do tempo escolar em função da ampliação da jornada desta mesma rede.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa teórico-bibliográfica com as contribuições de COELHO (2009) e de CAVALIERE (2007) sobre tempo e escola em tempo integral e estudo documental dos textos legais municipais que dispõem sobre o tempo integral expresso em: (1) Lei ordinária n. 5.225/ 2010, (2) Resolução n. 1.178/2012 e (3) Resolução n. 1.317/2014, bem como o texto que trata do programa sob o título "Escola em tempo integral" no Portal RioEduca da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.

RESULTADOS

Partindo da compreensão da relatividade do tempo, Cavaliere (2007) enfatiza que esta categoria não pode ser analisada alheia às relações que ela estabelece com outras dimensões no seu contexto histórico. Segundo a autora, a noção do tempo escolar no Brasil sofreu mudanças, mesmo que lentamente, em função "de um novo tempo social baseado na cultura urbana" que trouxe à tona algumas questões como o acesso à escolarização pelas camadas desfavorecidas e a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Na produção acadêmica, Cavaliere (idem) aponta pesquisas que constatarem que a ampliação do tempo escolar tem apresentado resultados positivos quanto ao desempenho dos alunos. A mesma autora problematiza essas e outras dimensões relacionadas ao tempo escolar, citando a experiência dos CIEPs no Rio de Janeiro quanto à inadaptação dos alunos à escola em tempo integral se esta reproduzir a

escola convencional, ou seja, se apenas houver aulas sequenciais com total ausência de atividades diversificadas.

Em suma, a autora destaca, com base nos estudos de Ribeiro (1986) e (Grunder, 1997; Cattabini, 1997) que o aumento da ampliação da jornada escolar no Brasil se pauta na aposta da diminuição das diferenças entre os mais prestigiados e desprestigiados, do ponto de vista do capital cultural. Neste sentido, a ampliação do tempo estaria "na transformação do tipo de vivência escolar", no papel desempenhado pela escola.

Neste sentido, tal estudo comunga com a concepção de COELHO (2009) sobre a ampliação da jornada escolar. Nesta, o tempo ampliado compõe uma proposta de educação que considera o ser na sua integralidade e não somente no âmbito cognitivo, mas também o afetivo, o físico, o social e outros, no seu conjunto.

Não encontramos, claramente, no marco legal federal, as finalidades para ampliação do tempo escolar, sendo possível fazer inferências a partir das descrições referentes à regulamentação da implantação progressiva do tempo integral nas escolas brasileiras. Mas, nos textos que tratam do Programa Mais Educação, que é a principal política indutora do tempo integral nos últimos dez anos no país, encontramos, no Art. 2, da Portaria Interministerial de 2007, as finalidades para ampliação da jornada escolar, que podem ser sintetizadas: busca da melhoria da qualidade da educação básica, necessidade de ampliação da vivência escolar dos alunos em atividades formativas favoráveis ao seu desenvolvimento, contribuição para redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série por meio de ações pedagógicas para melhoria do rendimento escolar.

Especificamente, o texto da Lei ordinária 5.225/2010 que dispõe sobre a implantação do turno único no ensino público da rede municipal do Rio de Janeiro, traz informações pontuais sobre o tempo de permanência dos alunos nas unidades escolares, mas sem explicitar sua finalidade. Portanto, a análise se dá a partir de inferências no documento. O marco legal municipal dispõe que a jornada escolar se dará em: "7 (sete) horas diárias de jornada escolar no prazo de dez anos, aumentando dez por cento a cada ano" alcançando, segundo o texto da Lei, "a educação infantil e o ensino fundamental" (p.1). A Lei prevê ainda a permanência dos alunos na escola para além das sete horas, sendo optativa às famílias dos estudantes.

Considerando que 7 horas diárias de permanência na escola é categorizada como tempo integral e também expressa pela Resolução de 2010 e do PNE em seu Art. 6

(seis), a referida lei nos permite confirmar a ampliação da jornada escolar na rede de ensino público municipal como tempo integral e que alcança o ensino fundamental e a educação infantil, estando de acordo com os parâmetros da Lei 9394/96 e Plano Nacional de Educação de 2014.

Podemos extrair de alguns trechos na página do Portal RioEduca, na seção "Programas e Ações" na página "Escola em Tempo Integral" a finalidade da educação municipal. Nela, menciona-se como objetivo da secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro: "transformar a cidade do Rio de Janeiro, na capital do conhecimento de nosso país." Indica-nos o texto do portal que a proposta do turno único está no viés da educação integral em tempo integral, e se propõe a "trabalhar com os alunos de forma omnilateral" indo de encontro à formação oposta ao trabalho alienado. Tal formação se apresenta, segundo descrição do portal, em três eixos de organização: excelência acadêmica, autonomia e educação para valores.

No entanto, o texto deixa lacunas no que concerne aos arranjos do tempo da escola de tempo integral nesta perspectiva. Recorremos, então, às Resoluções de n. 1.178 de fevereiro de 2012 e a de n. 1.317 de 2014 para buscar respostas às indagações acerca dos arranjos temporais nas escolas de turno único. Nestes documentos, há especificação mais ampla da operacionalização da ampliação da jornada, em diferentes anos de escolaridade.

A Resolução 1.178/2012 dispõe sobre a carga horária e a matriz curricular nas unidades escolares categorizando-as em: escolas de tempo parcial, de tempo integral, ginásios experimentais, ginásios experimentais olímpicos e escolas de educação de jovens e adultos – EJA. Podemos depreender nesta descrição que há diferentes arranjos de organização do tempo de integral nesta rede de ensino. Para escopo desta análise, consideraremos os trechos que tratam somente das escolas de tempo integral – também caracterizadas como escolas de turno único que atende do 1º ao 6º ano de escolaridade.

A organização do tempo nas escolas de tempo integral se dá, conforme expresso no Art. 1º da Resolução de 2012: "1. 7 (sete) horas e 20 (vinte) minutos de trabalho escolar, com um total de 35 (trinta e cinco) tempos de 50 (cinquenta) minutos de aula, incluindo refeições e recreio;" (p.2). No item dois deste artigo há menção sobre extensão do horário para 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de atividades de contraturno destinadas ao reforço escolar, sendo opcional aos alunos. O Art. 3º dispõe sobre a matriz curricular que deve ser preferencialmente organizada com

agrupamentos de dois tempos para cada área do conhecimento, devendo-se evitar três tempos consecutivos.

É na Resolução 1.317/2014 que trata da organização das escolas do sistema público municipal que encontramos esta divisão dos anos de escolaridade e sua estrutura de atendimento na rede de ensino municipal. Neste documento, podem-se depreender os esforços do governo municipal em reorganizar seus espaços escolares num momento de transição do tempo parcial para ampliação da jornada escolar em todas as escolas. Fica-nos claro neste documento a concomitância da estrutura de atendimento em horários diferenciados – parcial e integral por anos de escolaridade. Nesta resolução, encontramos a denominação Primária Carioca, que compreende os seis primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental.

Pelo que está expresso nos textos dos Artigos 1 e 2 do texto da Resolução 1.178/2012, constata-se que os alunos das escolas em tempo integral permanecem nas unidades escolares durante as sete horas e vinte minutos diários e que suas matrizes curriculares contemplam, além das disciplinas da base nacional comum curricular, uma parte diversificada que contempla aulas de Língua estrangeira, Sala de Leitura e Estudo Dirigido. As atividades de contraturno são as que vão para além das 7h, denominadas de aulas de reforço escolar e outros componentes, que não são obrigatórias.

Pela descrição dos textos legais acima, podemos compreender que as escolas de tempo integral operam com o tempo de forma convencional, estipulando o tempo de interação com educando em aulas de 7 (sete) tempos de 50 min. diários com a exigência de agrupamento de dois tempos consecutivos destinados ao núcleo comum, no mínimo, para cada área do conhecimento. O tempo destinado às refeições e ao recreio soma-se aos tempos de aula, portanto não fica claro o intervalo reservado a essas ações. Há ainda, a menção de ampliação desde tempo para além das 7 horas, destinados às aulas de reforço. Pela descrição da organização do tempo na matriz curricular, pode-se inferir que os alunos permanecem a maior do tempo em sala de aula, realizando atividades do núcleo comum. A parte diversificada do currículo é reservada dois tempos de 50 min., uma para cada disciplina (língua estrangeira e sala de leitura), acrescido do Estudo Dirigido de 50 min.

CONCLUSÃO

Analisar a proposta de ampliação da jornada escolar na rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro em seus textos legais se mostra um grande desafio,

posto que a rede está se reorganizando para efetivar a política pública em dez anos. A reorganização da rede por ano de escolaridade e suas diferentes categorizações e em concomitância com a jornada parcial dificultou uma análise mais incisiva quanto à política de tempo integral nesta rede de ensino. Tal fato se configura como um enorme desafio visto que esta rede é a maior da América latina e apresenta diversas realidades e diversos arranjos de tempo integral.

No que tange aos níveis de ensino, o tempo integral está previsto para todo o ensino fundamental desde a educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental, fator positivo o que significa um grande quantitativo de alunos impactados pela política, diferentemente de outras políticas tempo integral, como o Programa Mais Educação, que se trata de uma política indutora e se não alcançou toda a rede municipal de ensino.

Depreendemos que as escolas de tempo integral do município do Rio operam com o tempo de forma convencional, estipulando o tempo de interação com educando em aulas de 50 min. com a exigência de agrupamento de dois tempos consecutivos destinados ao núcleo comum, no mínimo, para cada área do conhecimento. Pela descrição da organização do tempo na matriz curricular, pode-se inferir que os alunos permanecem a maior da jornada em sala de aula, nas atividades do núcleo comum. A parte diversificada do currículo é reservada dois tempos de 50 min., uma para cada disciplina (língua estrangeira e sala de leitura), acrescido do estudo dirigido de 50 min. e, se a família do aluno optar, poderá ser estendida por mais 1 h e 40 min. de aula de reforço. Tal configuração do tempo parece-nos um risco a não aceitação por parte do alunado se não houver um aproveitamento mais qualitativo do tempo escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CAVALIERE, Ana Maria. *Tempo de escola e qualidade na educação pública*. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 1015-1035. ISSN 1678-4626. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018>> Acesso em 27 Set. 2015

_____. *Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil*. In: CAVALIERE, A. M.; COELHO, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002a. p.93-111.

MAURÍCIO, Lucia Velloso (org.). *Em aberto: educação integral em tempo integral*. v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: < <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/243>> Acesso em: 17 jul. 2016

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Dispõe sobre a implantação de turno único no ensino público rede pública municipal nas escolas da rede pública municipal: *Lei municipal nº 5.225/2010*. Rio de Janeiro: 2010.

_____. Estabelece a Matriz Curricular para o Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências: *Resolução SME Nº 1178, de 02 de fevereiro de 2012*. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1657&page=16 Acesso em 10.set.2016

_____. Estabelece a Matriz Curricular para o Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro, dispõe sobre a estrutura de atendimento, organização de turmas e horário de funcionamento das Unidades Escolares, e dá outras providências: *Resolução 1.317 de 28 de outubro de 2014*. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em < http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=2583&page=14> Acesso em 10.set.2016

PROGRAMAS E AÇÕES. RIOEDUCA. Disponível em: <<http://www.rioeduca.net/programasAcoes.php?id=91>> Acesso em 5.set.2015

ESTUDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Gleice Máira Fernandes Alves,

PPGEDU

gleice.gema@uol.com.br

OBJETIVOS

Objetivo geral: Avaliar a Educação Ambiental na América Latina e Caribe por meio das legislações e Políticas Públicas específicas e as relações que estas estabelecem com o território e conflitos.

Objetivos Específicos:

- Mapear as legislações e políticas públicas da Educação Ambiental da América Latina e Caribe;
- Realizar análise de conteúdo frente à luz do referencial crítico da Educação Ambiental;
- Relacionar os resultados das análises com os conflitos ambientais e contextos da América Latina e Caribe;
- Apontar identidades e distanciamentos da Educação Ambiental na América Latina e Caribe para enfrentamentos da crise sociambiental, estabelecendo referência para uma educação Ambiental desde el Sur.

METODOLOGIA

A técnica de investigação adotada para essa pesquisa foi Análise de Conteúdo, por se tratar de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens visa obter indicadores (quantitativos ou qualitativos) que possibilitam a inferência de conhecimentos (BARDIN, 1997).

Com base nesta técnica foram selecionados 73 documentos para análise, incluindo Constituições Federais, Políticas de Meio Ambiente e Políticas de Educação Ambiental, referentes a 42 países da América Latina e Caribe.

A partir das leituras flutuantes foram definidas a hipótese e o objetivo da pesquisa e, na sequência, a definição dos índices e a sistematização dos indicadores. Segundo Bardin (2011, p. 130) "se considerarem os textos uma manifestação que contém índices que a análise explicitará, o trabalho preparatório será o da escolha destes". Dessa forma foram construídos índices a partir de reflexões sobre a Educação Ambiental considerando os Princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e os apontamentos da Educação Ambiental Crítica baseada nos autores que atuam nesse campo, tendo sido selecionados quatro teóricos: Carlos Frederico Loureiro, Philippe Layrargues, Mauro Guimarães e Edgard Gaudiano. Após a definição dos índices realizou-se a análise detalhada dos documentos selecionados, buscando indicadores que pudessem inferir sobre a relação do conteúdo analisado e a educação ambiental crítica.

RESULTADOS

Dos 42 países da América Latina e Caribe apenas 14 possuem leis específicas, políticas, planos ou estratégias de Educação Ambiental. Até o presente momento foram analisados 12 desses 14 documentos, sendo que 07 apresentaram indicadores de Educação Ambiental Crítica. A pesquisa revelou que mesmo os países que possuem uma política de educação ambiental com um viés crítico não consideravam os atores excluídos da sociedade, não apontando para graves questões sociais como racismo, homofobia e desigualdade de gênero. A metodologia usada permitiu que a pesquisa apontasse um resultado não somente pelo que se encontrava explícito, mas também pelo que se mostrou ausente. Dessa forma a pesquisa apresentou que a legislação de Educação Ambiental da América Latina e Caribe revelam silêncios eloquentes que se transformam em práticas de ausências. Boaventura (2000) fala da sociologia das ausências que se revela nas práticas ausentes, práticas abstêmias da educação ambiental conservadora, que trazem certa assepsia, baseando-se numa lógica de neutralidade da ciência, numa visão de meio ambiente isolada de seres humanos.

CONCLUSÃO

Entendendo que as políticas públicas são processos sociais resultantes de demandas e conflitos, consideramos necessário, para o caso da América Latina, incluir a perspectiva da Colonialidade nas políticas públicas, ressaltando uma discussão sobre

os impactos ambientais e as heranças coloniais estabelecidas a partir da colonização, trazendo a discussão para a Educação Ambiental Crítica. Uma educação que precisa se encontrar com o ser humano, num território plural, onde a educação ambiental se depara diante da diversidade e da necessidade do reconhecimento do outro. Essa é a visão de uma educação ambiental desde el sur que apresenta o outro verdadeiro que é negro, que é indígena, que é homossexual, que está marcado pela guerra, pela imigração, pela fome, pela miséria, pela tragédia latino-americana, pela colonialidade. A pesquisa dessa forma convida para uma reflexão sobre a institucionalização da Educação Ambiental Crítica e sua aproximação com uma educação ambiental desde el sur, que se debruça nos estudos decoloniais, buscando revelar ausências silenciadas por mais de 500 anos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L.. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOFF, L. A águia e a galinha, a metáfora da condição humana. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CONTE G, M; D'ELIA, V. La política ambiental en América Latina y el Caribe Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía, v. 39, n. 154, 2008, p. 111-13.
- FERNANDES, E.R. Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos.
- GAUDÊNCIO, M. Resenha do livro MINAYO, M. C de S (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais). Disponível em: <https://mariogaudencio.wordpress.com/2013/01/02/maria-cecilia-de-souza-minayo/>. 2013 Acesso 25 de maio de 2016.
- GAUDIANO, E. Educação Ambiental. Horizontes Pedagógicos. Instituto Piaget. 2005.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental: no consenso um debate? Campinas, Papirus, 2000.
- LAYRARGUES, P. P. Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C.F.; LAYRARGUES, P. P. & GAUDIANO, E.G.; LORENZETTI, L. .Investigação em educação ambiental na América Latina: Mapeando tendências. Educação em Revista, Belo Horizonte . v.25 , n.03, p.191-211, dez. 2009.
- LOUREIRO, C. F. B.. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P (Org) Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília (DF): Edições Ministério do Meio Ambiente, p. 13-24, 2004.
- MOTT, Luiz R.B. Escravidão, homossexualidade e demonologia. São Paulo: Icone, 1998.

-
- SANTOS, B. Para Um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. V.1. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.
 - SORRENTINO, M. Educação Ambiental como Política Pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299. 2005
 - TRAJBER, R, MENDONÇA, P, SORRENTINO, M, FERRARO JUNIOR, L, Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa. 2005, 31 (maio-agosto). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29831210>. Acesso em 28 de maio de 2016.

O CURRÍCULO PEDAGÓGICO SOB UMA PERSPECTIVA DA DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: Algumas Anotações Sobre a Experiência de um Pré-Vestibular Comunitário na Maré – Rio de Janeiro

Humberto Salustriano da Silva

Programa de Pós-Graduação em educação –
UNIRIO

Curso de Doutorado

humbertossilva@hotmail.com

Prof. Dra. Eliane Ribeiro Andrade

elianeribeirounirio@gmail.com

Prof. Dra. Andrea Fetzner

akrug@uol.com.br

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho teve como finalidade construir uma reflexão sobre a experiência pedagógica de um pré-vestibular comunitário no conjunto de favelas da Maré – Rio de Janeiro, sob o ponto de vista e a chave de leitura conceitual da desobediência epistêmica. Para isso, faremos uma breve apresentação sobre as diversas questões que envolvem as teorias do currículo escolar, estabelecendo um diálogo com as discussões teóricas no âmbito de uma pedagogia decolonial.

No que diz respeito à contextualização histórica da sociologia do currículo temos os autores Antônio Flávio Moreira e Tomas Tadeu (1994) que no livro "Currículo, Cultura e Sociedade" nos oferecem vários instrumentais de análise para a compreensão dos debates em torno do currículo. Segundo os autores, a constituição de um campo de estudos sobre o tema, desde o final do século XIX, até os dias atuais, revela uma longa trajetória acadêmica de discussões, sob as mais diferentes perspectivas de definição conceitual no que diz respeito a esse assunto. Nos dias atuais não existem mais dúvidas de que a constituição de um currículo pedagógico

está permeada de questões concernentes às relações de poder expressas numa sociedade. Pensar por exemplo, no currículo pedagógico da escola pública atual ou no currículo do pré-vestibular comunitário da Maré implica, necessariamente, em verificar as profundas influências culturais, políticas e ideológicas em seus processos de constituição.

No entanto, segundo Moreira e Tadeu (1994) nem sempre essas percepções e idéias sobre o currículo se mostraram presentes ao longo do processo de construção dos debates acerca deste tema. De uma maneira bem geral, os autores dividiram esse percurso em três grandes momentos: O primeiro, localizado entre meados do século XIX a meados do século XX (tempo de massificação das teorias tecnicistas); o segundo com seu apogeu nos anos 60 e 70 (com o fortalecimento das teorias neomarxistas) e, por fim, os tempos contemporâneos (na ascensão das teorias pós-críticas e pós-coloniais).

Sobre o conceito de desobediência epistêmica na teoria atual do currículo, Mignolo (2008) defende a construção de um pensamento decolonial que tenha desdobramentos efetivos em todas as vertentes da vida cotidiana. Para tanto, faz-se necessário um profundo questionamento da modernidade eurocêntrica, destruindo as bases do colonialismo e instituindo novas categorias de análise a partir das culturas historicamente silenciadas.

No caso do Brasil é possível identificar uma série de experiências pedagógicas protagonizadas por movimentos sociais que caminharam e caminham na direção de uma desobediência epistêmica e ações políticas decoloniais. Mais especificamente, no campo da educação popular, os preparatórios comunitários que surgiram nas décadas de 80 e 90 são excelentes exemplos de iniciativas concretas em consonância com perspectivas anticolonialistas (ZAGO: 2008). O presente trabalho consistiu exatamente em estudar com mais propriedade as práticas curriculares dessa educação decolonial, no cotidiano do ensino e aprendizagem do pré-vestibular comunitário no conjunto de favelas da Maré

METODOLOGIA

O público alvo desse levantamento foi um grupo composto de 40 estudantes desse pré-vestibular comunitário, inseridos na turma de 2015. Desde o início desse ano letivo, no final do mês de fevereiro, quando se matricularam no curso cerca de 130 alunos, este é o grupo que sobreviveu a evasão até o mês de agosto (período de realização desta pesquisa). Não existem dados precisos sobre os motivos de uma evasão tão expressiva, mas na percepção dos coordenadores do curso, algumas

causas podem ser mapeadas em função das justificativas dadas pelos próprios evadidos. A violência na região com os constantes tiroteios; a dificuldade de se conciliar estudo e trabalho e a baixa autoestima em relação ao vestibular são alguns dos exemplos citados como possíveis causas para a diminuição da frequência. Portanto, esses 40 educandos que permaneceram no curso são aqueles que de alguma forma, conseguiram estabelecer estratégias para lidar com as dificuldades associadas à evasão e, por conseguinte, tiveram mais tempo para assimilar a proposta curricular do espaço.

Na primeira fase da pesquisa, tabulamos algumas informações básicas sobre esse grupo a partir de questionários sócio-econômicos preenchidos no momento da matrícula no curso, no início do ano letivo. Analisamos dados referentes ao trabalho, renda, lazer, escolaridade, motivação para prestar o vestibular e dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de estudo.

A segunda fase da investigação se caracterizou pela entrevista de um pequeno grupo, dentre os 40 estudantes que preencheram o questionário sócio-econômico no início de 2015. Foram entrevistados 08 alunos no total que responderam questões referentes à experiência na escola pública, dificuldades de aprendizagem, o olhar sobre a favela, influências do pré-vestibular sobre questões políticas e hábitos culturais.

RESULTADOS

Trata-se de um grupo composto em sua maioria de jovens entre 16 e 25 anos. Quase metade já exerce alguma atividade profissional com carteira assinada e outra metade se divide entre desempregados e aqueles que nunca trabalharam. Em geral, pertencem a famílias de baixa renda que no máximo, chegam a dispor por mês, de uma quantia equivalente a dois salários mínimos.

Não é à toa, portanto, que a maioria deste grupo em particular tenha afirmado no momento de sua matrícula, que o mercado de trabalho era o maior objetivo a ser alcançado. Também declararam o desejo por adquirir mais conhecimentos, mas a situação financeira das dificuldades diárias acaba se impondo através do desejo de atingir uma melhor condição social.

Outras características que verificamos numa análise básica dos dados quantitativos têm a ver com a escolaridade dos pais dos alunos e com as práticas de lazer e cultura desses estudantes. Sobre o primeiro assunto, a constatação é de que no universo dos 40 questionários, apenas 06 tiveram respostas que assinalaram o grau

de escolaridade dos pais no grupo dos que nunca estudaram. São dados que de certa forma sinalizam o processo de democratização no ensino básico que já vem ocorrendo no Brasil, nas últimas décadas. No que diz respeito ao segundo assunto (cultura e lazer), os alunos afirmaram no momento da matrícula que suas principais práticas no campo da diversão eram respectivamente: o cinema, o shopping e a praia. Por outro lado, um pequeno grupo também afirmou nunca ter ido ao teatro, espetáculos de dança ou debates. A experiência pedagógica desse grupo de jovens no pré-vestibular comunitário acabou mudando esse quadro em maior ou menor grau, e esse aspecto acabou se tornando mais evidente na segunda parte (qualitativa) desta pesquisa.

Nas entrevistas com o pequeno grupo de estudante, as respostas para as diversas questões apresentadas refletem em muitos aspectos o currículo decolonial praticado pelo pré-vestibular comunitário. Decolonial, porque desde o início do curso a postura dos coordenadores e educadores do espaço caminha no sentido de apresentar uma pauta pedagógica que estabeleça um diálogo evidente com as questões que envolvem a valorização do espaço da favela. Desse modo, o velho currículo que os educandos trazem incorporados em suas bagagens educacionais, vai sendo pouco a pouco desconstruído a partir do confronto com as novas proposições de uma pedagogia crítica.

CONCLUSÃO

Numa tentativa de rascunhar uma conclusão inicial, verificamos que o currículo pedagógico do pré-vestibular comunitário da Maré se caracteriza em vários aspectos pela tentativa de se construir outro olhar sobre o conhecimento. Os efeitos dessa experiência dialógica deixam evidentes as possibilidades de se (re) afirmar identidades silenciadas por todos os tipos de opressão cotidiana. A desobediência epistêmica, portanto, se materializa justamente nessa oportunidade de se construir uma nova visão de mundo. Uma visão descolada de valores colonialistas e que permite a compreensão da vida sobre uma nova perspectiva daqueles que foram historicamente subalternizados. Por outro lado, o alcance efetivo dessa pedagogia decolonial não foi ainda devidamente mapeado em cursos de pré-vestibular comunitário como este que existe na Maré. A enorme quantidade de pessoas que desistem de frequentar o CPV ao longo do ano deixa uma lacuna importante que precisa ser preenchida com análises mais completas. Afinal de contas, apenas uma pequena parte chega ao final do ano letivo e, somente sobre este grupo é possível concluir que compreenderam devidamente a proposta pedagógica. Mas e os demais que não seguiram em frente? Teriam entendido e aceitado de bom grado a idéia da construção

dialógica do conhecimento? Teriam conseguido conciliar os diversos conflitos de valores? Eis aí algumas das questões que em futuras pesquisas poderão ser tratadas com maior grau de complexidade.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 11ª ed, 2007.
- HEUSER de Ester M. D. **No rastro da Filosofia da diferença**, p.-59 -82, SKLIAR, Carlos, (org). **Derrida e a Educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.
- MIGNOLO, Walter, D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008.
- MOREIRA, Antônio Flávio B. e SILVA, T.T. da. (Orgs.) **Currículo, sociedade e cultura**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOREIRA, A.F.B. & CANDAU, V. M. **Currículo, Conhecimento e Cultura**. In: *Indagações Sobre Currículo*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.
- MOREIRA, A.F.B. & CANDAU, V. M. **Educação Escolar e Cultura(s). Construindo Caminhos**. *Revista Brasileira de Educação*. Maio|Jun|Jul|Agos|, 2003.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de & CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil**. *Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010*.
- VALLADARES, Lícia. **Educação e Mobilidade Social nas Favelas do Rio de Janeiro. O caso dos Universitários (graduandos e graduados) das favelas**. *Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol 02 n 5 e 6; Jul|Agost|Set|Out|Nov|Dez de 2010. PP 153 – 172. 2010.
- ZAGO, Nadir. **Cursos Pré-Vestibulares Populares: Limites e Perspectivas**. *Revista Perspectiva*. Florianópolis. V. 26, n. 1, 149-174. Jan/Jun. 2008.

UMA ANÁLISE DO CARÁTER EMANCIPATÓRIO EM ARTIGOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO SNEF E EPEF

Igor Lôbo Siqueira Rodrigues

PPGEdu – UNIRIO

igu.lobo@gmail.com

Profa. Dra. Guaracira Gouvêa de Souza

PPGEdu – UNIRIO

guaracirag@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Os pensamentos de Paulo Freire e a perspectiva de uma educação problematizadora, como Freire idealizava, estão sendo cada vez mais atacados. Em dezembro de 2014, a prefeitura do Rio de Janeiro representa uma escola como uma linha de produção, com os exatos dizeres: "Nossa linha de produção é simples. Construímos escolas, formamos cidadãos e criamos futuros – Fábrica de Escolas do Amanhã. Mais educação para o Rio de Janeiro", com crianças sentadas em cadeiras sobre uma esteira mecânica (CARTA CAPITAL, 2014), quase uma referência irônica direta a um clip clássico de uma música da banda inglesa Pink Floyd, chamada Another Brick in the Wall, que critica justamente a estrutura mecanizada da educação.

No ano seguinte, em março de 2015, em uma das manifestações contrárias à recém eleita presidenta Dilma Rousseff, entre palavras de ordem que iam desde o pedido de impeachment até o pedido intervenção militar, um professor de história carregava uma faixa com os dizeres "Chega de doutrinação marxista. Basta de Paulo Freire" (FÓRUM, 2015). Ainda em março do mesmo ano, é apresentado o projeto de lei que inclui "entre as diretrizes e bases da educação nacional, o 'Programa Escola sem Partido'" (JURISDIÇÃO, 2015), que, sob o véu da "neutralidade pedagógica", chama de "doutrinação política e ideológica" propostas pedagógicas progressistas, críticas e problematizadoras.

Já em junho de 2016, com o afastamento de Dilma Rousseff e o governo interino de Michel Temer, o artigo na Wikipedia sobre Paulo Freire é alterado por um órgão

público federal para dizer que Freire seria o responsável pela origem da "doutrinação marxista" e por ter participado da "última grande reforma da legislação educacional que resultou em um ensino 'atrasado, doutrinário e fraco'" (EBC, 2016).

São, em poucos meses, grandes ataques ao pensamento freireano. Portanto, em época de luta contra uma escola crítica, se torna ainda mais importante o enfrentamento a esses setores conservadores da sociedade e sua educação bancária, e mais importante a valorização das ideias freireanas e de uma educação problematizadora.

Assim, buscamos nos pensamentos e práticas de Paulo Freire sua compreensão de como fazer e o que seria uma transformação social. De onde o educador e os educandos e educandas se encontram nesse processo. De como a prática pedagógica pode promover a emancipação e o que seria essa emancipação.

Para tanto, nos aprofundamos no debate sobre o conceito de emancipação, buscando sua etimologia e definição segundo autores como Karl Marx e Theodor Adorno, passando pela forma com que Paulo Freire trata desse conceito e do conceito de libertação em suas obras, fazendo um paralelo entre eles. Em seguida, tentamos compreender como a emancipação pode ultrapassar a barreira do método freireano, indo além de um método de educação de jovens e adultos e alcançando o ensino de física.

Candotti (2009) disse que "Física também é política", mas como o ensino de física pode ser também político? Freire mostra uma possibilidade de como se trabalhar na alfabetização de adultos. Mas na "física, o que fazer" (Ibid.)?

Para tentar responder a essas perguntas, recorreremos a relatos de experiência do Simpósio Nacional de Ensino de Física (SNEF) e Encontro de Pesquisa em Ensino de Física (EPEF), estudando o caráter emancipatório das práticas pedagógicas e pesquisas relatadas.

OBJETIVO

Analisar relatos de experiência e artigos apresentados nas edições do Simpósio Nacional do Ensino de Física e Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, verificando o caráter emancipatório desses trabalhos, a partir da perspectiva freireana de educação.

METODOLOGIA

Escolhemos cinco categorias que acreditamos ser representativas de trabalhos que utilizam o referencial freireanos. Assim, buscamos encontrar relatos de experiência ou pesquisas apresentados nos SNEF, desde sua primeira edição até a última (XXI) que mostrassem explicitamente a preocupação dos seus autores com o pensamento

freiriano. Para isso, buscamos encontrar no título, resumo ou palavras-chave desses trabalhos cinco indicações: 1) uma referência direta a Paulo Freire ou suas ideias; 2) a abordagem através de temas geradores; 3) trabalhos que mostrassem o interesse explícito na emancipação ou em transformar a sociedade (e não apenas em compreendê-la); 4) a ênfase na problematização; ou 5) na dialogicidade.

A partir das atas dos eventos, procuramos as cinco categorias escolhidas no título, no resumo ou nas palavras-chave do trabalho e estudamos a forma com que a metodologia foi apresentada, separando entre relatos que apresentavam o uso do Método freireano de forma prática ou que apenas apontavam as ideias freireanas, mas a prática pedagógica foi distinta da proposta por Paulo Freire. Dividimos os relatos, pois, respectivamente em relatos que usam a prática e que usam a ideologia.

A consulta às atas foi feita através da internet, visto que a Sociedade Brasileira de Física (organizadora dos SNEF através de comissões de ensino), em seu site, disponibiliza todas as atas publicadas. As únicas atas que não foram publicadas foram as do IV e VII SNEF, realizados respectivamente no Rio de Janeiro e em Niterói. Na ata do V SNEF ainda é feito um indicativo para se publicar a ata do IV SNEF, que estaria "em esparsas revistas de ensino" (SNEF, 1982), mas que não se concretiza. Também encontramos dificuldade com a ausência de atas no XIV SNEF, cujo link para acesso aos resumos dos artigos leva a outra página que não contém esses resumos.

RESULTADOS

Pelas nossas buscas, a primeira vez que se usa Paulo Freire explicitamente em um trabalho apresentado no SNEF foi na VI edição, em 1985, em uma pesquisa intitulada "Ensino de Física e a Concepção Freireana de Educação", apresentado por Demétrio Delizoicov, onde ele se propõe a trabalhar a ideia dos temas geradores no ensino de física. Já o primeiro relato de experiência com caráter freireano vem aparecer só no IX SNEF, em 1991, intitulado "O Ensino de Ciências em uma Perspectiva Interdisciplinar", apresentado por Pablo Garcia Carrasco, também trabalhando com temas geradores. Daí em diante, os relatos com perspectivas freireanas começam a ficar mais presentes.

Encontramos 40 relatos que se encaixavam nos nossos critérios de busca. Dentre eles, apenas 18 utilizam a prática freireana, partindo da realidade concreta dos educandos, enquanto os outros 22 apresentam as ideias e metodologia freireanas, mas a prática apresentada segue por outro caminho.

Consideramos trabalhos que partem da abordagem temática como dentro da categoria dos temas geradores desde que houvesse referência direta a Paulo Freire no corpo do texto. Perce bemos que muitos trabalhos que utilizavam a abordagem temática e os momentos pedagógicos (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2002) não citavam Paulo Freire expressamente, então optamos por não considerá-los em nossa pesquisa, apesar de compreendermos que Delizoicov, Angotti e Pernambuco partem de um referencial freireano para suas propostas; nos interessamos em estudar os relatos que tratam da perspectiva freireana de forma explícita.

Ainda encontramos alguns relatos que se encaixam em nossos critérios, mas que não fazem nenhuma referência a Paulo Freire, como é o caso de "Atividades de Ensino-Aprendizagem na Física do 2 o Grau", apresentado no XI SNEF, em 1995, falando de transformação social; do "Vamos Viajar ao Espaço? Tema Gerador como Motivação na Inserção da Técnica de Projetos", apresentado no XIX SNEF, em 2011, falando de tema gerador; e "Problematizando Conceitos de Astronomia: Uma Proposta Pedagógica Baseada nos Três Momentos Pedagógicos", apresentado no XX SNEF, em 2013, que trabalha com problematização e dialogicidade.

A quantidade de relatos que tratam de cada categoria está apresentada no Tabela 1.1. Como alguns relatos tratam de mais de uma categoria, a soma da quantidade de vezes que cada categoria aparece é maior que a quantidade total de relatos.

CATEGORIA	QUANTIDADE DE VEZES QUE APARECE
Paulo Freire	19
Tema Gerador	20
Transformação Social	3
Problematização	12
Dialogicidade	7

As obras mais citadas nesses trabalhos foram "Pedagogia do Oprimido" (citada 25 vezes) e "Pedagogia da Autonomia" (17 vezes). Ainda foram citadas outras obras, como "Educação como Prática de Liberdade" (4 vezes), "Extensão ou Comunicação" (3 vezes), "Ação Cultural para a Liberdade" (2 vezes), "Conscientização", "Medo e Ousadia", "Educação e Mudança", "Professora Sim, Tia Não" e "Pedagogia da Esperança" (cada uma citada apenas 1 vez).

Ainda pretendemos analisar esses relatos mais profundamente e analisar também as pesquisas apresentadas nesses eventos que obedecessem aos nossos critérios e que numa busca pouco apurada resultou em cerca de 65 trabalhos.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

De acordo com nossas pesquisas percebemos que em 46 anos de existência do Simpósio Nacional de Ensino de Física, a utilização do referencial freireano ainda é muito incipiente. Em 21 edições do SNEF, nossa pesquisa só encontrou 40 relatos tratando do ensino de física em uma perspectiva freireana, sendo que a maioria deles não usa de fato o método freireano, mas apenas utilizam o pensamento de Paulo Freire como um referencial teórico para os trabalhos desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

CANDOTTI, E. Prefácio. In: MARTINS, A. F. P. *Física ainda É Cultura?* São Paulo: Livraria da Física, 2009. p. 13–18.

CARTA CAPITAL. *Prefeitura do Rio retrata escola como linha de produção*. 2014. Último acesso em: 30/06/2016. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/prefeitura-do-rio-retrata-escola-como-linha-de-producao-7482.html>>.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. *Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2002. 364 p.

EBC. *Artigo sobre Paulo Freire é Alterado por Rede do Serpro e Critica Pedagogo*. 2016. Último acesso em: 03/07/2016. Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/06/artigo-sobre-paulo-freire-na-wikipedia-e-alterado-por-rede-do-serpro-e-critica>>.

FÓRUM. *Professor cria polêmica em protesto contra Paulo Freire: "Pedagogia do Oprimido é coitadismo"*. 2015. Último acesso em: 30/06/2016. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/2015/03/19/professor-cria-polemica-em-protesto-contra-paulo-freire-pedagogia-do-oprimido-e-coitadismo/>>.

JURISDIÇÃO. *PL 867/2015*. 2015. Último acesso em: 30/06/2016. Disponível em:

<<http://camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>.

SNEF. 5., 1982, Belo Horizonte. *Atas...* Sociedade Brasileira de Física, Belo Horizonte, 1982.

GESTÃO ESCOLAR E DESEMPENHO: O Caso de duas Escolas Municipais na Grande Tijuca

João Carlos de Souza Anhaia Gino

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu / UNIRIO)

joao.gino87@gmail.com

Profa. Dra. Elisangela da Silva Bernado

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu / UNIRIO)

efelisberto@yahoo.com.br

OBJETIVOS

É objetivo geral deste trabalho:

- Analisar o papel da gestão escolar para o desempenho de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental em duas escolas municipais da Grande Tijuca no IDEB (2007/2015).

São objetivos específicos desta pesquisa:

- Reconhecer a gestão democrática como princípio constitucional da educação pública brasileira;
- Descrever as interferências das avaliações de larga escala no cotidiano das escolas públicas brasileiras;
- Identificar as práticas da gestão escolar que influem sobre o desempenho de estudantes em avaliações de larga escala, como a Prova Brasil.

METODOLOGIA

O presente trabalho encontra-se em estágio inicial, sendo ainda um braço da pesquisa "Escolas Públicas no Estado do Rio de Janeiro e o Programa Mais Educação: uma análise das ações dos gestores escolares em busca de uma educação de qualidade",

coordenado pela Profa. Dra. Elisângela da Silva Bernado (PPGEdu/UNIRIO), e contemplado pelo Edital FAPERJ nº 24/2014 do Programa "Jovem Cientista do Nosso Estado". A pesquisa recebeu o parecer de nº 1.066.207 do Comitê de Ética de Púbrica (CEP), de relatoria datada em 21/05/2015.

O recorte espacial foi a região da Grande Tijuca, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A região é composta por oito bairros: Alto da Boa Vista, Tijuca, Andaraí, Grajaú, Vila Isabel, Maracanã, Praça da Bandeira e Estácio. Vale a pena destacar que estes oito bairros são circundados por inúmeras favelas. Dentro dessa ampla e complexa realidade de unidades escolares, optei por me concentrar no estudo de duas escolas municipais que possuem turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. A partir dessa opção utilizarei dos dados produzidos pelo IDEB nos Anos Iniciais, me atendo aos índices de 2007 a 2015, para abordar a relação entre a Gestão Escolar e o Desempenho de estudantes em avaliações externas, como o caso da Prova Brasil. Por questões éticas optei em manter sigilosos os nomes das escolas analisadas, classificando elas da seguinte forma: Escola 1 e Escola 2.

A pesquisa se encontra inserida na perspectiva da abordagem qualitativa, que busca observar o conjunto das interações pessoais entre os diferentes atores que atuam na gestão das duas escolas selecionadas como objetos de análise. Segundo Minayo et al. (2005), a investigação por método qualitativo trabalha com atitudes, crenças, comportamentos e ações, procurando entender a forma como as pessoas interpretam e conferem sentido às suas experiências e ao mundo em que vivem. Desta forma, fica claro que as ciências sociais devem se preocupar com a compreensão das subjetividades, e não com a formulação de leis generalizantes, típicas das ciências naturais.

A abordagem qualitativa em pesquisa surgiu da recusa de pesquisadores a seguir um modelo único de pesquisa para todas as ciências, com base em dados quantificáveis e leis gerais, no modelo de estudo das ciências da natureza. Segundo os pesquisadores da abordagem qualitativa, as ciências sociais têm suas especificidades, o que implica em uma metodologia própria para a pesquisa (GOLDENBERG, 2007). Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa foi inicialmente praticada apenas entre antropólogos e sociólogos no século XIX, e que somente nos anos 1960 é que a abordagem qualitativa se difundiu em outros campos, como a psicologia, educação e a administração.

Tendo em vista analisar criticamente as ações da gestão nas escolas selecionadas para o estudo, esta pesquisa trabalha também mediante entrevistas com os sujeitos

que constroem o cotidiano das unidades escolares. De acordo com as classificações de Minayo et al. (2005) sobre os tipos de entrevistas, esta pesquisa trabalha com a entrevista de tipo semiestruturada, que combina questões abertas e fechadas, em que o entrevistado também tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. Segundo Souza et al. (2005), as questões abertas e fechadas possuem vantagens e desvantagens, e que devem ser levadas em consideração pelo entrevistador.

RESULTADOS

A pesquisa me permitiu classificar as escolas selecionadas para este constructo em dois tipos: Alto IDEB e Baixo IDEB. A primeira apresenta, desde 2009, um IDEB elevado, acima da nota 6 (em uma escala de 0 a 10), considerada o padrão de referência já que esta é a média de desempenho dos estudantes dos países membros da OCDE. Porém, a segunda escola não tem o mesmo prognóstico, visto que encontra muitas dificuldades em elevar seus índices de aproveitamento, pelo fato que desde 2007 nunca conseguiu alcançar nem mesmo a nota 5 de média.

A observação *in loco* me permitiu estar mais inserido no cotidiano das escolas e dos atores inseridos nelas. O trabalho no campo dá vida a pesquisa, possibilitando perceber diferentes realidades e práticas em unidades escolares localizadas em uma mesma regional administrativa, neste caso a 2ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação). A inserção nas escolas deixou claro condicionantes sociais e de natureza administrativa que nos ajudam a compreender os dados apresentados pelo IDEB.

A Escola 1 (Alto IDEB) é uma unidade escolar antiga e bastante tradicional no bairro em que está localizada. Durante anos foi um espaço de ensino privilegiado, que selecionava seus alunos no ato da matrícula. Esta é uma escola que possui apenas as turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, não passando por nenhum tipo de reestruturação por parte da SME/RJ (Secretaria Municipal de Educação). A escola possui um Conselho Escolar bastante atuante, em especial no componente da representação dos responsáveis, além de expor mensalmente a prestação de contas de forma pública, para além das reuniões do Conselho, algo raro nos dias de hoje na rede municipal carioca. Apesar do advento da matrícula digital ter praticamente acabado com a seletividade do acesso às escolas públicas, a Escola 1 ainda possui um Nível Socioeconômico (NSE) mais privilegiado e diferenciado, em comparação – por exemplo – a Escola 2.

A Escola 2 possui um espaço bem maior em nível de infraestrutura e espaço, em comparação com a Escola 1. Porém, recentemente, a escola vem passando por um processo de reestruturação de segmento, e com possibilidade de se tornar uma escola de turno único. Atualmente, esse procedimento foi interrompido, o que faz com que tal indefinição apresente uma formação de organização bastante diferente das demais na rede municipal carioca. Não percebi nesta a presença de um Conselho Escolar atuante, nem medidas como a prestação de contas de forma pública, para além das reuniões do Conselho Escolar. Diferentemente da Escola 1, a Escola 2 possui um NSE visivelmente mais baixo, estando ainda localizada em uma área próxima a comunidades com alto grau de violência. Pude observar muitos episódios de indisciplina, violência, bem como o número considerável de alunos com defasagem idade/série.

CONCLUSÃO

Estudos iniciados nos anos 1960 nos EUA, por meio do Relatório Coleman, chegaram à conclusão que o fator com maior incidência sobre a aprendizagem e o desempenho dos alunos em exames escolares é o nível socioeconômico (NSE) da família. Coleman (2008) afirmou que as escolas não conseguem superar seus fatores externos, tais como pobreza, baixo índice de escolaridade dos pais e atitudes da comunidade.

Durante os anos 1960 e 1970, o conjunto de estudos sobre desempenho escolar seguiu uma linha bastante pessimista acerca do poder da escola de reverter a influência do NSE. Somente nos anos 1980 e 1990 que novas contribuições passaram a considerar fatores internos na escola como capazes de diminuir o impacto do NSE sobre o rendimento dos alunos. Estas unidades passaram a ser classificadas como "escolas eficazes". Sobre a eficácia escolar, Pat Sammons destacou:

Mortimore definiu uma escola eficaz como aquela onde os alunos progredem mais do que se poderia esperar, dadas as suas características ao serem admitidos. Consequentemente, uma escola eficaz acrescenta valor adicional aos resultados dos seus alunos, em comparação com outras escolas com alunados semelhantes. Em contraste, em uma escola ineficaz os alunos progredem menos que o esperado, depois de consideradas as características dos alunos ao serem admitidos. (SAMMONS, 2008, p. 343)

Para Alves e Franco (2008), no caso brasileiro, os fatores mais associados à eficácia escolar referem-se aos recursos escolares (infraestrutura de qualidade), à organização e gestão da escola (liderança do gestor e capacidade de envolver sua equipe no

projeto pedagógico), ao clima acadêmico no ambiente escolar (altas expectativas sobre os alunos), à formação e ao salário docente (correlação entre formação e faixa salarial) e à ênfase pedagógica. No Brasil, os recursos escolares ainda são diferenciais por conta das grandes disparidades existentes em nível de infraestrutura entre as escolas.

Outro conceito bastante pertinente a esta pesquisa, e que dialoga diretamente com a ideia de eficácia escolar, é o de "melhoramento escolar", que segundo um estudo encomendado pela OCDE em 1985 foi definido como "um esforço sistemático e continuado visando à mudança nas condições de aprendizado e outras condições internas relacionadas, com o objetivo final de se alcançar metas educacionais mais eficazmente" (REYNOLDS et al., 2013, p. 431). Tal contribuição será importante a partir do momento em que muitas escolas terão a responsabilidade de atingir certos padrões de desempenho, e que só poderão se tornar realidade a partir do momento em que muitas de suas posturas sejam transformadas, em nome de uma significativa cultura de aprendizagem na escola.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. A Pesquisa em Eficácia Escolar no Brasil: Evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In: SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel (orgs). *Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e Trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BERNADO, Elisângela da Silva. *Escolas Públicas Cariocas e o Programa Mais Educação: Uma Análise das Ações dos Gestores Escolares em Busca de uma Educação de Qualidade*. 2016. 141 f. (Relatório Final POSDOC/PNPD) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- COLEMAN, James S. Desempenho nas Escolas Públicas. In: SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel (orgs). *Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e Trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar – Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia; SANTOS, Nilton César dos. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs).

Avaliação por triangulação de métodos – Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

REYNOLDS, David; TEDDLIE, Charles; HOPKINS, David; STRINGFIELD, Sam. Conectando a Eficácia e o Melhoramento Escolar. In: SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel (orgs). **Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e Trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SAMMONS, Patt. As Características-Chave das Escolas Eficazes. In: SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel (orgs). **Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e Trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; VEIGA, João Paulo Costa da. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos** – Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

EMBAIXADORES 3.0 E EDUCOPÉDIA – Plataformas de Autoformação ou Apenas um Ensaio Tecnológico na SME-RJ?

Leonardo Lima Sampaio

PPGEdu – UNIRIO

leo.matrm@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Delgado Machado

PPGEdu – UNIRIO

dora.dm@gmail.com

OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo localizar e observar, na medida do possível, as principais estruturas que alicerçam o processo de Autoformação em Docentes e Estudantes da rede municipal que pertence a SME-RJ, num contexto permeado por Políticas Públicas que estimulam e difundem o uso de Tecnologias em sala de aula.

O estudo se deu através de um período de 2 (dois) anos interagindo com essas estruturas e observando seus impactos e suas dimensões na formação de docentes e alunos. Partiu-se neste caso de uma premissa em que a Autoformação – conceito inicialmente trabalhado pelo frankfurtiano Theodor W. Adorno – faz parte de um conjunto de medidas capazes de estabelecer um processo educativo plural, democrático e bastante enriquecedor quando se observam no contexto de aprendizagem observado toda a sorte de aparatos tecnológicos.

O grande objetivo aqui é o de tomar estas experiências como um “guia” na hora de trabalharmos o conceito de Autoformação tanto no dia a dia da sala de aula, quanto nos momentos que constituem a Formação de Professores – e que potências a Tecnologia pode vir a representar nestes contextos.

METODOLOGIA

O conjunto de métodos e princípios que orientou este estudo se baseou em dois princípios:

- A Observação Flutuante – fora estabelecida para tratar as relações entre os atores da pesquisa – pesquisador, docentes e alunos num contexto tecnológico. Este princípio metodológico fora utilizado porque para observar os traços eventuais da presença da Autoformação enquanto categoria mostrou-se preciso mais do que somente uma análise dos trabalhos e currículos propostos por alunos e professores.
- Uma análise documental de todas as etapas que antecederam o estabelecimento de uma política pública de inserção tecnológica nas salas de aula da SME-RJ, e os processos de Formação de Professores que foram utilizados para melhor dinamizar as experiências propostas.

Ao fim dos trabalhos todos os resultados foram compilados e analisados em conjunto considerando-se sempre a categoria de Autoformação como a engrenagem motora deste estudo. Capturar a sua essência em todas as nuances e momentos do trabalho mostrou-se aqui o objetivo chave do destringir metodológico adotado.

RESULTADOS

No fim de todo o processo de pesquisa constataram-se duas coisas bastante distintas e curiosas:

1. Que o processo de Autoformação se fez presente em muitas atividades e contextos que acabaram por evanescer ao longo dos trabalhos, no entanto, isto não se deu com base nas orientações e fixações impostas nas regulamentações da SME-RJ, mas de uma quebra de paradigmas do trabalho imposto por parte de uma categoria que surgiu no meio de todo o processo – a Interação.
2. No fim das análises, ficou claro que ambas as categorias – Autoformação e Interação – coexistem e produzem resultados consistentes em relação a aprendizagem em eventuais realidades com muita escassez material de produção do “aprender”. No entanto, todas as potências ao redor desse fenômeno se materializam de forma contundente quando se utilizam aparatos tecnológicos de forma aleatória, mas que respeite os procedimentos de Interação minimamente orientados pelo docente ali responsável.

Esta experiência toda nos levou de volta a consideração de que o simples fato de encher salas de aula com aparatos tecnológicos é quase “tão útil quanto um pneu de formato quadrado”, haja visto que a figura do Professor é a melhor capacitada para sustentar um ambiente de aprendizagem horizontal, democrático e que tenha como objetivo a emancipação dos sujeitos sem tender a competitividade exacerbada e/ou detrimento das qualidades individuais dos discentes envolvidos.

RESULTADOS

O processo de Autoformação é fundamental para uma Educação que ambiciona tornar os sujeitos emancipados e capazes no que constitui o século XXI. Para tal, não basta somente forçar que aqueles que venham a aprender num cenário assim sejam estimulados continuamente por aparatos tecnológicos sem uma devida finalidade. O caráter da finalidade será dado pelo Professor na elaboração contínua (e não fechada e pré desenvolvida como propôs a SME-RJ) de um currículo abrangente, democrático e que eleve as potências de cada sujeito ali envolvido no processo de aprendizagem.

Para além disso ficou evidente que o processo de Autoformação se alicerça umbilicalmente a categoria de Interação, categoria esta que Adorno trabalha sutilmente como aquela capaz de estabelecer os laços que um espaço de aprendizagem minimamente organizado e poderoso são capazes de oferecer.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. Tabus acerca do magistério. In: **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995. p. 97-118
- BARREIROS, D. R. A.; FRANGELLA, R. C. P. As múltiplas dimensões de uma política-prática curricular: o caso da Multieducação na cidade do Rio de Janeiro. **Intermeios**, Mato Grosso, v.13, n.26, 2007. Disponível em < <http://www.intermeios.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/view/125>> Acesso em: 10 de março de 2015.
- BOMENY, H. Caminhos da educação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/caminhos-da-educacao-14414286>>. Acesso em: 02 mar. 2015. (entrevista).
- BONCINELLI, E; GIORELLO, G. **Lo scimmione intelligente**. Dio, natura e liberta. Milano: Rizzoli, 2009.
- BRANCATI, D; AJELLO, A.; RIVOLTELLA, P.C. **Guinzaglio eletrônico**. Il telefono cellulare tra

genitori e figli. Roma: Donzelli, 2009.

CARVALHO, Ana Paula P. M. de. **A educopédia e seus embaixadores: “estrangeiros” em cena nas escolas**

públicas do município do Rio de Janeiro / Ana Paula Pereira Marques de

Carvalho. – 2015. Rio de Janeiro. EDUERJ

DEBORD, G., **A Sociedade do Espetáculo**, Tradução de Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

FANTIN, M. Educar na era digital e alguns desafios das multiliteracies. **Educação, Mídia e Cultura: um espaço de conversa sobre educação**. [blog]. 2013. Disponível em: <<http://monicafantin.blogspot.com.br>>. Acesso em: 4 out. 2013.

FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. **CRIANÇAS NA ERA DIGITAL: DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO**. Sorocaba: Reu, 2010.

PARENTE, R. A educopédia e a melhoria do processo de aprendizagem. In: EMPRESA DE MULTIMEIOS LTDA (MultiRio). **A Escola Entre Mídias**. Rio de Janeiro: MultiRio, 2011.

PRENSKY, M.: **Digital Natives Digital Immigrants**. In: PRENSKY, Marc. On the Horizon. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a). Disponível em . Acesso em 13/ Março/2008.

RIVOLTELLA. P.C. **Screen Generation**. Milano: Vita e Pensiero, 2006.

SERRES, M. **A polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia e pensar as instituições, de ser e de saber**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SME-RJ. **Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME-RJ**. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>>

SUBTE. **Sobre Educopédia**. 20–a. Disponível em: <<http://www.educopedia.com.br/SobreEducopedia.aspx>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

VELLOSO, L. **Luz, câmera, multieduc[ação]**. São Paulo: Paco Editorial, 2011.

ABORDAGEM AMBIENTAL EM MAURÍCIO DE SOUZA: uma perspectiva conservadora do Meio Ambiente

Lília Pereira Nunes

Programa de Pós Graduação em Educação

liliapnunes@gmail.com

Carmen Irene Correia de Oliveira

Programa de Pós Graduação em Educação

ireneecor2004@gmail.com

OBJETIVO

O objetivo geral da Pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação foi reconhecer as concepções e temáticas ambientais presentes nas histórias em quadrinhos da série "Saiba Mais! Com turma da Mônica: Ecologia e Meio Ambiente", da empresa Maurício de Souza Produções LTDA. Dentre os objetivos específicos pretendeu-se: investigar as possibilidades e limitações do material escolhido; examinar os elementos imagéticos e textuais presentes no livro, da série, para compreender qual concepção Maurício de Sousa traz em sua produção; contribuir para o desenvolvimento de atividades didáticas com o uso de quadrinhos na Educação Ambiental e ensino de ciências.

METODOLOGIA

Para a análise foi escolhida a série "Saiba Mais com Turma da Mônica- Ecologia e Meio Ambiente" que traz sete histórias com temáticas ambientais: Água, Meio Ambiente, Fenômenos da Natureza, Aquecimento Global, Mata Atlântica, Animais em Perigo, Amazônia. Procuramos focalizar como os conceitos científicos e as temáticas relacionadas ao meio ambiente foram representados nessas narrativas. Para tal, adotamos a análise de conteúdo, considerando os modos como esse procedimento trabalha com os textos que circulam na mídia, principalmente. Segundo Bardin (1979, p.31):

é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Com isso, analisamos as variadas questões ambientais apresentadas nas histórias sob uma perspectiva crítica da Educação Ambiental. Sabendo-se que diversas atividades são realizadas com a utilização de Histórias em Quadrinhos – em estudos de Cabello (et. al., 2010), Neves e Rubira (2011), Carvalho e Martins (2009), dentre outros– a compreensão do direcionamento ideológico ambiental permite, ao utilizar estas histórias em quadrinhos, identificar se as mesmas se encaixa, em uma prática crítica formadora de reflexão.

A análise consistiu paralelamente nos recortes textuais e na descrição da imagem correspondente. Tomamos este caminho, pois a linguagem visual na arte sequencial possui igual importância na compreensão dos sentidos construídos. Em uma abordagem interpretativa, buscamos a criação de categorias definidas: as mensagens didáticas, com análise da simplificação das narrativas e interpretações dos conteúdos e as associações imagéticas construídas na história. Com base nessas categorias destacamos a interpretação das concepções de Ciências e Meio Ambiente encontradas nas revistas.

RESULTADOS

Na série "Saiba Mais! Com Turma da Mônica" foram observados diversos elementos textuais e imagéticos que demonstram um direcionamento conservacionista no tratamento de informações de Educação Ambiental.

Segundo Lima (2009) uma prática conservacionista de Educação Ambiental é centrada na conservação da Natureza, tratada como recurso, tanto no que se refere à qualidade quanto à quantidade. Nas sete histórias observamos que ao abordar as temáticas ambientais o autor, predominantemente, utiliza de "falas conservadoras" em que a forma escolhida para abordar o conteúdo escolhido transmite um direcionamento conservador de transmissão de informações sem nenhuma reflexão crítica sobre o que o autor retrata. Destacamos a seguir algumas análises feitas na pesquisa.

Nas figuras 1 e 2, uma das análises realizadas na pesquisa, podemos observar que a crítica feita pelo autor à ocupação humana nos arredores de um rio limita-se às construções, ignorando a forma sinuosa do rio em um ambiente natural, o despejo de lixo e esgoto, dentre outras intervenções realizadas pelo ser humano e a falta de políticas públicas para realocar famílias, assim como o saneamento básico.



Figura 1: Representação de um rio em seu ambiente natural (SOUSA, 2011).



Figura 2: Construções à margem do rio (SOUSA, 2011).

As práticas descritas são apresentadas sem reflexão, ilustradas pelos personagens, na busca por ações e resultados concretos em que o predomínio do uso do tempo verbal Imperativo, transmite a ação de uma ordem, de imperativos de ação para mudar a realidade dos problemas ambientais: "feche a torneira [...]", "peça para o papai [...]", "coma menos carne [...]" (SOUSA, 2011).



Figura 3: Imperativos de Ação (SOUSA, 2011).

Na figura 4 apresenta-se mais um imperativo de ação relacionado ao consumo. Sem problematização crítica a produção de gado bovino para exportação de carne em larga escala é ignorada pelo autor, assim como a exportação além da carne bovina, da água e das matas do país, pois para obtenção de um preço competitivo no mercado capitalista internacional, esses elementos naturais não são embutidos no preço de venda deste produto no exterior.

O problema do desmatamento é colocado como problema individual do consumo de carne, sem direcionamento para a análise e entendimento do modelo neoliberal. A produção de carne brasileira não é feita exclusivamente para o consumo nacional e, na perspectiva do autor, apenas uma campanha de sensibilização local é suficiente para dirimir o problema quando, na verdade, há uma questão econômica e política que envolve a geração de lucro dos empresários do agronegócio no Brasil.

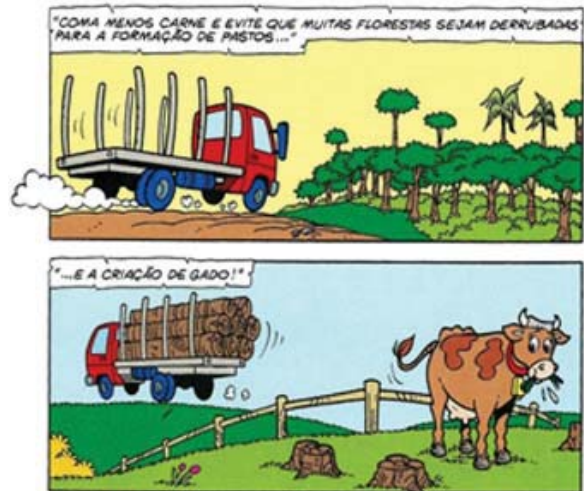


Figura 4: Consumo de Carne Bovina (SOUSA, 2011).

Identificamos também reducionismos e simplificações de conceitos como a formação de *tsunami*. Neste caso, o fenômeno de choque das placas tectônicas é ignorado, descaracterizando todo o processo. Esta fragilidade conceitual desponta na representação sobre os tremores originados na falha de empurrão (Figura 5), em que a origem dos mesmos não é descrita.



Figura 5: Simplificação Conceitual (SOUSA, 2011).

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscamos analisar o conjunto de histórias da série Saiba Mais! Com turma da Mônica. Identificamos que a concepção que Maurício de Sousa apresenta nas histórias da série apresenta um direcionamento conservador sem reflexão crítica e ideológica sobre as temáticas. Concluímos que a concepção apresentada prioriza, principalmente, o modelo de desenvolvimento econômico que expropria os bens naturais, através de imperativos de ação que determinam um comportamento ao leitor, frente às temáticas apresentadas no livro. Esta idealização acrítica sobre o meio ambiente mais contribui para manutenção do status quo do que para o desenvolvimento de práticas sustentáveis no país.

No que se refere aos equívocos conceituais, a história apresenta reducionismos e simplificações. Assim sendo, acreditamos que a história apresenta potencial instrucional, mas, em termos de educação ambiental crítica, conclui-se que a utilização deste material traz uma incompletude à prática crítica de Educação Ambiental, devendo-se ter atenção ao direcionamento tomado por Maurício de Sousa para o planejamento da prática não só em sala de aula, mas nos outros diversos espaços de ensino onde o material pedagógico pode ser utilizado.

REFERÊNCIAS

CABELLO, K.S.A.; MORAES, M.O. Educação Científica de Hanseníase em Quadrinhos para o Ensino da Doença. In V Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. **Anais eletrônicos...** Bauru, 2005. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/venpec/conteudo/artigos/1/pdf/p595.pdf>> Acesso em: 10 set. 2016.

CARVALHO, L.S.; MARTINS, A. F. P. História da Ciência na Formação de Professores das séries iniciais: uma proposta com quadrinhos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. **Anais eletrônicos...**, ABRAPEC. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/455.pdf>> Acesso em: 10 set. 2016.

NEVES, P.D.M.; RUBIRA, F.G. História em Quadrinhos no ensino de Geografia. In: II Encontro Estadual de Geografia e ensino e XX Semana de Geografia. **Anais eletrônicos...** Maringá, out. 2011. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/gavich/downloads/semana11/Eixo1/1-13NEVES.pdf>>. Acesso em 05 maio, 2014.

LIMA, G.F.C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, 2009.

SOUSA, M. **Ecologia e Meio Ambiente**. Barueri: Panini Brasil, 2011.

APRENDER A RESISTIR E RESISTIR PARA APREENDER: Pedagogia dos Afetados e as Lutas Socioambientais no Brasil

Marcelo Aranda Stortti

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
Educação (UNIRIO)

marcelostortti@gmail.com

OBJETIVO

Analisar a dinâmica dos processos pedagógicos e da educação ambiental que ocorrem no movimento socioambiental setorial anti petroleiro no Brasil.

METODOLOGIA

As análises apresentadas nessa pesquisa são de uma pesquisa exploratória fundamentada em metodologia qualitativa e operacionalizada pela análise de documentos. A principal referência teórico-metodológica deste artigo foi o Materialismo Histórico Dialético (GADOTTI ET ALL, 1989; GADOTTI, 2003), e os pressupostos da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória (LOUREIRO, 2007) e as categorias desenvolvidas por FREIRE (1997; 1998) completam o instrumento de análise, entre elas: oprimido, teoria dialógica da ação.

Essa pesquisa relacionou aspectos teóricos com algumas ferramentas, oportunizando diversos momentos de aprendizagem para além daquelas relacionados com a ciência propriamente dita, pois na nossa concepção a pesquisa inter-relaciona pensamento e ação, isto é, a Práxis, que se institui na dialética entre o agir e o refletir (FREIRE, 2010).

E depois realizamos uma pesquisa documental desde a criação desse Fórum até o ano de 2015, tendo como fontes primárias analisadas os próprios documentos do FAPP-BG, disponíveis em seu site/blog (<http://fappbg.blogspot.com.br/>) e na "FanPage" do "Facebook" (<https://www.facebook.com/FappBg/?fref=ts>), bem como,

relatórios, livros e memórias das reuniões sendo a maioria delas escritas pelos seus próprios membros.

RESULTADOS

Depois dessa etapa inicial, analisamos diversos documentos do movimento social do FAPP-BG. Esse movimento foi criado em 2012 a partir da realização exitosa em 2011 de um Seminário sobre os 50 anos de criação da Refinaria Duque de Caxias, conhecida como REDUC e os seus problemas socioambientais, por diferentes representantes de outros movimentos sociais, ONGs, ativistas sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, pesquisadores universitários, professores e estudantes de diferentes níveis educacionais do entorno da Baía de Guanabara que organizaram esse evento, além de outras instituições que integraram esse Fórum.

A estrutura de funcionamento desse Fórum se dá através de uma secretaria executiva, com a realização de reuniões mensais e uma anual para planejamento das atividades. O processo decisório do Fórum se dá por uma horizontalidade na tomada de decisões, sem a figura de uma liderança única que tem poder de veto ou maior força que os outros membros.

Dentro do escopo das atividades realizadas o fórum criou grupos de trabalho para facilitar a execução das ações e direcionar os interesses dos participantes para temas específicos de debate. Além dessas atividades, os membros organizam seminários em parcerias com outras instituições e ou participam como palestrantes em outros seminários, tais como II, III, IV e V Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação, III Encontro do Comitê dos Rios: Os povos em defesa da Baía de Guanabara Viva, Conferência Saneamento Básico a hora e a vez da Baixada entre outras; atos públicos articulados como exemplo o ato referente aos "14 anos do vazamento da Petrobras na Baía da Guanabara"; "Contra os novos leilões de áreas de exploração de Petróleo", bem como, de audiências públicas como a da 12ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás, Audiência Pública sobre a execução do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da REDUC e a Audiência Pública sobre Fracking.

Na área de comunicação, como citado anteriormente, o Fórum possui um blog, bem como, um Facebook, e um grupo no programa "Whatzap" e uma lista de troca de e-mail que apresentam diversas atividades desse movimento, de outros movimentos (água e saneamento, fracking, energia nuclear, Rede de Justiça Ambiental e os seus GTs, etc), além de informações como cursos oferecidos por outras instituições etc. O grupo da lista de e-mail também permitia o debate virtual de alguns temas, estimular

a mobilização e colocar em ação as atividades, porém essas ações foram transferidas para o grupo no "Whatzap". E em nosso entender, uma das ações coletivas mais importantes desse grupo é a atividade chamada de "Tóxic-tour", isto é, realizar uma "visita de campo" as áreas de conflito socioambiental, bem como, a empreendimentos com grandes impactos ambientais, convidando especialistas científicos e moradores dessas localidades conhecedores profundos dos seus problemas socioambientais para falar sobre esses problemas para grupos variados, desde alunos das escolas e de universidades públicas e privadas, moradores da região, até pesquisadores e ativistas estrangeiros participantes da Rio+20.

Tudo isso me levou a refletir também em nossa sociedade atual, individualista e egocêntrica, oprimidos sonhando em ser opressores e o quanto movimentos desse tipo e os sujeitos históricos oprimidos/atingidos dessa vida e aqueles que nela se (re)descobrem e, na vida (re)descobrimo-se, com eles sofrem, mas, acima de tudo, com eles peleiam (FREIRE, 2006).

GOHN (2011) corrobora com as ideias anteriores afirmando que os movimentos sociais possuem uma capacidade de ser um nascedouro de inovações e de matrizes geradoras de saberes. Para essa autora, eles não se constituem de um processo isolado, mas de caráter político-social. Para essa autora, para analisar esses saberes devemos buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo. Na concepção de Freire (1979), podemos dizer que os saberes desses oprimidos afetados socioambientais urbanos está associado a uma pedagogia crítica que sai deles mesmo, que foi construída no método acima descrito, porém gestada em uma dualidade, estabelecida entre o projeto da pedagogia hegemônica (NEVES, 2010), das classes dominantes, referendada em um saber "oficial", conduzindo a uma escravidão de consciências, no silenciamento e retirada do direito de falar deles, sendo-lhe oferecido palavras e frases alienantes e o projeto de desmitificação da realidade, através da ação cultural, no caso deles socioambiental, a procura da liberdade.

Essa busca pela liberdade das amarras da opressão e da desalienação da ignorância gera um processo de mudança e possibilitando a construção de um sentimento de pertencimento e de desvelamento da realidade concreta, pois está relacionada à prática social desse grupo, permitindo a tomada de consciência, isto é, a conscientização.

CONCLUSÃO

Fazer essa pesquisa e mergulhar na vida cotidiana da Baixada Fluminense, encontrar mulheres, homens e crianças que como se diz na gíria "vendem o almoço para comprar a janta" me oportunizou refletir sobre minha própria realidade, que ao mesmo tempo, está tão próximo e tão distante dessa. E pensando nessa realidade consigo sentir, mesmo que em parte, o sofrimento causado por essas atividades industriais, os "desplacamentos", nas humilhações, bem como, os sofrimentos de todas as ordens, me sensibilizando e solidarizando com esses sujeitos históricos que vivem por esses pesares, porém não foi possível aprofundar nessa pesquisa as diferentes concepções e os sentimentos desses sujeitos históricos, e ao ouvir os seus gritos narrados em papel ou em palavras, nos vídeos gravados pelos seus membros, me sinto pequeno diante de gigantes heróis da resistência.

Porém, não podemos nos deixar tomar por um entusiasmo ingênuo, faz necessário aprofundar outras análises, principalmente sobre a relação entre a questão política e a educação ambiental, principalmente pela grande diversidade de sujeitos sociais presentes nesse Fórum, tais como sindicatos dos petroleiros, militantes de movimentos de bairros, ONGs de assessoria e ambientalista, bem como, moradores e professores sindicalizados e pesquisadores de universidades públicas, comunitárias e privadas, para aprofundar quais são os entendimentos sobre a educação ambiental, sobre a política que o movimento tem tomado, bem como, outras questões para melhor entender os limites e desafios que esse Fórum ainda possui.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p. 49-60, jan/jun. 2002. Disponível em: www.sielo.br/pdf/dm/v.5/06.pdf. Acessado em: 12 de fevereiro de 2011.

_____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. IN: **Estudos Avançados**, 24 (68). 2010. Disponível em: www.sielo.br/pdf/ea/v.24n68/10.pdf. Acessado em: 12 de fevereiro de 2011.

ALIER, J. M. El ecologismo de los pobres. In: **Revista WANI**, n 125, abril. 1992.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano e MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Revista Novos Estudos**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). 2010.

ARAÚJO, Christianne Evaristo. Educação Ambiental e Movimento dos Atingidos por

Barragens, no contexto da Barragem Castanhão. Um estudo no Reassentamento Alagamar, Jaguaribara-Ceará Mercator - **Revista De Geografia Da UFC**, Vol. 5, Núm. 10, 2006.

BOGADO, Adriana Marcela. "A LUTA TAMBÉM TE ENSINA": Processos de ensino-aprendizagem no marco de movimentos sociais argentinos. **AURORA**. ano 5 número 8. AGOSTO. 2011.

GOHN, M. G.. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez. 2012.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes. 2010.

GOSS, K.P. e PRUDENCIO, K.. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho, p. 75-91. 2004.

HERCULANO, Selene. **Políticas ambientais: o ambiente é você... e você... somos nós**. Niterói: Editora UFF. 2013.

MEIRELES, M.. **O povo não vai se cansar de protestar**. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed753_o_povo_nao_vai_se_cansar_de_protestar. Acessado em: 10 de fevereiro de 2014. 2013.

MORAES, Marcos. O CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MST EM PERNAMBUCO VALENÇA. IN: **Reunião Anual da ANPED, GT: Educação Ambiental / n. 22** Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2009/amecados%20e%20antigos.pdf. Acessado em: 21 de janeiro de 2014.

SCHERER-WARREN, I.. Redes Sociais e de movimentos. In: FERRARO JUNIOR, L.A.. (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília : MMA. Volume 2. 2007.

O PAPEL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFLEXIVO DE BIOLOGIA: Uma Discussão dos Estagiários a Partir dos Diários de Campo

Nathalia Coimbra Martins da Rocha

Programa de Pós-Graduação em Educação

nathaliacmr@yahoo.com.br

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Delgado Machado

Programa de Pós-Graduação em Educação

dora.dm@gmail.com

OBJETIVO

Na estrutura educacional brasileira a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior nos cursos de licenciatura de graduação plena são regidos pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) 1, de 18 de fevereiro de 2002. O estágio supervisionado e o cumprimento de sua respectiva carga horária possuem caráter obrigatório para todos os cursos de formação de professores, desta forma é um requisito fundamental para a conclusão do curso, como explicitado pela LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Segundo Ghedin, Oliveira e Almeida (2015), o estágio é o movimento em torno do qual há de organizar-se todo o processo formativo do docente, através dele busca-se atingir a práxis, que se caracteriza como uma alternativa de interferência radical no processo educativo através do ensino. Ainda segundo os autores, atualmente os estágios são realizados "como o momento de operacionalização do exercício da unidade prática-teoria-prática" (GHEDIN, OLIVEIRA e ALMEIDA, 2015 p. 37 - 38).

O estágio supervisionado deve ser entendido como um campo de produção de saberes e conhecimento, e não exclusivamente como uma atividade prática instrumental exigida para o cumprimento da carga horária do curso. É necessário que o aluno tenha ciência da importância dessa etapa para a sua formação. Pimenta e Lima (2012) acreditam que o estágio é uma oportunidade de reflexão sobre a construção e o fortalecimento da identidade docente e deveria ser o eixo central dos cursos de formação de professores. Segundo Ghedin, Oliveira e Almeida (2015): "O estágio

enquanto momento de articulação teórica- prática é formador da dimensão científica / técnica, política, ética e estética do futuro professor" (GHEDIN, OLIVEIRA e ALMEIDA, 2015 p. 37).

A Resolução CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002 esclarece que as escolas de educação básica também se caracterizam por ser um espaço de formação do futuro professor. Estas infelizmente não parecem estar cientes de sua responsabilidade enquanto instituição formadora e acabam se contentando em simplesmente receber os estagiários na escola.

A formação de professores frequentemente vem sendo configurada nos moldes de um currículo normativo, onde em um primeiro momento os conteúdos específicos são apresentados, para somente então os estágios supervisionados serem realizados, sendo deixados para os últimos semestres de formação do professor. É somente no estágio que se presume que o aluno possa aplicar os conhecimentos técnicos e profissionais que foram adquiridos ao longo de sua formação na universidade. Ghedin, Oliveira e Almeida (2015) defendem a:

...necessidade de uma inversão epistemológica desse modelo: que o profissional em formação, ao mesmo tempo em que entra em contato com os conteúdos conceituais dos saberes que compõem as Ciências da Educação, possa também fazer um exercício dos procedimentos próprios que estas ciências utilizam para se autoproduzirem. (GHEDIN, OLIVEIRA E ALMEIDA, 2015 p. 38)

O atual modelo de formação tem se mostrado muito centrado na aquisição de saberes e em atividades previamente definidas como necessárias ao bom exercício profissional. A formação de professores está relacionada a diversos aspectos, que decerto ultrapassam a obrigação do educador ter conhecimento e domínio do conteúdo. Esse modelo vem reduzindo drasticamente a participação do discente em seu processo de formação. Os estágios supervisionados possuem grande importância por serem uma oportunidade para a mudança desse cenário, tendo em vista que durante a sua realização os licenciandos estão em contato direto com as escolas ao mesmo tempo em que ainda estão vinculados a Universidade, podendo realizar um elo de discussão e reflexão sobre o que vivencia no ambiente escolar.

A formação inicial de professores deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores rumo à autonomia e levar a uma prática crítico-reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente. Segundo Silva e Araújo (2005), o conceito de Reflexão perpassa grande parte das obras de

Freire. Freire (2001) destaca que na formação permanente dos professores, um momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática, e isso implica no movimento de fazer e pensar sobre o fazer. Neste sentido, Freire (2001) aponta que os saberes necessários à prática educativa se constroem na medida em que ocorre uma reflexão crítica sobre a prática, pois "É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática." (FREIRE, 1996, p. 44).

Com base no que foi apresentado, pretendemos nessa pesquisa discutir a seguinte questão: *Em que medida a Licenciatura em Ciências Biológicas promove a formação do professor reflexivo na perspectiva freireana?* Para isso pretendo analisar os diários de campo dos estagiários do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIRIO. Utilizarei os Diários de Campo como um instrumento de análise, uma ferramenta utilizada pelos acadêmicos estagiários, onde eles são incentivados a escreverem textos a respeito de suas práticas e vivências escolares, com a finalidade de melhorar suas ações e motivar a autonomia do discente, através desse processo de descrição, provocando assim um momento de reflexão sobre o fazer.

Diante do que foi discutido, o objetivo geral deste trabalho é: *Problematizar os estágios supervisionados como momentos de reflexão sobre a prática docente.* Como objetivos específicos, esperamos:

- *Resgatar o conceito de reflexão em Paulo Freire e estendê-lo para a formação Inicial.*
- *Discutir os diários de Campo dos estágios Supervisionados como Instrumento facilitador do processo de reflexão;*
- *Analisar dos Diários de Campo dos alunos da disciplina Estágio Supervisionado.*

O conceito de reflexão em Paulo Freire

Paulo Freire possui uma produção acadêmica e literária muito ampla e variada tanto no cenário nacional quanto internacional, além de ter sido um dos primeiros teóricos em educação a instituir a reflexão como um dos elementos essenciais para a prática pedagógica docente (SILVA E ARAÚJO, 2005).

Um trabalho realizado por Silva e Araújo (2005) e apresentado no V Colóquio Internacional Paulo Freire, fez um estudo onde se recuperou nas obras de Paulo Freire o conceito de reflexão, a fim de compreender qual a contribuição desse conceito para a formação continuada de professores. Para isso, foram utilizados dois

procedimentos: Primeiro foi realizada uma pesquisa exploratória como especialistas, membros do Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas da UFPE, sobre as obras de Paulo Freire que tratam sobre o tema. Foi feito um levantamento das obras em que o autor explicita e sistematiza o conceito de reflexão. Após a identificação das obras, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, como o objetivo de extrair dos diversos textos as considerações sobre reflexão (SILVA E ARAÚJO, 2005).

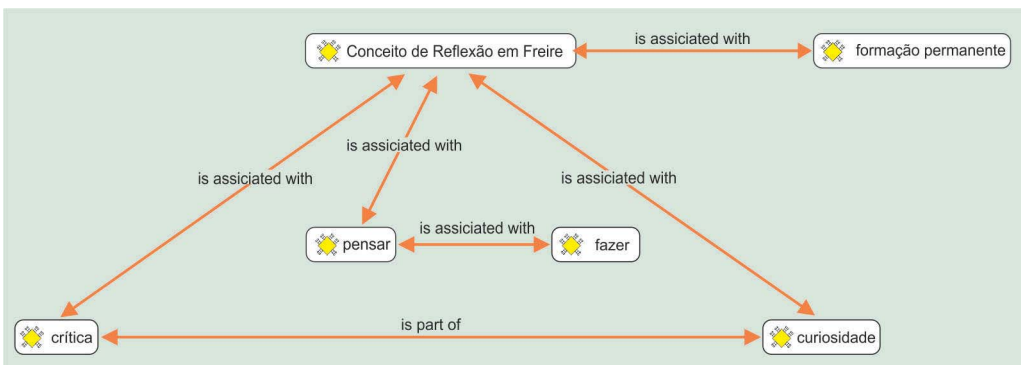
Silva e Araújo (2005) destacam que para Freire:

... a reflexão é o movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, ou seja, no "pensar para o fazer" e no "pensar sobre o fazer". Nesta direção, a reflexão surge da curiosidade sobre a prática docente. Essa curiosidade inicialmente é ingênua. No entanto, com o exercício constante, a curiosidade vai se transformando em crítica. (SILVA E ARAÚJO, 2005 p. 04)

Silva e Araújo (2005) destacam ainda que Freire acrescentou duas novas categorias ao conceito de reflexão: a crítica e a formação permanente. Segundo Freire (2001) apud Silva e Araújo (2005), a crítica é a curiosidade epistemológica, resultante da transformação da curiosidade ingênua.

Baseado no conceito oferecido por Paulo Freire acerca da Formação permanente e da relação com a reflexão, acredito ser possível estendê-lo para a formação inicial de professores. Na medida em que para Freire, não basta refletir sobre a prática pedagógica docente, é preciso refletir criticamente e de modo permanente.

Imagem 1 – Conceito de Reflexão em Paulo Freire



Fonte: Elaborado pelo software Atlas TI com base nos dados do artigo: SILVA, E.M.A. e ARAÚJO, C.M. Reflexão em Paulo Freire: Uma contribuição para a formação continuada de professores. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 2005.

Segundo Silva e Duarte (2001), investigando a literatura contemporânea sobre formação de professores, destaca-se claramente a necessidade de que os programas de formação de professores apliquem um conceito de formação como um método de desenvolvimento profissional, onde as atividades que promovam a investigação e reflexão se tornem indissociáveis ao trabalho do professor. A literatura vem dando destaque a importância de que o estágio tenha como essência a reflexão na ação e sobre a reflexão na ação, desta maneira o conhecimento faz parte da ação e o estágio passa a oferecer uma possibilidade de análise e compreensão diferentes contextos. Ghedin, Oliveira e Almeida (2015) destacam também que o conceito de professor reflexivo está correlacionado ao conceito de professor-pesquisador.

O filósofo americano Richard Rorty chama de redescrição, a produção de conhecimento como a reflexão escrita sobre suas próprias vivências. Rorty acredita que a função da filosofia é tão somente a de auxiliar as pessoas a excluir as ideias retrógradas e descrever ou "redescrever" as ideias novas de modo a torná-las mais interessantes (SILVA, 2012). O procedimento ou método filosófico da "redescrição" é definido nos seguintes termos:

O método consiste em redescrever muitas e muitas coisas de novas maneiras, até se criar um padrão de comportamento linguístico, que criará na geração vindoura a tentação de adotá-lo, levando-a, dessa forma, a procurar formas novas e apropriadas de comportamento não linguístico, por exemplo, a adoção de novos equipamentos científicos ou de novas instituições sociais. Este tipo de filosofia não trabalha peça por peça, analisando conceito após conceito, ou testando teses após teses. Em vez disso trabalha de forma holística e pragmática. Diz coisas como 'tente pensar nisto desta maneira' ou, mais especificamente, 'tente ignorar as aparentemente fúteis questões tradicionais, substituindo-as pelas seguintes questões novas e possivelmente interessantes'. Não pretende ter um candidato melhor para fazer as mesmas velhas coisas que fazíamos quando falávamos à moda antiga. Em vez disso sugere que paremos de fazer essas coisas e façamos algo diferente. Mas não argumenta em prol desta ideia com base em critérios prévios, comuns ao jogo de linguagem antigo e ao novo. Simplesmente porque na medida em que a linguagem é realmente nova, não haverá tais critérios (RORTY, 1992, p. 9).

O filósofo Rorty defende a ideia de que a redescrição é uma narrativa que retrata a relação significativa das pessoas com o mundo (RORTY, 1992). De uma maneira simplificada Monteiro (2012) coloca a redescrição como: "A relação significativa

que se estabelece entre sujeito e objeto." (MONTEIRO, 2012, p. 146). O modo como nos redescrevemos seria uma forma de dar sentido aquilo que pensamos e fazemos (MONTEIRO, 2012).

METODOLOGIA

O presente trabalho terá como encaminhamento metodológico a análise de conteúdo em conjunto com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Na análise de conteúdo será utilizado por base referencial a literatura de Bardin (2009). Na interpretação dessa autora a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Para uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a Análise de Conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização, que, segundo Bardin (2009) se constitui em três fases fundamentais: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira fase é estabelecido um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. A segunda fase consiste no cumprimento das decisões tomadas anteriormente, e por fim na terceira etapa, o pesquisador apoiado nos resultados brutos procura torná-los significativos e válidos.

Em parceria com a análise de conteúdo será utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo-DSC (LEFÈVRE E LEFÈVRE, 2000) que consiste em uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos. Tendo como fundamento a teoria da Representação Social e seus pressupostos sociológicos. A proposta consiste basicamente em analisar o material coletado, extraído de cada um dos depoimentos. O Discurso do Sujeito Coletivo é uma modalidade de apresentação de resultados de pesquisas qualitativas, que tem depoimentos como matéria prima, sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, dessa forma é possível expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta fosse o emissor de um discurso (LEFÈVRE E LEFÈVRE, 2000).

RESULTADOS E CONCLUSÃO

O trabalho encontra-se em fase de desenvolvimento. Finalizamos a pesquisa bibliográfica e estamos prontos para o processo final do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH. Version 7. Berlin, 2002-2014. Disponível em: <<http://www.atlasti.com/whatsnew7.html>>. Acesso em: 07 jun. 2016
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; LDA, 2009.
- BRASIL: **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/pdf/cp012002.pdf>> acesso em: 13 de fevereiro de 2016
- _____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de set. 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____: **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GHEDIN, E., OLIVEIRA, E. S. de; ALMEIDA, W. A. **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.
- MONTEIRO, Silas B.. **Pesquisa-ação e produção de conhecimento na formação docente**. In: Selma Garrido Pimenta; Maria Amélia Santoro Franco. (Org.). **Pesquisa em educação. Possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação..** 2ed.São Paulo: Edições Loyola, 2012, v. 1, p. 139-155.
- PIMENTA, S. G. e LIMA, M. S. L.; **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação. Série Saberes).
- RORTY, R. **Contingência, ironia e solidariedade**. Trad. Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa, Editora Presença, 1992.
- SILVA, E.M.A. e ARAÚJO, C.M. **Reflexão em Paulo Freire: Uma contribuição para a formação continuada de professores**. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 2005.
- SILVA, H. A. **A Filosofia da Educação de Richard Rorty: epistemologia, conversação, redescrições, narrativas e as funções da educação**. Educação e Filosofia (UFU. Impresso) , v. 26, p. 509-526, 2012.
- SILVA, H. e DUARTE, C.**O diário de aula na formação de professores reflexivos: resultados de uma experiência com professores estagiários de Biologia/Geologia**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 2001.

**FICÇÃO E TESTEMUNHO: Um Convite a Demorar na
Literatura Que Testemunha a Verdade Sem Verdade.
Resenha de Demorar: Maurice Blanchot de Jacques
Derrida¹**

Raphael Pelosi Pellegrini²

raphaelpellegrini@gmail.com

Maria Luiza Sússekind³ (Orientadora)

luli551@hotmail.com

Escrever com Derrida sobre uma experiência não experienciada de morte-imortal narrada por Blanchot (2003) no limite indecifrável que guarda de-morada entre a ficção e o testemunho se constituiu como um difícil exercício de operar uma aproximação com a linguagem capaz de possibilitar uma escuta das palavras de um filósofo que guarda um cuidado especial pela escolha de cada signo e sua respectiva combinação nas sentenças. Toda palavra enunciada por Derrida surgia para mim carregada de muitas outras que se combinavam em minhas conexões e dizia sobre quem as inscrevia. Ficcionalmente autobiográfica, “*Demorar*” é também linguagem que testemunha sobre aquilo que acontece no encontro dos escritos.

Em “*Demorar*”, Derrida parece provocar uma espécie de suspensão do tempo – que não para, passa rápido para o jovem que já não é mais tão jovem ao voltar para o castelo, como narrado por Blanchot, e para o leitor – e do espaço que se contrai e expande em múltiplas direções e me convida a pensar com ele a relação entre ficção e testemunho que, para além de uma oposição entre as noções de verdade e mentira, guarda interpenetrações necessárias e indissociáveis para que ambos – a

¹ Trabalho aceito e publicado na Revista ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.9, n.2, p. 359-362, Maio a Agosto de 2016, ISSN 1983-1579 359; <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>; Doi: 10.15687/rec.2016.v9i2.30307

² Raphael Pellegrini, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Unirio – PPGEDU, bolsista Capes, membro do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Formação de Professores e do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Práticas Educativas e Cotidiano – NEPEEC e membro do corpo editorial da Revista Interinstitucional Artes de Educar. E-mail: <raphaelpellegrini@gmail.com>

³ Coordenadora do GT de Currículo/ANPED, Pos-Doutora em Currículo UBC/The University of British Columbia, Professora PPGEDU-UniRio/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Líder do Grupo de Pesquisa Práticas educativas e formação de professores/GPPF.

ficção literária e o testemunho – coexistam. Fruto de uma conferência realizada na Universidade Católica de Lavaina – Bélgica, “Demorar” é um texto que convoca uma suspensão nas noções de testemunho e o pensamento sobre suas possibilidades e potencialidades a partir de uma obra de outro filósofo, Maurice Blanchot.

De um lado, com efeito, um testemunho não literário não é mais uma prova que um testemunho em forma de ficção literária. De outro lado, o autor de um e de outro, sempre única testemunha do que se fala, pode dizer o verdadeiro ou o falso, dizer o verdadeiro aqui e o falso ali, entretecer uma série de interpretações, de conotações, de reflexões, de incidências inverificáveis em torno de uma trama ou de uma cadeia objetivamente verificável e insuspeitável. É o fio desses limites *entre* ficção e testemunho, mas também os limites *internos* a um e a outro, que estudaremos em suas malhas. A textura do fio se demora na flutuação, na instabilidade, na permeabilidade. Histórica por toda parte, essa textura não é senão a textura da literatura e de todas as paixões que ela sofre e suporta, que testemunha como sua verdade sem verdade, de todas as paixões que ela insufla ou que se agarram a ela. (DERRIDA, 2015)

Derrida localiza o testemunho numa aporia, numa dupla camada de possibilidades de ser e não ser simultaneamente. O testemunho é único, captura do aqui-agora vivenciado por aquele que testemunha. Singularidade que guarda o instante do acontecimento. Entretanto, toda essa singularidade, apoiada também na noção de um testemunho verdadeiro, fiel porque vivenciado pelo que narra o acontecido, ao se fazer na tecnologia da língua se constitui numa técnica reprodutível. O testemunho na língua pode ser repetido, constitui um instante ideal[izado] e por isso desmembra o instante singular, partindo-o e abrindo a possibilidade da ficção e da mentira. O testemunho não parece – por se dar sempre na língua – se libertar da possibilidade de ficção, da literatura.

O que digo pela primeira vez, se é um testemunho, já é uma repetição, ao menos uma repetibilidade, uma iterabilidade, mais de uma vez em uma vez, mais de um instante em um instante, ao mesmo tempo, e o instante se divide sempre em sua extremidade, a extremidade de sua escrita. Ele está sempre na iminência de se dividir, de onde vem o problema da idealização. O instante singular, na medida em que ele é repetível, torna-se um instante ideal. Lá se encontra a raiz do problema testemunhal da *tekhne*. A técnica, a reprodutibilidade técnica, está excluída do testemunho, que é sempre um chamado à presença da viva voz em primeira pessoa. Mas a partir do ponto em que o testemunho deve poder se repetir, a *tekhne* está admitida, ela introduzida lá onde é excluída. Para isso não é

preciso câmeras, vídeos, máquinas de escrever e computadores. Desde que a frase seja repetível, isto é, desde sua origem, no instante em que ela é pronunciada e torna-se inteligível, então, idealizável, ela já está instrumentalizada e afetada pela tecnologia. E pela virtualidade. É então a própria instância do instante que parece tornar-se exemplar: exemplar lá mesmo onde parece a única e insubstituível, sob a chancela da unicidade. E lá se insinua talvez com a tecnologia, como idealidade e como iterabilidade protética, a possibilidade da ficção e da mentira, do simulacro e da literatura, do direito à literatura, a própria origem do testemunho veraz, da autobiografia de boa-fé, da confissão sincera, como sua possibilidade essencial. (DERRIDA, 2015, p 50-51)

Se o testemunho guarda consigo sua possibilidade de ficção, requer daquele que o escuta a crença naquele que testemunha. Não é possível estar no lugar do aqui- agora daquele que experienciou um acontecimento. Não é possível também buscar provas da veracidade daquilo que é dito sobre o que foi vivido por quem narra. A escuta requer a possibilidade de acontecimento, exceder a possibilidade de cálculo da máquina, chama por justiça cognitiva e suspensão de julgamentos para que o testemunho exista como tal, guardando sua insubstituíbilidade substituível. Na linguagem, torna-se máquina, técnica reproduzível que traz a possibilidade de ficção, como afirma Derrida.

É nesse sentido que Derrida se aproxima de uma narrativa de Blanchot que habita esse espaço indefinido de literatura, testemunho, ficção, autobiografia. "*O instante de minha morte*", narrativa de Blanchot publicada quase no fim da sua vida que direciona a conferência de Derrida em *Demorar*, carrega a voz daquele que sobrevive ao acontecimento para poder narrá-lo – "*só se testemunha lá onde se viveu mais tempo do que aquilo que acabou de acontecer.*" (DERRIDA, 2015, p.54) –, porém com um narrador que experiencia sem experienciar a morte durante um evento na segunda guerra mundial. Na obra de Blanchot o testemunho percorre a fronteira requisitando mais a escuta do que a delimitação entre ficção ou realidade. Se autobiográfico por ser escrito, "*O instante de minha morte*" pode ser entendido também como ato performativo, ato de sobrevivência a uma morte sem morte que só se efetua muitos anos após do ocorrido.

Se em meu percurso tomo o testemunho sob seu requisito de crença, encontro em Santos (2007) e Nancy (2012) alguns sentidos daquilo que seria a justiça [cognitiva] e por tal a necessidade do outro, da escuta e reconhecimento para aquele que narra o acontecido.

Isso nos ensina uma primeira coisa muito importante: o justo e o injusto se decidem sempre em relação aos outros. No justo e no injusto, trata-se dos outros e de mim, mas sempre de mim em relação aos outros. [...] A justiça, portanto, só existe em relação ao outro. (NANCY, 2012, p.17)

Nessa relação com outro, no percurso que demora à chegada, a justiça se constitui nessa troca situacional de permanente atravessamento de fronteiras com a literatura impossibilitada de se constituir como prova a partir de uma possível separação entre o testemunho na ficcional e o literário. Se aquele que sobrevive ao acontecido para narrar a posteriori o aqui-agora vivido guarda em seu testemunho a possibilidade ficcional, por que acreditar que seria possível, de maneira objetiva, obter o real vivido? Que métodos escapariam à técnica da linguagem que negariam a possibilidade de literatura?

Nessa mesma aporia entre um testemunho como valor de prova, de verdade do acontecido e ao mesmo tempo como criação ficcional, penso na necessidade de se constituir justiça na escuta da narrativa da sala de aula. Se a justiça é da ordem da relação com o outro e o testemunho requer a crença naquele que relata, aquilo que se passa nos *espaçostempos* da educação precisam, de antemão, de justiça para serem narrados. Experiências imprevisíveis, lógicas de Alice (CARROL, 2010) nas salas de aula, se silenciadas por aqueles que ali viveram o acontecido, fazem morada na impossibilidade de sobreviver ao acontecido. Morte sem morte. A deslegitimação das vozes dos professorxs no que toca seus *saberespráticas* dos percursos e encontros da sala de aula condena sem matar aquele que sobrevive ao acontecido.

A justiça se faz efetivamente em relação aos outros. Sou um outro em relação a vocês, como vocês são um outro em relação a mim. Na medida em que sou apenas eu, estou limitado em minha possibilidade de pensar, de compreender, de apreciar o que é devido ao outro, o que é devido a vocês. Não posso decidir sozinho o que é justo para vocês e para todo mundo. (NANCY, 2012, p.39)

É nessa perspectiva de justiça que a virada *políticapeistemoleogica* para o sul, proposta por Santos nas epistemologias do sul (SANTOS, 2010), se mostra necessária para possibilitar a existência de tantas vozes deslegitimadas/injustiçadas pela hegemonia de uma epistemologia abissal do norte. A ciência moderna e sua razão indolente (SANTOS, 2001) silenciam e apagam as lógicas que escapam às suas previsões, esvaziando o mundo de alternativas de existência e de sentidos. Com suas noções curtas e preguiçosas de entendimento, a sentença ao abismo (SANTOS, 2000) impossibilita ao sobrevivente narrar o acontecido. Tenta apagar sem apagar a

literatura do mundo que se inscreve sempre como possibilidade de ficção naquele que conta o que lhe aconteceu.

Se não podemos decidir sozinhos o que é justo para o outro, se nos falta as lógicas e singularidades nas construções de sentido que o outro apreende e constrói no/ com o mundo, cabe a crença naquele que narra como forma de permitir o encontro com a diferença, a possibilidade de inteligibilidade mútua. Permitir àquele que experiencia, seja a sala de aula, seja um poema narrar o acontecimento, é permitir a expansão do presente pela diferença. Além disso, é permitir que não se morra sem morte, mas que se sobreviva ao acontecido se compartilhe o instante de *não* morte.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- BLANCHOT, Maurice. **O instante da minha morte**. Porto: Campo das Letras, 2003.
- CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Demorar**: Maurice Blanchot. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.
- NANCY, Jean-luc. **Justiça**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- SANTOS, B.S.. **A crítica da razão indolente**: contra do desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. S.. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, B. S.. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-71.

O PERFIL EPISTEMOLÓGICO DA TECNOLOGIA EM OBRAS DE FICÇÃO CIENTÍFICA

Víctor Luiz da Silva Maia.

Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRio

e-mail: vectormanvic@gmail.com

Professora Doutora Maria Auxiliadora Delgado Machado

Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRio

e-mail: dora.dm@gmail.com

OBJETIVO

A ciência e a tecnologia são fundamentais atualmente, estando presentes em quase tudo que nos diz respeito; de como você se comunica até como se transporta; de exames médicos à ferramentas de produção e exploração de recursos naturais. Na literatura, no ramo da ficção científica, a tecnologia é geralmente o agente responsável à materialização da trama, tornando-a inteligível. Além disso, este gênero literário tem a característica não apenas de nos divertir, mas também, nos permite conjecturar sobre como o papel da ciência (uma ciência hipotética – a qual ainda não é alcançável na época em que o livro foi escrito), na maioria dos casos, pode nos influenciar, seja para o bem ou para o mal. Acho necessário dizer que estes são apenas alguns aspectos da ficção científica. Ela pode estar presente, por exemplo, de forma ativa na educação da sociedade, como uma ferramenta para a divulgação da ciência ou ainda, como um instrumento para aprendizagem escolar/acadêmica (mais formal). Um estudo realizado por Gomes-Maluf e Souza (2008), aponta essa possibilidade.

Devido ao seu caráter pervasivo, penso que a ficção científica pode ser utilizada como um indicador das concepções, definições e expectativas da sociedade da época na qual o seu autor estava submerso.

Este trabalho tem como objetivo construir o perfil epistemológico do conceito de tecnologia na obra de autores de diferentes épocas, para que se possa, a partir de um panorama geral do que a sociedade de certa época entendia por tecnologia investigar a eventual gama de representações associadas a esse conceito. As perguntas que me mobilizam para essa pesquisa são as seguintes:

Quais são as abordagens epistemológicas, sobre tecnologia, dos diferentes autores de ficção científica (segundo Bachelard)? Quais são as expectativas, esperanças e concepções da tecnologia presente na obra de cada autor estudado? Com o tempo, houve mudanças significativas das expectativas da sociedade em relação à tecnologia?

METODOLOGIA

Como fundamentação teórica, pretendo utilizar, como meu autor principal, o filósofo Gaston Bachelard, que em seu livro, *A Filosofia do Não* (Bachelard, 2009), nos diz que o pensamento científico transita entre o empirismo e o racionalismo. O empirismo se expressa através da observação e experimentação dos fatos. Já o racionalismo aparece na apresentação de princípios gerais. Essas duas epistemologias devem ser utilizadas em conjunto na ciência: o valor de uma lei empírica deve-se quando a tornamos base de um raciocínio, enquanto que se legitima um raciocínio fazendo dele a base de uma experiência. Portanto, a ciência só pode ser pensada levando em conta uma dialética entre empirismo (realismo) e o racionalismo. Essas são algumas das características da filosofia que Bachelard chamou de a Filosofia do Não, batizada deste modo pelo fato de que, segundo o autor, a ciência é construída através do trabalho sobre o desconhecido, procurando no real aquilo que contradiz os conhecimentos anteriores, sendo que essa nova experiência necessariamente diz "não" para as experiências antigas, pois se assim não for, não se trata de uma experiência nova. Entretanto este "não" não se refere a uma negação absoluta dos conceitos anteriores (niilismo), mas sim a uma possibilidade de diálogo entre o novo e o antigo. Esse processo de construção e reconstrução, que o autor chama de progresso científico, dá-se através da evolução de estágios epistemológicos distintos, à saber: realismo ingênuo, empirismo claro e positivista, racionalismo clássico da mecânica racional, racionalismo completo (relatividade) e racionalismo discursivo.

É necessário ressaltar que os cinco estágios epistemológicos não são mutuamente excludentes. Muito pelo contrário, eles dialogam e convivem entre si, sendo utilizados de acordo com a situação apresentada a nós pela realidade, levando em conta a sua praticidade e funcionalidade. Aplicamos esse procedimento também para conceitos científicos. É claro que cada um de nós possui um estágio epistemológico "preferido" (ou o qual damos maior importância) sobre determinado conceito, preferência essa,

que é determinada por fatores pessoais como educação, experiências de vida, comodidade entre outros. Isso gera o que Bachelard chamou de perfil epistemológico. Meu trabalho consiste em analisar o perfil epistemológico presente em cada obra tratada por mim e, tentar perceber se, através das épocas nas quais as histórias foram produzidas, houve uma mudança significativa nesse perfil.

Em relação à parte de análise, pretendo utilizar análise de conteúdo, focada na percepção dos perfis epistemológicos nas obras estudadas. A Análise de Conteúdo de documentos (AC) é, segundo Bardin (1977), um conjunto de técnicas que visa a interpretação de um determinado conteúdo de forma objetiva. Em sua utilização pressupõe-se que em uma determinada comunicação, não existe transparência, ou seja, que ela esteja isenta de outros significados que não aquele restrito à mensagem, seja de ordem ideológica ou social. Portanto, a AC tem como objetivos principais: a ultrapassagem da incerteza (interpretação objetiva em detrimento da interpretação subjetiva) e o enriquecimento da leitura (descoberta de conteúdos e estruturas que confirmam ou infirmam o que se procura demonstrar a propósito das mensagens ou esclarecimentos de mecanismos que a priori não possuíamos a compreensão).

Daí advém o fato de que a análise de conteúdo possui duas funções, que coexistem de forma complementar: uma função heurística (função exploratória que aumenta as chances de descoberta - AC para ver no que dá) e uma função de administração de prova (hipóteses servindo de diretrizes serão verificadas pela AC no sentido de confirmação ou infirmação - AC como prova de algo). As categorias que pensei (e ainda são objeto de discussão com a minha orientadora) são as seguintes: época na qual a história foi escrita; presença e quantidade de nomes de peças/ dispositivos/ instrumentos/ ferramentas; presença e quantidade de teorias científicas e explicações sobre funcionamento do dispositivo tecnológico em questão; presença e quantidade de dispositivos e peças reais; presença e quantidade de dispositivos não-reais; presença e quantidade de teorias científicas reais; presença e quantidade de teorias científicas não-reais.

Para este trabalho, as obras a serem analisadas serão Frankenstein: ou o Prometeu Moderno, escrito em 1818 por Mary Shelley e Vinte Mil Léguas Submarinas de Júlio Verne, publicado em 1870.

RESULTADOS

Embora essas duas obras já tenham sido lidas, ainda não houve tempo hábil para a aplicação da metodologia de Análise de Conteúdo, de forma mais consistente. Entretanto já finalizamos a pesquisa bibliográfica e estamos prontos para o processo final de trabalho.

Espera-se que a obra Frankenstein esteja mais localizada no estágio de Racionalismo Discursivo, visto que Víctor, o protagonista, através da ciência, acaba descobrindo e inventando teorias e técnicas completamente radicais, muito além do seu tempo (visionárias e pioneiras) as quais permitem a infusão de vida em matéria inanimada.

Já para Vinte mil léguas é esperado que essa obra seja classificada como predominantemente no estágio de Racionalismo Completo. Isso se dá devido ao fato de que a criação de Nemo, o *Náutilus* embora genial e na vanguarda tecnológica, sendo constituído do mais moderno e com as teorias científicas mais avançadas da época, não chega a ser radical como a infusão de vida desenvolvida por Victor. Em Frankenstein, a técnica do personagem principal é totalmente revolucionária, indo muito além do conhecimento científico da época. Já Nemo, embora detentor e idealizador de um artefato tecnológico ímpar (o *Náutilus*) não chega a revolucionar a ciência da sua época: é simplesmente o ápice tecnológico do século XIX.

CONCLUSÃO

Apesar de que a Análise de Conteúdo não pode ainda ser aplicada de forma consistente, espera-se que quanto mais antiga a obra (mais antiga data de publicação) mais avançado o estágio epistemológico no qual a mesma se encontra. Acreditamos que isso ocorre devido à romantização da ciência do século XIX aliada à falta de percepção de profundidade que a sociedade tinha dos tópicos científicos. Portanto, as obras mais recentes tinham um certo grau de "humildade" que tingia as suas teorias e artefatos tecnológicos de uma forma mais complexa, o que dificultava que a obra apresentasse algo realmente inovador, único e inédito.

Achamos necessário ressaltar que este trabalho ainda está em curso e que portanto essas conclusões não são ainda definitivas.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. *A Filosofia do Não: Filosofia do Novo Espírito Científico*. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença. 2009.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 (Ed. Francesa). Capítulo II: Definição e Relação com outras Ciências. P. 27-46, 1977.

GOMES-MALUF, M. C. e SOUZA, A. R. *A Ficção Científica e o Ensino de Ciências: O Imaginário como Formador do Real e do Racional*. *Ciência e Educação*, São Paulo, v.14, n.2, p. 271-282, 2008.

A stylized landscape illustration in shades of beige and light brown. It features a sun or moon on the left, partially obscured by a mountain range. The sun's reflection is visible in a body of water in the foreground. The overall style is soft and artistic.

Capítulo 7

Enfermagem

A PATERNIDADE SOB A ÓTICA PATERNA

Alyne Corrêa de Freitas Reis

Alyne.cfreis@gmail.com

Prof. Dr^a Adriana Lemos

adrianalemos@unirio.br

Mestranda Roseane da Silva Vieira

Este conteúdo constitui-se um recorte de minha dissertação de mestrado intitulada "a inserção/ participação do homem na gestação, nascimento e no cuidado com os filhos". Que teve como objeto a participação do homem no processo de gestação, parto e no cuidado com os filhos, e como objetivo, analisar a inserção/participação do homem durante a gestação, parto e no cuidado com os filhos e sua relação com o exercício da paternidade.

O estudo foi do tipo longitudinal prospectivo com abordagem qualitativa, sendo utilizadas as técnicas *Snowball* para captação e de saturação para definição do número de participantes da pesquisa. Foram entrevistados dez homens com idade entre 27 e 36 anos, em dois momentos: quando as companheiras encontravam-se no terceiro trimestre de gestação e posteriormente ao parto. As entrevistas foram analisadas seguindo as etapas metodológicas da análise de conteúdo descritas por Bardin (2011), utilizando-se os instrumentos para análise de conteúdo temático-categorial descritos por Oliveira (2008).

Embora não fosse o aspecto central da dissertação estabelecer juntamente com os participantes um conceito de paternidade, a relação desta conceitualização com o objeto de estudo fez emergir das entrevistas uma definição de paternidade para cada um dos participantes do estudo.

A responsabilidade foi referida pelos entrevistados como a maior atribuição vinculada à paternidade podendo ser percebida nas seguintes falas:

"Ser pai é ser responsável por outra pessoa." E3

O termo "responsabilidade", associado à preocupação com o bem-estar dos filhos no sentido de garantir-lhes subsistência e proteção, também foi encontrado nas falas dos participantes da pesquisa realizada por Freitas et al. (2007) com dez pais cujos filhos eram atendidos na puericultura de um hospital da Paraíba, em 2003. Pode-se inferir que esta responsabilidade está relacionada ao padrão hegemônico da paternidade, qual seja, o da provisão.

O impacto da violência no cotidiano familiar é percebido nas falas dos entrevistados, trazendo-lhes a atribuição de protetor e defensor de seus filhos.

"Ter filho é pedir para ter dor de cabeça... você liga a televisão e só tem tragédia. Por isso eu nunca quis colocar uma criança nesse mundo para presenciar ou cometer violência." E8

A violência em suas várias formas também foi fonte de preocupação entre os participantes de uma pesquisa em um município do subúrbio de Salvador, Bahia, realizada por Bustamante entre agosto de 2003 e abril de 2004, onde seis famílias foram acompanhadas durante nove meses, tendo o autor como objetivo estudar a participação paterna no cuidado da saúde de crianças menores de seis anos no contexto familiar. Isso leva à perceber que a preocupação com a violência não é restrita aos participantes desta pesquisa, sendo comum principalmente entre os moradores de áreas de subúrbios urbanos (BUSTAMANTE, 2005).

Culturalmente, a figura do homem provedor das necessidades e responsável pelas decisões mais importantes da família, advindas do modelo patriarcal, ainda é refletida em alguns momentos no contexto familiar, apesar das relações de gênero da sociedade atual terem sofrido uma grande modificação com relação às divisões das tarefas. Nota-se, nas falas a seguir, grande preocupação dos pais com relação à provisão material e à transmissão da educação e de valores sociais:

"Ser pai é tentar fazer sempre o melhor possível não é? As coisas que precisar comprar, não deixar faltar nada [...] E principalmente ensinar ela a ser uma boa pessoa para o futuro, ensinar o que é certo e o que é errado, sempre." E7

Percebe-se nas falas, que o papel de provedor conferido ao gênero masculino ainda se faz muito presente; no entanto, não se pode deixar de destacar que esta atribuição aparece muito associada à preocupação com a educação e o ensinamento de valores, que estão intimamente ligados às questões afetivas que permeiam os discursos, retratando claramente a influência da nova paternidade no contexto familiar dos participantes.

A construção da paternidade pode estar relacionada com as experiências vividas pelos homens com seus pais. Corneau (1991, p.188) fala do "silêncio hereditário dos homens", um compilado de sentimentos guardados pelo homem em seu íntimo, tendo como referência as experiências não exitosas vividas com seus pais ou com a figura paterna de referência. Nesta pesquisa, os participantes rompem os paradigmas desse silêncio mencionado pelo autor, expondo seus sentimentos e emoções vivenciadas na infância e enfatizando a preocupação em não reproduzir tais experiências no convívio com seu filho, confirmando a nova concepção de paternidade descrita por Medrado (1998), que caracteriza o novo pai como aquele que se ocupa do cuidado dos filhos. A propósito, segue a fala de um participante:

"Quero conseguir ser aquilo que meu pai não foi para mim, dar aquilo que eu não recebi do meu pai." E1

O desejo de desempenhar um papel paterno mais participativo extrapola a provisão das necessidades básicas do filho, expressando a vontade de participar de forma afetiva. É importante salientar que sete dos participantes relataram ter planejado, juntamente com suas companheiras, a gestação em curso. sendo que dois, embora não tivessem planejado a gestação, alegaram desejá-la para um futuro próximo.

A paternidade nem sempre é algo idealizado e/ou desejado. Desta forma, é importante que haja entendimento entre o casal, de forma a respeitar a opção e o direito reprodutivo do outro, mesmo porque alguns homens preferem não vivenciar tal experiência, como afirmou um participante:

"Ser pai é uma coisa que nunca passou pela minha cabeça. Eu nunca quis." E8

No caso do participante E8, embora ele não tenha planejado a paternidade em sua vida, com a proximidade do nascimento do filho começou a desenvolver um novo comportamento, assumindo-se envolvido com a gestação e com o bebê, como relatou:

"Vou te contar uma coisa: eu não imaginava que fosse ser tão emocionante como foi. No final da gravidez dela eu já tinha mudado meu comportamento totalmente, já estava completamente envolvido. Ela trabalhou até a véspera do parto. Aí eu ficava ligando, preocupado, sabe? E eu vi que não era só por causa dela que eu estava preocupado, era pelo bebê também." E8

Nesse caso, ainda que a paternidade não constituísse o desejo inicial do homem, o conflito acabou sendo superado durante a gestação, possibilitando a construção da paternidade ainda antes do nascimento do filho. No entanto, a importância do diálogo relacionado às questões de planejamento sexual e reprodutivo se faz

importante na vida conjugal, de forma a evitar que um desfecho não exitoso venha a ocorrer.

Ramires (1997) já havia detectado, em alguns casos, que no planeamento reprodutivo prevalecia a vontade da mulher, cabendo ao homem acatar a sua decisão quanto ao momento de ter filhos. Considera-se que no âmbito do direito à reprodução, a escolha deva ser do casal, que deverá optar pelo método que utilizarão se não desejarem a concepção. Entretanto, com o exposto acima, percebe-se uma desvantagem masculina nesse aspecto, e ao considerar as falas do participante E8, detecta-se que o desejo de ambos relacionado à procriação não foi claramente discutido ou levado em conta.

Embora na fala abaixo, do mesmo participante, ele demonstre certa "manipulação" por parte da companheira com relação ao ato de engravidar, alegando que ela cessou o uso do contraceptivo oral sem lhe informar, não se pode perder de vista que o desejo da mulher de ter filhos, neste caso, também não estava sendo considerado por seu companheiro, que pretendia realizar uma vasectomia:

"Ela sabia que eu não queria ter filho. Quando ela viu que estava tudo certo para eu fazer a vasectomia, ela parou com o remédio sem falar nada." E8

Embora a concepção e a gestação aconteçam no corpo da mulher, não é cabível colocá-la como única detentora do "poder" e da "responsabilidade" por todo este processo, uma vez que ainda que mesmo sendo escassas as opções de métodos contraceptivos masculinos, elas existem e são amplamente disseminadas pelos meios de comunicação e pelas políticas públicas voltadas para a contracepção e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

As questões de saúde reprodutiva ainda são discutidas principalmente na perspectiva feminina, um reflexo da construção de gênero vivida ao longo de décadas em nossa sociedade. No entanto, como profissional de saúde, é preciso ter em mente que não se pode excluir o homem deste processo, devendo este ser estimulado a fazer valer seus direitos sexuais e reprodutivos, corroborando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem que enuncia como garantido a ele a participação em todo o planeamento reprodutivo, incluindo a decisão de ter ou não filhos (BRASIL, 2008).

Podemos resumir, que para os participantes deste estudo, ser pai é ser responsável pelo próprio filho, protegendo-o, educando-o e provendo suas necessidades, além de servir de exemplo para a construção desse novo indivíduo, buscando ter com ele uma relação afetiva baseada na amizade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. RETO, L.A.; PINHEIRO, A. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (princípios e diretrizes)**. Brasília (DF), 2008.
- BUSTAMANTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Rev. Psicologia em Estudo*, Maringá (PR), v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez., 2005.
- CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- CORNEAU, G. Pai ausente filho carente. L. Jahn. (trad.). São Paulo, Brasiliense, 1991.
- FREITAS, W.M. et al. Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 137-145, jan., 200.
- RAMIRES, V.R. **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

PREDITORES DE READMISSÃO NÃO PLANEJADA EM PACIENTES INTERNADOS EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Cristiane Fernandes Cunha Bhering

Programa de Pós-Graduação em enfermagem-
Mestrado em Enfermagem da UNIRIO

cricatang@ghotmail.com

Doutora Professora Luciane de Souza Velasque

Luciane.velasque@uniriotec.br

Doutora Professora Teresa Tonini

ttonini@terra.br

INTRODUÇÃO

A frequência de readmissões em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um indicador de qualidade da assistência prestada, dado sua influência sobre a mortalidade e o tempo de permanência. Estudos internacionais mostram que a taxa de readmissão é de 6-7% e sua ocorrência aumenta em 10 vezes o risco de morte quando comparado ao paciente não readmitido (ROSENBERG,2000). A identificação precoce de pacientes em risco de readmissão auxilia na redução das taxas de morbidade e mortalidade (CAMPBELL A.J et.al, 2008). Sendo assim, fatores clínicos e as variabilidades dos pacientes internados determinam a condição de alta da terapia intensiva, processo complexo e baseado nos riscos e benefícios para o paciente. Quando precoce, expõe o paciente a cuidados inadequados, podendo causar a readmissão na UTI (KABEN et.al, 2008).

OBJETIVO

O objetivo desse estudo foi identificar os preditores de risco para readmissão do paciente na unidade de terapia intensiva em um hospital de ensino, no município do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo coorte concorrente de pacientes internados em uma UTI de um hospital público de grande porte, que investigou a ocorrência de readmissão não programada (RNP) na terapia intensiva.

O estudo foi realizado na UTI de um hospital universitário, localizado no Município do Rio de Janeiro. A coorte foi formada por pacientes maiores de 18 anos internados no período de agosto de 2011 a julho de 2012, não gestantes e internados por mais de seis horas na UTI.

O desfecho de interesse do estudo foi qualquer readmissão na UTI ocorrida no período de até 30 dias após a alta do paciente na unidade de terapia intensiva para enfermaria.

As variáveis estudadas foram: sexo, idade, escolaridade, raça/etnia, motivo de internação, comorbidades, eventos adversos, presença de úlcera por pressão, nível neurológico, escores de gravidade (APACHE II), escala preditora de readmissão na UTI (SWIFT), tempo de internação na enfermaria e na UTI, uso de amina e presença de sedação (entendida no estudo como sedativos) além doença renal moderada e grave. Para estudar os fatores associados à readmissão, utilizou-se o modelo de regressão logística múltipla e a análise de sobrevida. O método *forward stepwise* foi o escolhido na modelagem, ou seja, as variáveis com $p < 0,20$ na análise univariada foram incorporadas uma a uma nos modelos ajustados. As variáveis independentes que alcançaram $p < 0,05$ e aquelas consideradas importantes, por alterarem o efeito das demais variáveis, permaneceram no modelo múltiplo final.

Para a análise do tempo até a readmissão, foi considerado o intervalo de tempo entre a alta do paciente da UTI até a readmissão na UTI, em até 30 dias. Foram considerados censurados pacientes que morreram durante sua internação na enfermaria (após a alta da UTI) e os que receberam alta da enfermaria, em suas respectivas datas. Todas as análises estatísticas foram realizadas por meio do programa de domínio público R 3.1 (*R Foundation for Statistical Computing*).

O presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do hospital estudado, sob o parecer nº 171/10 e nº 867.754 atendendo à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

No período sob o estudo foram admitidos 355 pacientes na UTI com especialidade clínico e cirúrgico, sendo excluídos aqueles que evoluíram a óbito durante a internação (n = 74). Do total de 281 pacientes, 27 foram readmitidos e desses, 21 readmitidos em até 30 dias após a alta da UTI (7,47%). Os fatores independentemente associados com a RNP na UTI foram o uso de amins, sedativos e a presença de alguma doença renal. As amins vasopressoras utilizadas em condições de hipovolemia, choque sépticos, cardiogênicos, enfim, para manter a estabilidade hemodinâmica do paciente, e as drogas sedativas comumente usadas para pacientes em uso de ventilação mecânica, tornam-se, devido a esse cenário, um fator de risco importante para readmissão na UTI (TIMMERS, 2013)

Percebeu-se que as escalas de APACHE II e SWIFT mesmo não sendo estatisticamente significativa, alteraram o ajuste do modelo final e, por isso, formam mantidas. Sabe-se que esses escores prognósticos são úteis na previsão de mortalidade na UTI e também foram associados com a maior chance de readmissão (CAMPBEL A.J et.al,2008).

Na análise do tempo até a readmissão na UTI, percebeu-se que o uso de amina, sedativo, a presença de doença renal e a presença de algum grau de coma avaliado pela escala de Glasgow, estiveram associados com a pior sobrevida.

CONCLUSÃO

O uso de amins, a sedação, presença de doença renal e rebaixamento do nível neurológico podem prever o risco de readmissão na UTI. A análise de regressão logística demonstrou que o uso de amins, sedação e presença de problemas renais aumentam pelo menos três vezes ou mais a chance de ser readmitido, enquanto na análise do tempo até a readmissão o fator rebaixamento do nível de consciência se apresentou fortemente associado à RNP.

REFERÊNCIAS

- CAMPBEL A.J et.al. Predicting death and readmission after intensive care discharge, British Journal of Anaesthesia, v.100, n.5, p.656-62, 2008.
- KABEN A. et al. Readmission to a surgical intensive care unit: incidence, outcome and risk factors. Critical care, v.12, 2008.
- ROSENBERG AL, WATS C. Patients readmitted to ICUs: a systematic review of risk factors and outcomes. Chest, v 118, n. 2, p. 492-502, 2000.
- TIMMERS T.K. et al. Patients' Characteristics Associated With Readmission to a Surgical Intensive Care Unit. American Journal of Critical care, v. 21, n. 6, nov. 2013.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INDICADORES DE QUALIDADE DO PMAQ 2012 NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Langs de Arantes Ferreira de Mello

PPGENF – *langsmello@live.com*

Dra. Luciane de Souza Velasque

PPGENF – *luciane.velasque@uniriotec.br*

Dra. Teresa Tonini

PPGENF – *ttonini@terra.com.br*

OBJETIVO

Apresentar a distribuição espacial dos indicadores de qualidade do PMAQ no município do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

Estudo ecológico com dados secundários. Os dados utilizados foram obtidos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) das Equipes de Atenção Básica (EAB) do Município do Rio de Janeiro do ano de 2012, junto ao Ministério da Saúde. Segundo o PMAQ, o município do Rio de Janeiro possui 323 equipes de saúde da família pertencentes a 87 UBS que aderiram ao PMAQ, totalizando 323 entrevistas com profissionais e 1315 com usuários. Além disso, foi realizado um censo avaliando a infraestrutura do total de 179 UBS.

Os municípios foram alocados em dez estratos. Estes estratos foram definidos utilizando critérios sociais, econômicos e demográficos tendo por base, cinco dimensões: Produto interno bruto (PIB) per capita; Percentual da população com plano de saúde; Percentual da população com Bolsa-Família; Percentual da população em extrema pobreza; Densidade demográfica.

A partir da avaliação externa, as equipes foram classificadas em quatro categorias:

I) desempenho insatisfatório: quando o resultado alcançado for menor do que -1 desvio-padrão da média do desempenho das equipes contratualizadas em seu estrato;

II) desempenho regular: quando o resultado for menor do que a média e maior ou igual a -1 desvio-padrão da média do desempenho das equipes em seu estrato.

III) desempenho bom: quando o resultado alcançado for maior do que a média e menor ou igual a +1 desvio-padrão da média do desempenho das equipes em seu estrato.

IV) desempenho ótimo: quando o resultado alcançado for maior do que +1 desvio-padrão da média do desempenho das equipes em seu estrato.

A análise dos dados foi realizada com software estatístico R versão 3.2.1, onde foi realizada a análise descritiva e espacial dos dados. Os indicadores obtidos pelo PMAQ foram apresentados em mapa para permitir uma visualização espacial da distribuição dos mesmos.

Foi construído um banco de dados com as coordenadas GPS de cada unidade, fornecidas pelo Instituto Pereira Passos, assim como a certificação do PMAQ para cada uma das 323 equipes avaliadas. Para verificar a existência associação entre os tipos de UBS e o resultado da avaliação do PMAQ, foi utilizado o teste exato de Fisher com significância de 5%.

Os mapas foram gerados utilizando o software estatístico R com pacotes específicos para cada tipo de mapa. Para gerar todos os mapas, foram utilizadas as coordenadas geográficas das unidades do banco de dados mencionado anteriormente. Os mapas coropléticos foram gerados a partir dos *shapefiles* disponíveis no portal do Sistema Municipal de Informações Urbanas, órgão da prefeitura do município do Rio de Janeiro. Os dados populacionais são do censo IBGE 2010.

Para o mapa de satélite, foi utilizado o banco de dados das unidades avaliadas e um terceiro banco com o total de unidades de saúde do município (também proveniente do Sistema Municipal de Informações Urbanas). Uma API do Google Maps foi utilizada como base para gerar os mapas.

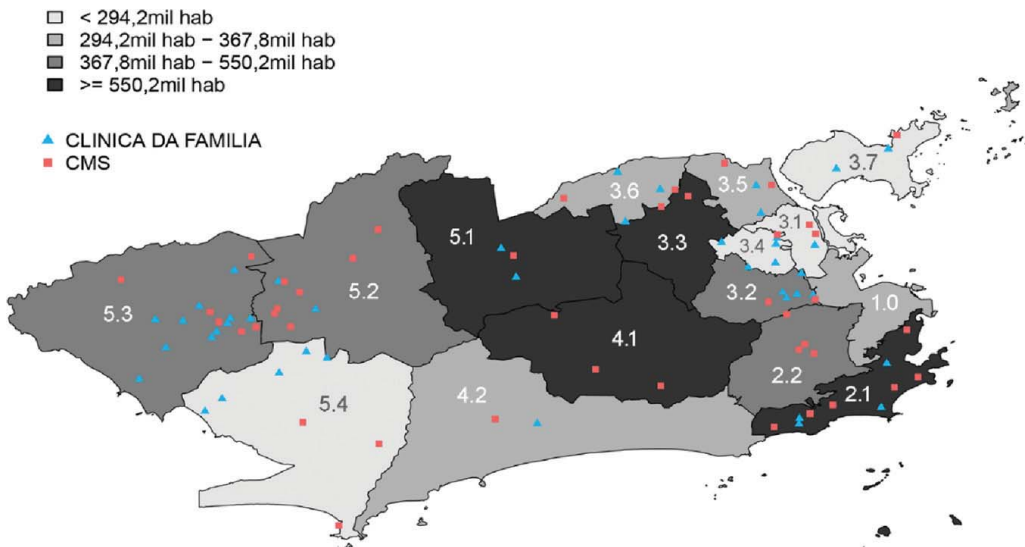
Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP-UNIRIO) sob protocolo 952.274 em conformidade com a resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

RESULTADOS

Quanto aos tipos de UBS avaliadas pelo censo de infraestrutura, 32,4% (n=58) são clínicas da família (CF) e 67,6% (n=121) são centros municipais de saúde (CMS). As CF são mais presentes na área programática 5 (5.1; 5.2; 5.3) e 3 (3.1; 3.2; 3.3). A área programática que menos possui UBS com equipes avaliadas é a 2.2 com 8 unidades, enquanto a que mais possui, é a AP 5.2 com 29 UBS. Destaca-se a AP 5.2 e 3.1 com o maior número de UBS.

Dentre as unidades que tiveram equipes homologadas no PMAQ, 49,43% (n= 43) são CF e 50,57% (n= 44) são CMS. O número de equipes nas CF variou entre 1 e 11 tendo média de 4,69 equipes por unidade (desvio padrão= 2,32), já entre os CMS, o número de equipes variou entre 1 e 7, tendo média de 2,75 equipes por unidade (desvio padrão= 1,58).

Figura 1 - Distribuição espacial dos tipos de Unidades Básicas de Saúde (UBS) que participaram da avaliação do PMAQ por área programática, 2012.



Na tabela 1, observa-se que 52,3% das equipes obtiveram classificação "bom", 34,7% "regular", 12,7% "ótimo" e 0,3% "insatisfatório". Quanto às áreas programáticas, a distribuição das equipes avaliadas não foi uniforme. Destacam-se, neste sentido, as APs 5.3; 5.2 e 3.1 com o maior número de equipes avaliadas. Juntas, estas três APs representam 61% da amostra.

Tabela 1: Classificação das equipes avaliadas pelo PMAQ por área programática.

AP	Ótimo		Bom		Regular		Insatisfatório		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	% Linha
1	0	0	1	20	4	80	0	0	5	100
2	2	4,65	15	34,88	26	60,47	0	0	43	100
3	8	6,84	71	60,68	38	32,48	0	0	117	100
4	2	15,4	6	46,2	5	38,5	0	0	13	100
5	29	20	76	52,41	39	26,9	1	0,69	145	100

Quando as Clínicas da Família são comparadas com os CMS não encontramos diferença estatisticamente significativa (p -valor = 0,119) entre o tipo de unidade e o desempenho obtido no PMAQ mesmo quando realizado ajuste com a retirada da categoria insatisfatório que possui apenas uma equipe. Das equipes integrantes de clínicas da família, 35,3% tiveram classificação "Bom" contra apenas 17% das equipes de CMS.

Figura 2 - Distribuição espacial das equipes com conceito "ótimo" no PMAQ em 2012

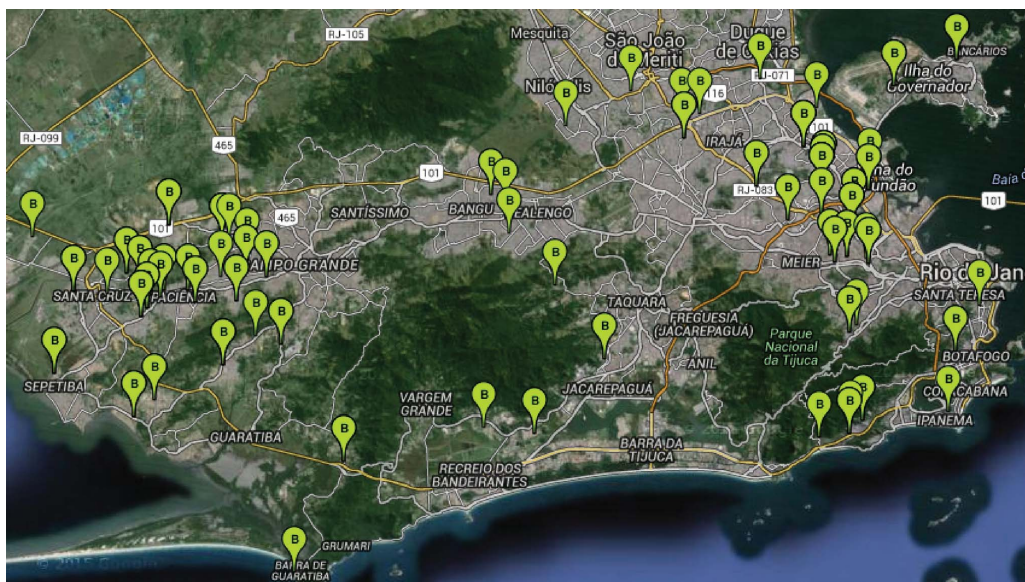


Figura 3 - Distribuição espacial das equipes com conceito "bom" no PMAQ em 2012

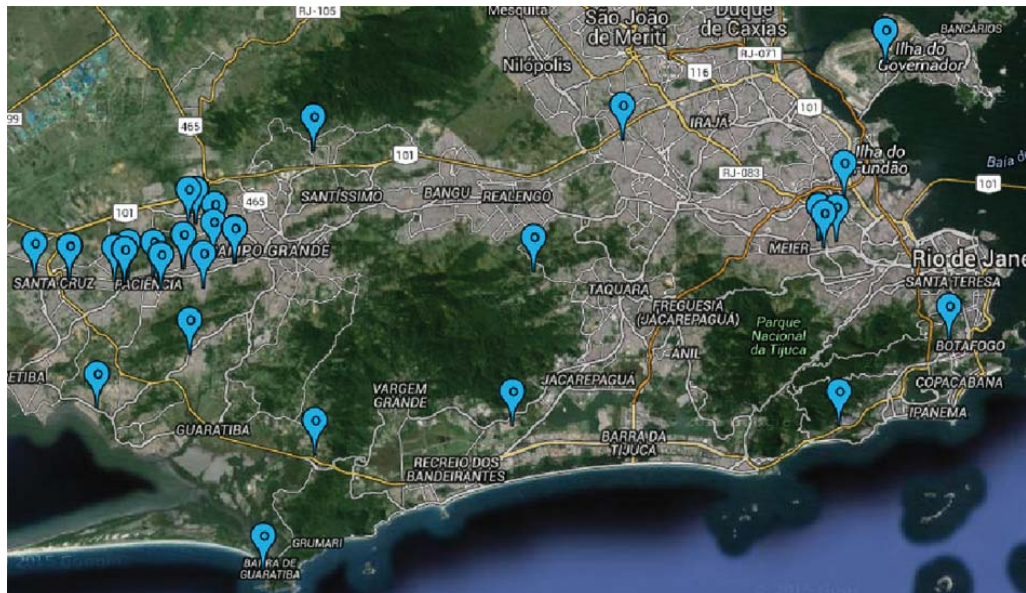
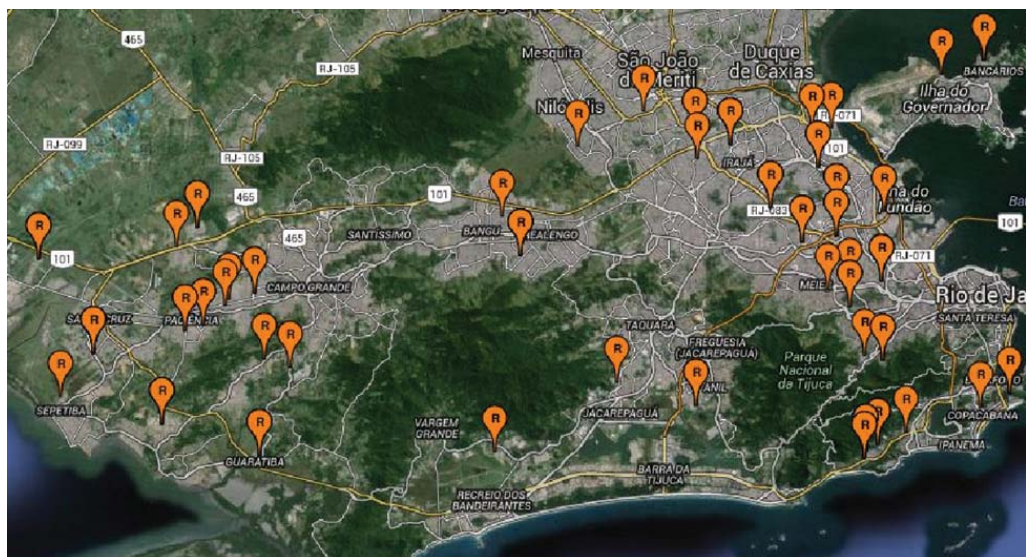


Figura 4 - Distribuição espacial das equipes com conceito "regular" no PMAQ em 2012



CONCLUSÃO

Quando analisada geograficamente, a heterogeneidade dos resultados do PMAQ mostra uma clara polarização entre as unidades com equipes classificadas como ótimas e regulares, estando o primeiro grupo concentrado na região da AP 5 e o segundo na AP 3. Apesar das diferenças inerentes a população de cada AP, que inevitavelmente cria um diferencial na avaliação de cada região, o governo deve ter como objetivo central a melhora da qualidade do serviço ofertado pelas equipes proporcionando uma maior homogeneidade dos resultados no município. De fato, para que isso ocorra, não basta apenas haver um comprometimento do setor saúde, mas de todos os setores do governo, no sentido de reduzir a desigualdade social oferecendo uma infraestrutura minimamente adequada para todos.

Considerando que o conceito de qualidade em saúde varia a depender de um complexo contexto multifatorial, é natural e necessário que o PMAQ seja aperfeiçoado de forma a acompanhar não só as mudanças conjunturais, mas também o conhecimento acumulado acerca do tema. O PMAQ é um importante passo na consolidação da Estratégia de Saúde da Família no Brasil por construir um padrão de qualidade comparável a nível nacional, regional e local. É sabido que o desafio de realizar uma avaliação que consiga abranger os mais díspares cenários que se apresentam em nosso país é enorme, mas proporcional ao desafio, é a necessidade de ampliar nossa rede de atenção primária com qualidade, eficiência e eficácia.

REFERÊNCIAS

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria N° 1.654 de 19 de julho de 2011.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ): manual instrutivo. Ministério da Saúde, 2012.

FAUSTO, M. C. R.; FONSECA, H. M. S. Rotas da atenção básica no Brasil: experiências do trabalho de campo PMAQ AB. Rio de Janeiro: Saberes, 2014.

HARZHEIM, E.; LIMA, K. M.; HAUSER, L. Reforma da atenção primária à saúde na cidade do Rio de Janeiro: avaliação dos três anos de Clínicas da Família. [s.l.] Organização Pan-Americana da Saúde, 2013.

STARFIELD, B. Atenção Primária: Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, 2002.

PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE QUALIDADE DE VIDA E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Renata Pedreira da Cruz

Enfermeira, Especialista em Educação Permanente em Saúde, mestranda em Enfermagem pelo PPGENF- UNIRIO (Mestrado Acadêmico)

renatapcrj@gmail.com

Orientador: Professor Dr. William César Alves Machado

PPGENF- UNIRIO

wilmachado@uol.com.br

OBJETIVO

Objetivo Geral:

Discutir as implicações das barreiras arquitetônicas, de acordo com a NBR ABNT 9050/2004, para a qualidade de vida das pessoas com deficiência nas Unidades Básicas de Saúde localizadas no Bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos:

1. Identificar as barreiras arquitetônicas existentes nas Unidades Básicas de Saúde do Bairro de Botafogo, em desacordo com a NBR ABNT 9050/2004, que impedem que pessoas com deficiência recebam cuidados e assistência integral de saúde.
2. Identificar as barreiras comunicacionais existentes nas Unidades Básicas de Saúde do Bairro de Botafogo, contrárias ao disposto na NBR ABNT 9050/2004, que impedem que surdos e cegos recebam cuidados e assistência integral de saúde.
3. Identificar e analisar a percepção do usuário com deficiência no que tange ao comprometimento da sua qualidade de vida.

METODOLOGIA:

Trata-se de um estudo descritivo, analítico e exploratório, de abordagem quantitativa, optou-se por esse modelo por entender que o mesmo permite compreender o fenômeno em sua totalidade, uma vez que tanto nas ciências sociais, como nas ciências da saúde, tem se apresentado como um objeto histórico de análise.

Local da Pesquisa

O cenário deste estudo foi composto por duas Unidades Básicas de Saúde do Bairro de Botafogo, situadas na área programática 2.1 no município Rio de Janeiro, Brasil. O cenário foi eleito por conter unidades de saúde que atuam tanto em território vertical quanto horizontal, a Clínica da Família Santa Marta e o Centro Municipal de Saúde Dom Helder Câmara, respectivamente. A escolha das unidades se deu pela possibilidade de traçar um comparativo nas ações de promoção de mobilidade desenvolvidas em território com realidades e barreiras arquitetônicas distintas.

Participantes da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, com idade a partir de 18 anos usuárias das UBS Clínica da Família Santa Marta e CMS Dom Helder Câmara – Botafogo, Rio de Janeiro.

O Projeto foi submetido e aprovado pelos Comitês de ética e pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro sob o número de parecer 1.333.687 em 19/05/2015.

Utilizou-se a técnica de observação participante com coleta de dados a fim de avaliar possíveis barreiras para a acessibilidade existentes nas UBS tendo em vista os principais elementos da NBR 9050/2004 a serem avaliados, compreendendo-os decisivos para que seus usuários tivessem acesso aos serviços de saúde disponíveis para a comunidade. Elaborou-se instrumento que contempla a identificação das possíveis barreiras cerceadoras dos direitos dessas pessoas ao pleno acesso de seus serviços.

As questões avaliaram, o acesso à recepção nas unidades, o acesso às instalações internas de atendimento e consultórios, a acessibilidade aos banheiros femininos e masculinos, a largura dos vãos das portas, rotas acessíveis interna e externa, sinalizações, entre outras questões que podem otimizar ou limitar acesso dos usuários com deficiência ou mobilidade reduzida. Esses dados foram transcritos para o banco de dados bem como anotados no diário de campo como adequados ou não os

parâmetros da NBR 9050/2004. Ainda no questionário buscamos identificar se algum servidor da unidade domina a Língua de Sinais Brasileira (Libras) e se existe sinalização tátil no piso/parede/quadros em Braile, para orientação espacial cegos.

Após coletado o instrumento os dados foram submetidos a análise estatística descritiva simples.

Ainda na busca dos dados qualitativos utilizamos da técnica de entrevista semi estruturada para avaliar os aspectos referentes a qualidade de vida das pessoas com deficiência física e/ou com restrição de mobilidade. As entrevistas foram realizadas de forma individual, realizadas na unidade de saúde e/ou em visita domiciliar acompanhando profissionais de saúde das unidades, a saber: Enfermeiros, fisioterapeuta e Agentes comunitário de saúde.

Entende-se que o conceito de qualidade de vida abrange aspectos objetivos e subjetivos portanto analisamos o perfil sócio econômico a fim de traçar um perfil social adequado desses grupo populacional bem como questões relativas ao processo de saúde doença.

Pra avaliar a percepção dos usuários em relação a qualidade de vida utilizou-se o o instrumento genérico de qualidade de vida *Medical Outcomes Study-Short Form*, SF36, traduzido e validado por Ciconelli (1997)

Para avaliar a qualidade de vida, conforme o questionário SF-36, de uma amostra (n=110) usuários das UBSs, estão sendo aplicados métodos estatísticos descritivos e inferenciais. A estatística descritiva será utilizada para determinar as medidas de tendência central e variação, tais como, média, mediana, primeiro quartil, terceiro quartil, desvio padrão e erro padrão. A estatística inferencial será aplicada para realizar comparações dos níveis de qualidade de vida em relação às variáveis: Sexo, Idade e Tipo de deficiência e fatores sócio econômicos. O processo estatístico será suportado pelo programa *R Project for Statistical Computing*.

RESULTADOS

O trabalho encontra-se em fase de análise dos dados, portanto os dados aqui trazidos tratam-se de resultados parciais.

Caracterização das Unidades Básicas de Saúde

Dos parâmetros de avaliação da Unidade de acordo com o instrumento de Diagnóstico Situacional e Observação

Área Externa unidade horizontal.

No que diz respeito ao entorno da Unidade observou-se que não há presença de rota Acessível, sendo este um critério para acessibilidade de acordo com a NBR 9050 e de acordo com o Manual de Construção das Unidades Básicas de Saúde.

As calçadas apresentam mobiliários urbanos como postes; muretas para evitar estacionamento indevido em frente aos prédios; jardineiras. Apresentam também rebaixamento para veículos, falta de sinalização tátil antes das placas, desnível na calçada em diversos trechos; caixas de inspeção desniveladas e/ou com tampas abertas. Observou-se também ausência de balizamento ou faixa tátil direcional, conforme preconizado pela NBR 9050.

Foi ainda observado que em frente a unidade de saúde não há semáforo ou faixa de pedestre o semáforo fica na quadra vizinha e há ausência de sinal sonoro. Evidenciando o descaso do poder público na hora de planejar e implementar uma cidade acessível.

Área Interna:

A unidade foi avaliada como acessível nos seguintes itens: Acesso a consultórios, banheiros masculino e feminino, salas de atendimento, largura das portas e presença de rota interna acessível e no que tange ao primeiro andar. Já no segundo e terceiro andar que compõem a unidade, muito embora as condições da construção apresentem a mesma medida que o primeiro andar, foi considerado inacessível devido a ausência de rampas, ausência de funcionamento de elevador.

A unidade foi considerada inacessível no que tange a presença de profissional apto a comunicar-se em Libras e Sinalização em Braile.

Área externa Unidade Vertical

A unidade apresenta rota externa acessível de acordo com a NBR 9050. No entanto a unidade localiza-se no segundo andar de um prédio público e só pode ser acessada por escadas. Foi considerada inadequada aos parâmetros da NBR 9050 no que tange a largura das portas, área de Circulação e manobra de cadeiras de rodas, ausência de rampas de acesso, ausência de parâmetros sensoriais. A unidade apresenta 1 servidor apto a comunicar-se em Libras e não apresenta sinalização em braile.

Os dados que dizem respeito a percepção de qualidade de vida dos pacientes ainda estão sendo avaliados.

CONCLUSÃO

A experiência constitui contribuição para ampliar a aproximação e melhor compreensão da temática – acessibilidade de pessoas com algum tipo de deficiência – aos serviços de saúde da Atenção Básica, para estudantes de Graduação e Pós-Graduação, gestores públicos, docentes e pesquisadores que se dedicam ao estudo de fenômenos relacionados.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050/2004. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos/** Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro. ABNT, 2004.

CICONNELI, R. M.; Tradução para o português e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida "Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Health Survey (SF 36)". São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1997.

A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE PELA MULHER GESTANTE

Renata Soares dos Santos – Mestranda em
Enfermagem

Programa de Pós-Graduação em Enfermagem -
PPGENF

rsoares.enf@hotmail.com

Adriana Lemos – Doutora em Saúde Coletiva

Programa de Pós-Graduação em Enfermagem -
PPGENF

adrianalemos@unirio.br

OBJETIVO

A pesquisa apresentou por objetivos, descrever a visão das mulheres grávidas sobre sexualidade e Analisar a vivência da sexualidade da mulher grávida e suas repercussões durante a gravidez.

METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva apresenta por objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou experiência. O cenário de realização da pesquisa foi uma Unidade de Pré Natal de um Hospital Universitário situado no Município do Rio de Janeiro. Participaram do estudo mulheres grávidas, usuárias do serviço de Pré-natal, sem complicações obstétricas, com vida sexual ativa e com idade igual ou superior a 18 anos Não foi pré-estabelecido número de gestações anteriores, pois acreditou - se que tanto os depoimentos das mulheres que estão em sua primeira gestação, como o das que já engravidaram anteriormente seriam enriquecedores para a pesquisa. O instrumento de entrevista foi um roteiro elaborado, contendo questões abertas e fechadas, inicialmente para identificação da mulher, composto na primeira parte para por questões sociodemográficas e histórico obstétrico, e na segunda parte composto por questões sobre a

sexualidade da gestante com o intuito de viabilizar o conhecimento da vivência dessa mulher. As entrevistas foram gravadas em um aparelho eletrônico e realizadas em local privativo, neutro, sem barulho e sendo o mesmo um ambiente seguro e reservado, que garantiu a privacidade das participantes do estudo, sendo transcritas posteriormente pela pesquisadora. Os depoimentos duraram cerca de 10 a 15 minutos.

Esta pesquisa foi desenvolvida de acordo com as normas da resolução número 466, de 12 de Dezembro de 2012, que entende que todo procedimento que envolva a participação do ser humano e que a aceitação não esteja consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa, e por isso deverá obedecer as diretrizes da presente resolução. Tendo sido submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da universidade federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio de acordo com a orientação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, sendo aprovado sob o CAAE 47703015.2.0000.5285.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 14 mulheres apresentando idades que variavam entre 18 e 36 anos, apresentando uma média de X. Todas encontravam se entre o segundo e terceiro trimestre de gestação. Das 14 mulheres entrevistadas, nove já haviam vivenciando a experiência da maternidade anteriormente e cinco estavam grávidas pela primeira vez.

Quanto ao grau de escolaridade, duas participantes possuíam o Ensino médio incompleto, dez possuíam o Ensino Médio completo e duas com Ensino superior incompleto.

Com relação a etnia, nove mulheres se auto declaram como branca, uma se auto declarou parda, uma ficou em dúvida entre parda e negra e três se declararam negra.

Com relação a profissão, apresentou se uma gerente, uma cuidadora de idosos, uma auxiliar administrativa, uma auxiliar financeira, uma auxiliar técnica de produção, uma encarregada de caixa de motorista, duas operadoras de caixa e seis donas de casa (do lar), sendo uma dessas estudante de graduação também.

Quanto à situação conjugal, oito mulheres se declararam casadas, cinco solteiras morando junto e uma em situação enrolada.

Quanto a religião nove se declararam evangélicas e cinco católicas.

Variáveis Categóricas relacionadas ao perfil sócio-econômico-cultural das participantes do estudo.

VARIÁVEIS		Nº	%
Raça	Parda	2	
	Branca	9	
	Preta	3	
	Total	14	100,0
Religião	Evangélica	9	
	Católica	5	
	Total	14	100,0
Escolaridade	Médio Incompleto	2	
	Médio Completo	10	
	Superior Incompleto	2	
	Total	14	100,0
Situação Conjugal	Casado	8	
	Solteira (Morando junto)	5	
	Enrolada	1	
	Total	14	100,0
Ocupação	Do lar	6	
	Operadora de caixa	2	
	Auxiliar financeira	1	
	Auxiliar administrativa	1	
	Auxiliar técnica de produção	1	
	Cuidadora de idosos	1	
	Gerente	1	
	Encarregada de caixa de motorista	1	
	Total	14	100,0

Conclusão Parcial

O presente estudo encontra-se ainda em andamento, por isso são encontrados apenas dados parciais. Pode-se concluir parcialmente, por meio deste estudo de reflexão que os mitos e tabus existentes referentes à sexualidade durante o período gestacional, estão de forma gradativa sendo desfeitos, surgindo então, a necessidade de orientação a essas mulheres no que se refere à prática do sexo seguro e sem medos e com isso, espera-se que estas reflexões venham despertar tanto aos profissionais de saúde a vontade de promover melhor qualidade de vida a essas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Márcia Andréa Rodrigues. **A sexualidade no campo das ciências sociais: O panoramama Histórico e a questão do essencialismo e o construtivismo social.** Anais do 1º Seminário de Sociologia da saúde e Ecologia Humana. Florianópolis, 14 a 16 de setembro de 2010. Universidade Federal de Santa Catarina.
- ARAÚJO, Natalúcia Matos; SALIM, Natália Rejane; GUALDA, Dulce Maria Rosa; SILVA, Lúcia Cristina Florentino. **Corpo e sexualidade na gravidez.** Rev. esc. enferm. USP vol.46 no.3 São Paulo June 2012
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.ABNT. **Informação e documentação. Citações em documentos - Apresentação.** NBR 10520: 2002. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/10520-Citas.pdf>> Acesso em 09 Set.2014.
- ÁVILA, Maria Betânia. **Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19, 2003
- CAMACHO, Karla Gonçalves; VARGENS, Octavio Muniz da Costa; PROGIANTI, Jane Márcia. **Adaptando se à nova realidade: A mulher grávida e o exercício da sua sexualidade.** Rev. Enferm. UERJ, 2010 jan/mar; 18(1):32-37.
- CERVANTES, René; JEFFERSON, Lucy. **Sexualidad en gestantes.** Revista Horizonte Médico. Dezembro 2004, p 39 - 45.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero, sexualidade e saúde.** In: **Saúde, Sexualidade e Reprodução – compartilhando responsabilidades.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110.
- HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade. O olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1999
- LABRADOR, Ignacio Gonzáles; PIEIGA, Emilia Myiar. **Sexualidad femenina durante la gestación.** Rev Cubana Med Gen Integr v.17 n.5 Ciudad de La Habana sep.-oct. 2001
- LEMONS, A. **Enfermeiro não tem sexo? Representação social de graduandas/os de enfermagem sobre sexualidade.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 (Introdução e Cap 1)
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco; 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** 2011

OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático Categorial: Uma Proposta de Sistematização. *Rev. enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76.

ORIÁ, Mônica Oliveira Batista; ALVES, Maria Dalva Santos; SILVA, Raimunda Magalhães da. Repercussões da gravidez na sexualidade feminina. *Rev. enferm. UERJ*; 12(2): 160-165, maio-ago. 2004.

PEGORRER, Mayara Alice Souza. **A construção histórica dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.** Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 11, n. 1, 2010.

POLIT, DF; BECK, CT. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: Avaliação de evidências para a prática da enfermagem.** 7ª edição. Porto Alegre: Editora Artimed, 2011 p.103.

VANCE, Carole S. **A antropologia redescobre a sexualidade.** *Physis – Revista de Saúde Coletiva* vol 5, Número 1, 1995

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA PROMOVIDA POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM ÂMBITO: Características da Produção Científica

Roseane da Silva Vieira

Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Enfermagem – Unirio

Email: roseane634@yahoo.com.br

Doutora Adriana Lemos

Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Enfermagem – Unirio

Email: adrianalemos@unirio.br

OBJETIVO

Caracterizar a produção científica sobre saúde sexual e reprodutiva no âmbito escolar promovida por profissionais da saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa disponível em periódicos científicos vinculados às fontes de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) durante o mês de julho de 2016.

Seguiram-se, respectivamente para realização desta pesquisa as seguintes etapas: 1. Elaboração da pergunta norteadora; 2. Busca ou amostragem na literatura; 3. Coleta de dados; 4. Análise crítica dos estudos incluídos; 5. Discussão dos resultados e 6. Apresentação da revisão/síntese do conhecimento(SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A primeira etapa consistiu na identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, que se desenvolveu a partir da temática "Práticas de saúde sexual e reprodutiva no âmbito escolar desenvolvidas por profissionais da saúde". Assim, foi delimitada a seguinte questão norteadora: Quais ações no campo da saúde sexual e reprodutiva são desenvolvidas pelos profissionais da saúde nas escolas?

Na segunda etapa, foi utilizada a base de dados da BVS. O levantamento foi feito utilizando cruzamentos dos Descritores em Ciência da Saúde registrados na Biblioteca

Virtual em Saúde em língua portuguesa ("saúde escolar" and "sexualidade"; "profissional da saúde" and "educação sexual" and "saúde escolar"; "saúde sexual" and "saúde reprodutiva" and "saúde escolar"). Ainda nesta etapa ocorreu uma seleção refinada das publicações disponíveis na literatura pesquisada, desmembrando-se em mais duas fases distintas e complementares, a saber: A primeira fase se deu com base em uma leitura prévia de cada título e resumo, verificando a sua pertinência de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

Como critérios de inclusão dos textos definiram-se: estar publicado nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola; abordar a temática saúde sexual e/ou reprodutiva no âmbito escolar, ser pesquisa original publicada a partir do ano de 2007, período da implantação do Programa Saúde na Escola (PSE) e ter sido publicada até o mês de julho de 2016.

Os critérios de exclusão limitaram-se aos artigos repetidos nas bases de dados, capítulos de livros, teses e dissertações e que não tratassem da realidade brasileira.

Na segunda fase, os artigos anteriormente selecionados foram lidos na íntegra e de forma mais detalhada obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão supracitados, segue a representação da busca dos artigos na figura 1.

Figura 1 Tabela da seleção dos artigos de pesquisa na BVS, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, Rio de Janeiro, 2016.

	Descritores: "Saúde escolar" and "Sexualidade"	Descritores: "Profissional da saúde" and "Educação sexual" and "Saúde escolar"	Descritores: "Saúde sexual" and "Saúde reprodutiva" and "Saúde escolar"	Total
Quantidades de estudos encontrados	157	71	125	356
Fora da temática	77	43	81	201
Não é pesquisa original	5	1	6	12
Fora do período estudado	30	15	12	57
Repetidos	8	3	2	13
Capítulos de livros, monografias, teses e dissertações	6	2	1	9
Não trata da realidade brasileira	13	8	18	39
Quantitativo de artigos selecionados	18	2	5	25

Fonte: elaboração dos autores, 2016.

Na terceira etapa ocorreu a coleta de dados dos estudos selecionados. Essas informações foram catalogadas em um instrumento previamente elaborado no que contemplou: título do artigo, nome dos autores, ano de publicação, periódico, região onde ocorreu a ação e metodologia da pesquisa.

A quarta etapa, que corresponde à avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa deu-se através de leitura aprofundada dos 25 artigos selecionados. A análise do material foi realizada através de leitura crítica e qualitativa que permitiu caracterizar a produção científica sobre educação sexual e reprodutiva no âmbito escolar promovida por profissionais da saúde.

Resultado: Dos 25 artigos selecionados na Biblioteca Virtual em Saúde 19 pertenciam a base de dados LILACS e 6 a base de dados BDFEN.

Foi possível destacar que entre os anos de 2007 a 2015, houve uma maior publicação em 2013, totalizando 5 publicações, seguido de 4 publicações em 2010, 3 publicações nos anos de 2008, 2012, 2014 e 2015, 2 publicações em 2009 e 2011 e 1 publicação em 2007. Tratando-se dos periódicos: Revista Eletrônica de Enfermagem e Revista Brasileira de Epidemiologia, estas publicaram 3 artigos cada, a Revista Psicologia e Argumento teve 2 artigos publicados e as demais revistas tiveram apenas um artigo publicado (Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Cadernos de Saúde Coletiva, Cadernos de Saúde Pública, Ciência & Saúde Coletiva, Comunicação em ciências da saúde, Revista Brasileira de Educação Médica, Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste – Rene, Revista Brasileira de Enfermagem, Revista Ciência e Cuidado em Saúde, Revista Cogitare Enfermagem, Revista da Escola de Enfermagem da USP, Revista de Enfermagem e Atenção a Saúde, Revista de Saúde Coletiva, Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia – Uerj, Revista Mineira de Enfermagem e Saúde debate).

Do universo amostral: 16 artigos tinham abordagem qualitativa; 6 apresentaram abordagem quantitativa; 3 relato de experiência; e 1 quanti-qualitativo. Segue na figura 2 a representação dos dados supracitados:

Figura 2 – Quadro com a descrição das publicações selecionadas de acordo com o número da referência, autor, ano de publicação, periódico, tipo de estudo e nível de evidência, Rio de Janeiro, 2016.

Autor, Ano	Título	Base de dados	Periódico	Tipo de estudo
Russo K, Arreguy ME, 2015	Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”: percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar	LILACS	Revista de Saúde Coletiva	Qualitativa
Oliveira MM de, Andrade SSC de A, Campos MO, Malta DC, 2015	Fatores associados à procura de serviços de saúde entre escolares brasileiros: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2012	LILACS	Cadernos de Saúde Pública	Quantitativo
Sasaki RSA, Leles CR, Malta DC, Sardinha LMV, Freire M do CM, 2015	Prevalência de relação sexual e fatores associados em adolescentes escolares de Goiânia, Goiás, Brasil	LILACS	Ciência & Saúde Coletiva	Quantitativo
Nothaft SC dos S, Zanatta EA, Brumm MLB, Galli K da SB, Erdtmann BK, Buss E, et al, 2014	Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas	BDFEN	Revista Mineira de Enfermagem	Qualitativa
Oliveira-Campos M, Nunes ML, Madeira F de C, Santos MG, Bregmann SR, Malta DC, et al, 2014	Comportamento sexual em adolescentes brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012)	LILACS	Revista Brasileira de Epidemiologia	Quantitativo
Sasaki RSA, Souza MM de, Leles CR, Malta DC, Sardinha LMV, Freire M do CM, 2014	Comportamento sexual de adolescentes escolares da cidade de Goiânia, Goiás	LILACS	Revista Brasileira de Epidemiologia	Quantitativo
de Brum CN, Zuge SS, Brum AN, Carvalho LC, 2013	Educação preventiva com deficientes auditivos: desafio para profissionais da saúde e educação	BDFEN	Revista de Enfermagem e Atenção a Saúde	Relato de Experiência
Macedo S da RH, Miranda FAN de, Pessoa Júnior JM, Nóbrega VK de M, 2013	Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais	BDFEN	Revista Brasileira de Enfermagem	Qualitativa

Campos HM, Schall VT, Nogueira MJ, others, 2013	Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)	LILACS	Saúde debate	Qualitativa
Coutinho RX, Santos WM dos, Folmer V, Puntel RL, 2013	Prevalência de comportamentos de risco em adolescentes	LILACS	Cadernos de Saúde Coletiva	Quant- Qualitativo
Barros JPP, Colaço V de FR, 2013	Sentidos sobre “sexualidade” e “drogas” entre adolescentes no contexto escolar	LILACS	Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia - Uerj	Qualitativa
Rodrigues SG, Constâncio TB, Neves M da GC, 2012	Rede contra violência sexual no DF: uma representatividade da saúde e da educação na adolescência	LILACS	Comunicação em ciências da saúde	Qualitativa
Souza PL de, Pereira C dos S, Nogueira MLS, Pereira DB, Cunha GM da, Möler F de O, 2012	Projetos PET-Saúde e Educando para a Saúde: construindo saberes e práticas	LILACS	Revista Brasileira de Educação Médica	Relato de Experiência
Jaques AE, Philber LA da S, Bueno SMV, 2012	Significados sobre sexualidade humana junto aos professores do ensino fundamental	LILACS	Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR	Qualitativa
Moura AFM, Pacheco AP, Dietrich CF, Zanella AV, 2011	Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar	LILACS	Revista Psicologia e Argumento	Qualitativa
Malta DC, Silva MAI, Mello FCM de, Monteiro RA, Porto DL, Sardinha LMV, et al, 2011	Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares	LILACS	Revista Brasileira de Epidemiologia	Quantitativo
Souza MM de, Munari DB, Souza SMB de, Esperidião E, Medeiros M, 2010	Qualificação de professores do ensino básico para educação sexual por meio da pesquisa-ação	BDFEN	Revista Ciência e Cuidado em Saúde	Qualitativa
Holanda, ML de, Frota MA, Machado M de FAS, Vieira NFC, 2010	O papel do professor na educação sexual de adolescentes	LILACS	Revista Cogitare Enfermagem	Qualitativa
Moizés JS, Bueno SMV. 2010	Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental	BDFEN	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Qualitativa

Freitas KR de, Zarth SM, 2010	Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade	LILACS	Texto Contexto Enfermagem	Qualitativa
do Amaral Gubert F, dos Santos ACL, Aragão KA, Pereira DCR, Vieira NFC, da Costa Pinheiro PN, 2009	Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza-CE	LILACS	Revista Eletronica de Enfermagem	Qualitativa
SOUZA MM de, 2008	Construindo a inclusão da temática educação sexual no projeto político pedagógico de um colégio público de Goiânia-Goiás na perspectiva da pesquisa-ação	LILACS	Revista Eletronica de Enfermagem	Qualitativa
Souza MM de, Munari DB, 2008	Orientação sexual: conhecimentos e necessidades de professores de um Colégio Público de Goiânia-GO	LILACS	Revista Eletrônica de Enfermagem	Quantitativa
Beserra EP, TORRES CA, BARROSO MGT, 2008	Dialogando com professores na escola sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis	BDFEN	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste - Rene	Relato de experiência
Cardoso LRD, Figueiredo TFB, Pecorari EPDN, 2007	Escolas do ensino fundamental estão desenvolvendo programa de orientação sexual?	LILACS	Revista Psicologia e Argumento	Qualitativa

CONCLUSÃO

Os achados permitiram identificar quais estados possuem a maior produção científica sobre a temática estudada, o período da sua publicação, as revistas que mais abordam o assunto entre outras características. O fato de terem sido encontrados 25 artigos, demonstra a importância do tema ser discutido nas escolas pelos profissionais da saúde.

REFERÊNCIA

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), v. 8, p. 102–106, 2010.

PANORAMA DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE INDÍGENA

Raphael Florindo Amorim

Enfermeiro. Esp. em Saúde Coletiva com ênfase em saúde Indígena

Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UNIRIO

raphael.amorim@ufr.br

Prof. Dr. Fernando Porto

Enfermeiro e Historiador Doutor em Enfermagem

Docente do PPGENF/UNIRIO

ramosporto@openlink.com.br

As políticas de saúde indígena, no Brasil, sofreram modificações ao longo do tempo, por meio de lutas das organizações civis, dos direitos humanos e das organizações indígenas. Elas resultaram numa política voltada para as diversidades culturais consolidadas na Constituição Federal de 1988 nos art. 231 e 232, que reconheceram no sentido de respeitarem as organizações socioculturais dos povos indígenas para assegurar a capacidade civil e plena, tornando obsoleta a instituição da tutela a Fundação Nacional do Índio (1967), e estabelecendo a competência privativa da União para legislar e tratar sobre a questão indígena, através do Ministério da Saúde a partir de 1990.

No entanto, este cenário nem sempre foi à realidade vivida pelos povos indígenas. Sabe-se que desde o descobrimento do Brasil, a população indígena foi negligenciada em diversos aspectos. O autor do livro "O povo brasileiro: A formação e o sentido de Brasil", e Darcy Ribeiro, retratou de forma clara, simples e objetiva a trajetória das mazelas e atrocidades tecidas pelos ditos descobridores de nossa nação e seus sucessores (RIBEIRO, 1995).

No campo da saúde do Brasil, em Roraima, os profissionais de enfermagem para atuarem em prol dos cuidados aos indígenas sofrem pela precariedade das condições de trabalho, o que tem por efeito a qualidade da assistência prestada. Esta situação

se desdobra em desgaste físico e psicológico ao assistirem àquelas populações em risco. Exemplo do exposto foi apresentado no estudo "Saúde nas malocas Yanomami: a precarização e o impacto social", quando o autor teve por objetivo analisar o impacto social decorrente da precarização do trabalho dos enfermeiros de área indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (LOUZADA, 2012).

OBJETIVO

Para tanto, se tem por objetivo apresentar a cronologia da trajetória das políticas direcionadas à saúde indígena no Brasil e seus desdobramentos no campo da saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo na perspectiva histórica. As fontes históricas foram os dispositivos legais, imagem da sistematização de fluxo articulados à literatura de aderência do objeto de estudo. A triangulação das fontes resultou na narrativa para apresentação da cronologia das políticas direcionadas à saúde indígena no Brasil e seus desdobramentos no campo da saúde.

Desta forma, os resultados serão apresentados com um quadro demonstrativo e imagem, em meio à narrativa construída, para a conclusão do exposto.

RESULTADOS

Mediante a articulação das fontes históricas foi construído um quadro demonstrativo, tendo por referências organizativas: ano/período e fatos e dispositivos legais.

Quadro demonstrativo n.1 – Síntese da cronologia das políticas públicas na atenção à saúde indígena (1918-1999).

Ano/período	Fatos e dispositivos legais
1910 a 1942	Ministérios e órgãos do governo brasileiro foram os responsáveis pelos serviços de saúde ofertados à população indígena, tais como: Ministério da Agricultura; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Guerra, com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (GARNELO; PONTES, 2012).
1950	Ministério da Saúde, nos Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (BRASIL, 2002).
1963	Ministério da Saúde abre espaço para o SPI (BERNARDES, 2011).
1967	Com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou a ser ligada ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2002).
1990	Ministério da Saúde ficou responsável pelas ações de saúde, deixando de ser competência da FUNAI à assistência em saúde para população indígena (GARNELO; 2004).
1999	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), por meio do Decreto nº 3.156, assumiu os serviços de saúde, de maneira diferenciada, em atendimento ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) criado através da Lei 9.836/99 (GARNELO; 2012).

Em síntese, no período de 1910 a 1990, os serviços de saúde eram focados em situações de: surtos epidêmicos; ações emergenciais e controle de nascimentos e óbitos; campanhas de vacinação, atendimento odontológico, controle de tuberculose e outras doenças transmissíveis (BRASIL, 2002; BERNARDES, 2011; GARNELO; PONTES, 2012).

A partir de 1999, com a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, por meio da Lei n. 9.836/99, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), adotou a organização de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), por meio do Decreto n. 3.156 que dispõe sobre as condições de assistência à saúde da população indígena aldeada (GARNELO et al., 2003).

A proposta de distritalização estabeleceu medidas permanentes de interesse coletivo, capaz de gerar impacto não apenas no diagnóstico e tratamento de doenças já estabelecidas, mas também nos planos de prevenção de agravos e promoção à saúde, (GARNELO, 2004).

Cabe destacar que o Brasil se encontra dividido 34 DSEI, por critérios territoriais. A base de ocupação geográfica das comunidades indígenas é sob-responsabilidade sanitária. Além disto, reúne um conjunto de ações de saúde necessária à atenção básica, articulados com a rede do Sistema Único de Saúde, para referência e contra-referência, e com controle social de atuação por intermédio dos Conselhos Locais e Distritais (BRASIL, 2002).

A PNASPI prevê em Portaria do MS nº 254/2002 que, os DSEI possuam rede de serviços de saúde formada por estabelecimentos para comporem a infraestrutura física, podendo estar localizada nos municípios (Polo-base tipo II), e/ou nas aldeias (Polo-base tipo I) (CRUZ, 2012), conforme representação na figura n.1.

Nesta proposta, o posto de saúde representa a unidade mais simples do Distrito. Ela conta com a atuação do Agente Indígena de Saúde (AIS) para desenvolver as atividades de educação em saúde e censo de nascimento e óbitos (GARNELO, 2012). O polo-Base, tipo I, apresenta estrutura para o atendimento de saúde dentro das comunidades indígenas, por meio de equipe multidisciplinar, composta por Enfermeiros, Médicos, Cirurgião Dentista, Técnico em Enfermagem e demais profissionais que cobrem o conjunto de comunidades. O polo-base, tipo II, apresenta estrutura física de apoio técnico e administrativo à equipe multidisciplinar, mas não executa as atividades de assistência à saúde, pois possuem como referência os estabelecimentos do SUS no município de referência (BRASIL, 2002).

Figura 1 – Organização do DSEI e modelo assistencial.



Fonte: Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, 2002.

Ademais, o PNASPI conta com a Casa de Saúde do Índio (CASAI), órgão subordinado ao Departamento de Atenção à Saúde Indígena, que recebe os pacientes indígenas referenciados dos polos-base para tratamento de saúde de média e alta complexidade nos hospitais de referência de cada estado. Segundo Garnelo (2012), as Casas de Saúde do Índio são uma especificidade do subsistema de saúde indígena, com a principal atribuição de dar apoio aos pacientes e acompanhantes indígenas durante o tratamento de saúde.

Em 2008, o Grupo de Trabalho (GT) de Saúde Indígena foi criado, por meio da Portaria GM n. 3.034 e 3.035, com a proposta de elaboração de um novo modelo de Saúde Indígena, que veio a instituir em 2010, pela Medida Provisória nº 483 e Lei nº 12.314/2010. Esta autorizou a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), quando foram transferidas as ações de atenção à saúde indígena da FUNASA para a SESAI. Isto teve por efeito a partir de 2011, que a SESAI assumisse de forma integral as ações de atenção à saúde indígena e saneamento em terra indígena vigentes em tempos atuais.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas busca assegurar a preservação dos aspectos socioculturais diferenciados do usuário indígena (NOVO,

2011). Ao planejar ações de saúde para esta população, deve-se considerar a interrelação entre a medicina ocidental e a medicina tradicional, procurando compreender as crenças e costumes locais, os conhecimentos populares próprios de uma comunidade e diferenciados de acordo com a cultura local (BARBOSA et al., 2007).

Nesse contexto os profissionais de saúde que atuam em área indígena têm seus trabalhos aceitos pelos indígenas, na medida em que reconhecem a eficácia da biomedicina em certos casos de doença e aceitam os recursos oferecidos pelos postos de saúde ou equipes de saúde (LAUGHLIN, 1977). Vários fatores determinam esta aceitação, tais como: fatores culturais específicos, severidade da doença, relações entre o pessoal de saúde e o grupo com experiências anteriores aos tratamentos, acessibilidade, dentre outras (LANGDON, 1992).

CONCLUSÃO

Mediante ao exposto, diversas questões sociais, políticas, culturais e sanitárias podem ser elencadas, mas como enfermeiro de atuação na região norte do país, em especial Boa Vista/Roraima, arrisca-se a seguinte redação: Quais foram as estratégias empreendidas para a criação e implantação da Casa de Saúde do Índio (CASAI) para o atendimento dos cuidados à saúde indígena?

A(s) resposta(s) será(ão) apresentada(s) na dissertação, em construção, por meio das fontes históricas, com destaque para os registros midiáticos para a criação e implantação da CASAI, tendo por embasamento teórico os conceitos de campo, habitus e capital simbólico de Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. A. R. S.; TEIXEIRA, N. Z. F.; PEREIRA, W. R. Consulta de enfermagem - um diálogo entre os saberes técnicos e populares em saúde. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. 1-6, jun., 2007.
- BERNARDES, A. G. Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção. *Interface*, v. 15, n. 36, p. 153-164, jan./mar., 2011.
- BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 254 de 31 de janeiro de 2002. Aprovar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, de 06 de fevereiro de 2002, nº 26, Seção 1, p. 46.

- CRUZ, K. R. da. A Saúde Indigenista e os Desafios da Participação Indígena. *Rev. Saúde Soc.*, v. 21, supl. 1, p. 185-198, 2012.
- GARNELO, L.; PONTES, A.L. (orgs.). *Saúde indígena: uma introdução ao tema*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; UNESCO, 2012. (Coleção educação para todos; v. 38. Série Vias dos Saberes; n.5).
- GARNELO, L. *Política de Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: Análise Situacional do Período de 1990 a 2004*. Porto Velho, RO: Edit. Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia, 2004.
- GARNELO, L. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Orgs.). *Saúde Indígena: uma introdução ao tema*. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 18-59.
- GARNELO, L.; MACEDO, G.; BRANDÃO, L. C. *Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003.
- LANGDON, E. J. *Dau: Shamanic Power in Siona Religion and Medicine*. In *Portals of Power: Shamanism in South America*. (E. Jean Matteson LANGDON e Gerhard BAER, orgs.) New Mexico, University of New Mexico Press. 1992, p. 41-62.
- LAUGHLIN, W. S. *Acquisition of Anatomical Knowledge by Ancient Man*. In *Culture, Disease and Healing* (David LANDY, org.). New York, MacMillan. 1977, p. 254-264.
- LOZADA, J. *Saúde nas malocas Yanomami: a precarização e o impacto social*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Saúde) – Universidade Aberta do Brasil – UAB e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo, 2012.
- NOVO, M. P. Política e intermedicalidade no Alto Xingu: do modelo à prática de atenção à saúde indígena. *Cad. Saúde Pública*, v. 27, n. 7, p. 1362-1370, jul., 2011.
- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A stylized landscape illustration in shades of beige and light brown. It features a sun or moon on the left, partially obscured by a mountain range. The sun's reflection is visible in a body of water in the foreground. The overall style is soft and artistic.

Capítulo 8

Enfermagem e Biociências

A UNIÃO FAZ A FORÇA: Relato da Experiência do Grupo Terapêutico CAPS/Clínica da Família

Julieta Brites Figueiredo,

Doutoranda Enfermagem Biociências UNI-RIO

email: juliabrites@ig.com.br

Érika Bicalho de Almeida,

Doutoranda Enfermagem Biociências UNI-RIO

email: ebicalhoenf@hotmail.com

Wellington Mendonça de Amorim,

Doutor em Enfermagem. Professor Adjunto
(UNIRIO)

e-mail: amorimw@gmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tem por finalidade primordial ser referência para o tratamento de pessoas que sofrem de algum transtorno mental (psicose ou neuroses graves), que necessitem de cuidados intensivos, com o objetivo de reinserir o usuário, tão logo possível, no mundo do trabalho e lazer, além de fortalecer seu vínculo com a família e com a comunidade. Para que esse trabalho, no entanto, atenda de fato as demandas da população, é necessário não somente, uma atuação efetiva dentro da própria Instituição, mas romper as barreiras dos muros para atuar em outros dispositivos de saúde, no caso, a Clínica da Família, na busca e acompanhamento de pacientes que estão no território, sem tratamento.

OBJETIVO

Este estudo tem por objetivo descrever o trabalho em parceria entre dois dispositivos de saúde (Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e a Clínica Família) a partir da experiência compartilhada em um mesmo território.

METODOLOGIA

O percurso metodológico do estudo é de natureza qualitativa, descritivo, de relato de experiência, vivenciado pelos profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Clarice Lispector e os da Clínica da Família Dr. Eduardo Araújo Vilhena Leite, pertencentes ao território da Área Programática 3.2, que com intuito de fortalecer a atenção básica e ampliar a rede de atendimento aos pacientes com sofrimento mental, implantou um grupo, com fins terapêutico, para usuários que não conseguem ou não aceitam serem tratados em um CAPS.

RESULTADO

Os CAPS desde sua implantação surgiu como um pilar do processo da Reforma Psiquiátrica, sendo um substitutivo para as internações dos pacientes com sofrimento mental. As Clínicas da Família por sua vez, são dispositivos de saúde com o objetivo de valorizar as ações de prevenção, promoção da saúde e diagnóstico precoce das doenças, sendo hoje a referência em Atenção Básica de Saúde na cidade do Rio de Janeiro. Isto posto, foi pensado a possibilidade de um trabalho em conjunto entre esses dois dispositivos para melhor atender a demanda dos usuários do território. Optou-se, então pela realização de uma atividade terapêutica de grupo para usuários com sofrimento mental, pertencentes ao bairro de Pilares, referenciados tanto da Clínica da Família Dr. Eduardo Araújo Vilhena Leite quanto do CAPS Clarice Lispector, fazendo uso do espaço físico da Clínica, com o intuito de atender a pacientes que não chegam ao CAPS, por motivos diversos, mas que por vezes, necessitam de alguma intervenção desse dispositivo, que apenas um matriciamento não daria conta. Dessa forma, implementou-se um grupo terapêutico aberto, sem restrições rígidas para a participação, com usuários vindos a partir do convite feito pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que participam ativamente do grupo e que realizam uma avaliação do usuário, baseados em orientações realizadas em encontros periódicos com a psicóloga do NASF (Núcleo de apoio a saúde da família). Tal atividade passou a acontecer quinzenalmente, com usuários fixos e outros que frequentam de forma irregular. Nesses encontros, os usuários falam de suas experiências e vivências de forma livre, com pouca intervenção profissional, que atuam apenas como mediadores do grupo. Quando necessário uma atuação mais específica, esta é feita de forma privada. Nesse processo observou-se a frequência dos mais variados diagnósticos, desde depressões, passando por esquizofrenias com auscultas alucinatórias e até potenciais suicidas, permitindo uma intervenção imediata, seja por consultas médicas e tratamento medicamentoso ou por consultas individuais terapêuticas de pacientes,

que apesar de serem do território de referência do CAPS, eram completamente desconhecidos desse dispositivo. Ressalta-se ainda, o auxílio na organização da vida diária de alguns usuários, que possibilitou a inserção no mercado de trabalho, realização de atividades em Centros de Convivências e passeios culturais.

CONCLUSÃO

Mais que uma parceria, é de suma importância o trabalho em conjunto entre as unidades de saúde, para melhor promover tanto o aprendizado do profissional pelas trocas de experiências, quanto o bem-estar do usuário que deve ser atendido onde se sente a vontade e não onde lhe é determinado, além de possibilitar a busca ativa de pacientes que abandonam seus tratamentos ou que nem mesmo chegam ser captados no território.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**, 2004.

www.rio.rj.gov.br/web/sms/clinicasdafamilia, visitado em 09/09/2016.

<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/RAPS.pdf>, visitado em 09/09/2016.

A UTILIZAÇÃO DE MANUAIS PARA O CUIDADO DE GUERRA DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

Pedro Ruiz Barbosa Nassar

Doutorando PPGEnfBio

pedrornassar@gmail.com

Orientador Fernando Rocha Porto

ramosporto@openlink.com.br

OBJETIVO

Descrever analiticamente a utilização do manual intitulado *NURSING IN TIME OF WAR*, utilizado para treinamento de enfermeiros II Guerra Mundial (1939-1945) – II GM.

A II Guerra Mundial tem seus primórdios políticos à imposição do Tratado de Versalhes (1919), principalmente sobre a Alemanha, e a Crise de 1929 que iniciou nos Estados Unidos, mas que se expandiu por toda a Europa (JORDAN, 2011). O período que compreende o final da I Guerra Mundial (1919) e início da II Guerra (1939) ficou conhecido como período do "entre guerras" (SILVA, 1992), para esses autores.

METODOLOGIA

Deverá ser entendida como operação historiográfica ou histórica, sendo um instrumento que permite uma melhor definição para o trajeto percorrido, para melhor determinar o campo descrito pela análise epistemológica, sendo adotada por diversos autores, dentre eles, Michel de Certau (1982), Paul Ricœur (2007) e Carlo Ginzburg (2010).

A operação histórica se refere à combinação de um lugar social, que se pode denominar como os locais e personagens (que praticavam o cuidado aos feridos), mesmo que anônimos, devido a distribuição e utilização do manual, permitindo que os atores fossem anônimos dentro do cenário em que estavam inseridos (REVEL, 2010, p.439). Isto significa que, eles se encontravam em cenário de guerra entendido como campos de batalha, cidades e outros locais do conflito em apreço.

Ao correlacionarmos a estratégia da redução de escalas proposta por Revel (2010), e a teoria da guerra de Clausewitz (2010), onde ele aborda que a guerra é dividida em duas categorias as que são apenas os preparativos da guerra, as de menores escalas e as que pertencem a própria guerra, numa escala maior, como por exemplo a distância dos hospitais e os serviços de saúde (CLAUSEWITZ, 2010, p. 99).

A utilização e a crença na importância da utilização do manual são antigas, mas com o aumento da necessidade de propagação de conhecimentos específicos a prática se acentuou durante o surgimento das sociedades de massa do século XX. Tem-se como exemplo desta prática a obra do autor russo Leão Trotsky, datada de 1923, onde após a revolução de 1917 tratou da importância dos manuais na vida moderna (CAMPOS, 1996).

Trotsky (1923) abordou a necessidade de obras didáticas escritas como instrumentos para superar o atraso russo em comparação aos países capitalistas, o pensamento de propagação de informações se dava de maneira ampla e organizada, voltada principalmente para educação de adultos (CAMPOS, 1996).

O entendimento de manual na primeira metade do século XX se dava como instrumento que deveria sintetizar e simplificar parcelas do conhecimento, sendo ditos, produtos de primeira necessidade, em razão da complexidade do momento, era necessário produzi-los com melhor qualidade e menores custos. A produção em massa e o caráter iniciatório do manual obrigavam os autores, mais do que nunca, a selecionar e simplificar os conhecimentos, tendo como público-alvo os grupos-classe, procurando criar um universo de linguagens-texto, imagens, atividades e exercícios, acessíveis ao público (CAMPOS, 1996).

RESULTADOS

O entendimento de manual na primeira metade do século XX se dava como instrumento que deveria sintetizar e simplificar parcelas do conhecimento, sendo ditos, produtos de primeira necessidade, em razão da complexidade do momento, era necessário produzi-los com melhor qualidade e menores custos. A produção em massa e o caráter iniciatório do manual obrigavam os autores, mais do que nunca, a selecionar e simplificar os conhecimentos, tendo como público-alvo os grupos-classe, procurando criar um universo de linguagens-texto, imagens, atividades e exercícios, acessíveis ao público (CAMPOS, 1996).

A organização dos tópicos do manual *NURSING IN TIME OF WAR* compreendia desde os cuidados aos acometidos por queimaduras e gases, feridas, choques e infecções,

fraturas entre outros e os cuidados com o ambiente, compreendido por hospitais de campanha em cabanas e tendas e conversão de construções civis para o uso hospitalar.

Além destas o manual dispunha de capítulos sobre situações de improviso, como introdução aos tipos de ataque aéreo muito utilizado pelas forças alemãs precedendo as invasões terrestres, enfermagem em postos de primeiros socorros, tratamento de urgências em tempo de guerra e enfermagem sob condições improvisadas.

A disposição e o improviso de instrumentos e equipamentos, estações de limpeza e sobre os blocos operatórios e esterilização, também foram tema dentro do manual. O que remete as necessidades de atenção desde as básicas até as mais complexas dentro de um cenário onde o improviso se fez presente.

CONCLUSÃO

A utilização do manual dentro do cenário de guerra, permitiu de maneira singular que a propagação da informação acerca do cuidado prestado aos acometidos. A variação de temas proporcionou amplo embasamento para a prática diária dentro das necessidades.

Os temas abordados permitiram que a atenção aos acometidos varia-se desde questões psicológicas relacionadas ao pânico e terror ocasionado pelo uso de bombardeios, o cuidado com o corpo acometido pela utilização de arma de fogo, estilhaços e gases utilizados em combate.

Além destes, o manual aborda amplamente a utilização de estruturas civis convertidas em postos de primeiros socorros e hospitais de campanha, além da estrutura física desses hospitais, o que permite a inferência da importância da administração e gerência do cuidado inserido no ambiente hostil que é a guerra.

Mediante ao exposto conclui-se que a utilização de manuais é relevante devido a propagação do conhecimento, norteando de maneira objetiva e sistematizada o cuidado e a gerência destes, permitindo a autonomia do enfermeiro em situações de grande magnitude como em calamidades públicas.

REFERÊNCIAS

- CERTAU, M. A escrita da história. Rio de Janeiro. Forense Universitária.1982.
- CAMPOS, R. Memória de manuais de história. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996.
- GINZBURG, C. Investigando Piero: o Batismo, o ciclo de Arezzo, a Flagelação de Urbino. São Paulo. Cosac Naify. 2010 .
- JORDAN, D, História da Segunda Guerra Mundial, A maior e mais importante guerra de todos os tempos, 2011, são paulo, M. books do brasil ltda.
- MITCHINER, P.H., MACMANUS, E.E.P., *Nursing in time war*. Londres. J&A Churchill LTDA. 1943.
- REVEL, J, Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 setembro/dezembro. 2010.
- RICCEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. 3 edição. Unicamp. Campinas. 2007.
- SILVA, A.M. A política externa de JK: a Operação Pan-Americana I. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas - centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do brasil. CPDOC, 1992.

CIVILIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO À LUZ DE NORBERT ELIAS

Simone Aguiar

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Biociências da UNIRIO.

Fiscal do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ). Membro dos Grupos de Pesquisa LAPHE, LACENF e LACUIDEN.

siraguiar@hotmail.com

Fernando Porto

Doutor em Enfermagem com pós-doutoramento pela USP. Docente da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto EEAP/UNIRIO. Bolsista FAPERJ. Historiador pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes. Vice-Presidente da ABRADHENF. Membro dos grupos de pesquisa LAPHE, LACENF e LACUIDEN, como líder.

ramosporto@openlink.com.br

Ao iniciar as buscas sobre a história da Cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, o *Jornal do Século* em 1903, imagem nº 1, trouxe como manchete a notícia que "Pereira Passos mandou demolir o Rio Colonial". Assim, a leitura da notícia possibilitou o conhecimento de características da cidade antes das obras do prefeito, bem como, sua intencionalidade de torná-la oposto ao que se encontrava e que esta ação, sob a luz do sociólogo Norbert Elias (1993), traduzia-se pelo oposto da Barbárie, ou melhor, para a civilização.

E de fato, conforme sinaliza o *Jornal*, o sonho da capital da República era tornar-se civilizada. Deste modo, os adjetivos que a matéria dava a cidade do Rio de fétida, imunda, doente e cemitério de europeus precisavam desaparecer, e o Prefeito Pereira Passos com essa intenção, realizou uma organização urbana com diversas ruas,

além de edificações das mais finas arquiteturas europeias (JORNAL DO SÉCULO, 1903).

Desta maneira, pelo conhecimento que Passos assistiu, antes de tornar-se prefeito do Rio, a uma das fases mais delicadas da reforma empreendida por *Georges Eugène Haussmann* que transformou Paris uma cidade moderna e civilizada (PINHEIRO & FIALHO JR, 2006; SANTOS & MOTTA, 2003), compreende-se a inspiração parisiense adotada por Passos para as mudanças propostas por ele na cidade do Rio de Janeiro, e por isso o Jornal sinaliza que "a cidade renascerá com o mais grandioso exemplo da *Belle Époque* tropical".

Assim, em virtude da influencia francesa no que tange as questões urbanísticas em tornar o Rio moderno e civilizado, depreende-se que Passos também adotou na remodelação da cidade, os aspectos filosóficos referentes ao que os Franceses entendiam de civilização e para esse entendimento recorreu-se ao sociólogo Norbert Elias que em seu livro intitulado "O Processo Civilizador – uma história dos costumes" coadunou para o entendimento filosófico das bases conceituais civilizatórios franceses (ELIAS, 1993).

Cabe destacar que, a extração dos elementos formadores do conceito de civilização francesa, na obra do sociólogo, foi retirada dentro de uma antítese que Norbert faz entre a França e a Alemanha, para um possível entendimento do que veio a ser as influências francesas para a civilização carioca proposta por Pereira Passos.

Desta forma, este *paper* tem por **objetivo** identificar os elementos formadores do conceito de civilização por Norbert Elias que se apresentam nas entrelinhas da notícia do Jornal do Século de 1903 utilizados por Passos na civilização do Rio de Janeiro.

Assim, a **metodologia** da pesquisa percorreu na perspectiva histórica, cuja referência teórica principal foram os elementos formadores do conceito de Civilização adotados pelo sociólogo Norbert Elias. Além disso, o documento de análise foi o iconográfico obtido por meio eletrônico, e para formar uma triangulação dos dados, também se utilizou aspectos relacionados à história da cidade do Rio de Janeiro por meio de livros e artigos. Desta forma, como **resultado**, identificou-se que a civilização:

1. Constitui um contra conceito geral a outro estágio da sociedade (ELIAS, 1993), ou seja, a organização da sociedade do Rio de Janeiro do início do século não mais satisfazia aos detentores do poder seja no campo político, econômico e ideológico do país.

Vale destacar que, um dos motivos estava relacionado à imagem que o mundo possui da cidade (cidade fétida e assolada pelas doenças, lugar de cemitério de europeus, apelido nada lisonjeiro que a capital da república ganhou (JORNAL DO SÉCULO, 1903)) que dificultava as transações econômicas oriundas da função agroexportadora de Café, e que por esse motivo o cafeicultor Rodrigues Alves tornou-se Presidente da República a época, incumbido de mudanças desse quadro político e econômico. Ademais, novas classes sociais surgiam na cidade com outras aspirações ideológicas (KOK, 2005).

2. Representa a oposição da barbárie, assim elimina tudo o que é bárbaro ou irracional nas condições vigentes (ELIAS, 1993).

O título da manchete "Pereira Passos manda demolir o Rio Colonial" sinaliza a necessidade de eliminar tudo o que é bárbaro, ou seja, de eliminar a feiura, a sujeira, a insalubridade e a má organização do espaço construído e para isso o Prefeito não mediu esforços para suas ações como retratou a notícia "a prefeitura já começa literalmente a botar abaixo todos os obstáculos", para a construção de um Rio Civilizado.

3. Surge como forma de distinção das Classes Sociais (ELIAS, 1993).

Esta distinção pode ser inicialmente percebida em virtude da coercibilidade do Prefeito para realizar suas ações urbanísticas, atingindo fortemente a classe pobre da cidade com desapropriações, e lhes tirando a possibilidade das moradias populares (cortiços) que também foram destruídas.

Os imóveis no caminho planejado para as obras já foram ou serão demolidos. Aos proprietários que amanhecerem com um aviso de desapropriação pendurado na porta principal de seu imóvel, só resta sair o mais rapidamente possível de sua casa, pois a prefeitura dá apenas alguns dias para que a mudança seja feita (JORNAL DO SÉCULO, 1903).

Como consequência desse ato, o próprio periódico sinalizou, quando retratou "Pobres os moradores dos cortiços só tem como opção de moradia juntar-se aos soldados vestidos de canudos, que se fixaram em barracos no Morro da favela, antiga Providência" (JORNAL DO SÉCULO, 1903).

Desta maneira, pelo exposto, depreende-se que a eliminação da barbárie se estendia não só para a estrutura de arquitetura do Rio, mas também, para uma eliminação humana que junto ao aspecto colonial da cidade, que era feia, suja, insalubre, não portava os hábitos e comportamentos para aquela área que estava sendo construída como vitrine ao mundo.

Então, a demolição da cidade também pode ser entendida como o afastamento dos comportamentos intitulados incivilizados que eram de costumes das classes pobres que viviam naquele ambiente moderno que estava nascendo, e que por isso precisam ser distanciados daquele espaço, para o surgimento de outros compatíveis com a modernidade proposta, ambicionada pela alta classe da sociedade.

Assim, nessa distinção de classes, os morros foram os ambientes de moradias para as classes com menor poder aquisitivo se instalar, revelando o início das favelas da cidade, como retratou a matéria jornalística, "barracos no moro da favela, antiga Providência" (JORNAL O SÉCULO, 1903).

Contudo, conclui-se que a notícia veiculada sobre as ações do Prefeito Pereira Passos possibilitou, além do conhecimento sobre alguns aspectos do Rio de Janeiro antes de sua gestão, também, o seu marco histórico na cidade, com alguns de seus desdobramentos. E todo esse conjunto oportunizou uma análise do que foi a civilização da cidade do Rio sob a ótica da teoria Elisiana, demonstrando que a civilização de Passos envolveu muito mais que uma mudança de espaço social, pois também, conforme Elias (1993) demarcou, em termos de comportamento e estilo, um novo espaço para a nobreza e burguesia em ascensão no Rio de Janeiro, diante do despojamento e hábitos rudes das camadas pobres e rurais.



Imagem nº 1: Pereira Passos manda demolir o Rio Colonial. Jornal do Século, 1903.

Pereira Passos manda demolir o Rio colonial

"Com a posse do prefeito pereira passos, ficou claro que o Rio de Janeiro deixará de ser uma cidade fétida e assolada pelas doenças. No lugar de cemitério de europeus, apelido nada lisonjeiro que a capital da república ganhou, a cidade renascerá com o mais grandioso exemplo da Belle Époque tropical. Em vez das imundas vielas coloniais e dos cortiços, onde se acumulam doenças, a prefeitura planeja ruas e avenida largas, onde serão construídas edificações dignas das mais finas arquiteturas europeias. No lugar de terrenos que só servem de depósito de lixo, praças arborizadas. Para tornar realidade de um sonho de uma capital da República civilizada, a prefeitura já começa literalmente a botar abaixo todos os obstáculos. Os imóveis no caminho planejado para as obras já foram ou serão demolidos. Aos proprietários que amanhecerem com um aviso de desapropriação pendurado na porta principal de seu imóvel, só resta sair o mais rapidamente possível de sua casa, pois a prefeitura dá apenas alguns dias para que a mudança seja feita. Ao todo, 1800 operários estão encarregados a demolir 640 imóveis. Pobres, os moradores dos cortiços só tem como opção de moradia juntar-se aos soldados vestidos de canudos, que se fixaram em barracos no Moro da favela, antiga Providência" (JORNAL DO SÉCULO, 1903).

REFERÊNCIAS

- FACEBOOK. Jornal do Século. Pereira Passos manda destruir o Rio colonial, 1903. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/media/set/?set=a.306269349419697.74490.184324161614217&type=3>>. Acesso em 29 ago. 2016.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.l.
- KOK, G. *Rio de Janeiro na época da Av. Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.
- SANTOS, A. M. S. P.; MOTTA, M. S. O "bota-abaixo" revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas do Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, p.5-40, maio-ago. 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Angela-Marly.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.
- PINHEIRO, M.C.; FIALHO Jr, R. *Pereira Passos: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

ELEMENTOS SIMBÓLICOS NOS RITUAIS DE FORMATURA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO (1943-1956)

Sonia Helena da Costa Kaminitz

Professora Adjunta do Departamento de Processos Técnico Fundamentais do CCH/UNIRIO

Doutoranda do PPGENFBIO/CCBS/UNIRIO, Mestre em Memória Social e Documento UNIRIO

Prof. Doutor Fernando Rocha Porto

Doutor em Enfermagem e Professor Associado do PPGENFBIO da UNIRIO

OBJETIVO

Analisar a significação dos elementos simbólicos agregados nos rituais de formatura na gestão de ensino da Enfermeira Maria de Castro Pamphiro (1943-1952)

METODOLOGIA

O estudo está ancorado na abordagem histórico semiótica com viés nos elementos da cultura visual buscando-se identificar elementos objetais como os signos presentes nas imagens do acervo documental da EEAP, tratadas semioticamente como fontes documentais, que possibilitaram discutir os aspectos relacionados à assinatura imagética. Para esse fim foi aplicada uma matriz de análise às imagens contendo dados de identificação, dados complementares, dados do plano de expressão e dados do plano de conteúdo.

RESULTADO

Descrição e análise da Figura 1



Figura 1

A imagem da Figura 1 é de autor desconhecido, datada de 1952. Foi tomada em flagrante no sentido horizontal, medindo 24cmx18cm. A fotografia contém no verso a informação escrita em caneta tinteiro: alunas do segundo período, formatura da turma de 1953, realizada em 6 de agosto. Foi capturada externamente, na calçada da Igreja de Santa Terezinha, em Botafogo, em um plano fotográfico conjunto, de corpo inteiro. Mostra a turma de formandas perfilada, em formação militar, ostentando os uniformes, alinhados na altura da bainha, 30 centímetros acima do chão, a capa de sargeline azul arrumada para trás do ombro esquerdo, deixando aparecer os braços apoiados sobre a perna esquerda, touca e luvas brancas, as insígnias ao pescoço que recebem ao se formar, e meias claras e sapatos escuros. Duas formandas ostentam bandeiras, sendo a da direita a bandeira da escola e a da esquerda a do Brasil, símbolo a nação. Para o pesquisador Ricardo José de Oliveira Mouta a anatomia de uma bandeira tem a finalidade de "decodificá-la" (MOUTA, 2014, p. 174) e as cores possuem "significados específicos" (MOUTA, 2014, p. 174) e, por esse motivo, são "um elemento fundamental em qualquer processo de comunicação" e exercem um papel de "impressionar, expressar e construir" (MOUTA, 2014, p. 175). Assim, temos a bandeira da EEAP de formato retangular, e na parte da tralha está uma roseta de tecido azul e branco de onde pende o nome da escola

escrito em letras azuis. O batente é de cor branca, que é a soma de todas as cores, e significa "nascimento ou ressurreição, e transmite pureza, inocência, reverência, paz, simplicidade, além de limpeza" (MOUTA, 2014, p. 175). No centro tem-se uma cruz azul, que é a cor da EEAP. No centro da cruz, tem-se a lâmpada amarela que simboliza o caminho ou ambiente na cor que "é a mais próxima da luz" e pode também significar "brilho" (MOUTA, 2014, p. 175).

CONCLUSÃO

As cerimônias de formatura chamadas ritos de passagem consistem num processo de mudança de aparência em que se identificam as variações de atributos nos agentes que participam do processo, a saber: os veteranos, os calouros e os mestres do ritual. Em 31 de outubro de 1946 cumpriu-se pela primeira vez na EEAP a cerimônia de imposição de touca e emblema às alunas do sexto e quinto períodos que concluíram os curso teórico e prático. Foi também concretizada a instituição da lâmpada simbólica, um ritual inspirado pela conduta de Florence Nightingale e que Pamphiro considerou a mais importante e a mais significativa realização para a escola. A bandeira da EEAP presente nos rituais é um símbolo imagético que determina pertinência e identidade.

REFERÊNCIAS

MOUTA, R. J. O. Criação da Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras e sua participação no movimento de humanização do parto e nascimento 1989-2002). 2014. 00f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SEGALIN, M. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.



Capítulo 9

Gestão de Documentos e Arquivo

DATASETS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: Dados Brutos ou Documentos Arquivísticos?

Carolina de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

carolina.oliveira@gmail.com

Prof. Dr. Daniel Flores

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

danielflores.arquivologia@gmail.com

OBJETIVOS

Analisar se o *dataset* publicado na seção destinada aos dados governamentais abertos, no sítio do Ministério da Justiça (MJ), é um dado bruto ou um documento arquivístico. Para atingir o objetivo geral, mais especificamente, houve a necessidade de a) selecionar os *datasets* disponibilizados pelo MJ sobre funcionários terceirizados; b) identificar quais qualidades são inerentes a um dado; c) aplicar um modelo de análise diplomática ao *dataset*; e d) propor a criação de um instrumento de *benchmark* como linha de base para a identidade e integridade de documentos arquivísticos digitais utilizados como uma das fontes para formação de *datasets*.

METODOLOGIA

Essa pesquisa, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório, adota o método científico de estudo de caso que consiste na análise de um exemplar de determinado universo a ser investigado, direcionado por uma problemática (FLYVBJERG, 2004).

Na primeira etapa, para a seleção dos *datasets* tomados como objeto da pesquisa, buscaram-se, dentre aqueles disponíveis na seção "Dados abertos", no sítio do MJ <<http://www.justica.gov.br/dados-abertos>>, as planilhas de cálculo no formato *.xls (*software* Microsoft Excel), item 13 – Lista de terceirizados do Ministério da Justiça/

formato XLS, do período de janeiro a dezembro de 2013. São publicados os mesmos *datasets* também no formato .csv (*comma separate value*), mas a opção de analisar *datasets* no formato *.xls é por não seguir um dos princípios dos dados governamentais abertos. Cada uma das planilhas é um *dataset* formado pelo MJ e cuja finalidade é divulgar dados acerca dos funcionários terceirizados contratados para trabalhar no Ministério.

Na segunda etapa, para identificar quais qualidades seriam inerentes a um dado governamental aberto, foi realizada análise bibliográfica sobre gestão de dados e dados abertos. A pesquisa documental, por sua vez, foi adotada para auxiliar no conhecimento dos trâmites de formação do Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA) e do seu Grupo Executivo (GE) (BRASIL, 2011), da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) (BRASIL, 2012) e da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério da Justiça (CPAD/MJ), sendo esta última responsável pelo desenvolvimento das funções arquivísticas no âmbito do MJ. As principais fontes consultadas foram marcos legais (portarias, decretos, instrução normativa) e atas de reunião do CIGA.

Na terceira etapa, para atingir o objetivo geral desta pesquisa, de investigar se o *dataset* trata-se de um dado bruto ou de um documento arquivístico, adotou-se o "Modelo de análise diplomática" aplicado em estudos de caso no âmbito do Projeto InterPARES 2 (DIPLOMATIC ANALYSIS TEMPLATE, 2008).

Para a coleta de dados, os instrumentos adotados foram a observação individual e assistemática dos *datasets* visando a identificar suas propriedades e campos da tabela, e o sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), do Poder Executivo federal. Na observação individual e assistemática dos *datasets*, examinaram-se as propriedades de identidade e de integridade – elementos que compõem a autenticidade de documentos arquivísticos.

Resultados: Após coleta e análise dos dados, chegou-se ao resultado de que o *dataset* publicado pelo Ministério da Justiça, na seção "Dados abertos" do seu sítio institucional, é um dado bruto, não exigindo um tratamento arquivístico anterior à sua publicação para o reúso pelo cidadão brasileiro.

No caso específico do MJ, não são documentos arquivísticos que estão sendo publicados como *datasets* e essa conclusão apoia-se na aplicação do modelo de análise diplomática adotado pelo Projeto InterPARES 2. Das cinco características que um documento precisa ter para ser reconhecido como arquivístico (RONDINELLI, 2013), o ideal é que ele apresente todas; caso contrário, é um *bad record*. Porém, a

relação orgânica devido à participação numa atividade é obrigatória – característica esta que o dataset “Lista de terceirizados do Ministério da Justiça” não tem.

Conclusão: na administração pública, seja em cenário nacional ou internacional, itens como transparência, governança, *accountability* e prestação de contas têm sido divulgados como ações centrais dos governos, em suas diferentes esferas de atuação, com o objetivo de combater a corrupção e ampliar a participação/colaboração cidadã nas ações governamentais.

Como o registro das ações governamentais para garantir direitos aos cidadãos brasileiros tem sido feito, sobretudo por meio do ambiente digital, esta investigação sobre dados governamentais abertos e documentos arquivísticos justifica-se pela escassez de estudos acerca do tema no cenário arquivístico brasileiro e pela necessidade de interlocução com áreas de Computação e Informática.

De acordo com a proposta de estudo aqui desenvolvida, observou-se que uma gestão adequada dos dados governamentais a serem abertos à sociedade e dos documentos arquivísticos, como uma de suas fontes, manterá as qualidades essenciais para o seu reúso e, assim, o controle por parte da sociedade, garantindo que a governança, a transparência e *accountability* das ações governamentais sejam cumpridas de forma legítima no atendimento à demanda civil e social dos cidadãos brasileiros. Mas, para um estudo futuro, fica o questionamento sobre quem é esse cidadão brasileiro a fazer reúso de dados governamentais abertos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2011. Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências. **Planalto**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/dsn/dsn13117.htm>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BRASIL. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Instrução normativa nº 4, de 13 de abril de 2012. Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA. **GOV.BR**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/view?searchterm=Instru%C3%A7%C3%A3o%20normativa%20INDA>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

DIPLOMATIC ANALYSIS TEMPLATE (APPENDIX 7). In: DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy. **International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES) 2: experiential, interactive and dynamic records**. Pádova: Associazione

Nazionale Archivistica Italiana (Anai), 2008, p. 422. Disponível em: <<http://www.interpares.org>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. In: SEALE, Clive; GOBO, Giampietro; GUBRIUM, Jaber F. ; SILVERMAN, David (eds.). **Qualitative Research Practice**. London and Thousand Oaks, CA: Sage, 2004, pp. 420-434. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.144.5375&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ARQUIVOS DE ARTISTAS PLÁSTICOS: O Processo de Criação Artística nos Documentos de Rubens Gerchman

Thayane Vicente Vam de Berg

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO)

thay.vamdeberg@gmail.com

Orientadora: Dr^a. Aline Lopes de Lacerda

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos(PPGARQ/UNIRIO)

alopeslacerda@gmail.com

OBJETIVO GERAL

- Discutir a ligação entre a produção documental e o processo artístico num arquivo pessoal de um artista plástico.

Objetivos específicos:

- Identificar as funções dos documentos no processo artístico de Rubens Gerchman, tanto em relação aos registros do processo de criação das obras, quanto na utilização dos próprios documentos como elementos figurativos na obra de arte.
- Reconhecer as relações/ interseções entre museu e arquivo no campo da arte, no fenômeno dos arquivos pessoais de artistas. Verificar se e como ocorre a integração dessas áreas, a partir da análise da organização do arquivo de Gerchman;
 - Descrever as características da formação desse arquivo, os caminhos de sua organização, os usos dados pelo artista aos documentos, a constante interseção entre o documento e obra de arte que caracteriza o acervo de Gerchman.

METODOLOGIA

- Descrição e análise do objeto empírico:
 - No arquivo pessoal de Gerchman, custodiado pelo Instituto Rubens Gerchman.

- Revisão bibliográfica sobre o tema (revisão de literatura):
 - Arquivo pessoal na Arquivologia;
 - Arquivos de artistas;
 - Interdisciplinaridade entre Arquivologia e Museologia
 - Pesquisa quantitativa e qualitativa nas revistas:
 - Arquivo & Administração - Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB);
 - Acervo - Arquivo Nacional (a ser finalizada);
 - Informação Arquivística - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ).
- * Esse levantamento está associado à revisão bibliográfica sobre o tema dos arquivos pessoais na Arquivologia, como forma de embasar a análise sobre o desenvolvimento dos estudos sobre os arquivos pessoais na arquivologia brasileira.
- Estudo realizado a partir da:
 - Descrição do corpus;
 - Análise do corpus dialogando com a bibliografia teórica/metodológica.

RESULTADOS

A pesquisa está em fase de elaboração, mas é possível inferir que através da análise do arquivo pessoal do artista é possível identificar que a constituição e a apropriação que Gerchman realiza do seu arquivo se dá de duas maneiras: ou como um repositório que lhe serve de fonte de informação e inspiração para elaborar suas obras (principalmente das fotografias e dos recortes de jornais), ou com o uso dos seus documentos pessoais e originais na composição da sua obra. Além disso, o arquivo também é composto pelos registros do próprio processo de criação das obras. A partir desta perspectiva é possível perceber que o arquivo do artista contém os links existentes entre a documentação presente em seu arquivo pessoal e as obras artísticas criadas.

CONCLUSÃO

Considera-se indispensável a relação interdisciplinar entre as áreas de Arquivologia e Museologia, quando no tratamento de acervos de artista plásticos, pois a documentação presente no arquivo pessoal possui informações importantes para o entendimento das obras artísticas.

REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricos*. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Problemática atual dos arquivos particulares. In: *Revista Arquivo & Administração*, Vol. 6, n. 1, abr, 1978. p. 05-09.
- BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. Arquivos em museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo. In: *Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa*. São Paulo, 9 – 10 nov. 2009. Magalhães, Ana Gonçalves org. Anais... São Paulo: MAC USP, 2010.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. / Ana Maria de Almeida Camargo, Silvana Goulart. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 45, fascículo 2, jul./dez. 2009. p. 28-39.
- CIRILLO, Aparecido José; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da. Acervos de artistas: fontes documentais do processo de criação nas artes visuais. In: *II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Rio de Janeiro, 16 a 18 de novembro de 2011.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo. In: *Revista Estudos Históricos*. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998, p. 129-149.
- DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos* / tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- FERRANDO, Ellen Marianne Röpke; GONÇALVES, Edmar Moraes. A presença artística nos arquivos pessoais de escritores brasileiros: o caso do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. In: *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar* / Lucia Maria Velloso de Oliveira e Eliane Vasconcellos, organizadoras. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, 1998. p. 59-87.
- GERCHMAN, Clara. *Rubens Gerchman: O Rei do Mau Gosto*. 1. ed. – São Paulo : J.J. Carol, 2013.

- GERCHMAN, Rubens. *Gerchman*. Textos de Ana Maria Escallón e Damián Bayón. 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. Arquivos Pessoais, Desafios e Encantos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 45, fascículo 2, jul./dez. 2009. p. 22 - 25.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997, p. 41-66.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O Indivíduo fora do lugar. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 45, fascículo 2, jul./dez. 2009. p. 40-57.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2015.
- LACERDA, Aline Lopes de. Arquivística e documentos fotográficos: origens de uma relação. In: *Revista Arquivo & Administração*, vol. 11, n. 2, jul/dez de 2011. p. 29-54.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. p. 535 - 549.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. In: *Gragoatá*. Niterói, nº 15, p. 69-82, 2. sem 2013.
- MAGALHÃES, Fábio. *Rubens Gerchman*. São Paulo: Lazuli Editora, 2006. (Coleção Arte de Bolso).
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim...Novas considerações. In: *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa* / Organização Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Arquivos de artista, museus e pesquisa: reflexões de um historiador. In: *Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa*. São Paulo, 9 - 10 nov. 2009. Magalhães, Ana Gonçalves org. Anais... São Paulo: MAC USP, 2010.
- OLIVEIRA, Caroline Brito de. *Cooperação, compartilhamento e colaboração na Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro -REDARTE/RJ* / Caroline Brito de Oliveira. - 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Programa de

Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. In: *Revista Estudos Históricas*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/ FGV, 1998.

SANTOS, Paulo Elian dos. *Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012. (Thesis, 1).

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos pessoais. In: *Arquivística.net* - www.arquivistica.net, Rio de Janeiro, v.4, n.1, jan./jul.2008, p. 62-80.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas* / Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da. A transição paradigmática e o posicionamento da Museologia face à Ciência da Informação transdisciplinar. In: *Arquivos, Bibliotecas e Museus: realidades de Portugal e Brasil*. / Zeny Duarte, organizadora. – Salvador: EDUFBA, 2013. P. 17-38.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. In: *Ponto de Acesso*, Salvador, V.5, n.1, p. 66-84, abr 2011.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: Lógica da acumulação em arquivos privados. In: *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, jul./dez. 1986. p. 62-76.

WERCHEZ, Carolina Santelices & BASTÍAS, Cecilia Guzmán. *Constitución de Archivos de Arte – Directrices para su adecuapuesta em valor*. Fondo Nacional de la Cultura y las Artes (FONDART). Universidad de Playa Ancha. Facultad de Ciencias Sociales. 2010.



Capítulo 10

História

CONSERVADORES E LIBERAIS: Permanências e Rupturas Entre a Guarda Real e o Corpo Permanentes (1809 – 1839)

André Luis Cardoso Azoubel Zulli

Mestrando em História – PPGH/UNIRIO

andre-caz@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen

Programa de Pós-graduação em História

icleiathiesen@gmail.com

Estudar a Polícia brasileira nos primeiros anos do século XIX implica necessariamente em compreender o embate entre as formas absolutistas e liberais de governo. De acordo com COTTA (2009) a Polícia no Antigo Regime tem como objetivo manter a ordem estabelecida, ainda que este objetivo seja muito vago e dependente em seu significado do estabelecimento de um juízo de valor determinado por aqueles que a comandam. A ideia de Polícia teve sua primeira reformulação a partir da Revolução Francesa, quando em 1789 a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabeleceu no seu décimo segundo artigo que "A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada."

Nas primeiras décadas do século XIX observamos o princípio deste conflito no Brasil ao compararmos a atuação e as bases teóricas de criação da Guarda Real de Polícia e do Corpo de Guardas Municipais Permanentes. A Guarda Real ficou marcada pela atuação do Comandante Geral Miguel Nunes Vidgal.

Os castigos aplicados por Vidgal e seus granadeiros eram conhecidos popularmente como "ceias de camarão" devido ao aspecto adquirido pela pele castigada. Tal ato de violência era legitimado tanto pelo Intendente de Polícia, como pela "boa sociedade" e o Estado [...] Na lógica da época, o "corpo criminoso" era exposto publicamente como símbolo da presença do poder do soberano absoluto e serviria como exemplo para que a infração não se repetisse. (LEAL, PEREIRA E FILHO, 2010, p. 58)

Já o Corpo de Guardas Permanentes foi criado num contexto e por um ministro da Justiça de tendência política liberal, Diogo Antônio Feijó. Apesar dessa nova força policial ser classificada por HOLLOWAY (1997) como um substituto funcional da extinta Guarda Real, os discursos acerca da sua criação e dos primeiros anos de funcionamento do Corpo demonstram o objetivo de se estabelecer uma nova forma de policiar, tendo a garantia dos direitos uma função mais importante. É muito relevante este último elemento para nossa análise, pois de 1808 até 1830 a Polícia atuava num limbo jurídico, pois muito do Livro V das ordenações Filipinas não era seguido e o Intendente tinha poderes para legislar sobre a questão criminal. Além disso, o código de processo criminal só ficou pronto em 1832, desta forma os permanentes tiveram uma legislação criminal e processual mais clara e constante para sua atuação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Caracterizar e analisar as permanências e rupturas institucionais ocorridas entre a Guarda Real de Polícia da Corte e a Criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes da cidade do Rio de Janeiro.

Objetivos específicos:

Analisar comparativamente os discursos oficiais das autoridades governamentais responsáveis em cada uma das instituições policiais (**Guarda Real de Polícia da Corte:** Intendente de Polícia, Governador de Armas da Corte, Ministro da Guerra e 1º Comandante; **Corpo de Guardas Municipais Permanentes:** Ministro da Justiça e Comandante Geral) a fim de identificar como estes oficiais entendiam ser um serviço policial eficiente, quais as características esperadas de um bom policial, se estas expectativas eram respondidas pelas respectivas instituições, quais funções eram atribuídas a cada uma e se o ministro da Justiça considerava a experiência carioca um exemplo para os Corpos das demais províncias.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho a metodologia consistirá, num primeiro momento, na coleta e análise dos discursos oficiais produzidos pelos comandantes das duas corporações militares, a GRP e o Corpo de Permanentes, e pelas autoridades às quais os referidos comandantes tinham a obrigação de se reportar. Esta documentação se constitui de relatórios, ofícios, ordens do dia, fés de ofício e qualquer outra

correspondência trocada entre estas autoridades que possibilite a percepção de como eles entendiam a eficácia ou não da Corporação e de seus membros.

Em seguida à coleta e análise dos referidos discursos separadamente, os elementos encontrados em cada caso serão cotejados de forma a verificar quais características da GRP se mantiveram no Corpo de Guardas Municipais Permanentes e quais foram removidas, substituídas ou alteradas de forma a dar uma nova roupagem a esta nova força policial da Corte.

Para definir nosso entendimento a cerca do que seja a Polícia utilizamos as interpretações desenvolvidas por Michel Foucault, neste caso principalmente o conceito de panoptismo, o qual foi cunhado a partir da obra arquitetônica do jurista e utilitarista inglês Jeremy Bentham, o Panóptico. Segundo Foucault (2013) o panoptismo é a vigilância invisível e constante do Estado, pois, o Panóptico se insere na dinâmica de relações de poder, por sua vez essa noção se dá a partir do acúmulo de conhecimentos sobre um campo de saber que implicaria necessariamente numa relação de poder.

A partir do século XIX em que esta prática passa a ser característica dos Estados se inicia o que Foucault chama de Idade do Controle Social. Um período no qual através da vigilância se buscará construir o máximo de saber sobre algo, alguém ou algum grupo para estabelecer relações de poder, sendo a Polícia a responsável por esta coleta.

Mais do que um instrumento a serviço do Estado acreditamos que a Polícia seja um elemento essencial para a construção do próprio Estado, neste sentido acreditamos que a Polícia se insere no contexto do absolutismo europeu, surgindo como uma resposta a esta nova forma de governo.

Em primeiro lugar, a polícia tem a ver com tudo o que diz respeito à ornamentação, à forma e ao esplendor da cidade. O esplendor não só se relaciona com a beleza de um Estado organizado com perfeição, mas também com sua potência, seu vigor. Assim, a polícia garante o vigor do Estado e o coloca em primeiro plano. (FOUCAULT, 2003, p. 379)

É devido a estas perspectivas que estudamos a Polícia no Rio de Janeiro do século XIX não apenas como uma instituição voltada para a segurança pública, mas também como instituição responsável por garantir a ordem, sendo a palavra ordem entendida como detentora de uma ampla gama de significados, desta forma incumbindo a Polícia de muitas responsabilidades.

RESULTADOS

Até o presente momento nossa pesquisa, em fase inicial, coletou e analisou os ofícios do código 327 do Arquivo Nacional (Ofícios do Intendente geral de Polícia para o Comandante Geral da Guarda Real de Polícia da Corte 1816 – 1826), os relatórios do ministro da Guerra dos anos de 1829 e 1830 e as leis e decretos que dizem respeito à Guarda Real de Polícia da Corte e a criação e regulamentação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes.

No código 327 entre os 415 ofícios analisados identificamos as funções conferidas à Guarda Real de Polícia e as dividimos em dezessete categorias:

TIPO DE CONTEÚDO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Ataque a quilombo	4	0,95
Auxílio a autoridades	18	4,33
Averiguação	12	2,87
Castigo	2	0,47
Contratação	22	5,27
Controle de animais	8	1,91
Escolta	24	5,75
Iluminação pública	3	0,71
Informe	18	4,33
Instruções	142	34,21
Investigação	15	3,59
Mandado de prisão	48	11,51
Recrutamento	9	2,15
Regulação da atividade policial	53	12,71
Requerimento de informação	20	4,79
Requisição de particulares	4	0,95
Resposta a ofícios	13	3,11

As ordens do dia do Código 749 do Arquivo Nacional (Ordens do dia da Guarda Real de Polícia da Corte 1809 – 1817) já foram recolhidas, mas estão em processo de análise e o código 322 teve as fontes recolhidas, mas ainda serão analisadas.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Nossa pesquisa permitiu concluir até o momento que a Guarda Real de Polícia era uma instituição essencialmente militar, não só pela forma que a lei e o regulamento determinavam, mas também pela sua composição, uma vez que todos os seus membros eram militares provenientes das tropas de 1ª Linha. A Guarda Real de Polícia era uma instituição subordinada à Intendência Geral de Polícia, servindo como o braço armado do intendente, esta subordinação fazia com que a Guarda Real tivesse uma ampla gama de funções como enumeramos acima.

O Corpo de Guardas Municipais Permanentes, por ter sido criado num contexto e por um ministro de posicionamentos políticos liberais, se apresenta como uma instituição de organização militar, mas composta por civis que se recrutavam voluntariamente para servir no Corpo. Suas ordens não mais vinham do intendente de Polícia, mas agora do ministro da Justiça e, assim, sua relação com o Chefe de Polícia se tornou menos vertical se comparada à relação com o intendente. Se por um lado o Corpo de Permanentes representou a substituição da força policial ostensiva do Rio de Janeiro após a extinção da Guarda Real de Polícia em julho de 1831, o discurso do ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó e a tendência política vigente no país naquele momento nos levam a crer que se deseja uma substituição do modelo policial.

REFERÊNCIAS

COTTA, Francis Albert. OLHARES SOBRE A *POLÍCIA* NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA *ORDEM* IMPERIAL NUMA SOCIEDADE MESTIÇA. Uberlândia: Fênix – Revista de História e Estudos Culturais vol. 6 n.2 06/2009. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_01_Francis_Albert_Cotta.pdf. Acesso em: 05/05/2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOLLOWAY, Thomas H. *A polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis Silva; FILHO, Oswaldo Munteal (Coord.). *200 anos Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC RIO, 2010.

A MORTE COMO INSTRUMENTO DA COROA: Pena de Morte e Rituais de Execução no Brasil (1603-1822)

Bárbara Benevides

Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

barbara.benevides@hotmail.com

Prof^a. Dr^a. Claudia Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

claudiarodrigues.3@hotmail.com

OBJETIVO

Este trabalho propõe analisar um panorama geral da pena última, sua execução e seus rituais em diferentes áreas do Estado do Brasil (Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Negro e São Paulo), considerando as variações e condições específicas de cada região. Assim, objetivando montar um painel do estabelecimento e da aplicação da pena de morte como instrumento da Coroa no que diz respeito à implementação do poder e à manutenção da ordem no período de 1603-1822. Com o intuito de perceber como, no momento da colonização de um novo território anexado ao Império português, a ausência do rei, detentor físico do poder, fez com que fosse necessária a sua representação simbólica através de rituais, cerimoniais e da delegação de poder a outras autoridades. Além disso, o projeto também pretende investigar os crimes que mais condenavam a pena de última; se havia algum grupo social em especial que se encontrava majoritariamente entre os condenados; e questionar a efetiva aplicação da pena de morte, entendendo que apesar do Livro V das Ordenações Filipinas – a legislação penal que vigorava no período estudado – apresentar um caráter violento, na prática, o sistema penal contava com a comutação de penas e a clemência do rei.

METODOLOGIA

Para me familiarizar com a atmosfera das punições, recorri primeiramente ao Marquês de Beccaria, que, no século XVIII, denunciou a atrocidade dos suplícios e a

desproporcionalidade das penas aos delitos, condenou o direito de vingança e tomou por base o direito de punir a utilidade social. Em um segundo momento, peregrinei pelas obras de Michel Foucault, que se opôs à ideia de que a penalidade era antes de tudo uma maneira de reprimir os delitos e definiu os suplícios como penas corporais que deveriam produzir certa quantidade de sofrimento que se pudesse hierarquizar e que tinham como função “purgar” o crime e reproduzi-lo no corpo visível do criminoso; significando mais um cerimonial que visava reconstituir a soberania lesada do que reestabelecer a justiça. Foucault qualificou a pena de morte como suplício, na media em que a morte seria o último estágio de uma hierarquia de dor calculada, e argumentou que por muito tempo ela foi, juntamente com a guerra, a outra forma de direito de gládio (de atacar ou se vingar de quem ameaçasse o rei). Assim, para o filósofo, as execuções públicas eram entendidas mais como uma manifestação de força do que obra da justiça (FOUCAULT, 1988: 129; 2001a: 104; 2001b: 30, 41-42, 46).

Apesar de considerar as asseverações acima fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa acerca da pena de morte, reputo ser necessário ponderar as afirmações de Foucault, referentes ao poder real com as interpretações de Xavier Gil Pujol e António Manuel Hespanha acerca do chamado período absolutista. Ao abordar a temática da centralização dos estados europeus, no século XVII, Pujol rompeu com a idealização do poder real ilimitado ao demonstrar que para sua manutenção era necessário contar com poderes periféricos. (PUJOL, 1991: 124). É nesse sentido que Hespanha vem propondo a compreensão da monarquia do início da modernidade como “corporativa”, ao entender que o poder real se confrontava com uma pluralidade de poderes adjacentes frente aos quais assumia uma hegemonia simbólica. De acordo com o mesmo, durante o período da monarquia “corporativa” a estratégia da Coroa portuguesa não estava voltada para uma intervenção punitiva cotidiana e efetiva, mas principalmente como uma lógica simbólica mais relacionada à imagem de dispensador da justiça do que aquele que intervinha de forma disciplinar. (HESPANHA, 1993: 292, 297, 311, 314 e 1995: 89-90). Assim, considerarei que a estrutura do sistema penal configurada no Antigo Regime português se equilibrava na figura do monarca vingativo e paternal que, com o Direito de Graça, perdoava seus súditos por suas transgressões, mas não antes de ameaçá-los com as piores penas que poderiam ser aplicadas.

Referente ao conceito de ritual, optei por utilizar a mesma concepção adotada por Silvina Smitniansky em seu trabalho “Ritual, tempo y poder”, que consiste em um conjunto de ações performativas que transmitem mensagens, mas que também

produzem efeitos na realidade social. Neste livro, a autora realizou um estudo sobre a colonização espanhola na América, no qual mostrou que no primeiro período da conquista, os rituais e os símbolos foram fundamentais como forma de legitimação do domínio territorial e para a manutenção da ordem colonial e o reconhecimento da autoridade régia. Acredito que, consideradas as diferenças entre a colonização espanhola e a portuguesa, seja possível analisar a importância dos rituais, dos símbolos e das cerimônias para a legitimação, reconhecimento e manutenção do poder lusitano, na América portuguesa. (SMITNIANSKY, 2013: 18-19, 29).

Esta pesquisa utiliza como fonte principal um corpus documental, com cerca de 118 documentos (auto crime; aviso régio; carta; carta régia; certidão; certidão de alvará de folha; consulta; decreto; despacho; informação; ofício; ordem do rei; parecer; provisão; provisão régia; requerimento), montado a partir da pesquisa de fontes no Projeto Resgate referentes ao tema da pena de morte. Tal documentação se refere às regiões da Bahia, do Maranhão, do Mato Grosso, de Goiás, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rio Negro e de São Paulo, e datam da segunda metade do século XVII, do século XVIII e do início do século XIX. O material coletado no Projeto Resgate será correlacionado com: a legislação referente à pena capital (Livro V das Ordenações Filipinas e demais decretos), relatos de memorialistas (como Vieira Fazenda), compromisso da Santa Casa da Misericórdia das regiões mencionadas, processos-crime, devassas e sentenças que planejo buscar (através dos nomes de carrascos, condenados que foram executados e criminosos que de acordo com a legislação também o teriam sido). Tais fontes se encontram na Biblioteca Nacional, no Arquivo da Justiça e no Arquivo Nacional.

Os compromissos da Santa Casa de Misericórdia, toda a documentação do Projeto Resgate, os processos e os relatos de memorialistas serão trabalhados qualitativamente através da análise de texto (VAINFAS e CARDOSO, 1997). Pretendo produzir um banco de dados trabalhados pelo método serial e quantitativo (com o recurso do ACCESS/Microsoft) com o intuito de mapear cada região de acordo com temáticas comuns: região; motivos e fundamentos para a condenação; tipo de pena; informações sobre o condenado; se a pena foi aplicada, se foi comutada ou perdoada, justificativas para tal; observações sobre a execução; atuação da Santa Casa de Misericórdia. Planejo realizar estudos de casos selecionados de alguns condenados e carrascos, buscando uma aproximação da história desses personagens com o objetivo de entender se havia alguma característica específica no grupo dos sentenciados à morte, como também vislumbrar quem eram as pessoas que ocupavam o cargo de verdugo e observar como ambos se inseriam naquela coletividade e eram

percebidos pela mesma. Tal análise será realizada através de uma busca nominal por arquivos e fontes diversas – como, por exemplo, registros paroquiais, processos, devassas, auto-crimes, pedidos de comutação de pena, etc. – orientadas a partir das informações fornecidas pela bibliografia e pelos relatos de memorialistas inseridas no banco de dados que será construído. A metodologia da micro-história utilizada nesse momento propõe desvendar os sentidos históricos que se poderiam retirar da observação da aplicação ou não da pena de morte e de seus rituais de execução. Além da análise que possa quantificar as execuções da pena de morte e a lógica da sua aplicação.

RESULTADOS

O presente trabalho encontra-se em estágio inicial, por conta disso ainda não é possível apresentar grandes resultados visto que nesse momento está sendo priorizada a coleta e a transcrição de fontes. Ao longo do primeiro semestre de 2016 inicie a coleta de fontes no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, paralelamente fiz a transcrição da documentação do Projeto Resgate relativa à região do Rio de Janeiro. Contudo, mesmo em estágio inicial ao observar o corpus documental recolhido no Projeto Resgate pude perceber a demanda da pena de morte por parte de autoridades locais como forma de controle social da população. Além disso, ao contemplar estas fontes, é possível notar como característica principal o estabelecimento de uma rede de comunicação entre as autoridades portuguesas e as autoridades coloniais. Também pode ser observada a interlocução entre colonos e autoridades locais, todavia em número bem mais reduzido.

CONCLUSÃO

Após realizar um levantamento das produções que abordaram a pena de morte no Brasil, foi possível perceber que a bibliografia a este respeito é escassa e ainda muito recente, principalmente na historiografia, apenas os estudos de João Luiz Ribeiro (RIBEIRO JL, 2005) e Caiuá Cardoso Al-Alam (AL-ALAM, 2008) se enquadram neste campo. Ainda assim, estes historiadores trabalharam com a pena de morte direcionada exclusivamente para os casos de escravos condenados a pena capital ao longo do século XIX, período imperial. Em razão disto, essa pesquisa objetiva contribuir com a expansão dos estudos sobre a história da morte no Brasil, ao propor ampliar o campo dos condenados executados e ao buscar compreender a pena de morte dentro da lógica da representação do poder e da manutenção da ordem no processo de ocupação do Brasil e ao longo da colonização, ao observar a legislação

e seus rituais de execução considerando o papel que desempenharam na realidade social e a vivência desse tipo específico de morte pela sociedade no período recortado.

REFERÊNCIAS

AL-ALAM, Cauiá Cardoso. A Negra Força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion. "História e análise de textos" in VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). Domínios da História: Ensaios de teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAZENDA, Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Revista do IHGB, tomo 86, vol 140, 1921.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. 7ª. Edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. Os Anormais: Curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.a

_____. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. 16ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.b

HESPANHA, António Manuel. Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

_____. História de Portugal Moderno. Político e Institucional. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII. Penélope: Fazer e Desfazer História, Lisboa, n.6, p. 119-144, setembro de 1991.

RIBEIRO, João Luiz. No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: A Lei de 10 de junho de 1835: Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil 1822-1889. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SMIETNIANSKY, Silvina. Ritual, tempo y poder: una aproximación antropológica a las instituciones del gobierno colonial (Gobernación del Tucumán, siglos XVII y XVIII). Rosario: Prohistoria Ediciones, 2013.

FUGAS DE ESCRAVOS NO RIO GRANDE DO SUL – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (Fronteiras e Quilombos)

Carlos Jarenkow

Programa de Pós Graduação em História da UNIRIO
carlos.jarenkow@gmail.com

OBJETIVO

A pesquisa tem como objetivo analisar a fuga de escravos na segunda metade do século XIX, na Província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. O contexto se dá em período específico, após a abolição definitiva do tráfico de escravos, com a Lei Eusébio de Queirós (1850) e o decreto do fim da escravidão na Banda Oriental do Uruguai (1846), fronteira com o Brasil Meridional. Buscamos, através de uma análise comparada, mostrar que as fugas, a partir deste período, passaram a ser constantes em direção à fronteira, mais do que propriamente fugas "internas", principalmente a formação de quilombos, comum em períodos anteriores. Buscaremos mostrar como escravos se arriscaram na busca pela liberdade no "outro lado da linha", quais suas histórias, seus caminhos e percalços.

Muitos trabalhos já vêm mostrando os impactos diplomáticos que estas fugas tiveram, bem como a possibilidade de se conseguir a liberdade no Uruguai (GRINBERG, 2007; ARAÚJO, 2008; CARATTI, 2010). Apesar da possibilidade jurídica de se conseguir a liberdade, na prática, esta fuga era bastante difícil. No geral, se formos pensar nos escravos fugidos em um contexto nacional, a fuga dificilmente era um projeto solitário. Para fugir (e permanecer foragido), eram necessárias redes de solidariedade fosse com escravos, libertos e livres (GOMES, 2005). No caso da fronteira, esta ajuda era ainda mais indispensável. Era preciso, às vezes, atravessar rios, matas e fazendas, correndo o risco de ser capturado por um capitão do mato ou, pior ainda, por algum traficante de escravos a mando de um grande fazendeiro.

A vida no Uruguai também não era nada fácil. As opções destes foragidos, geralmente, giravam em torno de participação militar, em condições bastante precárias. Além

disso, aqueles que poderiam conseguir um emprego assalariado como campeiro, ou no trabalho doméstico, corriam o risco de serem novamente comercializados por uma rede clandestina de "reescravização" (CARATTI, 2010; LIMA, 2010).

Sendo assim, temos como objetivo mostrar que, houve um aumento pela "busca da liberdade" na segunda metade do século XIX através da fuga de escravos para o Uruguai que aumentou significativamente após a abolição. Porém, não podemos nos iludir que esta fuga era simples ou que, "atravessando a linha" esta liberdade estaria garantida. Assim como houve aumento de fluxo de escravos indo para o Uruguai, houve também aumento das tensões envolvendo autoridades e senhores na busca por estes cativos.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa se dá através de larga leitura bibliográfica de trabalhos publicados a respeito do tema e da quantificação de casos de fuga através de processos crime, correspondências entre províncias, listas de escravos foragidos, análise de inventários e testamentos de fazendeiros. Além de quantificar, podemos, no caso dos processos crimes, fazer uma análise um pouco mais profunda, através da leitura dos relatos das testemunhas de acusação, réus e vítimas, além do próprio parecer do juiz.

Como ainda estamos no início da pesquisa, no que se diz respeito as análises das fontes, por hora, escolhemos apresentar resultados bastante breves e mais quantitativos, mas que já nos apontam para algum caminho. Sabemos que os documentos não falam por si só, o que explica a vasta leitura bibliográfica a respeito do tema, tomando posições dentre as vertentes historiográficas e as relacionando, sendo elas convergentes ou divergentes. Escolhemos, portanto, utilizar apenas os Processos Crime, localizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, para análise.

RESULTADOS

Olhando apenas para os Processos Crimes a respeito de fugas já podemos ver alguns resultados. Dos 54 processos analisados, referentes a fugas (internas ou externas) no Rio Grande do Sul do século XIX, pelo menos 21 apontam, de forma direta, para a tentativa de fuga na Fronteira. Dos 21 processos de fugas que não rumam, necessariamente para fronteira, 4 ocorreram em cidades fronteiriças e, provavelmente, tinham como destino o Uruguai. Dessa forma, pelo menos 27 processos, dos 54 encontrados relacionados à fuga, eram "externas". As fugas que visavam a ida para os Quilombos totalizam 9 e as fugas "internas" 17. Dessa forma,

temos uma proporção de 27 fugas rumo à fronteira e 26 internas, um número já bastante expressivo, levando em consideração os riscos e as dificuldades de tal empreendimento.

Fazendo um recorte para o período que nos interessa, a partir da década de 1850, a questão da abolição no país vizinho mostra como no imaginário dos escravizados o Uruguai poderia significar a liberdade. Dos 54 processos de fuga, 39 ocorreram na segunda metade do XIX. Destes, 23 tinham como objetivo a fuga pela fronteira e 16 eram fugas internas. Se, anteriormente, este número estava um pouco mais próximo, começamos a notar uma diferença relativamente grande. Ou seja, na primeira metade do século, tivemos quase nenhuma busca de fuga pela fronteira, analisando os processos crime. Quando, na segunda metade, começamos a ter cada vez mais casos possíveis de análise. Quando falamos nos quilombos, então, temos apenas 2 casos, dos 9 encontrados, que se passaram após 1850. Se, anteriormente, tínhamos um contingente maior de escravos se agrupando em quilombos, neste período, estes números diminuíram muito.

Evidente que estamos fazendo uma análise apenas dos processos crime, que possuem uma natureza documental diferente, por exemplo, da lista de escravos fugidos produzida em 1850, largamente trabalhada que apresenta, pelo menos, 467 escravos fugidos entre 1827 e 1850 (FLORES, 2012). Além disso, no que se diz respeito aos Quilombos, estamos trabalhando com uma fonte documental pouco trabalhado pela historiografia, que geralmente faz uso das Correspondências entre chefes de polícia das províncias (MAESTRI, 1996).

De qualquer maneira, conseguimos visualizar duas questões por dois ângulos diferentes: 1) A busca pela fuga na fronteira aumentou, se comparada à fuga dos quilombos a partir da segunda metade do século XIX, com a abolição da escravidão no país vizinho. 2) As autoridades brasileiras passaram a dar maior ênfase nas busca de escravos foragidos pela fronteira do que para os quilombos, visto que estes segundos envolviam questões diplomáticas. Além disto, os próprios fazendeiros preocupavam-se mais com a fuga pela fronteira com medo de perder os seus escravos, aumentando a sua política de domínio através da coerção, na busca destes foragidos para o Uruguai, em contexto de abolição e do fim do tráfico, gerando, inclusive, casos de reescravização de pessoas livres no país vizinho (LIMA, 2010). A própria produção da lista, em um período chave da história brasileira – a promulgação da Lei Eusébio de Queirós – aponta para uma necessidade destes senhores em reaver escravos fugidos a mais de dez anos.

CONCLUSÕES

A pesquisa ainda não está concluída – longe disto –, porém, já podemos tirar algumas conclusões. A primeira delas é o fato de que após o fim do tráfico transatlântico e a abolição da escravidão no Uruguai, os escravos brasileiros buscaram se aventurar pela fronteira e que este passou a ser o centro das buscas de capitães do mato e fazendeiros. Já os quilombos parecem ser um fenômeno do período colonial gaúcho da primeira metade do século XIX. Evidente que não podemos afirmar que não houve outros quilombos, muito provavelmente havia. Porém, aparentemente, passaram mais despercebidos pelas autoridades. Isto pode ter ocorrido por dois motivos: 1) perda da importância na repressão de Quilombos se comparados às fugas de fronteira; 2) estabelecimento destes Quilombos de forma “aceitável” entre fazendeiros e autoridades, algo mais comum em todo Brasil do século XIX (GOMES, 2006).

A Segunda conclusão que podemos tirar é que a linha “tênue” entre escravidão e liberdade não é tão definida como alguns historiadores buscaram trabalhar. A busca pela liberdade, na verdade, dificilmente era alcançada. A dificuldade de se fugir era uma realidade e o medo de ser reescravizado também. Boatos de sedução para a fuga e rumores de insurreição assombravam fazendeiros e autoridades gaúchas que não só temiam perder escravos para a Região Sudeste como também para o Estado vizinho, aumentando suas políticas de dominação, fosse através da coerção ou da negociação. O aumento de processos crime envolvendo a condenação e punição de escravos que tentaram fugir para o outro lado, bem como a lista de 1850 – produzida em um período chave da história da escravidão brasileira – mostra como as relações entre Brasil, Uruguai, senhores e escravos passaram a ser importantíssimas na fronteira a partir de 1850. Os próximos passos da pesquisa se darão através do cruzamento e quantificação de fontes possíveis para a análise de fugas no Rio Grande do Sul. Além disso, pretendemos ler e transcrever estes processos crimes já quantificados, buscando compreender contextos e motivações destes agentes que buscaram a sua liberdade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thiago Leitão de. “Ambivalências da escravidão: controle social, criação da liberdade – Rio Grande de São Pedro (1850/1888)”. *Anais do 3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/thiago%20leito%20de%20araujo.pdf>>

_____. **Escravidão Fronteira e Liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto agropecuário** (Vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Porto Alegre: PPGHIST/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

CARATTI, Jônatas Marques, **O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio** (1842-1862). São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010. (Dissertação de Mestrado).

_____. "Em busca de posse cativa : o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851)". **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, 2009. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/jonatascaratti.pdf>>

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. "Manejando soberanias: O espaço de fronteira como elemento na estratégia de fuga e liberdade (relativa) de escravos no Brasil meridional na metade do século XIX". **Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/flores%20mariana%20fl ores%20da%20cunha%20thompson.pdf>>

_____. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil** (1845-1889). Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2012 (Tese de Doutorado).

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (1ª edição, 1993).

GRINBERG, Keila (org.). **As Fronteiras da escravidão e da liberdade no Sul da América**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. "A fronteira da escravidão: a noção de 'solo livre' na margem sul do Império brasileiro": **Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/keyla%20grinberg.pdf>>

LIMA, Rafael Peter de, **A nefanda pirataria de carne humana: as escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)**. Porto Alegre: PPGHIST/UFRGS, 2010. (Dissertação de Mestrado).

MAESTRI, Mário. "Pamba Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul". In: REIS, João

José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 291-331.

PETIZ, Silmei de Sant'Anna. **Buscando a liberdade : as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.

A COSMOVISÃO AFRICANA DA MORTE: As Diferentes Vivências Entre os Africanos no Rio de Janeiro (C. 1750 – C.1850)

Claudio de Paula Honorato

Claudia Rodrigues (Orientadora)

1- Departamento de História; Escola de História;
Centro de Ciências Humanas e Sociais;
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: morte, rituais, africanos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que será apresentado faz parte de nosso projeto de doutorado intitulado Entre Rio de Janeiro e África: as diferentes vivências da morte e do morrer entre os africanos na cidade do Rio de Janeiro (c.1750 – c.1850). Nosso objetivo aqui é investigar as diferenças e semelhanças das atitudes diante da morte e do morrer dos variados grupos de africanos – escravos e libertos – que se fizeram presentes na cidade vindos das diferentes regiões africanas da África Ocidental, Centro Ocidental e Oriental. Buscamos também entender as diferenças segundo a condição social existentes entre escravos e libertos e de como as especificidades do viver fora do cativeiro implicava em certos costumes diferentes. (FLORENTINO E GOES, 1997; RUSSELL-WOOD, 2005; SCHWARTZ 2005; ENGEMANN, 2006; FARIA, 2007; FRAGOSO, 2007; GUEDES, 2008; BRAVO, 2014;). Pesquisas recentes têm demonstrado que os laços de parentesco imediato têm estado no centro das estratégias da vida cativa, mas havia também a possibilidade da criação de outros laços rituais e fictícios, como o parentesco extenso (ENGEMANN, 2006: 61-66; FRAGOSO, 2007: 106; BRAVO, 2014 83). O compadrio entre senhores e escravos demonstra como as relações sociais estabelecidas entre ambos não só possibilitava a criação de uma convivência razoável entre eles, como também podia refletir o surgimento de uma hierarquia entre os cativos o que igualmente não excluía a existência de hierarquias entre os próprios libertos. (KARASCH, 2000: 441; SCHARTZ, 2001: 99-100; RUSSELL WOOD, 2005: 59-60; FARIA, 2007: 114-9; BRAVO, 2014:

55-8). Isso poderá nos ajudar a compreender algumas das diferenças dos ritos fúnebres adotados por libertos e escravos na cidade do Rio de Janeiro no Período estudado.

OBJETIVOS

Analisar as formas como escravos e forros de diferentes grupos de procedência africana vivenciaram a morte e o morrer no Rio de Janeiro entre meados do Século XVIII e meados do século XIX e procurar relacionar as especificidades dos funerais aos costumes fúnebres das respectivas regiões de procedência africana.

Identificar eventuais diferenças nas práticas funerárias entre os africanos cativos e os libertos, como parte de um processo de compreensão dos desdobramentos culturais do tipo de vivência e costumes que levavam alguns escravos a obterem a alforria e, ainda quando forros, prosperar, além das questões ligadas às hierarquias entre escravos e libertos.

A partir dos costumes fúnebres identificados, analisar as diferentes formas pelas quais se constituíram e reconstruíram as identidades africanas no Novo Mundo, especialmente com relação ao catolicismo e africanidade na vivência da morte e do morrer no período estudado

METODOLOGIA

Utilizaremos metodologia da história serial quantitativa, os documentos transcritos serão inseridos em banco de dados utilizando-se o programa ACCESS (Microsoft), que nos permite fazer uma análise dos dados tanto de forma quantitativa quanto qualitativa com objetivo de perceber os elementos constitutivos da identidade cultural dos diferentes grupos de africanos, que se reelaboram constantemente em solo carioca. Tais dados serão combinados com as fontes qualitativas produzidas pelos memorialistas, para as quais será empregado o método da análise de textos. Neste sentido, farei uso da análise semântica da linguagem de tais relatos levando em consideração o contexto social em que foram produzidos. (CARDOSO; VAINFAS, 1997: 377, 383).

RESULTADOS

Entre a segunda metade do século XVIII e meados do século seguinte, um historiador que direcione seu olhar para as atitudes dos negros africanos diante da morte, dos mortos e do morrer, na cidade do Rio de Janeiro, poderá identificar diferentes tipos

de práticas funerárias e concepções sobre a passagem entre a vida e a morte. Num primeiro olhar, poderá ver que, 1786, um grupo de africanos de procedência mina, que eram originários do reino maki ou mahi e pertencentes à irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, decidiu criar uma confraria específica dentro da mesma irmandade voltada especialmente para sufragar as almas do purgatório. O objetivo era doutrinar as atitudes diante da morte dos seus "nacionais" e evitar que os makis fossem vistos "pelos brancos" como praticantes dos mesmos ritos fúnebres dos angolas, os quais, segundo eles, seriam permeados do que considerava serem "cantigas gentílicas e supersticiosas". Ao longo das justificativas para tal criação, procuravam demonstrar serem verdadeiros católicos (Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos, Códice 9,3,11).

O caso da adoção de rituais católicos por escravos e libertos africanos também pode ser identificado nos inúmeros registros paroquiais de óbito das freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII e em parte do XIX e nos sinalizam para costumes próximos dos adotados pelos segmentos sociais não africanos. Sendo alguns dos que os adotavam, inclusive, permeados de elementos de pompa fúnebre, principalmente entre os libertos (BRAVO, 2014: 20), a exemplo de dois, casos a seguir: Ignácio Gonçalves Monte, africano forro, natural da Costa da Mina, ex-escravo de Domingos Gonçalves Monte (de quem tudo indica recebeu o nome de batismo). Comprou sua carta de alforria por 350\$000 réis. Tinha uma oficina de barbeiro, além de guardar dinheiro para seus patrícios fazia empréstimos. Era líder da Congregação Mahi e membro da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Faleceu em 27 de dezembro de 1783, e seu funeral foi cheio de pompa e suntuosidade. Foi sepultado na capela de sua irmandade e amortalhado com hábito de São Francisco, seu corpo foi acompanhado pelo pároco e dez sacerdotes; determinou o pagamento de 6\$400 réis de esmolas aos meninos órfãos de São Joaquim; pediu vinte missas de corpo presente pela sua alma, de quatrocentos réis cada uma; deixou sufrágios pela sua alma: duas capela de missa (ou seja, cem missas), de esmola de trezentos e vinte réis cada uma; pediu missas pela alma de seu antigo senhor, quatro pela alma de sua madrinha, quatro pela alma do Reverendo Padre Tomás de Abreu Maciel e seis pela almas dos seus "parceiros defuntos", de esmola de trezentos e vinte réis cada uma; deixou quatro patacas de esmola para os pobres; Legou seis mil e quatrocentos réis de esmola para os santos de sua irmandade; deixou 20\$000 réis aos seus testamentários. É possível perceber que Ignácio provavelmente foi um caso de africano alforriado que prosperou tanto financeira quanto socialmente, tendo em seu funeral, inúmeros elementos de diferenciação

que o afastaria de um passado de escravidão. O segundo caso foi registrado pelo pintor Debret, consistindo no enterro de uma negra pobre que, segundo ele, era indigente, e seus parentes e amigos aproveitaram a manhã para transportar o corpo numa rede e depositá-lo no chão junto ao muro de uma igreja ou perto da porta de uma venda. Neste local, uma ou duas mulheres conservavam acesa uma pequena vela junto à rede funerária e recolhiam dos passantes caridosos módicas esmolas para completar a importância necessária às despesas da sepultura na igreja ou mais economicamente na Santa Casa da Misericórdia (DEBRET, 1989: 177). Estes casos permitem observar na prática as complexas relações hierárquicas existentes no seio de uma sociedade escravista com características de Antigo Regime, como o Rio de Janeiro colonial (BRAVO, 2014: 21, 72-4), e justificam o estudo das especificidades da morte entre os africanos na cidade do Rio de Janeiro.

A adoção de ritos fúnebres católicos pelos diferentes grupos de negros africanos não inviabilizava a sua crença efetiva neles, assim como não impedia eventuais combinações com ritos de origem africana; de modo que seria possível a adoção consciente e não dissimulada de práticas relacionadas a ambas as matrizes religiosas (a cristã e as africanas).

A partir das diferenças, semelhanças e especificidades com que cada grupo de procedência africana cultuava seus mortos, podemos perceber que os africanos, em solo carioca, tinham várias possibilidades para se organizar e reconstruir sua cultura, na medida em que tanto no que diz respeito aos grupos que se aproximaram da religião europeia, quanto os que permaneciam adotando costumes fúnebres ligados à tradição africana tinham objetivos semelhantes de realizar o culto aos mortos.

Além das diferenças nas formas como os vários grupos de procedência africana adotava os ritos fúnebres, também existiam diferenças entre os africanos escravos e os libertos, em decorrência entre as hierarquias internas tanto entre os cativos como entre os libertos. No caso das diferenças entre cativos e libertos, a diferenciação social de alguns dos ex-escravos, que lhes possibilitaram a alforria também se expressava na aproximação de alguns deles de práticas fúnebres mais parecidas com as dos "brancos" e/ou livres.

CONCLUSÕES

É inegável que elementos da religiosidade africana se faziam presentes nas práticas cotidianas dos africanos na cidade do Rio de Janeiro – a exemplo dos cortejos fúnebres –, por outro não se pode desconsiderar que entre estes indivíduos também havia

aqueles que acreditavam nas doutrinas católicas. Neste sentido, a vivência do catolicismo por parte dos africanos e seus descendentes não deve ser interpretada com base na análise da dissimulação feita por Roger Bastide (1989) – e por Sweet – de que o catolicismo negro seria superficial e dissimulado, pois isto implica na simplificação da análise histórica e da complexidade das relações culturais (RODRIGUES, 2007: 460; 2010:47). O cuidado com os mortos aproximaria os africanos e seus descendentes na diáspora africana, no Brasil. Muito embora pareça contraditório a defesa do catolicismo e ao mesmo tempo a da identidade africana, demonstra, na verdade, o encontro de duas culturas que partilham um interesse comum de cultuar seus mortos (RODRIGUES, 2010: 47). Portanto, a morte tornaria-se o elo fundamental tanto para a manutenção da identidade africana como para a vivência do catolicismo. O culto de devoção às almas na congregação dos pretos minas makis, mencionado no início deste paper, demonstra um apego à visão de mundo africana que privilegiava uma relação especial com o mundo dos mortos (os ancestrais). Muito embora possuíssem sistemas diferentes do conhecimento religioso, africanos e europeus possuíam várias ideias em comum. O que nos aproxima da tese de Thornton de um "cristianismo africano". De acordo com Thornton, um "novo cristianismo" que podia satisfazer o entendimento das religiões africana e europeia, uma vez que seus adeptos aceitavam uma série de verdades a partir das quais diversos santos reconhecidos pelos cristãos católicos, porém filtrados pela tradição religiosa africana, eram dados a conhecer, sendo cultuados por africanos. (THORNTON, 2004: 334).

REFERÊNCIAS

- BRAVO. Milra Nascimento. HIERARQUIAS NA MORTE: Uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). Dissertação de mestrado – PPGH/UNIRIO, 2014
- BROWN, Vicent. *The Reaper's Garden: death and power in the world of Atlantic slavery*. First Harvard University Press paperback edition, 2010.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- Debret, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Círculo do Livro edição de cortesia s/d.
- FARIA, Sheila de Castro. *Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850)*. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2007.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1800-1850). São Paulo Cia das Letras, 2000.

RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997

_____. Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria. V. 10, n. 18, jul-dez. 2007, p. 427-467.

_____. Morte, catolicismo e Africanidade na cidade do Rio de Janeiro setecentista. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 12 n. 12, p. 31-52, out. de 2010.

_____; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (séculos XVIII e XIX). HABITUS Goiânia, v. 10 n.1, p. 3-19, jul./dez. 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SWEET, James. Recriar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa, Ed. 70, 2007.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico. Rio de Janeiro, Elsevier/Campos, 2004.

LIMITES DA CONSTITUCIONALIDADE NOS PERIÓDICOS OITOCENTISTAS: A Polícia nos Primeiros Anos do Império do Brasil

Joice de Souza Soares

Doutoranda em História – PPGH/UNIRIO

joicesoares@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a Icleia Thiesen

Programa de Pós-Graduação em História

icleiathiesen@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa de doutorado à qual este trabalho se vincula pretende analisar o processo de constituição e legitimação das instituições policiais ao longo do século XIX, considerando, sobretudo, os momentos de transformação dos dispositivos legais que norteavam as atividades judiciárias e policiais, bem como sua relação com os discursos e projetos políticos sobre a polícia e a formação do Estado.

Para esse fim, torna-se imprescindível compreender os debates e disputas que se davam antes mesmo das alterações legais, apreendendo os diferentes matizes e dimensões desses processos. É nesse sentido que a imprensa ganha destaque enquanto fonte fundamental para a compreensão das ideias, posicionamentos e controvérsias políticos no oitocentos, tendo sido cenário de embates e enfrentamentos (SODRÉ, 1999).

No início do século XIX, quando da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, foram criadas as primeiras instituições policiais – a Intendência Geral da Polícia, em 1808; e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, em 1809. Os dispositivos que estabeleceram sua criação previram seu funcionamento nos mesmos moldes daquelas instituições existentes na então metrópole portuguesa.

As transformações nas instituições policiais ao longo do oitocentos ganham destaque ao atentar-se para o fato de que o termo "polícia", nos séculos XVII e XVIII, significava

algo bastante distinto das instituições que se consolidariam nos Estados nacionais durante século XIX. Os autores que se debruçavam sobre a questão não a entendiam como "uma instituição ou um mecanismo funcionando no seio do Estado, mas uma técnica de governo própria ao Estado; domínios, técnicas, objetivos que apelam a intervenção do Estado" (FOUCAULT, 2012, p. 369). Assim, a palavra "polícia" estaria relacionada "à gestão interna da cidade nos aspectos que mais afetavam seu dia a dia. Construção e conservação de ruas, abastecimento de água, limpeza urbana, prevenção de incêndios, controle de pesos e medidas no comércio" (SEELAENDER, 2009, p. 77).

Era sob essa lógica que a Intendência Geral da Polícia, criada em Portugal em 1760, e no Brasil em 1808, funcionaria. No território brasileiro, as ações da polícia e de sua Guarda Real, responsável pelo patrulhamento das ruas, teriam outro foco fundamental: o controle da população negra, escrava e liberta, nas ruas. O aprisionamento de escravos fugitivos seria, no início do século XIX, uma atividade fundamental ao exercício do poder policial (HOLLOWAY, 1997).

Entretanto, com os acontecimentos do início da década de 1820 – a emancipação de Portugal, em 1822; e a outorga da Constituição, em 1824, transformando o Brasil em uma monarquia constitucional – figurariam novos aspectos no que se relacionava às instituições policiais. A independência estava feita, restava construir o Estado – que se pretendia liberal e constitucional. A dificuldade para conciliar construção e herança na formação do Estado (MATTOS, 2005) se fazia presente. E a reforma do sistema judiciário e das instituições policiais fora o primeiro passo.

Neste trabalho, serão apresentados alguns aspectos importantes para a compreensão das modificações das instituições policiais, ainda na década de 1820, após a promulgação da Constituição e o início dos trabalhos da Assembleia Legislativa.

OBJETIVOS

Considerando que este trabalho compõe as análises da pesquisa de doutorado em andamento, pretende-se evidenciar as divergências no processo de instituição do sistema jurídico e policial nos primeiros anos após a Independência, identificando os argumentos em prol da manutenção das instituições oriundas do Antigo Regime e aqueles contrários à sua permanência. Nesse sentido, ganham destaque os discursos políticos que legitimavam cada um desses posicionamentos e as controvérsias que permeavam as páginas dos jornais da Corte nos primeiros anos do Império brasileiro.

METODOLOGIA

A fim de mapear os discursos políticos em voga sobre a polícia e as instituições policiais, foram empreendidas leitura e análise de periódicos publicados na Corte do Império brasileiro, bem como de dispositivos legais e normativos das atividades judiciárias e policiais.

Para este trabalho, no tocante aos dispositivos legais e normativos, pode-se mencionar o Alvará de 25 de junho de 1760, que criou a Intendência Geral de Lisboa; o Alvará de 10 de maio de 1808, que criou o lugar de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil; o Decreto de 13 de maio de 1809, que criou a divisão militar da Guarda Real da Polícia no Rio de Janeiro; a Lei de 15 de outubro de 1827, que regulamentou as atividades dos juizes de paz, criando em cada freguesia e capela curada um juiz de paz e um suplente; e a Lei de 1º de outubro de 1828, que deu nova forma às Câmaras Municipais.

No que se relaciona à imprensa, foram analisados alguns dos jornais declaradamente identificados com a causa liberal e constitucional – A Aurora Fluminense, A Malagueta e Astréa –, na segunda metade da década de 1820. Pretendeu-se identificar os discursos relacionados às instituições policiais e à natureza de suas ações. A busca nos jornais se deu a partir de palavras-chave, quais sejam: polícia, juiz de paz e juizes de paz. Justifica-se a busca por meio dessas palavras em razão de ter sido, em 1827, promulgada a lei que regulamentava as atividades dos magistrados eletivos, conferindo-lhes maiores atribuições, inclusive vinculadas às atividades policiais, que aquelas previstas inicialmente na Constituição.

Os periódicos foram consultados por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também são de fundamental importância as obras teóricas e historiográficas relacionadas à polícia, bem como aquelas sobre a construção do sistema jurídico brasileiro no século XIX e acerca da formação do Estado no mesmo período.

RESULTADOS

Conquanto sejam resultados parciais, observa-se que, após a outorga da Constituição, em 1824, e do início dos trabalhos da primeira legislatura, em 1826, uma série de transformações fora iniciada. Seria ainda nesse momento que a Intendência Geral da Polícia e sua força militar, a Guarda Real seriam alvos constantes das críticas empreendidas nos periódicos da capital do Império.

Associada ao Antigo Regime e ao despotismo pelos contemporâneos, a Intendência Geral da Polícia e, sobretudo, a Divisão Militar da Guarda Real eram consideradas incompatíveis com o sistema constitucional. A existência de uma Constituição,

compreendida pelos liberais daquele período como limitadora de quaisquer abusos de poder, mantenedora das liberdades individuais e dos direitos dos indivíduos, legitimaria a defesa da extinção da polícia então existente, montada sob os mesmos moldes daquela estabelecida na antiga metrópole portuguesa no século XVIII.

A argumentação pela primazia da Constituição e das leis seria feita, nesse sentido, em oposição aos relatos sobre as arbitrariedades, a violência e os abusos de poder cometidos por parte dos agentes policiais. Sob essa perspectiva, a "polícia geral" seria vista como "um flagelo das monarquias absolutas"; e sua incompatibilidade com um Estado constitucional seria tema frequentemente denunciado nas páginas de diferentes periódicos.

Ao abrigo dessa concepção, a magistratura eletiva, prevista inicialmente apenas para funções conciliatórias na fase inicial dos processos, ganharia força nos anos finais da década de 1820 e figuraria nos discursos como solução para os problemas relacionados às instituições policiais – processo que se consolidaria no início da década de 1830 com a promulgação do Código de Processo Criminal.

Embora os discursos favoráveis à extinção da Intendência Geral – vinculados à necessidade de garantir os direitos constitucionais previstos em 1824, como a inviolabilidade dos domicílios, tema caro aos liberais – fossem frequentes nos jornais dos anos finais da década de 1820, havia também a perspectiva de que as instituições policiais criadas sob o Antigo Regime seriam indispensáveis para a manutenção da ordem nas ruas, sobretudo no tocante ao controle da população negra. O medo de um levante escravo, tal qual o ocorrido em São Domingos no fim do século XVIII, servia de legitimação para a manutenção da Intendência e de sua Guarda Real. Aliás, uma das principais atividades policiais nesse período, além daquelas relacionadas à administração do espaço urbano, dizia respeito à apreensão de escravos fugitivos.

CONCLUSÃO

Ainda que parcialmente, posto que este trabalho se insere em uma pesquisa mais ampla sobre as instituições policiais no século XIX, buscou-se demonstrar que o processo de transformação das instituições policiais seria marcado pela defesa de posicionamentos distintos ainda no Primeiro Reinado. A defesa dos postulados liberais, da constitucionalidade e do primado das leis se daria em meio à dificuldade para conciliar as experiências advindas do Antigo Regime. A solução apontada diversas vezes nas páginas dos periódicos – a instituição da magistratura eletiva para o exercício do poder policial – seria colocada em prática nos anos iniciais da Regência. Entretanto, postula-se que, de fato, o ano de 1827 teria marcado o início de uma "década liberal" (FLORY, 1986).

Os discursos em torno das mudanças institucionais, nesse sentido, não teriam sido indicativos de rupturas profundas; fornecem, mais que isso, indícios quanto aos processos de "mescla", para utilizar um termo próprio dos contemporâneos, entre elementos do sistema constitucional e das instituições antigas, em que os mecanismos de uma polícia com pretensões absolutas, oriunda da tradição da ilustração portuguesa (NEDER, 2007) ainda se faziam vigentes.

Durante o século XIX, a legitimação de duas instituições policiais – uma de caráter prioritariamente civil, a outra de natureza essencialmente militar – esteve relacionada à construção do próprio Estado nacional. Os embates e encontros sobre as instituições policiais também permearam os discursos políticos dos indivíduos daquele tempo. Ainda que preliminarmente, torna-se possível constatar que em ambos os processos – o de formação do Estado brasileiro e o de transformação das instituições policiais e criminais –, ligados intrinsecamente, aliás, havia disputas e encontros por projetos institucionais distintos.

Lançar luz sobre essas distinções, apreender os diferentes argumentos e posicionamentos políticos se torna, assim, aspecto fundamental para a análise e a compreensão de um elemento fundamental na construção do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FOUCAULT, Michel. "Omnes et singulatum": uma crítica da razão política. In: _____. *Ditos e Escritos, volume IV: Estratégia, Poder-Saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 348-378.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohllof. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n. 1, p. 8-26, 2005.
- NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- SEELAENDER, Airton C. L. A "polícia" e as funções do Estado: notas sobre a "polícia" do Antigo Regime. *Revista da Faculdade de Direito, Curitiba*, n. 49, p. 73-87, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro:

DE CAMPO SANTO A NECRÓPOLE SECULARIZADA: O Processo de Transformação do Cemitério Público nos Campos dos Goytacazes (1855 – 1934)

Maria da Conceição Vilela Franco

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em
História da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro – UNIRIO /Bolsista CAPES

cvilelafranco@yahoo.com.br

Orientadora: Dra. Cláudia Rodrigues

Programa de Pós Graduação em História da
Universidade Federal do Estado do

Rio de Janeiro – UNIRIO

claudiarodrigues.3@hotmail.com

OBJETIVO

Discutir sobre os processos de criação e secularização do cemitério público do Caju, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, entre os anos de 1855 e 1934. Trata-se do maior cemitério da Província/Estado do Rio de Janeiro, situado numa cidade do interior que, desde o período colonial, já se despontava como uma das maiores economias. Situação que perpassou o Império e, depois, a nascente República.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto, esta pesquisa parte da perscrutação dos registros paroquiais de óbitos, documentação das irmandades religiosas, Atas da Câmara e Código de Posturas Municipais, documentos da Assembleia Provincial do RJ, documentos da Santa Casa de Misericórdia de Campos, arquitetura e iconografia do Cemitério do Caju entre outros. Toda documentação foi dividida em dois grupos: as que vem recebendo tratamento serial e quantitativo e as analisadas pelo método qualitativo. No primeiro caso, inserem-se: os assentamentos paroquiais de óbitos; os registros do cemitério público; as receitas e

despesas provinciais/estaduais com o Cemitério Público do Caju, no Império e na República. Seus conteúdos reunidos em diferentes bancos de dados, utilizando-se o programa ACCESS (Microsoft). As imagens tumulares armazenadas em um banco de dados contendo fotos e descrições de sua forma, atributos, formatos e símbolos, cronologicamente organizados, a fim de verificar as predominâncias e alterações no seu conteúdo simbólico com o passar do tempo (a exemplo de cruces, anjos, etc.). No segundo caso, os documentos, tais como discussões parlamentares e legislação sobre secularização dos cemitérios, estão sendo compreendidos enquanto discurso e pesquisados pelo método de "análise de texto". Para isso, estou seguindo as orientações de Ronaldo Vainfas e Ciro Cardoso, para quem "o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, 'não pode ser visto como algo transparente.'" Nesta perspectiva, estou trabalhando com os documentos, em especial os produzidos oficialmente, buscando a análise semântica da sua própria linguagem e levando em consideração o contexto social em que foram produzidos. Isto porque, segundo estes mesmos autores, "a unidade de contexto diz respeito à totalidade, ao contexto histórico, às estruturas sociais e/ou ao universo simbólico no qual se insere(m) o(s) discurso(s) analisado(s)".

RESULTADOS

Até o presente momento – com o desenrolar da coleta, transcrição, alimentação, análise de banco de dados e análise de textual –, foi possível verificar o processo de ocupação e povoamento da região dos Campos dos Goytacazes, desde a época da colônia até meados do século XIX, quando ocorreu o início da urbanização, com destaque para a política higienista como fundamento para este propósito e a relação entre salubridade e administração pública. Igualmente, foi possível identificar os aspectos relativos as primeiras propostas políticas de fim dos enterros nas igrejas, da criação de cemitérios públicos e de transferências dos sepultamentos para o cemitério da Santa Casa de Misericórdia na cidade de São Salvador dos Campos dos Goytacazes.

CONCLUSÃO

Pôr fim, fica evidente que a crescente urbanização ocorrida no Brasil e consequentemente na cidade de Campos dos Goytacazes, na primeira metade do século XIX, foi sucedido pela campanha de salubridade pública em conformidade com o discurso higienista e que ao contrário do que a historiografia local costuma

assinalar, a transferência dos sepultamentos das igrejas campistas não ocorreu na década de 1850 com a criação do primeiro cemitério público, e sim em 1841, quando teve início o traslado dos mortos para o cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Porquanto, trabalho com as hipóteses de que o cemitério extramuros do Caju foi criado, em 1855, como um campo santo que possuía jurisdição eclesiástica e como espaço destinado principalmente aos católicos, num império marcado pelo regime de união entre Igreja e Estado. Este aspecto se expressou na arquitetura cemiterial, com predomínio de túmulos e artefatos nos quais, progressivamente, predominariam alegorias e construções contendo simbologia católica e expressavam as hierarquias sociais então vigentes. Neste sentido, o cemitério não nasceu secularizado nem monumental. A partir dos anos de 1870, o cemitério do Caju atravessou a conjuntura anticlerical e laicista, no contexto de crise do Império brasileiro e de embates no interior da Assembleia Provincial, passando a ter novo regulamento que continha medidas que afetavam a jurisdição católica sobre o campo santo. Tal conjuntura se expressaria nas construções e rituais ali presentes, os quais se acentuariam na virada da República, quando a Igreja católica perdeu oficialmente a jurisdição sobre a necrópole.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CYMBALISTA, Renato. Cidades dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.
- DILLMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Pelotas/RS.2013.
- FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação, Revista de História das Ideias, nº 21, 2000.
- FEYDIT, Julio. Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniaes até a proclamação da república. Campos: J. Alvarenga & Companhia, 1900.
- FERREIRA, J. M. Simões. Arquitetura para a morte. A Questão Cemeterial e seus reflexos na Teoria da Arquitectura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2009.
- FRAGOSO, João Luís e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A política no Império e no início

da República Velha: dos barões aos coronéis. In: LINHARES, Maria Yedda.(org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos na cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de Editoração, 1997.

_____. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AS REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA NO CINEMA ARGENTINO E CHILENO

Renato Lopes Pessanha

Mestrando em História – PPGH/UNIRIO

nato.86@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a Icleia Thiesen

Programa de Pós-Graduação em História

icleiathiesen@gmail.com

INTRODUÇÃO

O cinema dentro do campo historiográfico desenvolve um duplo papel: como ator histórico vinculado ao seu contexto de realização e como mediador das relações sociais e discursos sobre o passado projetado no presente. Mas deve-se indicar que o filme não traz somente as motivações ideológicas de seus realizadores, há questões tangentes a sua produção, que ficam evidentes quando o filme é lançado em um circuito de exibição e o espectador, a despeito de qualquer ortodoxia imposta pelos seus realizadores, tem a liberdade de se apropriar dos temas ali levantados. A mensagem exerce influência tamanha a partir da diversidade de sentidos criados pelos que assistem a obra.

Já a memória não guarda os acontecimentos em ordem cronológica, trata-se de um processo associativo entre uma série de fatores que apelam também a nossa subjetividade, pois está associada à forma como reagimos a determinados acontecimentos, imagens, sons, lugares. O objetivo da presente pesquisa é desenvolver a ideia do cinema enquanto agente de memória e como condutor do processo ou da relação de confronto entre o que recebemos do mundo exterior e a forma como iremos erigir o que foi percebido, dentro do campo da memória. Para alcançar tal objetivo partirei de uma leitura histórica das representações da memória em alguns filmes da filmografia argentina e chilena, partindo do período da redemocratização,

passando pela crise dos modelos liberais, até o momento das democracias relativamente consolidadas.

METODOLOGIA

Os cinemas argentino e chileno encontram-se inseridos em uma tradição muito própria do cinema latino americano, surgida entre fins dos anos 50 e início dos anos 60, que busca realizar um cinema através de poucos recursos materiais, porém de grande inventividade estética (linguagem utilizada no direcionamento da mensagem) e onde a forma não prevaleceria sobre o conteúdo, mas que se buscaria uma relação dialética entre ambos.

Dessa forma tinha-se um cinema de cunho político-social militante, que buscou retratar os problemas do terceiro mundo, discutindo alternativas para o um desenvolvimento menos excludente, em relação às classes desprovidas de recursos, e gerando um processo de conscientização que aumentaria a participação popular desses grupos historicamente excluídos. Por essa sua medida revolucionária de fazer cinema, o *nuevo cine latino americano* foi calado quando da consumação dos golpes civil-militares. Mas apesar de todo sufocamento ao qual fora submetido, o *nuevo cine latino americano*, no período de derrocada dos regimes militares, volta a emergir com sua temática político-social, cujo foco agora era justamente os regimes civil-militares que se encerravam no cone sul.

Esta nova fase da cinematografia latino americana, por assim dizer, vem aliar-se às memórias populares referentes aos períodos ditatoriais e tentam confrontar a memória oficial propagada pelo regime com uma memória clandestina, silenciada, dos movimentos populares que resistiram às ditaduras. Havia um comprometimento em buscar uma verdade que teria ficado oculta, e tinha-se novamente um cinema militante de reflexão sobre a realidade latino americana.

Sendo assim, destaco o intuito desta pesquisa em tratar justamente dos embates ideológicos em torno das diferentes representações da memória a partir da produção filmográfica dos dois países supracitados no período que vai desde a redemocratização (1983 no caso argentino e 1988 no caso chileno) até o ano de 2015, transcorridos cerca de 30 anos desde a redemocratização. Parto de uma análise comparada e historiográfica dos elementos fílmicos em vez de uma mera leitura cinematográfica da História, ressaltando assim o papel do filme enquanto elemento de significação de uma realidade, fruto de um sistema de pensamentos fecundados por essa realidade, uma legítima prática social.

As fontes principais são os filmes citados em tópicos anteriores, produzidos em diferentes períodos desses últimos 30 anos (a partir das datas do início da redemocratização em cada país). A escolha dos filmes foi direcionada primeiramente àqueles que estavam sendo realizados no "calor" do processo de abertura política e por isso tinham as suas vinculações explicitadas em seu discurso (Argentina: Tangos: O exílio de Gardel; Chile: La Frontera). Seguidos por filmes desenvolvidos durante períodos em que se buscou não deixar arrefecer as discussões acerca da memória e das ações de reparação referentes ao período ditatorial, filmes produzidos na instabilidade política: no caso argentino a crise econômica que se deu entre 1999 e 2000, herança do governo Carlos Menem, a quem cedeu passivamente as ações dos militares em busca de anistia na participação dos crimes na ditadura; e no Chile de governos neoliberais que pouco ou nada fizeram para se aprofundar na reparação da herança da ditadura Pinochet, período este também em que o General estava preso em Londres. Os filmes escolhidos para essa abordagem são, no caso argentino, Garagem Olimpo, e no caso chileno, Histórias de Futebol. E por fim, a escolha de filmes cujo recente sucesso e projeção internacional, num contexto de massificação de troca de informações e das novas estratégias de comunicação, tecnologia e estética permitiu a produção de filmes ainda mais "palatáveis", alcançando número maior e mais indistinto de espectadores, em circuito comercial, dentro e fora de seus países de origem (Argentina: O Segredo dos Seus olhos; Chile: No), tornando-se o que se poderia chamar de "sucessos instantâneos".

O estudo dessas representações da memória em diferentes períodos não aspira a ser um tratado sobre a memória, tratando-a de forma evolutiva, linear. Para fugir dessa visão teórica ingênua e em muito ultrapassada, pretendo utilizar o conceito de utensilagem mental. O referido conceito constitui essencialmente um sistema de pensamento atrelado ao entendimento das condições que permitiram sua produção em uma determinada civilização, numa dada época, de modo que isola-las do meio social implica em abstrações, resultando em ideias tidas como "infinitas".

RESULTADOS

Dentre os resultados almejados pela pesquisa está o de compreender o conteúdo presente nos embates pela memória em uma produção cinematográfica que retomava sua atividade nos novos regimes democráticos e suas possíveis continuidades e rupturas. Concorrerá também para essa compressão a identificação das relações institucionais entre os grupos que saíam da clandestinidade e a nova organização do estado que se formava, bem como a discussão das chamadas justições de transição.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da leitura histórica dos filmes citados, bem como de suas representações, busco identificar e compreender o processo teórico que entrelaça a memória e a História e como ele é disputado dentro do âmbito das representações artísticas e intelectuais, assim como seus elementos norteadores.

Esse conhecimento só pode ser alcançado a partir do momento em que, dentro do campo da ciência histórica, é aceita a ideia do cinema como instrumento criador de representações históricas e agente ativo do processo de construção da memória. Ao contrário das abordagens mais tradicionais, onde o filme é uma mera ilustração do que já foi dito e reiterado por outras fontes. Ou seja, em vez de vermos o filme e a imagem como portadores de significados independentes temos aqui a relevância do caráter polissêmico da imagem. Pelo viés dessa abordagem o cinema despontaria como um instrumento de suporte e linguagem para estudos históricos, aliada a perspectiva de que não importa somente o fato histórico em si, importa também a maneira pela qual o fato é representado.

REFERÊNCIAS

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2013.
- NÓVOA, Jorge; BARROS, D'Assunção José. **Cinema-história: teoria e representações no cinema**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo, 1993
- POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 03 -15 ,1989.
- SARLO, Beatriz. **O tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Companhia das Letras, 2007.

PRÁTICAS DE SEPULTAMENTO PROTESTANTE NA VILA DE NOVA FRIBURGO MARCADA POR UMA COLONIZAÇÃO CATÓLICA (1819–1889)

Ronald Lopes de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO

Mestrando em História

ronald.l.oliveira@hotmail.com

Profa. Dra. Cláudia Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO

claudiarodrigues.3@hotmail.com

OBJETIVO

O trabalho em questão vinculado ao projeto de pesquisa: Morte, Sepultamentos e Cemitérios numa vila católica marcada pela colonização protestante em Nova Friburgo entre 1818 a 1889, sob orientação e coordenação da Prof^a Dr^a Claudia Rodrigues, no qual minha atuação tem sido voltada para a transcrição de registros paroquiais de óbito, e sua inserção no banco de dados, dos livros LO1 (1819-1824) da freguesia de São João Batista de Nova Friburgo da Igreja Matriz e o livro LOL (1824-1870) da freguesia de São João Batista de Nova Friburgo da Igreja Luterana. Em meio aos registros coletados, do livro da Igreja Matriz (católica) foram encontrados registros de óbitos que tem como perfil religioso os protestantes calvinistas que vieram na primeira leva de imigrantes de 1819. No segundo livro de óbitos da Igreja Luterana foram encontrados protestantes luteranos, calvinistas e outros que não puderam ser apuradas, mas que vieram da segunda leva de imigrantes para a mesma região em 1824. Ao encontrar todos esses registros, questionamentos foram

formulados acerca deste tipo de morte protestante específica, o que deu origem ao presente trabalho. Neste sentido, uma bibliografia foi levantada com o intuito de entender melhor essa forma de morrer e paralelamente compor um panorama geral da dinâmica estabelecida com a instalação de dois tipos de cemitérios na região, protestantes e católicos. Dessa maneira, vasculhando os arquivos da Fundação D. João VI em Nova Friburgo foram encontrados, entre 1819 a 1889, um cemitério católico e seis cemitérios protestantes, com o intuito de contribuir para o enriquecimento da pesquisa e vislumbrar uma discussão mais abrangente sobre um tema ainda pouco explorado.

A partir da análise das informações do banco de dados de óbitos da pesquisa principal, procurarei direcionar o olhar para a investigação específica sobre cemitérios protestantes em Nova Friburgo marcada por uma colonização católica. Assim, possibilitando ter acesso a mais informações, que juntamente com a bibliografia referente ao tema vão contribuir para a montagem de um cenário geral de tal situação pela análise do lugar de sepultamento dos mortos em questão; o estabelecimento dos imigrantes suíços calvinistas em meio a maioria católica, a chegada e o estabelecimento dos imigrantes luteranos a partir de 1824 com a instalação de seu próprio cemitério. Busca-se compreender, portanto, o contexto em torno dos mecanismos que foram criados para a convivência de cemitérios de diferentes confissões na vila de Nova Friburgo.

METODOLOGIA

Visando complementar os dados obtidos dos livros de óbito, há informações fornecidas pela Fundação Dom João VI sobre o período de 1824 a 1889 chamado de "Documentos da colônia", que permite relatar e contextualizar a criação e o desenvolvimento dos cemitérios particulares protestantes. Além disso, esse acervo disponibiliza regulamentos e livros de registro de enterramentos controlados pela Câmara Municipal a partir de 1866, que me permite analisar o caráter e a aplicação dos regulamentos na região. Também do mesmo modo, a Fundação abriga um livro chamado "Documentos sobre a colonização alemã em Nova Friburgo", cujo responsável por sua confecção foi o pastor Sauerbronn. Nele existem informações relativas à comunidade germânica luterana como contabilidade da economia agrária, número de adeptos em diferentes períodos e gastos relativos à manutenção do cemitério. E ainda, podemos analisar a comunidade germânica luterana da vila sob o olhar de seu representante oficial.

Ainda nessa mesma instituição, encontrei os livros das atas da Câmara Municipal da vila de Nova Friburgo (1819 – 1910) que me permite analisar as transformações e os embates enfrentados pela referida Câmara. Tenho a possibilidade de analisar os problemas relativos aos cemitérios da vila quanto ao atendimento da mentalidade higienista da elite médica local, quanto ao manejo dos problemas gerados pelo processo de secularização dos referidos cemitérios.

Na Paróquia de São João Batista existe o livro I de tomo (1820-1889), onde estão documentados a criação e a utilização do cemitério da vila, pelo padre Joyer, e as abjurações de pessoas calvinistas que foram sepultadas no cemitério católico. Nessa mesma paróquia, também estão alocados o Livro I e II de óbitos (1819-1889) que me permite tabelar os dados e analisar o perfil mortuário do cemitério da vila, enquanto era administrado pelo padre Joye, antes dos luteranos se estabelecerem em 1824.

Para realizar este estudo, farei uso de relatos de memorialistas, de viajantes e de cronistas, romances da literatura brasileira que retratam de alguma maneira a vila de São João Batista de Nova Friburgo, abordadas sempre enquanto discurso; já, as resoluções e atas do poder Executivo no nível da municipalidade e no nível do Império para a reconstrução da legislação vigente. A forma de tratamento dado a estas fontes obedecerão a critérios quantitativos, em alguns casos, e de uma análise qualitativa, em outros: os registros paroquiais de óbitos foram coletados, tabulados, organizados em séries e suas informações foram contabilizadas e processadas para cruzamento de informações.

RESULTADOS

Ao focar minhas observações nesses imigrantes e no recorte proposto, mostro que os suíços praticavam duas diferentes matrizes religiosas cristãs. Havia 1.631 indivíduos, e dentre eles, 190 calvinistas que chegaram as terras friburguenses no intuito de estabelecer uma colônia agrícola e pecuária. Durante todo o trajeto e percalços, havia conflitos e tensões que permearam esses dois grupos religiosos na mesma dinâmica da imigração. Como os suíços católicos eram a maioria e a estrutura administrativa da vila era alinhada a política de Padroado Régio, os católicos ganharam ainda mais poder para formarem um grupo hegemônico e pressionarem os calvinistas a se converterem.

No âmbito religioso, a manutenção de formas religiosas de matriz católica na vila não se deu de forma pura, ou seja, convertendo ao catolicismo todos os indivíduos

que permaneceram na região. Na prática, a convivência entre a maioria católica e a minoria calvinista nas terras friburguenses não significa um controle absoluto por parte do aparato católico e das práticas de sepultamento no cemitério disponível na região controlado por um padre.

Ainda que todos esses imigrantes sejam suíços de duas matrizes religiosas diferentes, isso não significa uma fusão sem contradições e/ou tensões, (CANCLINI, 2015, p. 20) haja vista os mecanismos de convencimento por parte das autoridades católicas em converter todos os suíços calvinistas. É dessa maneira que vejo a cultura religiosa híbrida, manifestada nos sepultamentos do cemitério disponível até então (1819 a 1824), uma vez que foram sepultados suíços calvinistas em cemitério destinado estritamente aos católicos.

Dando continuidade a pesquisa, pretende-se aprofundar a investigação sobre: a morte e o morrer protestante na colônia da vila de Nova Friburgo entre 1819 a 1889, o comportamento dos cemitérios protestantes que conviveram com os cemitérios católicos na região no mesmo período e o papel que se obteve, paulatinamente, da câmara municipal nessa dinâmica.

CONCLUSÃO

Portanto, o espaço mortuário foi privilegiado nas observações para mostrar que para além de não converter todos os calvinistas, o cemitério disponível na época destinado estritamente aos católicos até então, também abrigou protestantes calvinistas. Desta maneira, essa instituição se transformou em um cemitério híbrido cuja definição de hibridização foi esclarecida a partir dos diálogos com a Antropologia na figura do argentino Nestor Canclini e do historiador francês Serge Gruzinsk. Esses diálogos foram realizados usando os conceitos de hibridismo, mistura e mestiçagem e foi possível perceber a complexidade dos enterramentos e sepultamentos registrados no livro de óbitos pelo padre Joyer durante período estudado. Chegando a conclusão de que o cemitério é um agente híbrido e/ou mestiço em constante transformação social e religiosa.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro técnico, 1999
- CANCLINI, Nestor Garcia. Estrada. In: Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp. 2015. pp. XVII-LXII; 17-30.
- MÜLLER, Armindo L. O começo do Protestantismo no Brasil: descrição da instalação da 1ª. Comunidade luterana no Brasil, Rio de Janeiro: Edições Estadunidense. 2003.
- OLIVEIRA, Ronald Lopes; TEIXEIRA, Mateus Barradas. A morte e o morrer na comunidade luterana em Nova Friburgo no século XIX: conflito e alteridade In Anais do XVI Congresso Regional de História da Anpuh-Rio, 2014.
- SILVA, Érika Amorim. O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850 – 1891). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – PUC, SP. 2005.
- SOUZA, José Antônio Soares de. Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1976, vol, 310.
- TEIXEIRA, Mateus Barradas. Conflitos em torno da instalação dos protestantes luteranos no Brasil do século XIX: O Caso de Nova Friburgo (1824 – 1864) Trabalho monográfico, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.



Capítulo

II

Memória Social

DESCOLONIZAR CORPOS SEXUADOS: Terrorismo Poético e Pornoterrorismo em Ações Estético-políticas

Andiara Ramos Pereira

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

andiara.deedee@hotmail.com

TEMA

Este projeto de pesquisa, que dá continuidade ao meu trabalho desenvolvido na graduação em História da Arte/UERJ, propõe como tema a investigação de modos de descolonização dos corpos sexuados. Parte do pressuposto de que os corpos são sexuados de acordo com um dispositivo tecnológico colonizador empreendido pela burguesia europeia heterossexual branca, tal como nos mostra Beatriz Preciado em seu "Manifesto Contrassexual" (2014). Esse dispositivo, aqui compreendido como dispositivo de sexualidade, engendra o próprio sexo e a sexualidade a partir da produção discursivo-científica que intenta descrevê-los como dados naturais, biológicos. Entretanto, apreender certas sensações como provenientes dos sexos/gêneros e sexualidades sob a afirmação do natural significa camuflar a produção tecnológica dos desejos e dos prazeres. Essa camuflagem é o principal mecanismo de controle social viabilizado pelo dispositivo de sexualidade. Sob a aparência do natural, o sexo é incitado pela (hetero)sexualidade para a gestão da vida estratificada na hierarquia do masculino sobre o feminino. O então formulado sexo binário passa a ocupar o lugar da evidência tácita sem que, com isso, se perceba a violência que a fixação orgânica da diferença sexual pautada na distribuição assimétrica de poder forja. Não está em questão apenas a constituição de uma identidade hegemônica e de outridades subalternizadas, mas a concepção de redes produtivas de poder que regulam a vida em sociedade de maneira minuciosa. Desse modo, sugiro que as chamadas ações estético-políticas de terrorismo poético e de pornoterrorismo, realizadas por coletivos autonomistas, viabilizam a ativação de procedimentos descolonizadores no gesto mesmo de resistência às redes produtivas de poder, ou biopoder, como as nomeia Foucault em sua "História da sexualidade" (2014). Além dos mencionados livros de Beatriz Preciado e de Michel Foucault, trago como referências centrais para a elaboração desse projeto e para o desenvolvimento da

pesquisa as obras "CAOS Terrorismo poético e outros crimes exemplares" (2003), de Hakim Bey, "Pornoterrorismo" (2011), de Diana J. Torres.

No texto "CAOS Terrorismo poético e outros crimes exemplares", Hakim Bey propõe ações de insurreição que se valem do dispositivo de disparo de choques estéticos: "A reação do público ou choque-estético produzido pelo Terrorismo Poético tem de ser uma emoção ao menos tão forte quanto o terror – profunda repugnância, tesão sexual, temor supersticioso" (2003, p. 7). O choque estético provoca a abertura da confrontação-direta. Uma confrontação radical que instala o devir-terror. Proponho que o terror se move simultaneamente em duas zonas viscerais: a da recusa, articulada pelo inconciliável, e a do convite, articulada pelo devoramento dialógico da alteridade. De modo que o terror ao mesmo tempo em que repele exercícios de poder e de saber hegemônicos, instaura um campo dialógico afirmador de outridades discursivas e performativas. Dito de outro modo, o terror é a instância do inconciliável porque elimina qualquer possibilidade de diálogo com forças inimigas figuradas na Igreja, no Estado, no capitalismo, no patriarcado e na heterossexualidade compulsória. É dialógico porque há a afirmação das políticas de autonomia e autodeterminação, de livres práticas corporais e livres vivências de prazer e afetos, de descentramento de um referente hegemônico e de multiplicidade de constituições de si. Como efeito, há a possibilidade da presentificação de dissidências sexuais.

Os crimes propostos por Hakim Bey são tanto crimes contra as instituições quanto crimes de resistência às opressões biopolíticas. No primeiro caso, a recusa de instituições significa também a recusa do sistema mercadológico da arte representado por galerias, centros culturais, museus e etc. O terrorismo poético "não pode servir a nenhum partido ou niilismo, nem mesmo à própria arte" (2003, p. 11). A escolha do espaço público como lugar das ações estético-políticas de terrorismo poético não é por acaso: ali onde corpos se exibem vestidos dos moralismos cristãos e naturalizações médico-jurídicas se dá o embate com as outridades excrementícias que se apropriam do vil e do asqueroso para quebrar o ordinário, bancarrotear as normalizações fixadas em nossos corpos. Já no segundo caso, embora Bey não utilize a expressão "biopolítica", entende os crimes de terrorismo poético como a "superação de toda a polícia interior ao mesmo tempo em que se engana toda autoridade externa" (Idem, p. 63). Tais crimes se configuram como resistência à biopolítica ao considerarmos a constituição de um poder localizado e instável, articulador de complexidades para além das instituições, comumente introjetado nos corpos como efeito de tecnologias produtivas (Cf.: Foucault, 2014, p. 101). Em outras palavras, são crimes que buscam desencavar naturalizações de subjetividades dos corpos, "libertar o desejo de seus grilhões" (Bey, 2003, p. 18).

É no sentido da libertação de grilhões presos aos corpos que o terrorismo poético se relaciona com o pornoterrorismo: em incisões críticas na superfície ordenada dos dias e da própria pele. Em um mergulho no avesso. Invocar o prazer em vez do lucro. Escancarar escatologias em praça pública. No livro "Pornoterrorismo" (2011), a performer Diana J. Torres aborda e transvalora a situação de abjeção em que os sexos e as sexualidades dissidentes são postos nas sociedades patriarcais que tem a heterossexualidade compulsória como motriz dos padrões de sexo/gênero. Na lógica do patriarcado heterocentrado o corpo feminino cis e os corpos trans são aqueles que não raro são patologizados e inferiorizados. Assim situados num campo alheio ao da autonomia, do prazer autodeterminado, é preciso que esses corpos destituam o poder que lhes subjulga através do empoderamento, da apropriação e da subversão de códigos e condutas.

A ação pornoterrorista é construída a partir da apropriação do lugar de abjeto para sê-lo com razão. Esse lugar de abjeção é produtor de estados temporários de ruína das práticas normativas do sexo e do desejo de modo que está diretamente relacionado com a construção da cena de choque. Pois, ao realocar as sexualidades transgressoras dos manuais médicos-psiquiátricos para um campo de batalha onde o corpo é uma arma de emancipação política, desestabiliza-se o próprio dispositivo de sexualidade. A desestabilização das normas do sistema de sexo/gênero e sexualidade aciona o terror. É no gesto de ativar o devoramento dialógico dos corpos e dos prazeres desviantes que o pornoterrorismo pode ser entendido como uma prática descolonizadora: uma resposta violenta aos paradigmas sócio-políticos da sexualidade promulgados pela burguesia heterocentrada. Essa resposta prolifera os prazeres desviantes nos quais não há um pênis orgânico como referente sexual. Há multiplicidade de orifícios, penetração anal com dildos, sangue e escatologias com e sem preservativo. Trata-se da contaminação da economia heterocentrada.

OBJETIVOS

Os objetivos gerais deste projeto são: 1) erguer um corpo teórico que evidencie as tecnologias coloniais de produção do sexo e da sexualidade e as resistências correlatas e 2) mostrar por que as ações estético-políticas de terrorismo poético e de pornoterrorismo ativam procedimentos de descolonização dos corpos sexuados. Os objetivos específicos deste projeto são: 1) mapear de três a cinco coletivos autonomistas atuantes no Brasil que sejam produtores do terrorismo poético e do pornoterrorismo em suas ações, 2) explicitar a construção da cena de choque nessas

ações e 3) mostrar o vínculo dessas ações com as teorias de resistência descolonizadoras feministas/queer.

METODOLOGIA

Leitura e fichamento da bibliografia primária indicada no corpo deste projeto; pesquisa, leitura e fichamento da bibliografia secundária; pesquisa de coletivos autonomistas produtores de ações estético-políticas de terrorismo poético e pornoterrorismo; pesquisa de eventos relacionados para recorte de ações a serem analisadas; pesquisa de campo, compreendida como entrevistas e vivências compartilhadas com esses coletivos e, por fim, produção textual.

RESULTADOS

A pesquisa no momento encontra-se em fase de leitura e fichamento de referências bibliográficas e, além disso, há um avanço no sentido da escolha de uma ação estético-política a ser analisada. A ação ocorreu na festa Xereca Satânik, em Rio das Ostras/RJ, no ano de 2014, e foi uma resposta ao crescente número de estupros na cidade supracitada. Trata-se de uma performance em que uma mulher coloca uma bandeira no Brasil no interior de sua vagina e outra mulher costura a vagina com a bandeira dentro, na sequência, a bandeira é puxada, rasgando as suturas. Realizada pelo Coletivo Coiote, esta ação produz uma cena de choque de modo a confundir os limites entre arte e vida e entre performance e crime, tal como teorizaram Hakim Bey e Diana J. Torres. Como se sabe, a ação repercutiu mundialmente, mas especificamente no Brasil uma manchete chama a atenção, trata-se de:



CONCLUSÃO

Nota-se que a ação de terrorismo poético e de pornoterrorismo efetuada pelo Coletivo Coiote encontra no espaço público da cidade um fértil terreno para a produção de choques estéticos confrontadores da moralidade cristã e burguesa. A proposta de romper com a produção e perpetuação da opressão que recai sobretudo sobre os corpos das mulheres se efetiva em práticas radicalmente confrontadoras das bases da nossa sociedade, como o cuidado ao corpo e à saúde – pilares da biopolítica. Como na tradição da performance artística e da body art, as mutilações são apropriadas nas ações do Coiote para que se possa abordar o problema das violências de gênero que cotidianamente atravessam os corpos contrahegemônicos.

REFERÊNCIAS

- Bey, Hakim. CAOS Terrorismo Poético e Outros Crimes Exemplares. Conrad Editora do Brasil, 2003.
- Butler, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- Foucault, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 1ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2014.
- Preciado, Beatriz. Manifesto contrassexual. São Paulo : n-1 edições, 2014.
- Torres, J. Diana. Pornoterrorismo. Editorial Txalaparta s.l.. Tafalla, 2011.

MEMÓRIA SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO NAS FAVELAS: Uma ucronia chamada Manguinhos

Carolina Dardi

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em
Memória Social

carolinadardi@yahoo.com.ar

Orientador: Prof. Dr. Javier

Javierlifschitz@gmail.com

OBJETIVO

A gênese desta pesquisa é o resultado de um ciclo que começou em 2003, ante tanta informação forânea sustentada como verdade absoluta, a partir de uma *observação-participante* no contexto de uma travessia pela América Latina, de aprendizado e investigação de quase 13.000 km, durante 10 anos, onde o foco foram as diferentes maneiras de construção dos espaços públicos como articuladores das convivências.

O foco do trabalho será num local no Complexo de Manguinhos, um conjunto de 13 (treze) favelas na zona norte da cidade de Rio de Janeiro, num espaço chamado de "Faixa de Gaza", que servia como um cemitério a céu aberto, onde cadáveres eram jogados por conta de ajustes de contas entre facções rivais: Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos. Esse espaço sofreu um processo de intervenção urbana realizada pelo Estado, e nesse contexto o objetivo principal da pesquisa será analisar as consequências dessa intervenção projetual, com foco na construção do espaço público, usando a Memória como perspectiva metodológica, olhando um mesmo espaço urbano desde dois momentos temporais diferentes.

Quanto aos objetivos específicos, trabalharemos em como a comunidade local, depois da intervenção urbana, faz a narrativa desses espaços, quais são as memórias do lugar, como estão ancoradas no espaço, que tipo de apagamento dessas memórias

estes projetos urbanos trazem, quais são as novas significações construídas, que tipo de reconstrução dessas memórias estes projetos urbanos propõem, trabalhando na relação entre o projetado e a realidade depois da intervenção urbano-social; compreendendo a articulação entre as dimensões do projetual, o executável e as escutas das demandas, a partir de conceitos-chaves da Memória Social, utilizados como ativadores para pensar a construção dos espaços públicos a partir da Memória, desde uma leitura contemporânea e latino-americana, incluindo a violência como denominador comum.

METODOLOGIA: Condições da Pesquisa

As condições da pesquisa são decorrentes de um processo de *Memória*, observando um mesmo local, desde dois momentos temporais diferentes, um deles *-oito anos atrás* - no rol de arquiteta da equipe da concepção urbanística do Plano de Desenvolvimento Sócio-espacial promovido pelo Governo na área, e, um outro momento temporal, na atualidade, já como *observadora participante*, "olhando" desde outro ponto de observação, que é o que me permite a interdisciplinaridade da Memória Social.

Mas em uma favela com uma forte violência urbana e social, é difícil ser previsível em quanto às condições de pesquisa, minhas condições de pesquisa começaram a transitar por si mesmas, gerando uma autonomia difícil de prever.

Neste ponto crucial foi quando o "esqueleto" da minha pesquisa tornou-se um labirinto-rizoma, não só foquei a pesquisa na construção do espaço público, senão que também as pessoas executadas na área da pesquisa ao longo destes anos começaram falar, meus interlocutores, muitos deles não estavam mais com vida; em consequência à morte violenta foi um outro disparador para uma outra interlocução. Por conseguinte incorporei as narrativas de luto, trazendo a Memória como um espaço de luta para poder dialogar com meu objeto de pesquisa. A Memória será meu eixo de Pesquisa como perspectiva.

RESULTADOS PARCIAS

A composição gráfica de três fotos (FIGURA 01) mostra como era a área chamada de faixa de Gaza antes da intervenção urbana, a segunda fotografia é uma imagem em 3D (3 dimensões) que descreve como foi concebido o anteprojeto e a última foto da composição gráfica mostra uma foto de como o projeto foi executado e como se encontra na atualidade.



FIGURA 01
 Fonte: www.jauregui.arq.br.
 Recorte e composição gráfica
 realizada por a autora.



No ano 2013 a comunidade passou a ser ocupada pela 29ª UPP pela operação de pacificação de Manginhos.

Os entraves e conflitos consequência do poder do tráfico sobre o território e as alianças políticas entre as lideranças locais, influem no processo de participação dos moradores no PAC; muitos deles acreditavam que haveria uma transformação completa no lugar, esperando o fim da violência e do tráfico de drogas. Hoje, muitos moradores atribuem a obra o aumento da violência. (Gama & Costa, 2010)

Apesar dos questionamentos, a elevação da via férrea, iniciada em 2008, foi uma das primeiras obras do PAC.

Segundo entrevista com o arquiteto Jorge Mario Jauregui ele nos diz que princípio a elevação da linha férrea pareceria uma medida *"exagerada e descabida se for pensado desde uma abordagem tradicional"*, mas que ela deixará um legado muito importante como pedagogia de restituição nos aspectos físicos, sociais, de segurança e de vida de um lugar".

Já em outra entrevista na revista Pini (2011) com Ícaro Moreno, presidente da EMOP - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro:

"A elevação da via férrea foi a solução encontrada diante da impossibilidade de enterrar a ferrovia entre a Linha Amarela e o ramal ferroviário MRS", já que alegou que o solo mole do local e o fato do trecho ser cortado por um rio encareceriam muito a solução. *"O custo de enterrar seria cinco vezes maior."*

CONCLUSÕES PARCIAIS

À medida que o projeto começa ser materializado, se observa que as diferentes prioridades e interesses das administrações intervenientes, colocam o foco de execução em outros aspectos do que foi a ideia original.

O que se detecta na atualidade, é que esta ferida urbana foi reforçada em algum ponto com a execução do projeto urbanístico de parte do Plano de Intervenção Urbana do Governo. O projeto foi executado de forma diferente do conceito original, sendo o principal foco a elevação da via férrea promovida como "uma escultura a céu aberto".

Nestas dinâmicas, coloquei o foco principal desta pesquisa, para depois poder gerar uma reflexão crítica focada nessa área depois da intervenção urbana. Incorporarei também as narrativas de luto, trazendo a Memória como um espaço de luta para poder dialogar com meu objeto de pesquisa, já que como veremos no desenvolvimento

do Projeto, existem também memórias manipuladas e impedidas, onde a leitura mostra que o "direito à cidade" não é praticado, já que são espaços produzidos que intuimos serem exógenos à população local.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. Favela-Bairro: mais infraestrutura e renda pior — O Globo, 22 de fevereiro de 2004.
- BARBOZA, S. C. Políticas e programas habitacionais no município do Rio de Janeiro: uma avaliação da experiência (1979–2002). Niterói: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, 2013.
- BARRIO, Angel Espina. Lévi-Strauss: o último dos modernos e o primeiro dos pós-modernos IN Inovação Cultural, Patrimônio e Educação/A. E. Barrio, A. Motta e M. H. Gomes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010
- BORGES, Thais (2013). A abordagem do fenômeno urbano na Escola de Chicago. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd185/fenomeno-urbano-na-escola-de-chicago.htm>
- CARLOS, SOUZA, BELTRÃO, org (2014). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 3 reimpressão- são paulo: Contexto, 2014.
- CAVALCANTI, Mariana (2013), DILEMAS - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228 acessível em: <http://oglobo.globo.com/rio/passarela-da-rocinha-sobre-lagoa-barra-primeira-de-niemeyer-sobre-pista-no-rio-fica-2999205>
- FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa, caps 2 e 3. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- GAMA, Roberto da; COSTA, Rosa."Trocando o pneu com o carro andando": Uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Mangueiros. (2010).
- PAC COMUNIDADE COMPLEXO DE MANGUEIROS – URBANIZAÇÃO. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036918>
- PERLMAN, Janice. Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro. New York: Oxford University Press, 2010.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Edital do Concurso Favela- Bairro. Rio de Janeiro, 1994.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. SP: Ed. UNICAMP, 2007.
- ROBIN, R. La memoria saturada, Waldhuter Ed. Buenos Aires, 2012. (Capl e Cap 4)
- SIMMEL, Georg. As metrópoles e a Vida Mental. In Fidelidade e Gratidão e Outros Textos. Relógio D'Água: Lisboa, p.75 a 94, 2004.

VALLADARES, Lícia do Prado. A propósito da urbanização de favelas. In: XXXII Reunião Anual da SBPC. Rio de Janeiro, 1980.

YÚDICE, George (2008) Modelos de desarrollo cultural urbano: ¿gentrificación o urbanismo social? *Alteridades*, vol. 18, núm. 36, julio-diciembre, 2008, pp. 47-61. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa. Distrito Federal, México.

ZUKIN, Sharon (2000). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In Arantes, Antônio Augusto (org). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.

AS ESCOLAS EM PRISÕES E SEUS DOCENTES: Por Quê Trabalhar Lá?

José Mauro de Oliveira Braz (Doutorando)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

jmobraz@yahoo.com.br

Francisco Ramos de Farias (Doutor em Psicologia pela FGV)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

frfarias@uol.com.br

OBJETIVO

A presente investigação tem como objetivo principal apresentar os resultados da dissertação de Mestrado intitulada "Memórias e construções subjetivas nos espaços escolares prisionais do Estado do Rio de Janeiro: apropriação e transformação docente", devidamente defendida em fevereiro de 2016. Nela pretendeu-se, dentre outras coisas, perscrutar quais foram as motivações dos docentes que trabalham em escolas localizadas em prisões, no sentido de suplantar as dificuldades disseminadas socialmente acerca de espaços prisionais, ou seja, por que optaram por trabalhar no interior de espaços prisionais visto que estes espaços são mal falados socialmente. Para isso parte-se do princípio que a escola localizada em uma unidade prisional é um espaço diferenciado. Primeiro, por estar localizado no interior (ou em anexo) de uma unidade prisional, o que faz com que suas dinâmicas sejam afetadas diretamente pelo cotidiano relativo às dinâmicas da instituição prisional. Segundo, em função do público alvo desta escola, por tratar-se de um aluno que cometeu um crime e se encontra em regime de privação de liberdade. Inicialmente movido por esta visão, fui a campo para conversar com alguns professores e entender melhor o trabalho em escolas nas prisões.

METODOLOGIA

Os resultados apresentados estão atrelados a dissertação de mestrado, que por sua vez está vinculada ao Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre a Violência

(LPSPV), da UNIRIO. Em função da movimentação no território penitenciário ser atravessada por uma série de questões que poderiam vir a dificultar o andamento da pesquisa, optou-se por realizar uma análise de conteúdo de entrevistas realizadas com professores que atuam nestes espaços escolares, que estavam alocadas no banco de dados do LPSPV, ou seja, ao invés de realizar novas entrevistas para que estas fossem analisadas posteriormente, foram analisadas entrevistas feitas anteriormente. Estas entrevistas foram geradas pela pesquisa "A construção da memória da educação prisional no estado do Rio de Janeiro", devidamente autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNIRIO sob parecer nº 1.116.490.

Realizou-se a escolha de apenas uma escola para ser objeto do estudo, isto deveu-se ao fato de, qualquer unidade social poder ser tomada representativa da totalidade (GOODE e HATT, 1979). Assim, o universo desta investigação limitou-se a uma unidade escolar localizada em uma unidade prisional, que no caso trata-se do C.E. Anacleto de Medeiros, localizado no Presídio Evaristo de Moraes. A escola selecionada está situada em uma prisão que originalmente não teve previsão de uma unidade escolar em seu interior. Esta prisão também já teve seu espaço utilizado para diversos fins que não o de encarcerar. Isso faz com que seu espaço tenha uma caracterização própria e diferente de outras unidades prisionais cujas plantas previram a instalação de um espaço escolar. A escola, portanto, funciona em espaços improvisados.

Foram selecionadas quatro das doze entrevistas do banco de dados. A escolha das entrevistas foi baseada no fato de serem professores atuantes na escola prisional, e de terem tempos diferentes de atuação como docentes, neste espaço e fora dele. A questão do tempo é importante, na medida em que, foi justamente com o passar do tempo, que as políticas relativas à educação foram sofrendo alterações. As entrevistas aconteceram apenas uma vez com cada entrevistado, e, duraram cerca de uma hora. Foram realizadas em uma sala improvisada, do lado de fora da unidade, em função de, a unidade prisional, apresentar ressalvas quanto à realização deste tipo de atividade (entrevista) dentro de suas dependências. A fala dos professores trouxe elementos que ajudaram a entender se houve, ou não, interferência das políticas de educação. Cabe destacar também que estas entrevistas acabaram por se adequar aos objetivos preconizados, ou seja, representam uma melhor forma de aproximação ao objeto de estudo: a motivação dos docentes para atuar e continuar atuando nos espaços escolares prisionais.

Ainda em relação ao tempo de atuação dos professores que tiveram suas entrevistas selecionadas, é necessário destacar outro fator que motivou a eleição deste parâmetro: o quanto o professor foi institucionalizado pela ação da cultura escolar prisional (VIEIRA, 2014, p.108), pois ela "pode refletir a produção e fortalecimento

das subjetividades hegemônicas, a partir da reprodução dos valores dominantes, normatizados, ou produzir singularizações, levando o sujeito a pensar que existem outros modos de estar no mundo".

RESULTADOS

Em uma análise preliminar das entrevistas depreendeu-se que estes profissionais apresentam diversas motivações para atuar nesses espaços escolares. Essas motivações auxiliam no processo de construção subjetiva que colabora para romper com o discurso social, que afirma que a prisão é o local onde os criminosos devem sofrer, que ali só se encontram pessoas irrecuperáveis, e, que melhor seriam se estivessem mortos. É muito frequente, nos relatos dos professores, a sinalização de que os alunos das escolas em prisões são obedientes e valorizam o trabalho do professor. Ainda, os professores acreditam que podem contribuir, significativamente, para os presos construírem outros projetos de vida e fazerem outras opções além do crime. A certeza de que o aluno será dócil e cumprirá todas as tarefas pode se constituir num verdadeiro engodo que encobre a satisfação do docente ante a sua impotência e desvalorização com relação às escolas situadas extramuros prisionais.

CONCLUSÃO

O primeiro grande estímulo de trabalho constatado gira em torno da liberdade. Ao estar livre, o professor é quem traz informações de fora da prisão, na medida em que entra e sai todos os dias. Ele pode trazer informações que interessam a ele trazer, ou que interessam aos presos, ou até mesmo informações que não interessam a ninguém. Ele tem poder de decisão sobre o que vai dizer, sabendo que aquele que vai ouvir muito provavelmente irá acreditar, dará todo o crédito possível à informação e será grato pelo professor estar dividindo isso com ele.

O segundo estímulo relacionado com a continuidade do trabalho é o saber. Quando o professor se dá conta que ocupa o lugar daquele que ensina, daquele que se não estivesse ali, o aluno não teria acesso ao conhecimento, não faria trabalhos de casa, ou a cesta de jornal ou a colagem, enfim, ser conhecedor de que seu papel ali é fundamental para o outro e que não é um favor, como é socialmente dito é importante para o professor. Esse saber-poder seduz e faz com que o professor queira permanecer no trabalho atuando e tentando modificar os cenários por intermédio do saber.

O último estímulo em continuar no trabalho está diretamente relacionado ao exercício do poder. Na escola da prisão o professor tem segurança, ele pode fazer muito mais coisas do que na escola de fora, pois está respaldado pelo próprio sistema

penitenciário. Se um aluno fala alto ou falta com respeito a alguém dentro da escola, o agente penitenciário é acionado. Este aluno pode ser punido, tanto pelo agente quanto pelos outros presos e com isso ele pode disciplinar, pois na perspectiva prisional, disciplina nunca é demais. O aspecto relacionado ao poder, obviamente, também se relaciona com a questão do saber e da liberdade, na medida em que vimos que o poder é uma trama que atravessa discursos, ações e instituições, sendo assim, o poder atravessa, de forma singular, a liberdade da qual o professor se utiliza, e o saber que pelo professor é difundido.

Dos desdobramentos da presente investigação tem-se que, os professores que atuam em escolas prisionais, mantêm sua motivação para continuar atuando em espaços prisionais em torno do tripé liberdade-saber-poder. São estes os princípios que em parte movem e influenciam as ações e motivações destes profissionais. Não se deve deixar de mencionar o benefício financeiro, pois atualmente a SEEDUC paga aos profissionais das escolas prisionais, uma gratificação adicional por trabalhar em lugar de risco e perigoso¹, tal fato, dependendo da situação financeira na qual o professor estadual se encontra, pode vir a ser de grande estímulo para que ele inicie as atividades no local. Outro fato que excede este tripé é o do reconhecimento e da valorização profissional, principalmente para aqueles que já tiveram contato com a rede pública, fora do ambiente prisional, Como Marcos, Alessandra e Marta, mas mesmo sem os depoimentos deles, o fato da desvalorização profissional pode ser contado por qualquer professor de escola pública, onde, o desrespeito é muito grande e não há reconhecimento dos alunos em relação aos professores, além de os alunos também desrespeitarem, ameaçarem, e, em alguns casos, agredirem os professores, em função de alguma atitude tomada. Obviamente, isto não é uma constante de toda a rede pública, mas existe em grande parte dela.

Os fatores que excedem o tripé liberdade-saber-poder são de esfera visível, e, podem ser facilmente constatados, pois atravessam facilmente, os espaços e os discursos. Mas, o interesse da investigação era investigar justamente, o que vai além do que é visível, e daí, surgiu o tripé que estimula, ainda mais, a permanência deste profissional na escola. É por intermédio dele, que a atuação profissional supera as dificuldades, e, é ele, que auxilia nos processos subjetivos que alimentam o discurso em prol, de a escola na prisão ser um bom local para se trabalhar, para se ganhar a vida e para se fazer educação de verdade, pois ali, o aluno respeita, aprende e demonstra se importar com a educação que recebe, além obviamente de valorizar tudo que o professor traz de informação que vem do lado de fora da prisão.

¹ Este adicional não é o de periculosidade. Há uma proposta da Câmara tramitando desde 2011, mas ainda não

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. Em: Maia, C. N. e outros (org.). *História das prisões no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARANHA, M. L. *História da educação e pedagogia. Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2008
- FACEIRA, L. S. O trabalho nas prisões: possibilidade de criação ou alienação? In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (org.). *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FARIAS, F. R. Homens à deriva: os egressos do sistema penitenciário. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (org.). *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FREIRE, P. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1979.
- GADOTTI, M. Palestra de encerramento. In: MAIDA, M. J. D. (org.). *Presídios e educação*. São Paulo: Funap, 1993.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. Em: GONDAR, J e DODEBEI, V. (org.). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- IRELAND, T. D. Anotações sobre a educação em prisões: direito contradições e desafio. In: CRAIDY, C. M. (org.). *Educação em prisões: direito e desafio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.
- ONOFRE, E. M. C. Escola da prisão espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, E. M. C. (org.). *Educação escolar entre as grades*. São Paulo: EdUFSCar, 2007.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- TARDIF, M.; LESSARD, C.. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Rio de Janeiro. Vozes, 2008.
- THOMPSON, A. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro, Forense, 1980.
- VIEIRA, E. L. G. A Cultura da Escola Prisional: entre o instituído e o instituinte. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 1, p. 93-112, jan./mar. 2013, v.38.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão de miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

O EU E O OUTRO: Descolonizando Subjetividades em Adriana Varejão

Kamila Costa

Mestranda em Memória Social

Programa de Pós-Graduação em Memória Social-
Unirio

kamila.costa90@yahoo.com.br

Profa. Doutora Denise Maurano

Programa de Pós-Graduação em Memória Social-
Unirio

dmauranomello@gmail.com

OBJETIVO

Tem por objetivo analisar as categorias do Eu e o Outro sob as perspectivas do poder disciplinar e da dialética colonialista por meio das contribuições, respectivamente, de Michel Foucault, Michael Hardt e Toni Negri. Articulando as noções de subjetividade e diferença. Às condições de leitura aplicada nas obras da artista plástica Adriana Varejão.

A análise categorial do Eu e o Outro suscita, em um primeiro momento, uma visão binária discursiva. Talvez essa aproximação epistemológica quase instantânea demonstre o que este artigo propõe contestar: o binarismo mesmo enquanto prática de discurso e prática de si. Importa aqui buscar possibilidades outras para tal visão e o caminho a ser percorrido será o da diferença.

Desta forma, embora o tema deste trabalho introduza a noção do par analítico eu-outro, o objetivo é ultrapassá-lo. Para isso, lançar mão de ferramentas teórico-conceituais que evidenciem a construção sociológica e política das subjetividades é fundamental. Passaremos pela abordagem de Hardt e Negri sobre o advento do Estado-Nação e como isso influenciou nos aspectos de identidade e alteridade.

Também pelas concepções foucaultianas de poder e instituições na produção de subjetividades.

Parafraseando Foucault, tendo em vista que o sujeito não é essencial, não é dado, nosso compromisso é nos criarmos como uma obra de arte (DREYFUS; RABINOW, 1995). Se, por um lado não existe substância do sujeito, por outro, a arte nos convida tanto a recriá-lo como a questionar os mecanismos que exercem gerências sobre os indivíduos. E é por meio da arte, mais precisamente pela obra da artista plástica Adriana Varejão, que articularemos os conceitos introduzidos pelo tema.

METODOLOGIA

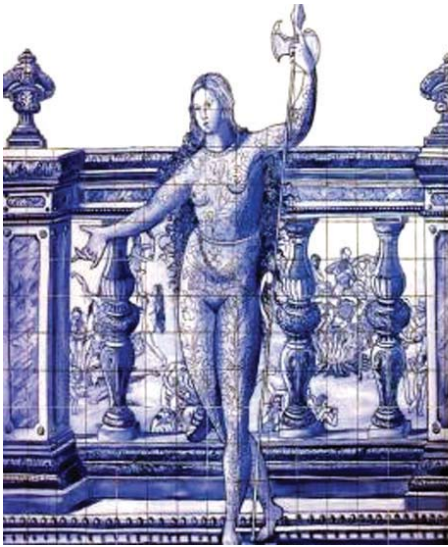
Pesquisa bibliográfica referente ao tema e análise de obra de arte.

RESULTADOS

A análise de duas peças da artista plástica Adriana Varejão nos permitiu alcançar os seguintes resultados:

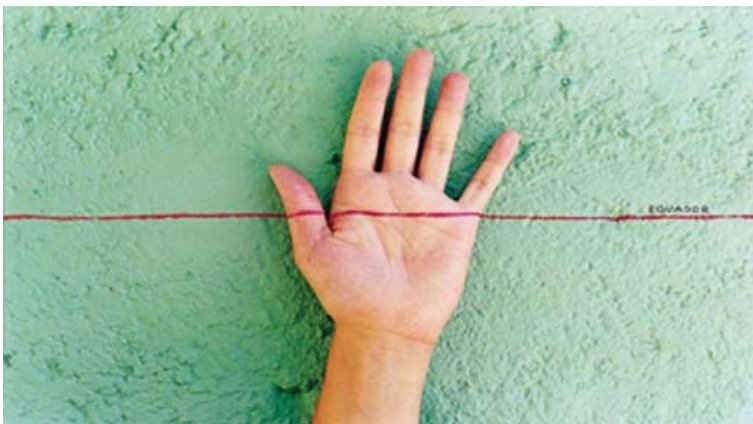
Em Adriana Varejão, o trans (a diferença que ultrapassa o binarismo fundado pela identidade colonial) aparece sobretudo como recurso estético. Qual seja o de usar momentaneamente da simbologia e iconografia colonial, mas não com o propósito de sua reafirmação, mas pelo artifício da paródia- estética e semanticamente transgressora—rir do simbólico e do político e reconfigurá-los, de modo que se exponha, ou pelo menos traga um novo olhar sobre os jogos de poder no contexto do colonialismo. A paródia feita por Varejão não produz efeitos cômicos. Ela deixa o rei nu (ele é patético) e desmonta a História, dobrando-a em histórias diferentes. Ela cria sem se opor diretamente.

Talvez a obra que demonstre melhor a articulação entre a "denúncia" das relações de poder e o mecanismo da paródia como revelador seja a "Figura de Convite I" (fig 1). Onde Varejão nos apresenta a azulejaria portuguesa, na ocasião de seu uso nas entradas de prédios públicos, onde figuras de pessoas convidavam a entrar (fig 2). Entretanto, não mais há a figura portuguesa a nos receber, não há mais imagens bucólicas de Portugal. Adriana usa uma índia guerreira para nos dar boas-vindas sobre fundo de ritual de canibalismo.



(fig. 1) Varejão. Figura de Convite I, 1997 (fig 2)

Já em Contingente (fig. 3), a mão de Adriana é percorrida pela linha do Equador, mais que apenas percorrer, a linha corta sua mão em duas. Ao mesmo tempo em que a composição explicita o perpassar de linhas cartográficas e sua consequente demarcação territorial e, portanto, de valores— cria-se fronteira, cria-se identidade—, ela também se coloca no lugar de resistência na medida em que, embora seja demarcada por uma linha de poder, é seu corpo que se oferece como mapa. Varejão inaugura uma nova cartografia: o sujeito afetado também afeta. De uma inscrição original em mapa comum para uma transcrição afetiva em corpo como suporte.



(fig.3) Varejão. Contingente, 2000

CONCLUSÃO

Sob o prisma da análise foucaultiana nos foi possível notar o funcionamento do poder na gênese do sujeito, gênese essa não entendida como essencial, mas como produto de técnicas de poder, efeito dos mecanismos de disciplina. A partir disso, notamos que a subjetividade é, portanto, uma construção da sociedade disciplinar. Assim, como em Hardt e Negri, que usaram a categoria do colonialismo para discorrer sobre o eu e o outro.

Importa frisar, que embora o enfoque deste trabalho tenha sido o poder disciplinar e a construção de identidade fundamentada na dialética, porventura possamos, mais à frente, aprofundar os questionamentos sobre a Sociedade de Controle. Teria a Sociedade de Controle aspectos facilitadores para o fenômeno trans? Inaugurar uma nova cartografia, à maneira Varejão, talvez nos aponte um caminho dos possíveis.

REFERÊNCIAS

- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 2002. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999b
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999^a
- GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, Jô (org). Memória e Espaço: Trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003
- HARDT, Michael; NEGRI, Toni. Império. São Paulo: Record, 2001

O MUNDO DOS INVISÍVEIS: As Redes Sociais e Narrativas das Pessoas em Situação de Rua

Maria Thereza Monteiro Pereira Sotomayor,

graduada em Arquivologia PPGMS

therezasotomayor@gmail.com

Vera Dodebei, doutora em Comunicação e Cultura

PPGMS E PPGB

dodebei@gmail.com

OBJETIVO

Os grandes centros urbanos têm como uma de suas maiores características a grande heterogeneidade de grupos e pessoas. Em uma breve observação, pode-se perceber todo tipo de relações existentes nesse espaço, tão cheio de questões. Como nos aponta Velho (2003, p.79), "Os trabalhos do grupo de Chicago mostraram que, na grande metrópole contemporânea, encontramos não só um maior número e diversidade de papéis e domínios, como evidentes descontinuidades e contradições entre estes."

Um dos exemplos, é o caso das pessoas em situação de rua, tão presentes na maior parte desses espaços. A paradoxal presença e ausência desses grupos chama atenção, especialmente nas abordagens sobre eles. Ao mesmo tempo, quando são vistos, suas representações em geral dizem respeito ao seu contexto, como por exemplo, quando o inverno é mais rigoroso, ou quando delitos são cometidos. Em resumo, é bem comum que a grande mídia só mencione essas pessoas quando se trata de uma notícia negativa.

E é em meio a essa teia heterogênea em que vivemos, que paralelamente, surge outro fenômeno interessante: o desenvolvimento da Internet. Como nos aponta Castells (2005), o desenvolvimento da Internet surge como uma maneira de se defender de uma possível guerra nuclear, para impedir uma possível tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicação. Ainda segundo Castells

(2005, p.44), "O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro (...)".

A partir desse momento, começa o desenvolvimento de um modelo de comunicação que não parte de um centro de expansão, mas se capilariza e se dissemina cada vez mais horizontalmente. Também Pierre Lévy percebe as novas possibilidades vindas desse ambiente. Ali, encontra espaço para interações sociais diversas, criadas através da realidade virtual. Entende-se com isso, que esse meio digital é um "universalizante não totalizante" (LÉVY, 1998), e para ele isso só é possível porque o ciberespaço seria capaz de dissolver a "pragmática da comunicação, que desde a invenção da escrita havia reunido o universal e a totalidade" (LÉVY, 1999 p.118).

Também é possível pensar o conceito de memórias subterrâneas de Pollak (1989), que se refere às memórias que ficam à margem, ou seja, não são consideradas dentro do escopo das memórias coletivas oficiais e só podem sair dessa condição de obscuridade quando apresentadas publicamente. Nessa ponte entre memória e as novas tecnologias, também é possível acessar Dodebei (2006), que trabalha diretamente questão do patrimônio digital, categoria nova de patrimônio que nasce com a ascensão do ciberespaço, e ao contrário do que tradicionalmente ocorre, não possui um espaço físico, mas virtual, portanto, flexível e de fácil acesso.

A partir dessas questões, esse trabalho tem o objetivo de compreender o processo de influência que as redes sociais exercem na divulgação da memória de grupos marginalizados da sociedade, observando o desenvolvimento dos trabalhos dos grupos responsáveis pelas páginas que foram criadas exatamente para focar nas pessoas em situação de rua, e em suas histórias, que por muito tempo permanecem inauditas. São diversas espalhadas pelo Brasil, mas focaremos nossa pesquisa na página "Rio Invisível". Há algum tempo, no *Facebook*, essas páginas procuram dar voz às narrativas da população de rua, tornando-os visíveis aos afetos da sociedade. Além disso, objetivamos mais especificamente também observar como isso impacta para os internautas que acompanham essas páginas de *Facebook*. Além de divulgar a narrativa da pessoa em situação de rua, focam nos também em seus rostos, evitando estigmas, sendo possível, além de tudo, observar uma nova forma de difusão de memórias e de uma rede de solidariedade híbrida, que funciona nessa mediação entre o mundo "virtual" e o mundo "analógico".

METODOLOGIA

Com uma análise interdisciplinar o trabalho discorrerá sobre esse assunto, procurando entender o ponto de vista social, memorialístico e virtual desse fenômeno, baseando-se em arcabouço teórico que discorre sobre essas várias questões que surgem quando o assunto é a relação da sociedade como mundo virtual. Além disso, será utilizado como método de análise a netnografia, que consiste basicamente numa etnografia online, claro, que salvas as devidas proporções, visto que no ambiente digital as pessoas se comportam de uma maneira diferenciada do contato off-line, e como atentam Amaral, Natal e Viana (2008, p.36), muitas vezes nuances que são captadas pelo elemento gestual da comunicação acaba se perdendo em meio à esse ambiente de palavra, emoticons, memes, etc. Então, fazendo uma análise netnográfica da página Rio Invisível, pretendemos alcançar um maior entendimento acerca desses novos fenômenos trazidos pela ascensão do ciberespaço. Para isso, pretendemos estudar diretamente essas páginas, observando seu comportamento, e utilizando uma postagem específica, para o devido aprofundamento do tema em questão.

RESULTADOS

Analisando a própria descrição da página Rio Invisível, temos a informação dos criadores projeto de que ele "busca ressignificar a população em situação de rua no Rio de Janeiro e repensar o modelo de cidade.", ou seja, o seu objetivo é justamente fazer essa ponte entre o mundo virtual e a cidade. Nos dados fornecidos pelo próprio Facebook, podemos ver o alcance dessa página não só do ponto de vista das suas "curtidas", que é o modo com o qual podemos saber a quantidade de pessoas que ao menos conhece e recebe as atualizações da a página, mas também podemos saber da sua expansão através de dados como "pessoas falando sobre isso" e "novas curtidas na página":



A partir disso, já podemos perceber que há nesse grupo a intenção de trazer para o ambiente cibernético uma questão que existe na sociedade e observá-la criticamente e que o próprio site disponibiliza para seus usuários o alcance das informações contidas nele, incluindo quantas pessoas falam sobre isso. E, tomando como objeto um caso específico, podemos analisar este aqui:



a narrativa, que segundo Benjamin, (2015, p.109), "integra-o na vida do contador de histórias para passá-lo aos ouvintes como experiência", é trazida pela página Rio Invisível.

O ambiente virtual, que é um meio informacional por excelência, nesse momento ganha espaço para expandir as possibilidades da narrativa. E então, no caso estudado, além de observar-se uma grande quantidade de pessoas que curtiu da postagem, temos em torno de 248 compartilhamentos e em torno de 40 comentários até o presente momento da pesquisa. Um deles chamou atenção, pois exemplifica uma situação em que, a narrativa do senhor entrevistado, quando colocada na Internet, conseguiu trazer uma possibilidade de rede de solidariedade:



Diante disso, pode-se perceber nessa breve pesquisa, que a narrativa adaptada para as redes sociais tem a possibilidade de não só ressignificar as pessoas em situação de rua, mas também fazer com que os internautas se tornem parte do processo de ressignificação.

CONCLUSÃO

Neste momento da pesquisa, podemos perceber que para que o trabalho possa ser feito, é necessário uma leitura interdisciplinar e uma interação constante entre o meio digital e o analógico. Além disso, por ser um tema relativamente novo, algumas questões ainda não estão firmes, como por exemplo, como lidar com a fluidez desse espaço? Isso só nos faz perceber como é necessário o estudo desses temas, que abrangem as múltiplas possibilidades da Internet, e suas limitações. É interessante num estudo como esse, perceber que ao contrário das constantes críticas que são feitas ao ambiente digital - a frieza e alienação que ele pode causar - é possível sim adquirir um novo olhar para o mundo que nos cerca utilizando-se dessas ferramentas. Numa alternativa à anestesia que desenvolvemos para não sentir o choque que é ver a dura realidade que existe ao nosso redor, essas páginas nos trazem, através de uma máquina, a chance de sermos mais humanos.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. Baudelaire e a Modernidade. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- DODEBEI, V. Patrimônio e Memória Digital, Rio de Janeiro, 2006.
- LÉVY, P. Cybercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. A nostalgia do Totalitarismo: Difusão de informações pelo ciberespaço ameaça as castas intelectuais. In: Folha de São Paulo, 1998.
- POLLAK, M. "Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, 2 (3).
- SONTAG, S. Sobre a fotografia. Tradução de Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro. Editora Companhia das Letras, 2004.
- VELHO, G. Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Famecos*. Porto Alegre v.20. Dez\2008 <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/4829/3687>.AcessadoAcesso> Acesso em: 16 set. 2016

RASTROS MEMORIAIS E DEFICIÊNCIA: O Caso Tommy Edison

Marina Leitão Damin

Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social

mldamin@gmail.com

Vera Dodebei

Doutora em Comunicação e Cultura

Professora Titular

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

dodebei@gmail.com

OBJETIVO

O presente paper tem como objetivo trazer um recorte dos resultados da pesquisa realizada para a dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. O foco da pesquisa se concentrou no estudo de caso Tommy Edison, com o intuito principal de investigar se o conteúdo dos comentários dos vídeos continha rastros memoriais a respeito de prévias ideias da sociedade sobre a deficiência.

METODOLOGIA

Como principal recurso metodológico foi realizada a análise de conteúdo de dois vídeos publicados por Tommy Edison – americano, cego de nascença e crítico de cinema – em seu canal no site de rede social *YouTube*, *Tommy Edison Experience* (<http://www.youtube.com/TommyEdisonXP>, cujos vídeos já foram vistos mais de 30 milhões de vezes), bem como os comentários feitos pelos usuários dessa rede. Os vídeos são: *Growing Up Blind* e *How My Parents Told Me I'm Blind*. Ambos foram escolhidos por tratarem de lembranças de infância de Tommy. O conteúdo de cada vídeo foi analisado com o objetivo de entender o posicionamento de Tommy frente à deficiência e apontar quais ideias sobre a cegueira apareciam em sua fala. Além

disso, foram analisados os comentários feitos por outros participantes do site de rede social *YouTube* na página de Tommy com o intuito de mapear elementos que sugerissem a rememoração de ideias antigas e atuais existentes na relação entre sociedade e deficiência. Entre as principais estão: **a)** o pensamento, consolidado com o fortalecimento do Cristianismo, de que "Todos são filhos de Deus", no qual o Evangelho dignificava o cego, afirmando que tanto ele quanto quem tinha piedade ganhava o "reino dos céus": "as pessoas doentes ou com alguma deficiência não podiam mais ser mortas, pois eram consideradas como criaturas de Deus" (MOTTA, 2004, p. 59); **b)** pessoas cegas eram consideradas pecadoras e a cegueira era uma punição, assim, a solução dada pelo clero era o confinamento. Dessa maneira, se exercia a caridade ao segregar a pessoa com deficiência e ainda se salvava a alma do cristão, livrando a sociedade das condutas indecorosas. A Inquisição também fez muitas vítimas com o argumento de que elas eram pessoas hereges ou "endemoniadas" (MOTTA, 2004); **c)** a perspectiva, a partir do século XIX até os anos 90 (GOODLEY, 2010, p. 11), da deficiência como uma condição médica que, segundo Franco e Dias (2005), é decorrente dos avanços da medicina, que começava a compreender cientificamente o funcionamento do olho, do cérebro e de suas estruturas; **d)** a criação de um modelo social sobre a deficiência – denominado *Disability Studies* – que teve sua origem, de acordo com Goodley (2010, p.11), no texto seminal do britânico Mike Oliver, *The Politics of Disablement*, em 1990. Uma das tarefas-chave dos *Disability Studies* é aprofundar-se nas afirmações e nos entendimentos dos corpos e das mentes produtivos das pessoas que possuem deficiência enquanto se analisa de que maneira a deficiência é declarada nas camadas psíquicas, culturais e sociais (GOODLEY, 2010, p. 10). A Teoria Fundamentada foi utilizada como guia durante a análise e na categorização dos comentários. Assim, primeiro, realizou-se a leitura dos comentários, identificando os principais padrões de assuntos ali constantes (incidentes-indicadores). A partir desses padrões emergiram as categorias-código, por apresentarem um destaque pelo conteúdo ou pela recorrência, e que, por fim, resultaram em conceitos, utilizados como baliza para a análise final.

RESULTADOS

O primeiro vídeo analisado foi *Growing up blind* (2013), dividido em seis blocos, e traz o depoimento de Tommy sobre suas lembranças de infância, mesclando-as com reflexões sobre o fato de ter crescido com deficiência visual, em um testemunho oral, gravado e publicado por intermédio da tecnologia na rede social *YouTube*. Ele

fala que muitas pessoas imaginam como é crescer cego, mas afirma que, como é somente essa a experiência que ele conhece, as coisas são um pouco diferentes, mas que, mesmo assim, não deixava de ser divertido. Um dos exemplos que Tommy oferece é o fato de andar de bicicleta pela vizinhança, que tinha os carros estacionados na rua, algo natural para a maioria das crianças. Então, ele questiona, por que não? Esse discurso subverte toda uma lógica de senso comum, que permeia a lembrança da maioria das pessoas a respeito de cegos – seja por relatos ou por vivência –, de que quem tem deficiência visual é inválido, incapaz, lembrança essa que vem carregada de preconceitos, muitos deles oriundos do processo histórico a respeito da deficiência, mencionado anteriormente. Aqui, é possível trazer os conceitos de Goffman de identidade social atual e identidade social virtual (1988), propondo uma relação entre esses dois momentos distintos na fala de Tommy. A afirmação de que Tommy não é diferente, traz uma memória afetiva dos pais, que parecem percebê-lo como uma criança que deveria explorar o mundo da mesma maneira que aquelas que enxergavam. Ela estaria voltada à identidade social real, pois eles não estariam evidenciando a deficiência visual. Durante todo o vídeo, Tommy conta suas lembranças de maneira positiva, em nenhum momento sua fala remete a uma condição moral, religiosa ou médica. Ele não justifica sua cegueira com nenhum desses argumentos. No segundo vídeo analisado, *How My Parents Told Me I'm Blind* (2012), publicado em 17 de julho de 2012, ele comenta que não sabe se existiu um momento específico em que percebeu que as outras pessoas podiam ver e ele não, pois a convivência com pessoas que enxergavam era o que ele conhecia. Tommy comenta que demorou muito tempo até conhecer alguém cego e que ele pensava que estava tudo bem, mesmo que as outras pessoas enxergassem, isto é, é algo que era da vida e ainda é, é o normal. Assim, ele pontua que ser cego era o seu normal. Esse vídeo tem como núcleo uma questão que perpassa as diferentes literaturas sobre a deficiência: a normalidade. Goodley (2010, p. 70), ao falar sobre normalidade (*normalisation*), traz o conceito de *able body* de Lennard J. Davis, que ele define como o corpo de um cidadão, em contraste com os corpos "*deformed, defeaned, amputated, obese, female, perverse, crippled, maimed, blinded bodies do not make up the body politic*" (DAVIS, p. 72), para mostrar a oposição entre o considerado corpo normal e o corpo fora do "padrão" da normalidade. É importante frisar que Tommy não parece representar o estigma de Goffman, pois ele salienta que, quando era criança, não existia uma diferença, algo delimitado, uma linha que o fizesse perceber e ser percebido como diferente dos outros. Dois fatores parecem contribuir para isso: o fato de que ele não tinha contato com outras pessoas cegas

e de que a deficiência visual era um conceito aparentemente desconhecido para ele. Isto parece aproximar-se do último modelo de Pfeiffer, a versão da deficiência como discriminação, que diz que os outros oito modelos têm base na lógica e na experiência, mas que a pessoa com deficiência só sente que possui a deficiência quando confrontada com a discriminação (PFEIFFER, 2002, p. 7). Aqui, é possível fazer um outro paralelo, trazendo o embate entre lembrança e esquecimento como protagonistas. De acordo com Assmann,

as recordações estão entre as coisas menos confiáveis que um ser humano possui. As respectivas emoções e os motivos de agora são guardiões do recordar e do esquecer. Eles decidem que lembranças são acessíveis para o indivíduo, em um momento presente e quais delas permanecem inacessíveis (ASSMANN, 2011, p. 71).

Podemos pensar, então, que existem duas possibilidades para o fato de Tommy não ter exatamente um marco temporal sobre ser cego, principalmente em sua relação com as pessoas que ele convivia. A primeira delas é a de que o processo de entendimento sobre sua cegueira foi trabalhado pelos pais durante seu crescimento para que fosse encarada de maneira natural. Já a segunda possibilidade poderia ser a de que o momento em que Tommy confrontou o estigma – se formos usar a nomenclatura de Goffmann –, quando se deparou com o fato de não enxergar, ao contrário da maioria das pessoas, foi esquecido. Essa ideia surge, principalmente, porque o discurso de que ele não era diferente é o oposto do que é falado segundos depois: *I'm different, you know what I mean. Kids are rotten. They always pick on who's different. But, it's good for you. As my father used to say, "it builds character!* Então, podemos supor que a lembrança sobre o momento da descoberta no agora não eclode e permanece no esquecimento, principalmente se não tiver como suporte a memória coletiva, do grupo com o qual ele convivia na época. Após a análise do conteúdo dos dois vídeos foi realizada a leitura prévia dos comentários e iniciado o processo para identificar os incidentes-indicadores, marcando-se na folha da análise os comentários que se destacavam e formavam padrões. Em seguida, foram criadas categorias-código, ou seja, palavras para agrupar esses comentários por semelhança. São elas: experiência, conflito, saúde, tecnologia, normalidade, pena, flerte, humor, celebração e religião. A partir dessas categorias-código foram criados 10 conceitos correspondentes. São eles: Me vejo em você; Acusação ou defesa; Curas e tratamentos; Aparatos e possibilidades; "Normal?" ou "Normal!"; Coitadinho dele, *How you doin?*; Cheios de graça; Incrível, sensacional, muito bom!; e Levantando as mãos para o céu. Para cada conceito foram escolhidos comentários para exemplificá-los.

CONCLUSÃO

Foi possível perceber a pluralidade de perspectivas acerca da deficiência e como reverberam as memórias relacionando deficiência e sociedade, a partir do conteúdo e dos comentários presentes nos vídeos escolhidos para análise. O estudo de caso procurou aproximar três universos: memória social, deficiência e sites de redes sociais para oferecer uma análise de conteúdo de dois vídeos, *Growing Up Blind* (2013) e *How My Parents Told Me I'm Blind* (2012). Foi possível constatar a presença de rastros memoriais sobre a deficiência nos comentários, principalmente atrelados a uma condição médica, uma doença que deve ser tratada. Além disso, o estigma foi bastante debatido, principalmente no vídeo *How My Parents Told Me I'm Blind* (2012), já que o mesmo traz Tommy afirmando que ser cego, para ele, sempre foi algo normal e que só é possível perceber certas coisas quando se assume o papel do outro. Também pode-se perceber que Tommy não coloca como identidade predominante "ser cego", transitando, assim, por diferentes identidades: de filho, de comunicólogo, de humorista, de irmão. Ele parece tratar a deficiência visual como parte do que ele é, do que é natural para ele. Apesar disso, Tommy parece usar do humor para se aproximar das pessoas, para fazer com que elas se sintam mais confortáveis, mas talvez não de maneira consciente, o que remete à identidade deteriorada, abordada por Goffman (1988). Por fim, entende-se que os *Disability Studies* são uma área nova de estudos e, por isso, ainda não encontram reverberação nos comentários dos usuários, mas que, futuramente, existe a possibilidade da criação de uma nova memória sobre a deficiência com base nesse campo interdisciplinar voltado para o aspecto social.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.
- DAVIS, Lennard J. *Enforcing normalcy: Disability, deafness, and the body*. [s.l.]: Verso, 1995. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zMzpCUVeII4C&oi=fnd&pg=PR11&dq=enforcing+normalcy&ots=PPLz8JXNob&sig=rzB5ITeSa5A4RunXNv1uaa7rF6c>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. DA S. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro: DDI, n. 30, p. 1–9, 2005.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC Rio de Janeiro, 1988.

GOODLEY, D. **Disability studies: An interdisciplinary introduction**. Sage, 2010.

_____. **Self-advocacy in the lives of people with learning difficulties: The politics of resilience**. [s.l.] Open University Press, 2000.

Growing Up Blind. , 31 out. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=K_P8kQg1Qq8&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 1 jul. 2014

How My Parents Told Me I'm Blind - YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D6a1NLPIJ7E>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

MOTTA, L. **Aprendendo a ensinar inglês para alunos cegos e com baixa visão: um estudo na perspectiva da Teoria da Atividade**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

PFEIFFER, David. The Philosophical Foundations of Disability Studies. **Disability Studies Quarterly**, v. 22, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://dsq-sds.org/article/view/341>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

TommyEdisonXP. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/TommyEdisonXP>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

RONDONIA DE ROQUETTE-PINTO NO MUSEU NACIONAL

Pedro Libanio Ribeiro de Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

pedrolibanio@gmail.com

OBJETIVO

A leitura do livro de Tombo do Setor de Etnologia do Museu Nacional /UFRJ auxilia na apresentação das mudanças em relação ao estudo de etnias e grupos diversos. É preciso refletir sobre as relações entre a instituição e o colecionismo observado na Coleção Roquette-Pinto e sobre qual narração foi realizada a partir das peças coletadas. Para o trabalho com essa coleção é necessário examinar a real importância do rito de dessacralização que se aplica ao objeto coletado e a distinção social que é dada àqueles que realizaram a coleta. Sobre este último tópico deve-se ponderar também a quantidade de objetos doados por uma mesma pessoa e a repetição desses objetos. Para direcionar a leitura ao tema deste trabalho, relatarei sobre uma época e as relações entre a intelectualidade, os antropólogos e outros cientistas, e que mediações de nação faziam junto à população. Tenho, também, a intenção de traçar um pequeno panorama sobre o que era representado e entendido a respeito do índio, considerando que Edgard de Roquette-Pinto iniciou a coleção com base nos trabalhos que realizou junto a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, a Comissão Rondon.

METODOLOGIA

Segundo a antropóloga Mariza Corrêa, a antropologia é a ciência do outro, de estudar o outro. Ela aponta o fato curioso de que, em diversas partes do mundo, tradições antropológicas nacionais foram instaladas por estrangeiros: "Franz Boas nos Estados Unidos, Curt Nimuendaju no Brasil, Bronislaw Malinowski na Inglaterra" (CORRÊA, 1988: 79). A autora comenta como esse intelectual é oriundo, quase invariavelmente, de outro campo do saber, de outro do lugar, "como perdeu qualquer outra referência

inicial que possuía" (1988:79), daí, então, se encontra na tribo dos antropólogos. No caso de Roquette-Pinto, o antropólogo era diretamente ligado à instituição museu. É necessário assinalar que Roquette-Pinto foi o próprio reorganizador da Sessão de Etnografia e Etnologia, do museu Nacional, em 1906.

Segundo Stocking Jr. (1985), o fato de o museu ter se tornado um templo secular, ou seja, de ser nele que se apresenta a pressão patrimonial (estatal), criou a situação propícia para que o *staff* das instituições ganhasse contornos de sumidade ao apresentar a ciência ao redor da coleção. A alteridade está também presente nesse jogo a partir do momento em que o material pertencente à instituição representa o outro, o descreve e o objetifica. Entendo que o autor define o antropólogo e não o objeto de pesquisa ao introduzir sua definição de alteridade (*others*) – "seres humanos cujas similaridades ou diferenças são compreendidas (*experienced*) por observadores estrangeiros de uma forma profundamente problemática" (1985: 4; tradução livre). Considero essa parte importante, pois coaduna com as ideias de Regina Abreu (2008) ao definir que o antropólogo é o outro falando sobre um observado.

Com isso em mente, creio ser interessante pensar na importância do especialista, como apresentado por Poulot (2009), para a montagem do patrimônio. O especialista é um intelectual que cria o valor. Esse indivíduo é orientado por uma série de guias que dizem respeito, em especial, junto com repertórios e catálogos, à instalação de museus. Num primeiro momento, caberia a este profissional estabelecer a autenticidade e o valor de qualquer espécie de monumento ou objeto dentro de uma história nacional. Poulot indica ainda que o estatuto de patrimônio depende da posição ocupada pela *intelligentsia* de cada período, o que ilustra a "ficção" de uma história criada por meio do patrimônio. Retomando a ideia de patrimônio como narração, este profissional nos apresenta o modelo de civilização a ser seguido. Trabalho, em minha tese, a maneira como foram realizadas a patrimonialização e a objetificação dos índios pelos especialistas da Comissão Rondon e do Museu Nacional: quais foram as ferramentas teóricas que utilizaram para apresentar o índio como figura nacional? Qual a especificidade desse museu em particular?

RESULTADOS

Os índios foram patrimonializados e, por isso, tiveram suas transformações sociais narradas por meio das entradas dos objetos dentro do livro de tomo do Museu Nacional. Dessa forma, houve o início de uma narração deles como brasileiros, mas também houve a mudança e o reconhecimento das diferenças entre as etnias.

A classificação realizada nessa reorganização¹ se baseia em dois tópicos principais: Número de Ordem (a entrada) e a Descrição (o que era o objeto ou grupos de objetos).

Como pude notar pelas descrições, as etnias são apresentadas conformesua distribuição geantropológica. O lugar da coleta e no qual habitavam os nativos, donos dos objetos, é determinante na classificação. Havia o problema da confusão do local com o etnônimo. Um exemplo claro é a classificação de objetos africanos como sendo do "rei Omé", que, na realidade, era o "Reino do Daomé". No caso de indígenas brasileiros, diversas etnias são apresentadas pelo nome dos rios próximos ao local em que habitavam. No entanto, os códigos se perdem com o tempo ou se transformam, o que dá espaço para o início de reconhecimento da diversidade étnica.

Pareceu-me que as datas apresentadas nas descrições são as datas de doação. É importante notar que há questões que podem ser levantadas só pela leitura de um livro de tomo. No caso das datas, por exemplo, e da classificação ser baseada nas datas de coleta, de doação ou ainda na de classificação que pode ser feita anos mais tarde.

Por ser anterior a viagem de Roquette-Pinto à Serra do Norte, pude constatar que ele utilizou esse material em trabalhos como o do Congresso de Americanistas de Londres e também no livro *Rondônia*, pois há anotações feitas a mão que indicam a página do livro em que o objeto se encontra.

A coleta traz para nós um pouco do coletor e de sua visão de mundo. Grande parte das peças relacionadas como provenientes da Comissão Rondon foram doadas por Miranda Ribeiro, naquele momento zoólogo do Museu Nacional trabalhando na exploração da bacia do rio Madeira. Por ser de outro ramo da ciência, os objetos por ele coletados se referem mais às plantas e aos animais que à visão da sociedade indígena. No entanto, isso também nos apresenta formas de viver, como é o objeto sob o número 1925. Sua descrição revela que é a planta com a qual os Nhambiquaras (do rio Ji-Paraná) pescam por envenenamento das águas. Estes índios não envenenavam as águas, mas sua forma de pescar era atordoando os peixes. Nesta mesma entrada número 1925 constata-se a contribuição de diversos outros profissionais externos ao Setor de Etnografia. Há, por exemplo, um comentário escrito a mão que diz "*Tephrosia toxicaria* (Hoehne)" – uma raiz conhecida como timbó. Carlos Frederico Hoehne era o botânico do Museu Nacional, também trabalhando junto com a Comissão Rondon. O mesmo ocorre em outras entradas, como o corte na entrada número 1928 da palavra 'Assafrão' e a introdução de

¹ A forma de organização anterior era no chamado livro de portaria, que recebia e distribuía os objetos conforme a vontade e o entendimento de quem estava nessa a função.

Euglenaceae "cultivado pelos índios Nhambiquaras do Ji-Paraná – Comissão Rondon – 8 – VII – 909 (A. M. Ribeiro)".

É importante perceber que outras ofertas, como as do bispo de Goiás, seguem igualmente a máxima da quantidade. O que nos traz a ideia de que ser grande doador era símbolo de status.

Quanto à elaboração de uma patrimonialização por meio da entrada no livro de tomo é preciso observar que a narração de mudança não era imediata. Na entrada de número 2552, a "patrona", uma sacola de couro, é descrita como "indústria dos índios do Amazonas"; a entrada e a descrição dão a noção de fabricação e desenvolvimento do emprego de diversos materiais e do uso cotidiano daquele objeto. Já o número 2558, nos mostra apenas "cesta" – "bugres do Paraná". Ainda que seja uma doação de um museu, o Museu Paranaense, está apresentada aqui a ideia de falta de civilização e de uma visão estereotipada de uma etnia homogênea.

A patrimonialização se mostra ainda mais patente quando os objetos vão ganhando nomes mais regionais: a maraca vira caxixi e o tacape vira borduna. Outro fato a ser ressaltado na coleção Roquette-Pinto é a mudança da nomenclatura genérica para um nome que vem da própria etnia. Ou seja, cada flecha recebe o nome que tem em sua etnia, dado de acordo com sua função.

CONCLUSÃO

A partida observação do livro de tomo do Museu Nacional é possível refletir sobre a mudança dos rumos da etnografia e da etnologia no Brasil do início do século XX. Bem como sobre a modificação dos próprios cientistas e de suas formas de narrar o outro no intuito de patrimonializá-los e, assim, transformá-los em cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: ABREU, R.; DODEBEI, V. (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. p. 33-59.
- CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 6, 1988. p. 79-98.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI*. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- STOCKING Jr., George W. Essays on Museums and Material Culture. In: _____ (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985. p. 3-15.

MEMÓRIA E IDENTIDADE: Um Estudo de Caso do Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Roberta Pinto Medeiros

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

roberta.pinto.m@gmail.com

Dr.^a Evelyn Goyannes Dill Orrico

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

orrico.evelyn@gmail.com

OBJETIVO

O objetivo central desta pesquisa é analisar como as ações do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH) refletem-se na sociedade porto-alegrense de forma a compreender como tais ações auxiliam na construção da identidade e da memória do Movimento. Inicialmente, é preciso contextualizar o acervo do MJDH, para identificá-lo como produtor de conhecimento; em seguida, sistematizá-lo de forma a reconhecer o valor do conjunto como memória social; e ainda identificar as ações do MJDH que podem contribuir para a construção da identidade da sociedade de Porto Alegre. A análise requereu descrever como se deu a criação do MJDH por meio de entrevistas e observação do arranjo em que se encontra o acervo.

METODOLOGIA

A estratégia de pesquisa está baseada no estudo de caso, adotando-se técnicas complementares de caráter quantitativo e qualitativo. Por estudo de caso, entende-se um estudo empírico que “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes [...] incluindo coleta e análise de dados”

(YIN, 2010, p.39). Para Gil (2008, p.57), o estudo de caso caracteriza-se pelo "estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado". Ele vem sendo utilizado com frequência para servir pesquisas com diferentes propósitos, tais como "explicar variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos" (GIL, 2008, p.58).

Quanto à natureza da pesquisa será básica, que segundo Silva e Menezes (2001, p.20) esse tipo de pesquisa "gera conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista". As fontes de coleta de dados serão do tipo documental e bibliográfico. O estudo ainda prevê, de forma preliminar, as seguintes técnicas e procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa:

1. Identificar quais são as ações desenvolvidas pelo MJDH.
2. Demonstrar, a partir da coleta e da análise dos dados coletados, como se dá a atuação do MJDH na sociedade e como esse processo significa na construção de identidade e de memória coletiva.

RESULTADOS

O MJDH é uma sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Foi criado oficialmente em 25 de março de 1979 (MJDH, 1984). Antes da sua criação, o grupo fundador já vinha atuando nas questões de defesa aos Direitos Humanos. Teve e tem como finalidade proteger e auxiliar os mais necessitados a conseguir amparo da justiça. Atualmente é mantido pelo mesmo grupo fundador e possui o mesmo ideal, porém com outros focos. Continua a lutar pelos direitos humanos e sociais, auxiliando a aplicação desses direitos tanto por entidades públicas quanto privadas.

Assim, as novas mobilizações priorizam uma articulação conjunta em prol da sociedade e da cultura, diferentemente do que ocorria nas mobilizações clássicas, quando, em sua maioria, tinham como objetivo a busca de melhorias trabalhistas, ou seja, priorizavam apenas um grupo da sociedade e não um todo. Por isso, "um dos desafios dos movimentos sociais está na articulação conjunta, resguardadas as diferenças para a elaboração de propostas que possam ir para além da globalização econômica, que avance na direção de uma globalização social" (SOUZA, 2010). Corroborando com Souza, Gohn (2011) define que os "novos" movimentos:

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2011, p.44).

Compreende-se então a importância que esses espaços de memória têm na sociedade atual, pois refletem o ambiente em que foram produzidos. Portanto, entende-se o significado que essas instituições possuem como valor informacional, cultural e social, pois são guardiãs de documentos que relatam uma parcela da história do Brasil, dessa forma, o passado pode ser construído e interpretado.

Assim, compreende-se a importância que essas instituições possuem como valor informacional, cultural e social, pois são guardiãs de documentos que relatam uma parcela da história do Brasil. Além disso, podem ser caracterizadas como memórias vivas e testemunhais daqueles fatos que ocorreram no passado; nesse sentido, Huysen (2014) colabora na relação que existe entre os movimentos sociais e a memória:

[...] eu diria que os estudos contemporâneos da memória deveriam ligar-se de maneira mais robusta aos direitos humanos e à justiça, tanto em termos discursivos quanto práticos, para impedir que a memória, sobretudo a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma parasitária e estreita. (HUYSEN, 2014, p.196).

Essa relação entre memória e direitos humanos deve ser praticada em conjunto, para que os dois se afirmem na atividade que irão defender. "Ambos querem reconhecer, se não corrigir, os erros ou injustiças do passado, e ambos projetam e imaginam um futuro melhor para o mundo" (HUYSEN, 2014, p.196).

Nesse sentido, a memória possui um caráter social e cultural ao mesmo tempo, sendo então vista como uma ferramenta de construção do indivíduo e da sociedade da qual o mesmo faz parte. A memória social acaba por estabelecer vínculos e laços sociais espontâneos, conforme Davallon (2006, p.10) "[...] a memória social – chamada também de memória cultural – pertence, evidentemente, ao registro da memória,

no sentido em que ela tem a capacidade de dar continuidade à transmissão no seio de um grupo." Logo, os indivíduos reconhecem que possuem um ponto em comum, seja pela busca de um direito ou por uma luta social.

Portanto, a memória e a identidade podem ser valores disputados em conflitos sociais e intergrupais. A memória como objeto social, ajuda a construir e reconstruir o passado e com isso reaviva lembranças esquecidas, auxiliando na construção e reconstrução daquilo que pertencia a um grupo.

O acervo do MJDH pode ser reconhecido com um espaço de recursos para a justiça, pois nele encontram-se testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos. Pois essa documentação presente no acervo pode atuar como um auxílio para investigações judiciais sobre as violações de direitos humanos (CRUZ, 2002), além disso, são registros que confrontam a memória e identidade tanto do grupo pertencente ao MJDH, como daquele em sua volta, já que o conteúdo presente nesses registros reflete um espaço de tempo na história que foi muito marcante para o Brasil. Além de poder ser classificado como um lugar de memória, o acervo do MJDH é uma fonte de impedimento ao esquecimento.

CONCLUSÕES

Entende-se que os movimentos sociais são resultados de uma ideologia coletiva da sociedade, portanto, nascem de uma necessidade social, como a busca de igualdade na efetividade de um direito civil, ou como no reconhecimento de uma política. Neste caso, o MJDH por possuir um vasto acervo documental que possui uma relação muito estreita com o tema direitos humanos, se torna um ponto chave para a construção da memória e identidade do MJDH, pois ele valoriza e dá maior visibilidade a um acontecimento para que não caia no esquecimento.

Portanto, reconhecer esse acervo como um guardião da memória de resistência da violação aos direitos humanos, permite mostrar que os arquivos são parte da memória viva de uma sociedade, pois é neles que se encontra a informação para a construção da memória e identidade de um grupo ou de uma pessoa. Entende-se, portanto, a importância de salvaguardar esse acervo que diz respeito ao tema e à construção dos assuntos relacionados aos Direitos Humanos.

Os documentos presentes no acervo do MJDH refletem o caráter de "testemunho" de que aqueles fatos ocorreram e ainda acontecem nos diversos níveis da sociedade. Sendo assim, os arquivos contribuem, direta ou indiretamente, para que o indivíduo

ou grupo (sociedade) possa construir uma memória e identidade por meio dos dados guardados nesses espaços (arquivos), e é através desse ato de construção que há ligação de uma informação a outra. Por fim, os arquivos que guardam a informação produzida pelos indivíduos, para fins de ordem legal ou de prova, atuam como uma memória viva da sociedade, sem perder suas finalidades que é dispor a informação e facilitar o acesso a ela.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad em Chile. In.: DA SILVA, Ludmila Catela; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad**. Espanha: Siglo Veintiuno, 2002, p.137-178.
- DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In.: TARDY, Cécile e DODEBEL, Vera (Orgs.). **Memória e Novos Patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HUYSEN, Andrea. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Eстера Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf>> Acesso em: 19 de Set. 2015.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PATRIMONIALIZANDO O IMATERIAL: Memoração, reconhecimento e identidade na Feira Hippie de Ipanema

Samira da Silva Deodato

Mestranda em Memória Social

Programa de Pós-Graduação em Memória Social
(UNIRIO)

samira.deodato@gmail.com

Maria Amália Silva Alves de Oliveira – Doutora em
Sociologia e Antropologia

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Antropologia (UFRJ)

mariaamali@gmail.com

OBJETIVOS

Arjun Appadurai em 'A vida social das coisas', de 2008, aponta para a existência das coisas – especialmente as mercadorias – enquanto entes que devem ser considerados para além das operações de valoração monetária e troca, devendo assim ser examinados enquanto seres com vida social, tal qual as pessoas. O autor ainda ressalta que embora em uma abordagem teórica os atores humanos sejam responsáveis por codificar os objetos por meio de significações – como na Feira, onde o artesão confere significado ao que produz –, de um ponto de vista metodológico seriam as coisas em movimento que elucidariam "seu contexto humano e social" (APPADURAI, 2008, p. 17).

Assim sendo, partindo das proposições de Appadurai (2008), considerando os objetos enquanto referenciais, o objetivo aqui delineado é a análise da trajetória dos objetos expostos na Feira Hippie de Ipanema, considerando que estes são fundamentais para a compreensão da complexidade de associações entre os variados atores no universo do evento desde sua formação até o tempo presente, num período pós-patrimonialização.

Os objetivos específicos propostos são: (1) Empreender uma aproximação etnográfica no espaço da Feira Hippie de Ipanema; (2) Observar mudanças e permanências no contexto de realização do evento; (3) Explorar as categorias de produção artesanal, produção artística, mercadoria e souvenir a partir da concepção de vida social dos objetos expostos, partindo das leituras de Arjun Appadurai e Igor Kopytoff;

METODOLOGIA

No que se refere ao aporte teórico-metodológico elencado para a construção da presente pesquisa, inicialmente pretendeu-se empreender o levantamento bibliográfico concentrado no aprofundamento das categorias de patrimônio cultural, memoração, identidade e reconhecimento. Assim como uma pesquisa extensiva em conteúdos relativos a feiras de artes e artesanato, incluindo a própria Feira Hippie de Ipanema, o bairro de Ipanema, seu presente e passado, e as influências do movimento contracultural. Como suporte à revisão de literatura, empreendeu-se a realização de um aprofundamento no texto dos principais mecanismos legais de normatização da Feira Hippie de Ipanema ao longo das últimas quatro décadas, com o objetivo de compreender as transformações pelas quais a Feira passou.

Após a consolidação da base teórica sobre o tema, propôs-se a atuação através da pesquisa de campo aliada ao aporte teórico-metodológico de Appadurai (2008), que segundo Oliveira (2015), "interessa-se pela reflexão acerca da variação da atribuição de significados a coisas e do como as experiências humanas se desenvolvem sucessivamente no decurso da vida social e do cotidiano" (OLIVEIRA, 2015, p. 30). A entrada no campo, assim sendo, teve como orientação a análise das esferas de existência que os objetos da Feira Hippie de Ipanema permitem entrever.

RESULTADOS

A presente pesquisa encontra-se em andamento no Mestrado em Memória Social do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) e, nesse sentido, todo resultado aqui apresentado possui caráter preliminar e parcial, sendo baseado no texto de qualificação já aprovado em banca pelo PPGMS.

Compreender a dimensão do que é a Feira Hippie de Ipanema, seu universo de identidades, partilhas, disputas, significados e símbolos, é um trabalho bastante complexo. Há 48 anos instalada na Praça General Osório, no coração do bairro de Ipanema, a Feira Hippie acontece semanalmente aos domingos, das 8h às 18h. Como apontam Menezes e Eichler (2008), a organização espacial da Feira atualmente diverge muito do que era identificado em seu início. Se no passado, a Feira "era só no meio da calçada que dava para a [Rua] Visconde de Pirajá e mesmo assim ainda



Figura 1 – Mapa aproximado da disposição dos expositores no espaço da Praça General Osório
 Fonte: Google Earth (mapa)/Elaboração da autora (arte visual)

não ocupava a calçada toda" (MENEZES; EICHLER, 2008, p. 11), hoje praticamente toda a Praça é ocupada.

A organização do espaço ao redor da praça segue uma configuração mais normatizada. A uniformização das barracas possibilita que os objetos expostos tenham maior destaque e que recebam a mesma visibilidade de todos que circulam nos corredores da Feira. Os expositores possuem um espaço delimitado por uma barraca de metal com lona azul na parte inferior e branca na parte superior (Fotografia 1). Todas as barracas apresentam a licença do expositor em lugar de destaque, item importante para atestar a legalidade da presença do mesmo na Feira em eventuais fiscalizações. Os produtos são expostos em painéis no interior e nas laterais e sobre suportes horizontais de madeira nas barracas. São deixados dois vãos livres entre as barracas na parte mais externa e mais interna das faixas laterais da praça, o que garante corredores largos e uma circulação fluída aos visitantes, permitindo que os produtos sejam observados, tocados, testados e garantindo o contato próximo entre cliente e expositor.

A organização do espaço reservado aos expositores de artes plásticas, por sua vez, atende a uma lógica de natureza bem distinta. Não existem barracas ou grandes limitações físicas ao espaço de exposição. Os expositores fazem uso de painéis gradeados altos em que são presas as telas e peças esculpidas e pintadas. A sensação

geral é de ter entrado em uma grande galeria em que muitos artistas estão sendo expostos simultaneamente. Os expositores geralmente ficam sentados em cadeiras de praia, bem próximos de seus espaços de exposição e estão sempre disponíveis para uma boa conversa sobre sua arte, suas inspirações e seu processo de criação. A divisão do espaço é bem dinâmica e despojada, criando uma aura de descontração e relaxamento.

Captar a multiplicidade de esferas em que a Feira Hippie de Ipanema se manifesta atualmente é um empreendimento impossível se antes não forem consideradas as dinâmicas de consolidação de uma relação metonímica entre a cidade do Rio de Janeiro e o bairro de Ipanema. A Feira é produto direto da eclosão dos movimentos culturais e contraculturais que escolheram Ipanema como um lar nas décadas de 60 e 70 e, portanto, é inviável que se compreenda o aparecimento desta sem olhar para o processo que levou a este advento.

Ainda, refazer o percurso original da Feira Hippie de Ipanema se apresenta como um verdadeiro desafio. Após quase cinco décadas de ocorrência, a história narrada já foi moldada por inúmeras versões e visões dos fatos, que acabam por transparecer o nível de identificação dos sujeitos que se apropriam e se aproximam do evento. A Feira, apesar de ser reconhecida até os dias atuais pela sua relação com o Movimento Hippie, não nasce já parte deste. A proposta inicial, conforme identificado por Menezes e Eichler (2008), era de que a Praça fosse um local de exposição para pintores e desenhistas somente, e o Movimento Hippie aporta na Feira somente em meados da década de 70, com a chegada de artesãos argentinos especializados em bijuterias de amarração de corda.

Um espaço de grandes disputas desde a sua fundação, a Feira Hippie de Ipanema enfrenta muitos embates por sua permanência na Praça General Osório. Um dos acontecimentos mais emblemáticos da história do evento ocorre justamente neste ímpeto de resistência. O desejo pela patrimonialização, iniciado nos final da década de 90, alcança seu desfecho com a promulgação da Lei nº 5.286, de 27 de junho de 2011, da cidade do Rio de Janeiro, que patrimonializa a Feira “[...] em face de sua relevante concentração e produção de práticas culturais fortalecedoras da memória e identidade da sociedade brasileira” (LEI Nº 5.286, DE 27 DE JUNHO DE 2011).

A resistência ao processo de realocação que culmina no texto legal da patrimonialização da Feira é fundamental para a manutenção da operação de reconhecimento e para a preservação dos laços identitários e memoriais do grupo. Ainda, no âmbito da Feira, apesar da permanência na Praça General Osório, muito é discutido sobre o caráter excessivamente normatizador de regulações anteriores à patrimonialização e, igualmente, sobre a potencial descaracterização da tradição

de produção artesanal, particular à Feira, trazida pela introdução de novos personagens e de produtos industrializados visando maior lucratividade e diversificação do comércio empreendido no evento.

CONCLUSÃO

A produção artesanal da Feira Hippie de Ipanema proporciona “vivências complementares às possíveis de serem vividas no alcance da realidade” (DEODATO, 2014) quando oferta aos visitantes leituras e releituras do cotidiano, da arquitetura, dos signos mais comuns e dos mais incomuns da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, que são profundamente particulares aos artesãos que lá expõem. As coisas da Feira são profusas de referências à historicidade do evento, plenas dos traços singulares dos artesãos que os produzem, fartas de interpretações e leituras sobre o que estes comunicam. Aqueles que transitam pelos corredores abarrotados de objetos e os que circulam buscando informações, dados, experimentando pesquisas e hipóteses, só precisam estar atentos ao que narram as coisas sobre as suas vidas.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: _____ (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 15-88.
- DEODATO, S. *Pela feira e pelos outros: uma pesquisa netnográfica sobre a Feira Hippie de Ipanema*. 2014. 57f. Monografia (apresentada ao final do Curso de Graduação em Turismo) – Escola de Turismologia, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MENEZES, P. V.; EICHLER, M. Feira Hippie de Ipanema: reflexões sobre discursividade e materialidade em um espaço de sociabilidade, turismo e consumo. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2008. Porto Seguro. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008.
- OLIVEIRA, M. A. S. A. “A biografia cultural das coisas”: aporte metodológico para o estudo do turismo. *RESGATE – Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 23, n. 30, p. 29-42, jul./dez. 2015.
- RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.286, de 27 de junho de 2011. Tomba como bem de natureza imaterial da Cidade do Rio de Janeiro, a Feira Hippie de Ipanema, localizada na Praça General Osório, no Bairro de Ipanema. Disponível em: < <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/08fbd0aa2d1acd43832578bc006d2d27?OpenDocument>>. Acesso em: 26 jul. 2016.



Capítulo 12

Neurologia

SIMULAÇÃO DE DINÂMICA MOLECULAR DA VARIANTE V66M DA BDNF

Clara Carolina Silva de Oliveira

Pós Graduação em Neurologia

claracarol.oliveira@gmail.com

Doutoranda Gabriel Rodrigues

gabrielkytz@hotmail.com

Joelma Freire de Mesquita

Pós Graduação em Neurologia

jomesquita@gmail.com

Pesquisadora

INTRODUÇÃO

O fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF) desempenha uma importante função na neurogênese, diferenciação celular e formação de sinapse. Mutações não sinônimas da proteína BDNF foram associadas com o desenvolvimento de distúrbios psiquiátricos, tais como depressão, esquizofrenia e transtorno bipolar. Nesse estudo, a simulação de dinâmica molecular (DM) foi efetuada para avaliar o impacto da mutação V66M sobre a estrutura da BDNF e função.

OBJETIVOS

Esse trabalho tem o objetivo de avaliar os efeitos mutacionais da variante V66M e comparar as diferenças de estabilidade e flexibilidade entre a proteína selvagem e essa variante por meio de simulação de dinâmica molecular.

METODOLOGIA

A estrutura teórica da proteína foi desenvolvida com o algoritmo Rosetta e validada usando PROCHECK, ProSA e Verify 3D. A mutação V66M foi induzida no modelo

validado por meio da ferramenta de mutagênese *Visual Molecular Dynamics* (VMD). A simulação de dinâmica molecular foi efetuada para a *wild type* e variante V66M utilizando GROMACS 5.0.7. As estruturas foram solvatadas utilizando água TIP3P e neutralizadas com a adição de íons Na^+Cl^- em uma caixa cúbica. O sistema foi minimizado e então equilibrado com NVT (Número constante de partículas, Volume e Temperatura) e NPT (Número constante de partículas, Pressão e Temperatura), à 300 K e 1 atm, por 100 ps. Assim, a simulação de produção ocorreu a 300 K por 100 ns. As mudanças conformacionais e estabilidade na proteína nativa e na respectiva mutante foram observadas por meio do fator B, Root-mean-square fluctuation (RMSF), Radius of gyration (Rg), Root-mean-square deviation (RMSD). Posteriormente, as trajetórias de DM foram analisadas com o pacote GROMACS: `gmx rms`, `gmx gyrate` and `gmx rmsf` e visualizadas com o programa XMGrace.

RESULTADOS

De acordo com a validação dos algoritmos citados, o modelo teórico foi considerado confiável. A variante V66M apresentou alto valor de RG quando comparado com a *wild type*, indicando que essa mutação é menos compacta e menos estável, corroborando com o alto valor de RMSD observado. A mutante mostrou maior valor de RMSF durante a simulação de DM, sugerindo, em paralelo com o Fator B, que essa mutante apresenta regiões de grande mobilidade (Figuras 1, 2, 3, 4).

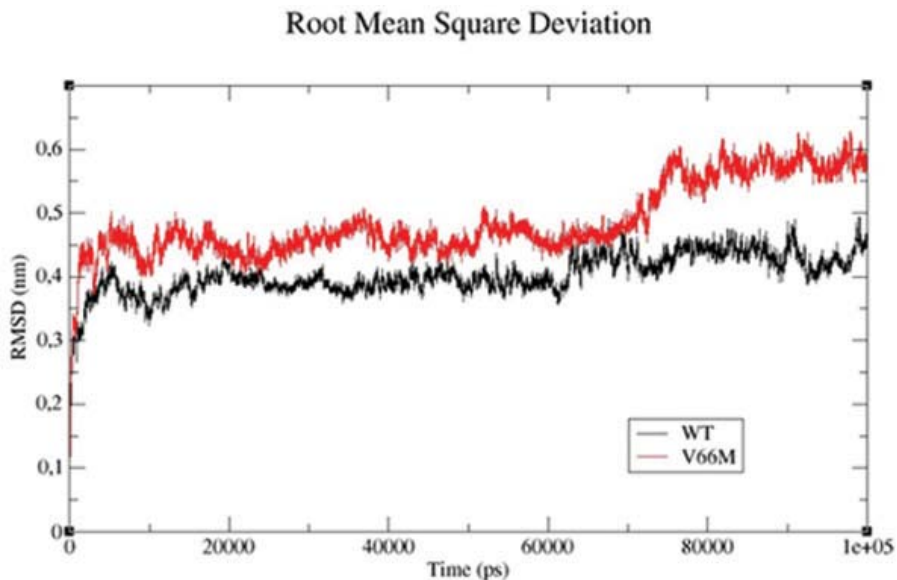


Figura 1: RMSD da wild type (preto) e variante V66M (vermelho) durante 100 ns de dinâmica

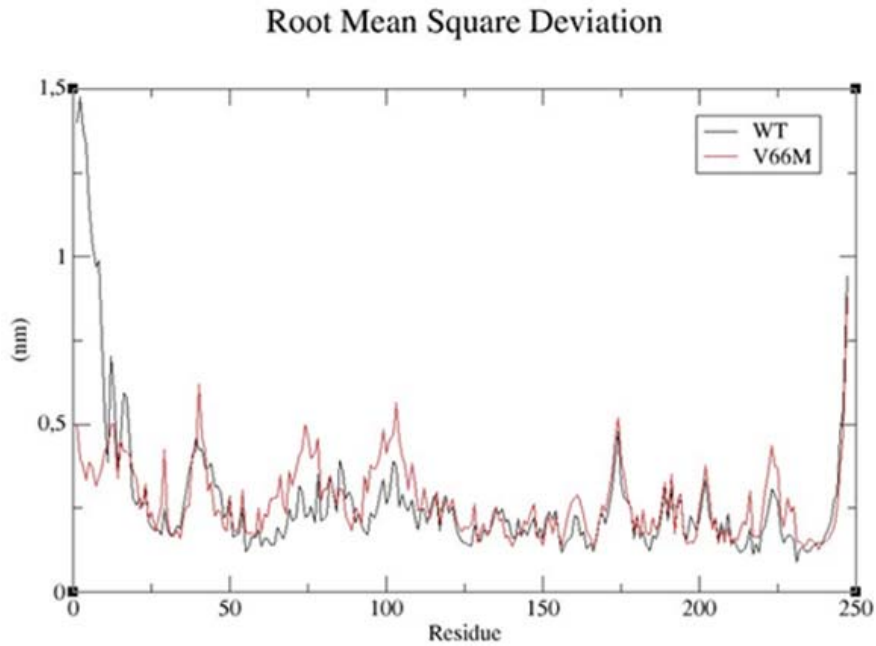


Figura 2: RMSF da wild type (preto) e variante V66M (vermelho) durante 100 ns de dinâmica molecular.

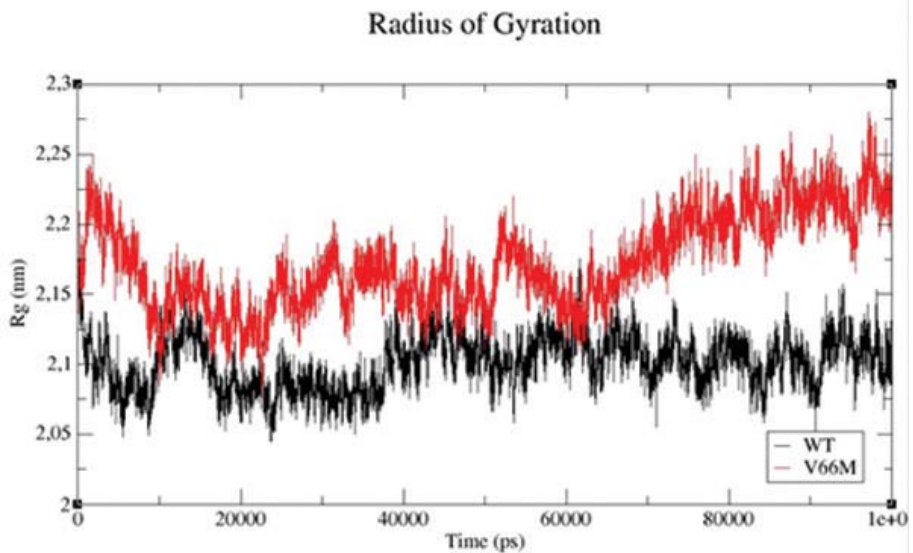


Figura 3: RG da wild type (preto) e variante V66M (vermelho) durante 100 ns de dinâmica

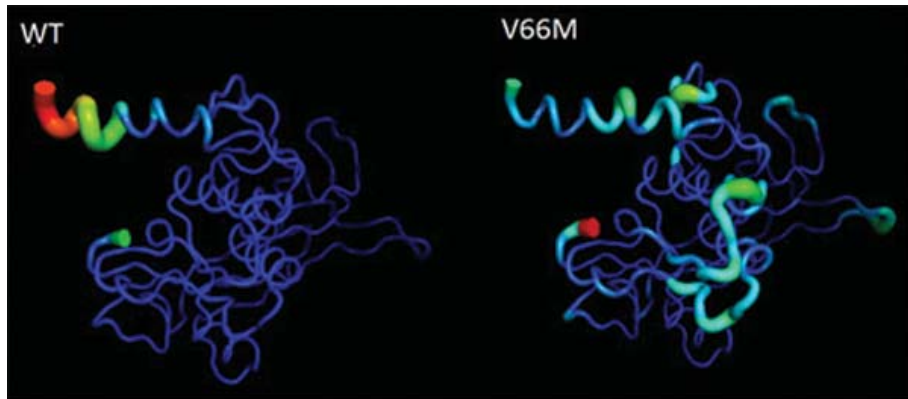


Figura 4: Fator B da wild type (preto) e variante V66M (vermelho) durante 100 ns de dinâmica molecular e visualizados com Pymol.

CONCLUSÃO

Portanto, nossos resultados sugerem que a mutação avaliada pode causar perda da estabilidade e aumento da flexibilidade na estrutura da proteína BDNF. Tais características podem estar relacionadas aos efeitos observados em patologias psiquiátricas.

Suporte financeiro: CNPq, Faperj, Capes e UNIRIO – Brasil.



Capítulo 13

Ensino de Física

ELEMENTOS DA RELATIVIDADE GERAL APRESENTADOS ATRAVÉS DE PARADOXOS ENVOLVENDO A LUZ

R. F. Schmidt, Mestrando

J. A. M. Pereira, Dr.

Programa de Mestrado Nacional Profissional em
Ensino de Física

refos@hotmail.com,

joao.a.pereira@unirio.br

É algo corrente, a visão de que a aprendizagem que surte efeitos mais duradouros é aquela onde existe a auto-motivação dos aprendizes. Despertar a atenção de alunos do ensino médio em torno de temas fora do interesse juvenil é, quase sempre, uma intrincada, porém recompensante tarefa que se impõe. Assim, muitas vezes, a forma como uma disciplina é apresentada torna-se determinante na captura do interesse do estudante e do público em geral.

Em 1938, Albert Einstein e Leopold Infeld, publicaram "*The evolution of Physics*" um livro sobre a história da física, cujo propósito era a disseminação da física entre o público leigo [1]. Pode-se dizer que o sucesso do livro, constantemente re-editado até os dias de hoje, se deve não só ao fato de um de seus autores ser talvez o cientista mais prestigiado do século XX, mas também ao caráter investigativo dado ao seu conteúdo. A estratégia para a apresentação dos conceitos pertinentes à física era similar à de uma "história de mistério" (sic.). Isto remete a uma apreciação lógica e dedutiva para a construção de modelos mentais na descrição dos fenômenos naturais de forma alcançável por um não especialista.

Muitas vezes, as idéias inerentes ao desenvolvimento da física conduzem a paradoxos genuínos, ou seja, aqueles que produzem um resultado misterioso e aparentemente absurdo, mas que pode ser claramente demonstrado. Normalmente, o desmanche de um paradoxo se dá de forma surpreendentemente simples e provoca a elevação do patamar do entendimento humano sobre a natureza, no caso das ciências naturais. Do ponto de vista pedagógico, há a possibilidade didática de apropriar-se de situações

paradoxais como forma de estimular a curiosidade alunos e, portanto, sua automotivação, para produzir um aprendizado duradouro.

Propõem-se explorar neste trabalho, uma previsão da teoria da relatividade geral sobre o encurvamento da trajetória de um raio luminoso como paradoxo motivador para o aprendizado do chamado princípio da equivalência [2]. Busca-se através do paradoxo, um entendimento deste princípio, que levou à formulação da relatividade geral 100 anos atrás [3].

Mais especificamente, a situação aqui analisada diz respeito à uma suposta "atração gravitacional" sofrida pela luz. O paradoxo surge, pois a luz é algo que não possui massa e, portanto, sua trajetória não poderia ser influenciada pela gravidade. Em outras palavras, como poderia a trajetória da luz ser afetada pela gravidade se ela não possui massa? Não deveria ser a trajetória da luz sempre uma linha reta? Normalmente, recorre-se ao exemplo do chamado elevador de Einstein para o entendimento desta situação e o conseqüente desmanche do paradoxo.

O exemplo pode ser compreendido, resumidamente, de acordo com a seguinte seqüência de argumentos:

I - Inicialmente, considera-se um elevador parado sobre a superfície da Terra. Alguém no interior do elevador que soltar um objeto verá o mesmo caindo aceleradamente até chocar-se com o chão. De acordo com a Física Clássica, a razão disso é a presença do campo gravitacional da Terra que produz a força peso direcionada ao chão do elevador.

II - Em seguida, recorre-se a uma situação imaginaria onde, ao invés de estar sobre a superfície da Terra, o elevador é levado para longe do sistema solar sem que seu ocupante saiba dessa operação. Na nova posição, o elevador, ainda parado, estaria fora do alcance de qualquer campo gravitacional. A ausência da gravidade poderia ser percebida pelo ocupante do elevador, pois nada aconteceria caso ele soltasse um objeto como na situação I. Uma vez que não há o campo gravitacional, o peso desse objeto é inexistente e, como o elevador está parado, a distância entre o objeto e o chão fica fixa.

Assim, o resultado da operação "soltar um objeto" possui efeitos físicos muito diferentes nos casos I e II acima mencionados.

III - No entanto, caso o elevador começasse a se mover com aceleração constante, um objeto que fosse deixado a si mesmo, chocar-se-ia com o chão do elevador não pela presença de um campo gravitacional, como em I, mas por que o chão do elevador se aproxima aceleradamente do objeto.

IV - Para o ocupante do elevador, as situações descritas em I e III seriam idêntica uma à outra, caso a aceleração do elevador em III fosse numericamente igual à da gravidade em I. A inescapável conclusão é que, do ponto de vista do ocupante do elevador, o efeito de um campo gravitacional não pode ser distinguido daquele proveniente de um movimento acelerado. Esta idéia corresponde à chamada forma forte do chamado princípio da equivalência.

V - Vejamos agora uma situação onde, ao invés do exame da queda de um objeto, observe-se um raio de luz viajando perpendicularmente à direção em que o elevador se move. Façamos isso considerando agora o ponto de vista de alguém que esteja fora do elevador. Devido à composição do movimento, este observador veria o raio de luz andando em linha reta entrando pelo alto do elevador, digamos próximo do teto, e saindo mais abaixo, num ponto próximo do chão.

VI - Já o ocupante do elevador veria o raio de luz caindo à medida que o tempo passa de acordo com uma parábola exatamente como se fosse um objeto lançado horizontalmente na presença de um campo gravitacional.

VII - Segue-se do que foi sublinhado no argumento IV, que a luz deve ter sua trajetória encurvada na presença de um campo gravitacional.

Assim, chega-se na previsão pretendida sobre o efeito da gravidade sobre a luz. O desmanche do paradoxo vem através do argumento V, que diz respeito a uma simples composição de movimentos. Apesar da descrição do movimento depender do ponto de vista considerado, o movimento em si possui unicidade. Em outras palavras, como os dois pontos de vista recaem sobre a movimentação de um mesmo objeto, a luz neste caso, a descrição de seu movimento, ainda que diferente, tem que ser válida em qualquer das situações. Deve-se sempre ser possível traduzir uma descrição na outra. Este é o chamado princípio da relatividade.

Por fim, deve-se mencionar que esta proposta está de acordo com os temas propostos no currículo mínimo do estado do Rio de Janeiro, onde a abordagem de tópicos sobre a teoria da relatividade geral devem ser apresentados aos estudantes.

REFERÊNCIAS

- [1] - EINSTEIN, Albert, INFELDT, Leopold. *A Evolução da Física*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- [2] - EINSTEIN, Albert, *Annalen der Physik*, 35, 1911.
- [3] - EINSTEIN, Albert, *Annalen der Physik*, 49, 1916.



Capítulo 14

Ensino de Matemática

NOVAS TECNOLOGIAS E O ENSINO DE PROBABILIDADE

Leandro Mendonça do Nascimento

Mestrando PROFMAT/UNIRIO

leandromnascimento@gmail.com

Orientadora: Luciane de Souza Velasque

Doutora do departamento de Matemática/
Estatística da UNIRIO

Programa de pós-graduação em Matemática
Profissional (PROFMAT)

luciane.velasque@uniriotec.br

OBJETIVOS

Na estrutura organizacional da educação brasileira, o professor de Matemática é o responsável por abordar os conteúdos estatísticos na Educação Básica. Entretanto, um estudo realizado por Costa e Nacarato (2011) mostrou que mesmo os licenciados em Matemática, que foram formados após a inclusão do conteúdo de Estatística no PCN, apresentaram deficiência em relação ao conhecimento estatístico. Esse fato acaba refletindo na atuação desses professores de Matemática, que apresentam dificuldade para transmitir aos seus alunos os significados dos conceitos estatísticos e optam por um ensino baseado na aplicação de fórmula, sem nenhum contexto, não permitindo o desenvolvimento das intuições estatísticas de seus alunos.

No documento *Reflexões dos conteúdos de probabilidade e estatística na escola no Brasil*, publicado no site da Associação Brasileira de Estatística-ABE-(http://www.redeabe.org.br/site/page_manager/pages/view/wilton-bussab, acesso em junho de 2016) destaca-se a importância do ensino de Estatística ser introduzidos a partir de uma questão investigativa, que será desenvolvida desde a formulação da pergunta, escolha das informações a serem coletadas (variáveis), desenvolvimento do instrumento de coleta de dados, a própria coleta e análise dos dados. Com isso, os estudantes passam a ser atuantes em seu processo de aprendizado, pois eles próprios participam do processo de definição e escolha do tema a ser estudado, participam

da coleta dos dados, além de fazerem parte dos resultados obtidos. Com isso, os conceitos aprendidos têm significados, pois partem de um contexto oriundo dos próprios estudantes.

Nesse contexto, a disciplina de Probabilidade e Estatística do PROFMAT/UNIRIO teve como objetivo principal desenvolver com seus discentes, que são professores da Educação Básica, propostas de atividades que tenham como metodologia de ensino a proposta do documento publicado pela ABE, onde os conteúdos referentes a Estatística serão trabalhados a partir dos dados coletados dos alunos. Além disso, aproveitamos a oportunidade para incluir o uso de tecnologia como auxílio para coleta e análise de dados.

A nossa proposta vai ao encontro ao que foi proposto por Silva, Serrano, Velasque, Simões, Cunha, Ross e Ribeiro (2015, p.1):

A transformação tecnológica não somente nos trouxe o aumento na capacidade de processamento dos computadores, mas também uma nova maneira de se pensar o processo de ensino/aprendizagem.

Assim, o presente relato teve como objetivo estudar o comportamento dos alunos de três turmas de uma escola pública da Prefeitura do Rio de Janeiro sobre o uso de tecnologia, gerar uma reflexão sobre tempo de conexão à internet confrontado com as horas de dedicação em casa para os estudos, e por fim aplicar os conceitos oriundos do BNCC referentes ao sétimo ano de escolaridade.

METODOLOGIA

Na disciplina de Estatística e probabilidade do PROFMAT foi proposto que cada mestrando olhasse a proposta do BNCC (publicado em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>) e elencamos para a atividade um descritor. Para a atividade relatada no presente trabalho foi selecionado o descritor MTMT7FOAO11 que propõe como habilidade/competência os seguintes objetivos: planejar experimentos aleatórios ou simulações, estimar probabilidades e compreender probabilidades obtidas por meio de frequência. O tema escolhido para ser pesquisado através dos dados coletados foi o uso de tecnologia e a relação com o tempo de estudo em casa.

Inicialmente, foi criado grupos para cada uma das turmas no Facebook com o objetivo de enviar o link do formulário que foi desenvolvido no Google Docs e depois seria um espaço de interação entre professor e aluno e entre os discentes sobre o ensino

da matemática. No questionário, tinham as perguntas sobre: nome, idade, sexo, turma, se possui smartphone, tipo de tecnologia que usa, se usa tecnologia para estudar, quantas horas fica conectado por dia, se estuda em casa e quantas horas por semana estuda na semana (acesso ao questionário, <http://goo.gl/forms/lbZQrDNN5C6zpE63>)

Feito isso, o preenchimento foi incentivado no intervalo de tempo (13/04/2016 a 29/04/2016) em que os alunos poderiam preencher o formulário. Então eles o fizeram de casa, de seus celulares, de celulares dos colegas e alguns com o celular do professor. Os dados foram organizados em tabelas por turma e no primeiro dia de análise dos dados (06/05/2016). A figura 2, mostra as questões referentes a probabilidade que os alunos teriam que responder, realizando o cálculo da probabilidade com dados referentes a sua realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizarmos esta atividade tivemos bons resultados nas três turmas que participaram do projeto. As Figuras 01 e 02 mostram o momento dos alunos realizando as atividades.



Figura 01



Figura 02

Sobretudo podemos elencar o fato de que a atividade tirou o foco do professor como o único detentor do conhecimento e dos dados, transformando-o em orientador, Silva et al. (2015, p. 2). Como experiência positiva podemos evidenciar o fato de alguns grupos terem obtido a probabilidade do evento complementar (figura 03), mesmo sem o professor ter explicado esse conceito anteriormente. Mostrando a autonomia delineada por Silva et al. (2015, p.3): "Existe a possibilidade dos alunos irem além do conteúdo inicialmente determinado pela disciplina". No entanto, alguns entraves foram percebidos como a necessidade de simplificar as frações oriundas

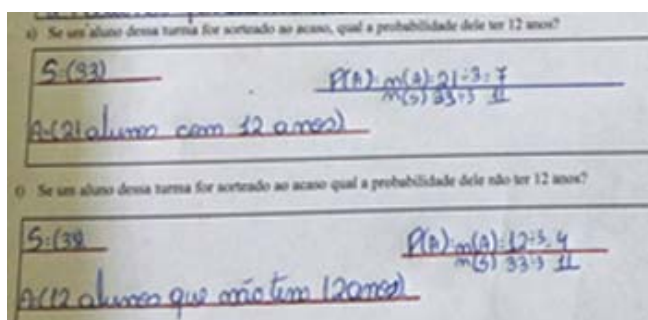


Figura 03

da probabilidade a todo custo gerando alguns erros. Foi observado a necessidade de escrever o espaço amostral e o evento, mesmo quando a quantidade do conjunto já estava evidenciada.

A turma 1701 teve no 1º bimestre o aproveitamento médio de 5,1 e nesta atividade atingiram a média de 9,1. Já a turma 1703 teve no 1º bimestre o aproveitamento médio de 5,5 e nesta atividade atingiram a média de 7,9. Por outro lado, a turma 1707 teve no 1º bimestre o aproveitamento médio de 4,4 e nesta atividade atingiram a média de 6,9.

CONCLUSÃO

Ao propormos esta atividade fizemos com que os alunos utilizassem a tecnologia que está disponível ao alcance deles numa atividade com fins educacionais e deixamos a reflexão de que é possível utilizar esses recursos para agregar valor à formação.

Podemos perceber também nesta atividade que ao manipularem dados que eles mesmos produziram tiveram maior interesse na atividade, pois estavam como atores de sua própria aprendizagem e não eram meros expectadores, Silva et al. (2015, p.2).

REFERÊNCIAS

COSTA, A.; NACARATO, A. M. A estocástica na formação do professor de matemática: percepções de professores e de formadores. *Bolema*, Rio Claro, v. 24, n. 40, p. 367-386, dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/5092>.)

ABE, Reflexões dos conteúdos de probabilidade e estatística na escola no Brasil, (http://www.redeabe.org.br/site/page_manager/pages/view/wilton-bussab, acesso em junho de 2016)

Silva, SA; SERRANO, M. T. B. ; Velasque, Luciane de Souza; Cunha, MBAM ; Simões, BFT ; Dut-Ross S ; Melo FRR . Método ativo de aprendizagem de estatística: Uma experiência nos cursos da UNIRIO. In: *Advances in statistics education: developments, experiences, and assessments*, 2015, Rio de Janeiro. Electronic Devices in Theachin, 2015.



Capítulo **15**

Saúde e Tecnologia
no Espaço Hospitalar

TRANSMISSÃO DE MICRORGANISMOS MULTIRRESISTENTES POR CONTATO DIRETO: Uma Reflexão Teórica

Bruna Rocha da Silva

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Saúde e
Tecnologia no Espaço Hospitalar – Mestrado
Profissional (PPGSTEH)

bru-rocha@hotmail.com

Orientador: Mônica de Almeida Carreiro -
Professora do Programa de Pós-Graduação em
Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar –
Mestrado Profissional (PPGSTEH)

carreiros59@gmail.com

OBJETIVOS

Desenvolver uma reflexão teórica sobre a transmissão de microorganismos multirresistentes por contato direto, no sentido de elaborar estratégias para monitorar a adesão à técnica da precaução de contato, tendo como base o Manual de observadores da Organização Mundial de Saúde (OMS) para melhoria de higienização das mãos

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, construído com base na leitura crítica do Manual para Observadores da Organização Mundial de Saúde (OMS) para melhoria de higienização das mãos, e de outras literaturas específicas. Essa construção teórica aproxima-se da abordagem qualitativa, tendo em vista a leitura, interpretação e a análise dos elementos teóricos obtidos por meio do levantamento bibliográfico realizado, complementado pela experiência da autora (MINAYO, 2006).

RESULTADOS

A higienização das mãos é considerada a medida de maior impacto e comprovada eficácia na prevenção das infecções, uma vez que impede a transmissão cruzada de

microrganismos. Estudos mostram que uma maior adesão às práticas de higienização das mãos está associada a uma redução nas taxas das infecções em serviços de saúde. Embora a ação seja simples, o não cumprimento desta prática, pelos profissionais de saúde, ainda é considerado um desafio no controle de infecção (BRASIL, 2008).

A publicação do Manual para observadores é mais uma ação na Luta Contra as Infecções Relacionadas à assistência à saúde (IRAS) promovendo a adoção de regras de procedimento e de melhor conduta. A melhoria da higienização das mãos combinada com outras medidas de controle tem sido eficaz na redução da transmissão de agentes patogênicos prejudiciais (BRASIL, 2008).

De acordo com o manual, a observação direta dos profissionais de saúde durante sua rotina diária de trabalho é a maneira mais precisa de estudar as práticas de higienização das mãos. Ela fornece oportunidade para identificar o comportamento dos profissionais de saúde e para avaliar as lições aprendidas, bem como as falhas remanescentes. Os resultados da observação ajudam a determinar as intervenções mais adequadas para promoção, instrução e treinamento de higienização das mãos. A principal finalidade do método proposto no Manual é produzir dados em larga escala sobre a adesão à higienização das mãos. Esses dados devem ser coletados por meio de observação direta dos profissionais de saúde, encarregados da assistência ao paciente (BRASIL, 2008).

Seguindo esta orientação, é sabido que um microrganismo MR pode ser introduzido no ambiente hospitalar através da admissão de um paciente, proveniente da comunidade ou, mais frequentemente, de outra instituição. Porém, bactérias que colonizam a mucosa e a pele de pacientes e membros da equipe assistencial, além das resistências naturais próprias de tais bactérias, criam uma importante condição de sobrevivência, e passam a adquirir novos determinantes de resistência, correlacionável com a frequente exposição aos antibióticos, tornando-se também multirresistente (MOURA, 2008).

Desta forma, o uso dos antimicrobianos de uma maneira maciça e indiscriminada exige medidas urgentes para combater o surgimento de novas cepas bacterianas MR, pois uma vez o paciente sendo portador de um germe MR este fato leva a consequências importantes, como a disseminação aos outros pacientes e a problemática das infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) (BRASIL, 2007).

Com isso, os efeitos de uma assistência segura sobre a saúde dos indivíduos impactam na mitigação dos riscos e na prevenção da transmissão dos microrganismos MR evitando assim, os eventos adversos associados ao erro humano.

Esta transmissão ocorre, geralmente, pelo contato das mãos dos profissionais com os pacientes e/ou pelo contato direto do paciente com material ou ambiente contaminado. Os microrganismos podem aderir e colonizar qualquer superfície biomaterial, colocando o paciente em risco. Portanto, sabe-se que medidas simples de precaução padrão e de contato podem reduzir ou mesmo evitar o dano (REISDORFER, 2011).

Porém, observa-se que os profissionais de saúde, ao prestar assistência aos pacientes precaução de contato, com frequência, adotam parcialmente as medidas de precaução promovendo a transmissão de microrganismos e expondo os pacientes a dano e risco de morte. Importantes estudos demonstram que há uma baixa adesão às medidas de precaução por estes profissionais, o que pode estar relacionado a vários aspectos do comportamento humano, incluindo a falsa percepção de um risco invisível e a subestimação da responsabilidade individual na elevação das taxas de infecção (ASKARIAN; ARAMESH; PALENIK, 2006).

O conhecimento advindo da prática assistencial do enfermeiro correlacionado com reuções e revisões de condutas, são ações que podem intervir no processo de controle da transmissão por contato direto de MR, utilizando o monitoramento da prática como estratégia para a geração de mudanças no comportamento dos profissionais. (GONÇALVES, 2011).

Desta forma, a partir do formulário de observação da higienização das mãos produzido pela OMS, pôde-se adaptar e construir um formulário para observação direta dos profissionais de saúde nas ações que antecedem e finalizam o atendimento ao paciente em precaução de contato. A partir do estudo teórico-reflexivo realizado, tomamos como base para a construção do formulário que a indicação será qualquer interação do profissional de saúde com o paciente ou seu ambiente de assistência, estabelecendo assim a necessidade de adesão as medidas de precaução de contato a fim de evitar a transmissão cruzada entre pacientes.

As ações para atender as medidas de precaução foram construídas na forma de um pacote de medidas que correspondem: higiene das mãos, o uso da luva e avental nos momentos corretos e na técnica correta.

Do ponto de vista do observador, a oportunidade estará onde houver o contato do profissional de saúde com o paciente e as aéreas próximas ao ambiente de assistência do paciente, e para esta oportunidade deverá ser realizado um conjunto de ações, que correspondem a adesão as medidas de precaução de contato.

CONCLUSÃO

Com isso, identificamos que a prevenção da disseminação dos germes MR é elemento essencial na segurança do paciente. Reduzir os riscos evitáveis requer uma grande mudança de cultura, de atitude e abordagem da assistência prestada. Para que ocorram estas mudanças é necessário compreender claramente quais são os fatores que aumentam os riscos do paciente e como/onde as melhorias nas práticas assistenciais podem reduzir esta ameaça.

REFERÊNCIAS

ASKARIAN, M.; ARAMESH, K.; PALENIK, C. J. **Knowledge, attitude, and practice toward contact isolation precautions among medical students in Shiraz, Iran.** American Journal of Infection Control. New York, v. 34, n. 9, p. 593-596, nov. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **MANUAL PARA OBSERVADORES Estratégia Multimodal da OMS para a melhoria da higienização das mãos.**2008;

BRASIL. Ministério da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Investigação e Controle de Bactérias Multirresistentes.** Maio, 2007. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicos/controle/reniss/manual%20_controle_bacterias.pdf

GONÇALVES, C.S.; GRDEN, C.R.B.; FONSECA, T.C.T.; **Ações do enfermeiro na prevenção e controle de infecções causadas pela resistência bacteriana por múltiplas drogas: Um estudo teórico.** Revista Inspirar. Movimento e Saúde. Volume 3. Número 4. Jul/ago 2011.

GUNTHER, H.; **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

MINAYO, M.C.S; **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 9ª ed. São Paulo: EDUC; 2006.

REISDORFER, A.S. **Infecção em acesso temporário para hemodiálise: estudo em pacientes com insuficiência renal crônica.** Dissertação [Mestrado em Enfermagem] – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37493/000821206.pdf?sequence>.

Observador: _____			Setor: _____		
Data: ____/____/____			No da sessão: _____		
Hora início: ____:____ Hora fim: ____:____			No do formulário: _____		
Duração: _____					
Categoria Prof:			Categoria Prof:		
Op	Medidas	Ações	Op	Medidas	Ações
1	() Hig. Mãos	() Ant.pacte. () Téc.correta () Ap.pacte. () Téc.correta	1	() Hig. mãos	() Ant.pacte. () Téc.correta () Ap.pacte. () Téc.correta
	() Avental	() Ap. entrar no box () Téc. correta () retirado antes sair do box () Téc.correta		() Avental	() Ap. entrar no box () Téc. correta () retirado antes sair do box () Téc.correta
	() Luvas	() Ap. entrar no box () retirada antes sair do box		() Luvas	() Ap. entrar no box () retirada antes sair do box
2	() Hig. Mãos	() Ant.pacte. () Téc.correta () Ap.pacte. () Téc.correta	2	() Hig. Mãos	() Ant.pacte. () Téc.correta () Ap.pacte. () Téc.correta
	() Avental	() Ap. entrar no box () Téc. correta () retirado antes sair do box () Téc.correta		() Avental	() Ap. entrar no box () Téc. correta () retirado antes sair do box () Téc.correta
	() Luvas	() Ap. entrar no box () retirada antes sair do box		() Luvas	() Ap. entrar no box () retirada antes sair do box
3	() Hig. Mãos	() Ant.pacte. () Téc.correta () Ap.pacte. () Téc.correta	3	() Hig. Mãos	() Ant.pacte. () Téc.correta () Ap.pacte. () Téc.correta
	() Avental	() Ap. entrar no box () Téc. correta () retirado antes sair do box () Téc.correta		() Avental	() Ap. entrar no box () Téc. correta () retirado antes sair do box () Téc.correta

*Formulário construído com estrutura baseada no formulário de observação de higiene das mãos da OMS.

Legenda:

- 1- Em cada caixa em forma de () deverá ser preenchido com (R) de Realizado ou (NR) de Não realizado;
- 2- O formulário de observação é codificado da seguinte forma:
 - Oportunidade = op.
 - Higiene de mãos = Hig. Mãos
 - Antes = ant.
 - Após = ap.
 - Contato com paciente = pacte.
 - Colocar avental/luva = ap. entrar no box;
 - Retirar avental/luva = antes sair do box



Projeto gráfico:
Nova Moinhos Comunicações
novamoinhos.com